

Iñigo Pedrueza Carranza

**Sociedade Civil: Novas Liberdades ou Novos
Controles Sociais?**

O seu papel comparado nos processos de construção regional: Mercosul e
União Européia.

Universidade Federal Santa Catarina

2001



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

**Sociedade Civil: Novas Liberdades ou Novos Controles Sociais? O
seu papel comparado nos processos de construção regional:
Mercosul e União Européia.**

Iñigo Pedrueza Carranza

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final pelo Orientador e Membros da
Banca Examinadora, composta pelos
Professores:

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Orientador

Prof. Dr. Ary Cesar Minella
Membro

Prof. Dr. Caio Navarro Toledo
Membro

Prof.ª Dr.ª Iise Scherer-Warren
Coordenadora

Florianópolis, SC, Fevereiro de 2001.

“Nunca pude ser valente onde não pude ser honrado”

O Rei Lear, William Shakespeare

AGRADECIMENTOS

Isto não é um agradecimento. Isto é um protesto. Não se deve agradecer o que tem que ser feito, deve-se agradecer aquilo que não se está obrigado a fazer. Portanto, não devo agradecer ao CNPq por ter financiado em parte esta dissertação, já que precisamente para isso supõe-se que existe. É ridículo agradecer aquilo que é direito inalienável dos cidadãos, é a pior das misérias, a pior das derrotas, a pior das cessões. Ultrapassada a última fronteira, agradecer o que é obrigação, pouco mais nos fica para vender.

Más como falei isto não é um agradecimento, é uma crítica. Aproveitando as linhas destinadas aos louvores, aos parabéns, vamos a rejeitar o atual sistema de produção em cadeia com que o governo brasileiro, o ministério da educação, a maioria das reitorias das universidades públicas e privadas, a maioria dos professores e a maioria dos alunos, têm ido desenhando ao longo dos últimos anos. A redução do tempo para a finalização das pesquisas de Mestrado e a pressão exercida para as dissertações forem feitas nos prazos marcados pelas instituições de financiamento, apenas conseguem melhorar os dados da produção quantitativa, mas constituem um ataque frontal à qualidade dessas mesmas pesquisas, impelidas a serem terminadas a qualquer custo.

A pesquisa não é um objeto fabricável em um tempo determinado, a pesquisa precisa de financiamento e precisa de liberdade. O Brasil pode-se orgulhar de um sistema de investigação universitária de grande nível, mais livre e desenvolvido do que em muitos países da Europa. Se esse sistema continuará no futuro depende fundamentalmente da comunidade universitária, do seu posicionamento em face ao desmantelamento. Concordar com o jogo proposto pelo governo vai produzir pesquisas cada vez mais simples, leves, interessadas apenas no título de Mestre, excelente carta de apresentação para o mercado de trabalho. Esta pesquisa viu-se afetada por essa obrigação, como pela falta de financiamento durante a metade da mesma. Outras pesquisas com trabalho de campo mais aprimorado do que o nosso têm sofrido com maior intensidade a premura de tempo e os efeitos serão sentidos com o passo do tempo.

É por isto que isto não é um agradecimento, é um protesto. Aqueles que merecem o agradecimento encontram-se no fundo do meu coração, protegidos da hipocrisia da

formalidade vazia, eles sabem, e sobretudo, eu sei, e algum dia pagar-lhes-ei todo o que aprendi deles. Mas se um agradecimento deve aparecer, este corresponde ao o povo, aquele povo que trabalha, cria valor e riqueza e da serviços, aquele povo desempregado que virando-se permite que algumas migalhas sejam destinadas a criticar um sistema social injusto. Eu tentei que as migalhas recebidas com o esforço de tantos não se perderam, se consegui o meu objetivo ou não a outros corresponde decidi-lo.

RESUMO

A origem deste estudo foi a necessidade de realizar uma crítica aos novos conceitos sociológicos surgidos de uma peculiar mas sucedida mistura, a da pós-modernidade relativista e individualizante e o (neo)liberalismo economicista. Nesse contexto, o surgimento dos novos movimentos sociais e do conceito de sociedade civil derivado deles, supõe uma das maiores mudanças no âmbito das Ciências Sociais. Economia liberal e antropologia ampliam os seus espaços, história, sociologia e ciência política perdem-nos.

Os apelos à sociedade civil, à sua bondade, capacidade e influência são onipresentes, chegando desde quase todos os âmbitos sociais, desde o FMI até a comunidade de bairro. Junto à aceitação chegam as verbas em uma época de enxugamento orçamentário.

Se a sua influência fosse real, dever-se-ia esperar que os movimentos dessa sociedade civil, que nós chamaremos de sociedade civil restrita, tiveram atingido muitas das suas reivindicações, ou pelo menos uma boa parte delas. Ou tal vez, como acontece no neoliberalismo, tenhamos que esperar a aplicação maciça das políticas de ajuste, para esperar resultados consistentes.

Para avaliar as influências, estudamos as reivindicações de diferentes esferas da sociedade civil, com relação aos novos blocos econômicos ou socio-econômicos (União Européia e Mercosul), mas propondo uma nova categoria de análise onde caibam todos os movimentos sociais e não apenas as ONGs. Gostaríamos de afastar do conceito toda idéia de normativismo, moralidade e de bondade inerente a ela, substituindo-a pela idéia de conflito interno, o que pode nos ajudar entender de uma maneira mais precisa este complexo âmbito

No nosso estudo prático, analisamos a ambientalistas, feministas, ONGs, voluntários, mas também, a sindicatos, camponeses e empresários, com o que pode-se ter uma visão mais adequada da sociedade civil atual. Observando as políticas dos blocos regionais, dos Estados que os compõem, acabamos pensando, que a sociedade civil restrita, acerca-se mais à idéia de controle social do que à de liberdade.

ABSTRACT

The reason for this essay was the need to criticize the new sociological concepts which arose from a peculiar but successful union, that of the relativising and individualist postmodernism and of the economic (neo) liberalism. In this context, the apparition of the new social movements and of the concept of civil society that has its source in them, implies one of the most important changes which have taken place within Social Sciences. Whilst liberal economy and anthropology have been gaining ground, history, sociology and political science have been losing it.

The recourses to civil society and its goodness, capability and influence are omnipresent, and they reach almost all spheres, classes and social groups. Civil society is accepted in the same way in all social circles, from the IMF to the local community. Together with this acceptance, financial support in an era of budget cutbacks, arrives.

It should be expected that the movements taking place in that civil society that we will call 'limited civil society', obtained many of their claims, or part of them at least. Unless results, as it happens in neoliberalism, are only obtained when the adjusting policies are applied with much more vigour than today.

So as to try to observe influences, we study the claims from different spheres of civil society in relation to the new economic or socio-economic blocs (European Union and Mercosur), but we suggest a new category of analysis in which all social movements are included, not only NGOs. We want to put aside from the notion of civil society every idea concerning normativism, morality and goodness attached to it, replacing them by the idea of inner conflict. This can help us to understand in a more precise way that complex sphere.

In our practical research, by means of the analysis of ecologists, feminists, NGOs, volunteers, and also trade unions, farmers and entrepreneurs, a more accurate view of present-day civil society can be obtained. By observing the policies of regional blocs and those of the States to which they belong, we end up thinking that this limited civil society is closer to the idea of social control than to that of freedom.

RESUMO

El origen de este trabajo fue la necesidad de realizar una crítica a los nuevos conceptos sociológicos surgidos de una peculiar pero exitosa conjunción, la del postmodernismo relativizante e individualista con el (neo)liberalismo economicista. En ese contexto, la aparición de los nuevos movimientos sociales y del concepto de sociedad civil derivado de ellos, supone uno de los cambios más importantes dentro de las Ciencias Sociales. Economía liberal y antropología ganan espacios, historia, sociología y ciencia política los pierden.

Los apelos a la sociedad civil, a su bondad, capacidad e influencia son omnipresentes, llegando desde casi todos los ámbitos, clases y grupos sociales. La sociedad civil es aceptada de la misma manera en todos los círculos sociales, desde el FMI, hasta la asociación de barrio. Con la aceptación llega el financiamiento en una época de cortes presupuestarios.

Sería de esperar que los movimientos de esa sociedad civil, que nosotros llamaremos sociedad civil limitada, hubiesen obtenido muchas de sus reivindicaciones, o por lo menos una parte de ellas. A no ser que como en el neoliberalismo, los resultados sólo se obtengan cuando las políticas de ajuste sean aplicadas más vigorosamente de lo que son ahora.

Para intentar observar las influencias, estudiamos las reivindicaciones de diferentes esferas de la sociedad civil, con relación a los nuevos bloques económicos o socioeconómicos (Unión Europea y Mercosur), pero proponiendo una nueva categoría de análisis donde entren todos los movimientos sociales y no apenas las ONGs. Queremos desterrar del concepto de sociedad civil toda idea de normativismo, de moralismo y de bondad inherente a ella, sustituyéndola por la idea de conflicto interno, lo que nos puede ayudar a entender de una forma más precisa ese complejo ámbito.

En nuestro estudio práctico, analizando a ecologistas, feministas, ONGs, voluntarios, pero también a sindicatos, campesinos e empresarios, puede tenerse una visión más adecuada de la sociedad civil actual. Observando las políticas de los bloques regionales, de los Estados que los componen acabamos pensando, que esa sociedad civil limitada se acerca más a la idea de control social que a la de libertad.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ASC - Aliança Social Continental.

CCSCS - Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul.

CECA - Comunidade Econômica do Carvão e do Aço.

CES/ETUC Confederação Européia de Sindicatos.

CNI - Confederação Nacional da Indústria Brasileira.

CP - Confederation Paysanne, Confederação Camponesa.

CPE - Coordination Paysanne Européenne, Cordinadora Camponesa Européia.

CUT - Central Única dos Trabalhadores.

EBU -European Blind Union; União De Cegos Europeus.

EDF - European Disability Forum. Foro Europeu dos Deficientes.

EEB - Escritório Europeu do Meio Ambiente.

EWL - The European Women's Lobby; Lobby Europeu das Mulheres.

MST - Movimento dos trabalhadores Sem Terra.

OGM - Organismos geneticamente modificados.

PAC - Política Agrária Comum.

PESN - The Plataform of European Social NGOs; Plataforma Européia das Ong's Sociais.

REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

UE - União Européia.

UNICE - União das Confederações Europeias de Empregadores.

WWF - World Wildlife Foundation ?? WorldWide Fund for Nature.

ÍNDICE

Resumo	v
Abstract	vi
Resumo	vii
Abreviatura se Siglas	viii
INTRODUÇÃO	1
PARTE PRIMEIRA: CAPÍTULO I, PÓS-MODERNISMO SUPERESTRUTURA DO LIBERALISMO ECONÔMICO	4
1.1 INTRODUÇÃO	4
1.2 A PÓS-MODERNIDADE E O NEOLIBERALISMO, A NOVA SUPERESTRUTURA.	8
1.2.1 A crise do modelo social-democrata_keynesiano e do seu modelo partidário.	12
1.3- AS PONTES	15
1.3.1- Fim da História – Nova sociedade	16
1.3.2- Incertezas	18
1.3.3- Riscos	20
1.3.4- Rejeição da História e das categorias universais, apagamento dos sujeitos universais	22
1.3.5- Triade Classe-gênero-Raça	23
1.3.6- Indivíduo versus individualismo	24
1.3.7- Fatos	27
1.3.8 - Pós-Modernidade, superestrutura do liberalismo econômico?	29
1.4 OS NOVOS ATORES: OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	30
1.5 CONCLUSÃO	35
CAPITULO II, POR UM ESCLARECIMENTO DOS CONCEITOS “SOCIEDADE CIVIL” E “MOVIMENTOS SOCIAIS”: DO VALOR MORAL À CATEGORIA DE ANÁLISE.	38
2.1 INTRODUÇÃO	38
2.2 CONCEITUAÇÃO HEGEMÔNICA DA SOCIEDADE CIVIL	38
2.3 OS CLÁSSICOS E A SOCIEDADE CIVIL	43

2.4 CONCLUSÕES	51
PARTE SEGUNDA	57
Introdução Metodológica	57
Capítulo III, A SOCIEDADE CIVIL NA UNIÃO EUROPÉIA: ENTRE A EUROPA DOS MERCADORES E A DOS CIDADÃOS	59
3.1. ESFERA ECONÔMICA	59
3.1.1 Confederação Européia De Sindicatos (CES/ETUC)	60
3.1.2 Union of Industrial and Employers Confederations of Europe (UNICE)	67
3.1.3 La Confédération Paysanne Européene (CPE)	77
3.2 ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS	82
3.2.1 EUROPEAN ENVIRONMENTAL BUREAU, (EEB)	82
3.2.2 World Wildlife Foundation (WWF)	85
3.2.3 GREENPEACE	90
3.2.4 ECOLOGISTAS EN ACCIÓN	91
3.3. Terceiro Setor: O voluntariado.	92
3.3.1 EUROPEAN DISABILITY FORUM, (EDF)	93
3.3.2 PLATAFORMA EUROPÉIA DAS ONG'S SOCIAIS (PESN)	98
3.3.3 European Blind UNION (EBU)	102
3.4.ESFERA DOS DIREITOS SEXUAIS	103
3.4.1 EUROPEAN WOMEN LOBBY (EWL)	103
3.4.2 International Lesbian and Gays Association (ILGA)	106
3.5. Consumidores	107
3.5.1 LE BUREAU EUROPEEN DES UNIONS DE CONSUMMATEURS (BEUC)	107
3.6 CONCLUSÕES.	111
CAPÍTULO IV, MERCOSUL E A SOCIEDADE CIVIL: DA DITADURA DO MERCADO À DEMOCRACIA DITADA PELO MERCADO	112
INTRODUÇÃO	112
4.1 ESFERA ECONÔMICA	113
4.1.1 EMPRESARIADO.	113
Eixo Institucional	114
Eixo Econômico	115
Eixo Trabalhista	117
4.1.2 SINDICATOS	120
4.1.2.1- COORDENADORA DAS CENTRAIS SINDICAIS DO CONE SUL (CCSCS)	121

4.1.2.1- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)	123
4.1.2.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)	127
4.2. ESFERA AMBIENTAL.	128
4.2.1 WWF Brasil	128
4.2.2 GREENPEACE	128
4.3- ESFERA DOS DIREITOS SEXUAIS	129
4.4- ESFERA DO TERCEIRO SETOR	130
4.4.1 REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP)	131
4.5- ESFERA DO CONSUMO	132
4.5.1 INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC)	132
4.6 Conclusões	134
PARTE TERCEIRA	136
INTRODUÇÃO	136
<i>CAPÍTULO V, POLÍTICAS NA UNIÃO EUROPÉIA: RUMO À MOEDA ÚNICA, UNICAMENTE</i>	137
INTRODUÇÃO	138
5.1 UNIÃO EUROPÉIA, OBJETIVOS NO PRESENTE E PARA MAIS ALÉM	139
5.1.2 AS INSTITUIÇÕES EUROPÉIAS	142
5.1.3 ATA ÚNICA EUROPÉIA ASSINADA EM 1986.	143
5.1.4 TRATADO DA UNIÃO EUROPÉIA ASSINADO EM MAASTRICHT EM FEVEREIRO DE 1992.	143
5.1.5 AGENDA 2000	144
5.2 POLÍTICAS DA UE	146
5.2.1 A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)	146
5.2.2 AGENDA 2000 A REFORMA DA POLÍTICA ESTRUTURAL	152
5.2.3 O EMPREGO, CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA NO CONSELHO EUROPEU, LISBOA MARÇO DE 2000	154
5.2.4 MODERNIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL	161
5.3 Carta de DIREITOS.	164
5.4 POLITICA AMBIENTAL DA UE	166
5.4.1 Estratégia de integração do ambiente nas políticas da UE	167
5.5.1 POLITICA MULHER	173
Igualdade Econômica	174

5.5.2 POLÍTICA GAYS/LESBICAS	178
5.6 POLÍTICAS PARA O TERCEIRO SETOR	179
5.7 POLÍTICAS CONSUMO	180
5.8 CONCLUSÕES	183
<i>Capítulo VI, POLÍTICAS NO MERCOSUL: UNI-VOS PARA SERDES MAIS</i>	
<i>UNÍVEIS DEPOIS</i>	<i>184</i>
6.1 O BLOCO SUL AMERICANO	186
6.2 AS POLITICAS CONCRETAS	189
6.2.1 CALENDARIO 2000	189
6.2.2 POLITICA TRABALHISTA DOS GOVERNOS DE MERCOSUL	190
BRASIL	191
ARGENTINA	192
6.2.3 POLÍTICAS ECONÔMICAS	194
6.3 OUTRAS POLITICAS?	195
6.3.1 A CARTA DE Buenos Aires	195
6.4 CONCLUSÕES. A UNIÃO VAI-NOS PERMITIR UNIRMOS MELHOR	198
<i>PARTE QUARTA: CONCLUSÕES</i>	<i>204</i>
7.1 INFLUÊNCIAS COMPARADAS	209
7.2 A SOCIEDADE CIVIL	215
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	<i>219</i>

INTRODUÇÃO

Propomos realizar neste trabalho, que agora apresentamos, uma panorâmica da situação social da Europa Comunitária e do Cone Sul Americano. Julgamos que a sociedade, pelo menos as sociedades contemporâneas, surgidas após da revolução francesa e a revolução industrial de finais do século XVIII, podem ser entendidas mediante três esquemas analíticos interligados.

Por uma parte, devem ser percebidas como sociedades de classes, sociedades onde a posse econômica de bens móveis ou imóveis, e sobretudo, a posse de capital divide-as em classes. Esta divisão herdeira da revolução industrial, começada na Grã Bretanha e depois mundializada, faz uma primeira clivagem entre os proprietários dos meios de produção, a minoria, e os proprietários da força de trabalho, impelidos obrigatoriamente a vendê-la àqueles possuidores. As conseqüências disto são bem conhecidas pelos relatos de Charles Dickens no XIX vitoriano, ou pelas notícias dos jornais de hoje mesmo. Porém, não devemos esquecer as mudanças produzidas no capitalismo, as mudanças provocadas pela sua própria crise intrínseca e paradoxal na procura da abolição do trabalho, ao tempo elemento minimizável e fonte de mais-valia. Da mesma maneira não podem ser esquecidas as lutas sociais dos trabalhadores do mundo na busca de melhoras nas suas condições de vida e de um sistema social mais justo e adequado para a humanidade. Nem por outra parte, as reformas conseguidas em algumas regiões do mundo com o estabelecimento dos Estados-previdência.

O segundo elemento característico da nossa era contemporânea, é aquele derivado da Revolução francesa e as posteriores revoluções liberais: o Estado e o corpo jurídico que garante direitos civis aos cidadãos. Mesmo que a organização do Estado tenha-se ligado ao conceito de nação, para nós, o que é importante é o Estado como garantidor de direitos dos cidadãos, não como garantidor de direitos dos nacionais de um país. Nesse sentido, gostaríamos de recuperar o conceito de cidadania universal saído da Revolução francesa.

O terceiro elemento é a sociedade civil. Já que dedicamos um capítulo inteiro para a nomeação clara do conceito não vamo-nos perder aqui em divagações, apenas sublinhar que na nossa teorização, sociedade civil não é um conceito valorativo, nem moral, nem positivo a priori ou a posteriori, é simplesmente uma categoria de análise, um campo social

diverso e conflitante, onde encontra-se tudo aquilo que não é Estado, nem sistema produtivo material.

Em resumo, os três elementos conformam e definem as nossas sociedades atuais: o sistema econômico que divide a sociedade em classes; o sistema político-Estatal que garante para todos, na teoria, um mínimo de liberdade, igualdade e fraternidade; e o sistema “social” de associações privadas mas com interesses idealmente públicos.

Durante muitos anos, quando os Estados previdência eram fortes e o capitalismo parecia caminhar com passo firme, a esquerda discutia se era a economia a que ditava indefectivelmente a marcha da sociedade, ajudada pelo Estado, ou pelo contrário, o Estado tinha capacidade para agir de maneira independente mudando os rumos que o capital marcava.

Desde o final dos anos 70, dois processos coincidiram: a retomada neoliberal e a volta dos valores individualistas com o ataque selvagem ao Estado, como elemento de justiça social; e a mudança do foco no conjunto das ciências sociais. O Estado é banido das análises, o capitalismo também, para serem substituídos pelos estudos da sociedade civil. É lá que colocam-se todas as esperanças e anelos, é lá que almeja-se a solução aos problemas sociais, acirrados nos últimos trinta anos, sem que nem os Estados nem o capitalismo sejam responsabilizados por isso.

Decorrentemente das conclusões dessa maré pós-moderna e atomizadora, deveriam ter-se obtido algumas vantagens, quer dizer, se realmente a sociedade civil é o campo privilegiado de luta social para a melhoria da humanidade, se a sociedade civil é necessariamente um âmbito libertador e autonomizador, teríamos que ter resultados disto. A sua influência teria de ser notada nos processos sociais, políticos e econômicos mais importantes do nosso tempo. Foi desejo do autor comprová-lo.

O nosso interesse na hora de realizar o trabalho foi observar, analisar e valorizar a relação entre o Estado (ou os novos supra Estados regionais) e a sociedade civil, mas desde uma perspectiva panorâmica e mais macro do que micro. Nesse sentido deve-se entender o estudo. Achamos que ambos elementos são muito importantes para pensar e desenvolver alternativas sociais.

O primeiro capítulo mostra o pano de fundo onde inserir a nossa pesquisa. Para percebermos com clareza a força do conceito sociedade civil e as esperanças que nele depositam-se na atualidade, precisamos analisar dois processos surgidos no final da década

de 60. De um lado, a retomada do liberalismo no econômico, apoiado ideologicamente no neoliberalismo com o decorrente ataque ao Estado social. De outro, o desenvolvimento de ideologias relativizadoras e desideologizantes, nomeadamente o pós-modernismo. Dentre ambas, vai surgir a sociedade civil que criticamos.

Para a realização da crítica, precisávamos de um corpo teórico novo, já que o conceito hegemônico de sociedade civil, limitado praticamente às ONGs, não era satisfatório para nós. Assim, desenvolvemos no capítulo II uma revisão teórica sobre o termo. Decidimos finalmente, que seria muito mais útil usar um conceito amplo e sem valor normativo de sociedade civil, abrangendo além dos novos movimentos sociais, os velhos (sindicatos, partidos políticos, etc.), o empresariado, as igrejas, meios de comunicação, etc. Em definitiva ampliamos ao máximo reduzindo o conceito a uma categoria de análise, definida simplesmente por atingir tudo aquilo que não é Estado, nem o âmbito produtivo (empresas como produtoras de mercadorias e gerenciadoras de trabalho e capital).

Com este ponto de ancoragem, realizamos a pesquisa prática, com objetivo de avaliar a capacidade e força de influência dos diversos movimentos dessa sociedade civil ampla nas políticas dos blocos regionais, aparentes exemplos do futuro econômico e, talvez, político. Dada a amplitude do trabalho e a limitação do tempo, decidimos circunscrever-nos a cinco esferas: trabalho, ambientalismo, direitos sexuais, terceiro setor (voluntariado) e consumo. Outros movimentos dentro da sociedade civil, como o nacionalismo, foram deixados para estudos posteriores.

Nos capítulos III e IV analisamos as reivindicações das organizações da União Européia e o Mercosul, respectivamente. Nos seguintes, V e VI, relatamos as principais políticas e objetivos dos blocos regionais. Finalmente, no nosso capítulo VII, fazemos uma avaliação das propostas e das políticas, tentando observar quais são os setores que mais influenciam em tais blocos, extraindo as necessárias conseqüências.

A visão panorâmica que propusemos tem a vantagem de possibilitar uma amplitude considerável, mas implica também uma limitação na profundidade do estudo. O intuito foi esse precisamente, analisar um conjunto amplo e fazê-lo desde acima procurando instituições grandes, de nível de bloco. Nós valoramos a influência da sociedade civil no Estado, criticando a percepção dela como algo unitário, quaisquer outras conclusões fora disso não estiveram na mente do autor, e portanto, não lhe podem ser reprochadas.

PARTE PRIMEIRA: CAPÍTULO I,

PÓS-MODERNISMO SUPERESTRUTURA DO LIBERALISMO ECONÔMICO

1.1 INTRODUÇÃO

Os sistemas sociais, ao longo da história, precisaram para se manter e se reproduzir no tempo, uma concordância, pelo menos tácita entre a esfera produtiva e o âmbito superestrutural. A estabilidade social estaria ligada a uma manutenção coerente de posições iguais, paralelas ou quando menos não conflitantes, entre o sistema econômico de produção e as idéias, políticas, religiosas, o sistema educativo, a maior parte do meios de comunicação, etc. Caso não existir dita complementaridade, a sociedade não manteria a sua estabilidade e provavelmente caminharia para mudanças revolucionárias, - no sentido menos ideológico da palavra -, até o ponto de coincidirem os discursos sobre a sociedade com o modelo produtivo vigente. Precisamente Gramsci, visava como um dos caminhos para ultrapassar ao capitalismo, a conquista da hegemonia superestrutural, o que inevitavelmente levaria a uma revolução que mudasse também o âmbito produtivo, ou a uma ofensiva deste para reequilibrar o sistema. Nessa categorização devem ser entendidas as palavras equilíbrio e estabilidade.

Isto não é incompatível com um pensamento da sociedade como dialética, apenas salienta os efeitos mascaradores dos discursos, e os mecanismos de controle social. Assim, é compatível uma economia liberal (neoliberal se quisermos), altamente excludente no campo social, com um discurso ideológico também neoliberal, que fala das oportunidades e das possibilidades que gera teoricamente esse sistema. Ao lado do neoliberalismo ideológico, a pós-modernidade convenientemente desvia o foco dos discursos do macro ao micro, do humano ao individualista. Enfraquecem-se deste modo, as ações coletivas que visam objetivos mais gerais contrapostos ao sistema econômico-ideológico vigente. Essa é a ligação entre a superestrutura e infra-estrutura que Marx e Engels sublinham na "*Ideologia Alemã*" (1984:48), que não é uma auto-estrada unidirecional, mas um caminho onde se retroalimentam a economia, a política, a cultura, a religião e a ideologia, etc.

Entretanto, na nossa época, estar-se-ia conseguindo uma estabilidade social maior do

que sempre, tão esmagadora que se falou mesmo do fim da História¹. O mais paradoxal desta estabilização das sociedades ao longo da terra é, o fato de acontecer em um momento onde todos os dados socio-econômicos falam de uma acirramento das diferenças de renda, riqueza e desenvolvimento em todos os âmbitos, entre o primeiro mundo e o resto, mas também dentro de cada país entre o setor privilegiado e as massas populares cada vez mais depauperadas. Uma nova superestrutura ideológica estaria estabelecida e teria conseguido afastar a maioria de ideologias e propostas políticas contrárias ao sistema econômico capitalista. Isto talvez, possa explicar o *decalage* entre dados empíricos e os pensamentos sociais. A hegemonia ideológica atual parece bem assentada garantindo a estabilidade do sistema econômico existente.

Qualquer hegemonia de alguma maneira produz um efeito *esquecedor*, poderia parecer que o que hoje é, sempre foi assim, e sempre o será. No entanto, a concordância hegemônica que observamos na atualidade não teve, necessariamente a mesma forma no passado. As mudanças econômicas e ideológicas não são processos que possam ser introduzidos e, sobretudo, generalizados rapidamente, precisam de tempo. Se um modelo econômico necessita do passo do tempo para se estabelecer, a mentalidade das pessoas também. Não é possível, ou pelo menos é difícil às vezes, trocar as idéias e os preconceitos de grandes grupos de população em um curto período de tempo, sobretudo, quando a mudança é importante.

Como dizíamos anteriormente, todas as sociedades costumam tentar legitimar no âmbito ideológico, político, religioso, etc., o seu modelo econômico. No período que vai desde a Grande Crise de 1929 até a chegada ao poder de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, o campo que vamos chamar de superestrutural esteve dominado hegemonicamente por um pensamento, que vamos chamar de *social-democrata keynesiano*, que legitimava a existência na Europa e, em menor medida na América do Norte, Austrália e Nova Zelândia, dos Estados providência. Liberais, conservadores, social-cristãos, socialistas, republicanos, social-democratas, trabalhistas e comunistas concordavam com isso. Desde a implantação do *New Deal* e o informe do Lord Beveridge até o Plano *Meidner* sueco² todas as forças

¹ Tanto desde o vitorioso neoliberalismo, quanto da “alternativa” pós-modernidade.

² Plano conjunto do Partido social-democrata sueco e do sindicato majoritário LO, sindicatos majoritário que visava o reparto das plus-valias das empresas: “Rudolf Meidner é encarregado pela LO para realizar um informe que resultará um catalisador para a mudança do modelo sueco. Entregado justo depois da queda dos social-democratas (1974), propunha criar fundos sindicais com parte das mais-valias não distribuídas nos salários. As empresas mobilizaram-se (dentro do chamado comitê 4 de Outubro) ante o que consideravam

sociais adotaram e aceitaram, com poucas exceções³, o novo capitalismo reformado. A influência de Keynes foi muito importante, mas temos que inserir os processos no seu tempo histórico⁴. Assim, as terríveis conseqüências das duas guerras mundiais, produzidas pela luta capitalista em busca de mercados (Hobsbawm 1991a), da falência da principal economia mundial na crise do 29, junto ao perigo de expansão do comunismo soviético depois da vitória sobre o nazismo hitleriano, fizeram mais importante conservar o regime capitalista do que aplicá-lo puramente sobre as sociedades ocidentais. Uma vez ultrapassada a conjuntura e ante os problemas estruturais do sistema⁵, as forças internas reagiram e, aproveitando o conteúdo teórico dos economistas da Escola austríaca e da de Chicago, tentaram banir o Estado previdência.

Decerto, o capitalismo tem mostrado, ser um sistema econômico sumamente flexível, assim a sua preeminência baseia-se em uma evolução constante que lhe permitiu ultrapassar, por enquanto, crises terríveis que alastraram até o fundo grupos sociais e países inteiros. O capitalismo evoluiu, passando de modelos mais protecionistas a outros mais liberais. Nesse processo, aquilo ocorrido pelo menos no mundo ocidental “desenvolvido”, o Estado previdência, que procurou misturar mercado com Estado social, deve ser percebido como um período atípico e anômalo com respeito às bases do próprio sistema. Em certa medida supunha uma contradição perigosa para o capitalismo⁶, e o que é mais importante, um momento no qual a estabilidade social vinha dada por uma outra hegemonia. Porém, observamos como no nosso presente, tenta-se com uma violência inusitada desvirtuar esse

uma nacionalização encoberta das empresas. O informe supôs um efeito contrário ao desejado pelos sindicatos, e deu lugar ao avanço do neoliberalismo no convulso contexto do final dos anos 70 e começos dos 80” (Pedrueza 2000:11)

³ Uma principal, a dos chamados neoliberais, chefiados primeiramente por F. Hayek, que já em 1944 com seu “Caminho à Servidão”, se opôs virulentamente aos nascentes Estados previdência. Depois esta linha minoritária e radical, na que participaram K.Poper, Von Mises, etc, foi desenvolvida pela escola de Chicago nos anos 60, com Milton Friedman.

⁴ “Para entender por que Lutero triunfou sobre a religião católica na Alemanha, para entender por que a filosofia de Hegel triunfou sobre a de Kant no século XIX, para entender por que Rousseau venceu Montesquieu na luta das idéias na França do século XVIII, para entender por que a economia de Adam Smith venceu a dos mercantilistas na Inglaterra dos séculos XVII e XIX, para entender todos esses processos de transformação ideológica ou de transformações sociais do mundo, precisamos ver o que estava acontecendo na história social e econômica dessas épocas” Carta de Engels a Mehring em 1893 (Löwy 1985:16).

⁵⁵ Ver o interessante trabalho de Itsván Mészáros (1989), *Beyond the Capital*, onde o autor desenvolve a idéia da produção destrutiva. O capitalismo para ultrapassar a sua dependência inerente dos lucros crescentes, tenta inserir no mercado produtos com pouco valor de uso, altamente descartáveis para acelerar a velocidade giro. Implica necessariamente aumentar o consumo entre aquela parcela de população que efetivamente consome.

⁶ Para Bottomore a própria definição do welfare state é muito radical já que mexe com a estrutura sistêmica, agindo sobre as condições do trabalho, os salários, o caráter e finalidade dos serviços sociais, a qualidade do ambiente, o ócio, e o cultivo das artes (1998:98-99)

sistema, uma vez desapareceram os elementos que o faziam rentável. É a hora do mercado voltar a dominar sem ambages a sociedade.

O sistema do Estado-previdência sistema tinha criado a sua própria base, independente em relativamente da infra-estrutura econômica. Friedrich Von Hayek analisava, em uma nova reedição do seu “Caminho da Servidão”, os efeitos da ação política e econômica da social-democracia na Europa, nomeadamente na Grã Bretanha. Reconhecia que a vitória trabalhista não levou ao totalitarismo, mas mudou o “caráter do povo” e foi quebrado o espírito liberal (Hayek 1977:XXVII). Isto explicaria em parte, o impacto limitado do neoliberalismo em alguns países que ainda conservam sistemas de previdência e direitos sociais⁷.

O triunfo do neoliberalismo, no fundo uma versão renovada do liberalismo do século XIX, não oferece as alternativas que promete à humanidade e baseia todo o seu discurso na maldade da economia controlada e a bondade da sua libertação. Fala-se da culpabilidade do Welfare State, mas as medidas de desregulamentação usadas deveriam ter recuperado o sistema, embora, tenha acontecido justamente o contrário. Sempre será possível afirmar que as medidas foram limitadas, mesmo assim, o neoliberalismo não conseguiu aquilo que o “welfare state” fez no âmbito social, nem ofereceu argumentos plausíveis para ser o sistema econômico que possibilite o desenvolvimento de toda a humanidade. Nem sequer, no controle macroeconômico, segundo alguns autores, pode-se falar de sucesso⁸.

Como, então, um sistema que gera cada vez mais desigualdades sociais, está conseguindo esmagar toda a sua oposição? Quando os dados não são suficientes, deve-se procurar outros mecanismos de legitimação. A luta encaminha-se até o campo ideológico, a mídia bombardeia diariamente com discursos sobre a ineficácia da previdência e as indiscutíveis vantagens do livre mercado. Além disso, a “cultura da televisão” é a única que

⁷ Autores como Göran Therborn (1996:47) e outros questionam que a ação das políticas neoliberais, fora do âmbito anglo-saxão, seja tão sucedida como às vezes se pensa.

⁸ Para o caso sueco os estudos de W. Korpi tem mostrado o mau uso ou, o uso interessado, dos dados que falam da ineficiência e crise do “Welfare State”. Segundo Korpi entre 1950 e 1982 a Suécia não se comportou muito pior que o resto dos países da OCDE. Afirma que as comparações do PIB devem ser feitas com países de um nível econômico similar, já que ao serem feitas com países menos desenvolvidos que estão crescendo proporcionalmente mais rápido, os resultados podem ser enganosos. As valorizações subjetivas têm contaminado análises em teoria objetivos. A Suécia comportou-se como a Alemanha, Suíça e USA (Nordlund 1996:324). Se o crescimento do PIB é colocado em dólares e não em %, o crescimento foi superior entre 1970 e 1991 à média européia e apenas foi pior no final dos 80: “Evidencia-se que a Suécia não teve um desenvolvimento inferior ao dos países de PIB comparável entre 1970 e o final da década de 1980 quando de fato, ocorreu um declínio de crescimento econômico, que por sinal, também verificou-se nos USA, Suíça e Grã Bretanha” (Nordlund 1996:325-326).

se espalha pelo mundo e sempre com maciças mensagens em prol do sistema que vigora. Todavia, na opinião de Eagleton, pior do que o próprio discurso televisivo, seria o fato de assistir à TV no lugar de dedicar o nosso tempo a outros “*labores mais produtivos*” como “*a revolta e a revolução*” (1997:42). E finalmente, também, temos a pós-modernidade.

1.2 A PÓS-MODERNIDADE E O NEOLIBERALISMO, A NOVA SUPERESTRUTURA.

Além da guerra economicista que abrange as sociedades em geral e que procura mediante a panacéia da globalização dominar as contradições sociais, a nossa reflexão quer valorizar o campo ideológico e superestrutural, abandonado muitas vezes pela esquerda. A esquerda, esse conjunto amplo de visões do mundo que procuram ou desejam, ou tentam ou enxergam, a possibilidade, a necessidade do mundo ser mais justo, mais equânime, mais humano. Definir o termo de maneira mais ampla necessariamente restringe e limita um coletivo que baseia a sua força na diversidade e o respeito. Para esse conjunto, que não julgamos necessário definir com maior clareza, a compreensão das relações entre o campo material e o ideológico apresenta-se como inevitável. A importância do mundo das idéias, é tão grande quanto o da economia; se ambos caminhos não forem analisados, qualquer alternativa ao presente ficará impossibilitada. Neste sentido deve-se salientar o papel do indivíduo como legitimador do existente. Autores como Cristophe Dejours lembram a parte de culpa individual participe em tudo aquilo que acontece. Os sistemas sociais sustentam-se na aceitação dos seus participantes, Weber soube ver isto, ao mostrar como até os ditadores devem ser reconhecidos como tais para sê-lo em verdade. Eagleton (1997:12) lembrou um poema escrito em memória de um soldado alemão que arriscou a sua vida para salvar a judeus durante a II. G. M:

*“Sei que ele tinha olhos incomuns,
Cujo poder ordem nenhuma podia determinar,
E para não confundir os homens que via,
Como os outros faziam com deuses ou vermes.”*

Thom Gunn

O que no poema é reconhecido, diz respeito à qualidade humana desta pessoa, diz

respeito à sua capacidade e coragem para, enxergando e conhecendo o que estava a acontecer, não aceitá-lo e agir em consequência. Na raça humana, única que merece tal nome, sempre encontraremos os mais fabulosos extremos, a maior das misérias e a mais singela das bondades. Porém, para que a humanidade faça honra ao seu sobrenome, para que seja humana, precisa do coragem daquele soldado que, em face a uma sociedade que calava, que mentia-se a si própria, decidiu ser Humano.

Na medida em que percebermos que também somos culpáveis do que acontece, ainda que seja por aceitá-lo, poderemos mudar as nossas atitudes e depois reclamar no âmbito político soluções agora nem pensadas⁹. Se a Humanidade sofre, é preciso, portanto, compreender o sofrimento, ultrapassá-lo e analisar as condutas que alimentam a injustiça e que a fazem perdurar. Se o mundo do trabalho cada vez mais lembra à escravidão, e a democracia cada vez é mais um espetáculo comercial do que um âmbito onde a sociedade procura solucionar os seus problemas; se a cultura é cada vez mais homogênea e vazia; se crescem os movimentos nacionalistas e fundamentalistas como únicas saídas para a raiva e o desespero humano, então, o último que podemos fazer é ficar quietos olhando ao nosso redor. Na falta aparente das saídas ou das alternativas, qual é o futuro da nossa sociedade? Serão os novos movimentos sociais ou o âmbito restrito da individualidade vitoriosa, soluções para o nosso futuro?

Sem recorrer a uma explicação mecanicista, neste primeiro capítulo, estudaremos as ligações existentes entre o neoliberalismo economicista e a pós-modernidade atomizada e relativista. Estas similaridades na nossa opinião teriam continuidade no nível teórico e prático. No nível ideológico, tentaremos mostrar como os elementos teóricos do neoliberalismo e do pós-modernismo têm muitas semelhanças e acabam sendo complementares. Ambos raciocínios levam a um modo específico de agir no âmbito social, distinguido pela procura do individualismo. Assim, o liberalismo cria indivíduos que procuram maximizar os ganhos privados; enquanto a pós-modernidade, com a construção das biografias e a busca de novas identidades, cumpre o mesmo papel em prol de uma pulverização social, de uma “relativização” da injustiça, da “banalização da injustiça social” se utilizamos as palavras de Cristophe Dejours (1999) para descrever a nossa sociedade contemporânea.

É importante, portanto, esclarecer o que nos vamos categorizar tanto por pós-modernidade quanto por neoliberalismo:

O neoliberalismo teria dois componentes, a econômica, em definitiva o liberalismo econômico clássico, e a ideológica, sendo esta a que nós trabalhamos neste capítulo. A parte econômica fundamenta-se na extração de lucros de maneira constante e cada vez mais rápida. Essa maximização de lucros e ampliação conseguinte dos capitais conseguir-se-á pela redução da parte variável do capital, quer dizer reduzindo salários e trabalho humano e aumentando a produtividade. Para fazer isto o neoliberalismo prega a libertação do capital, retirando-se todos os controles e limites que lhe impuseram as instituições públicas. O Estado também, deverá enxugar os orçamentos públicos e deixar para o âmbito da livre concorrência o setor produtivo, a saúde e a educação, por exemplo.

Porém, achando que sendo estes elementos inerentes ao sistema econômico chamado de capitalismo, não podemos falar de ideologia para estas medidas, nem na caracterização pejorativa de Marx, nem na acepção de Gramsci, como visão do mundo. O ideológico (no sentido gramsciano) encontrar-se-ia na escolha, na eleição do sistema econômico, eleger entre capitalismo e socialismo seria ideológico, mas não utilizar mecanismos econômicos intrínsecos ao sistema escolhido.

Então, definimos ao neoliberalismo como movimento ideológico economicista surgido no final da II.G.M. para lutar contra a hegemonia econômico-política que estava-se desenvolvendo no primeiro mundo ocidental. Esta, chefiada por um mais ou menos amplo keynesianismo social-democrata atentava, segundo autores como Hayek, contra os direitos mais inalienáveis do ser humano. Ditos direitos não tinham nada a ver com a declaração da Revolução francesa, ou das Nações Unidas, senão com a liberdade dos indivíduos para comprarem e venderem sem limite nenhum.

Os trabalhos a respeito da aplicação econômica e política dessas teorias são abundantes; mas como dizemos, gostaríamos de trabalhar na perspectiva ideológica. Assim, salientamos a conversão dessa ideologia liberal, no começo elitista (Anderson 1996:9-10), em hegemônica; mas também a sua assimilação social até o ponto de ser considerada como intrínseca à sociedade. Richard Rorty, paladino da pós-modernidade, citado por Bauman, fala dessa sociedade onde as pessoas *“não sentiriam mais a necessidade de responder à*

⁹ “Que a máquina de guerra funcione, por sua vez, pressupõe que todos os outros (os que não são “decisores”), ou pelo menos a maioria deles, contribuem para seu funcionamento, sua eficácia e sua longevidade, ou, em

pergunta, porque você é um liberal?" (1998:250). Aparentemente, e dada a sua abrangência, o neoliberalismo seria aceito como algo inerente ao sistema social, como parte da sua base econômica, não como produto de uma escolha¹⁰.

A corrente pós-moderna apareceu no campo da arte contestaria dos anos 60 e 70, com uma clara rejeição estética e ideológica do “modernismo” (Harvey 1993:45-49), e foi cedo cooptada pelo mercado. A mercantilização da arte foi acompanhada pela relativização das ciências sociais e a rejeição dos partidos de esquerda. A cilada do relativismo afetou tanto os cientistas quanto os novos trabalhadores, favorecida pelo dogmatismo de algumas “esquerdas” e a atitude “exemplificadora” dos regimes do Leste. Misturado com a “não-ideologia” do economicismo liberal tecnocrata, consegue que a população colabore na sua própria exploração:

“Tais teorias têm a óbvia missão ideológica de demonstrar, para o seu próprio alívio, que a nova formação social em questão não mais obedece às leis do capitalismo clássico. a saber, o primado da produção industrial e a onipresença da luta de classes” (Jameson 1997:29).

A luta de classes seria substituída na superestrutura, então, por este conjunto frouxo e fútil de ideologias que vamos nomear de pós-modernas. Para nós, estes discursos abrangem desde a “terceira via” delineada por Giddens e Beck - que não se consideram “pós”-, entre outros, até autores como Bauman (1998) que aceitam o termo. Definimos a ambos grupos como pós-modernos, já que acreditam na emergência de um novo tempo, uma nova etapa na história da humanidade definida das mais variadas maneiras, mas com uma característica comum: a falência dos conflitos sociais baseados na classe e na relação capital trabalho como elementos centrais. Estes seriam ultrapassados por questões como os riscos globais e a insurgência de novas identidades (e novos movimentos sociais). Tais identidades serão mistas, diversas, mutáveis e não relacionadas com as classes sociais, com o seu ponto culminante na aparição da sociedade civil. A pós-modernidade caracterizar-se-ia, portanto, pela emergência da dúvida do conhecimento em si próprio, pelo surgimento da sociedade de riscos e da sua democratização, e pelo deslocamento dos eixos sociais, das classes para as novas identidades.

Tanto o neoliberalismo economicista quanto a pós-modernidade¹¹, reforçam a inevitabilidade dos fatos que acontecem¹² ao mesmo tempo que falam do relativismo na

todo caso, que não a impedem de continuar em movimento” (Dejours 1999:16).

hora de definirem-se objetivos mais além dos individuais. Vamos tentar mostrar que o pós-modernismo junto ao neoliberalismo, por ação predeterminada ou por omissão, constituem como diz Jameson (1997) “*A lógica cultural do capitalismo tardio*”, ou, como nós dizemos, a *superestrutura do liberalismo econômico*. O relativismo social leva à banalização dos processos sociais, e, portanto, muda atitude com respeito à eles. O individualismo isola os indivíduos e inabilita-os para reagirem contra coisas que já não consideram tão injustas¹³.

1.2.1 A CRISE DO MODELO SOCIAL-DEMOCRATA KEYNESIANO E DO SEU MODELO PARTIDÁRIO.

Elementos emergentes do processo anteriormente descrito seriam as novas organizações que em conjunto conformam a “sociedade civil”, e que já não mais se agrupam por questões de classe, renda ou trabalho. Se bem a retomada da liberalismo tem causas relativas à economia e ao final das vantagens do pacto social, também tem outras causas que explicam o surgimento de novos movimentos sociais e ideologias não sediadas nas relações entre as classes. As próprias vantagens do Estado previdência, e as concessões feitas a ele teriam causado o enfraquecimento das ideologias socialistas.

Os liberais do século XIX acreditavam que em uma democracia de voto universal o poder numérico das massas abalaria o capitalismo e levaria a uma legislação de classe¹⁴ (Offe 1996:55-56). Engels, e a II Internacional pensavam da mesma maneira. Isto degenerou em um economicismo ortodoxo e um cienticismo limitante, onde o indivíduo mesmo o operário, central na história para Marx, ficava reduzido a mero espectador da chegada do socialismo, quer via eleitoral, quer via revolução.

Porém, no século XX, ficou comprovada a compatibilidade de democracia e capitalismo. De fato, isto foi possível ao desenvolver-se um tipo concreto de democracia que integrava o Estado previdência e um modelo peculiar de capitalismo que aceitava esse

¹⁰ “(...) não é a racionalidade econômica que é causa do trabalho do mal, mas a participação progressiva da maioria no trabalho do mal que recruta o argumento economicista como meio de racionalização e justificação posterior da submissão e da colaboração no trabalho sujo.” (Dejours 1999:95).

¹¹ Com suas diversas nomenclaturas e variáveis.

¹² “Segundo essa concepção, não haveria injustiça, mas apenas um fenômeno sistêmico, econômico, sobre o qual não se poderia exercer nenhuma influência” (Dejours 1999:20).

¹³ Dejours para França diz que a tolerância da injustiça seria a causa da desmobilização e não ao invés. A política economista de Mitterrand também não seria causa, mas resultado. Assim, nos últimos 15 anos foram adotados novos sistemas de gerenciamento e organização no trabalho, o que se traduz em um progressivo questionamento dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais (1999:25).

¹⁴ Julgando que a sua legislação não era de classe.

jogo. Nesse sistema, que podemos chamar de social-democrata keynesiano, o papel e a competição entre os partidos políticos iam ser elementos muito importantes para dar estabilidade ao sistema. Weber e Rosa Luxemburg já discordavam, na primeira década do século, com Engels, sobre a possibilidade de que o acesso ao voto universal fosse trazer a revolução para a Alemanha. Luxemburg, assim como Weber – embora desde perspectivas diferentes –, salientavam os aspectos burocráticos dos partidos e o seu afastamento progressivo dos indivíduos dentro do processo de moderação necessário para obter poder político (Offe 1996:59-62). Daí que os diversos partidos operários já não tentassem radicalizar, senão integrar. Abrem-se as possibilidades de alianças e os partidos tratarão de dar uma imagem de unidade, apagando ou não fomentando, a discussão interna e perseguindo as discordâncias. E o que é mais importante, o moderno partido, "*partido assume tudo*" situa-se na lógica da diversificação do produto, no sentido de tentar interessar a uma multidão com reivindicações e preocupações diferentes.

Os efeitos são a crise do modelo pela perda do radicalismo ideológico, entendido como criação de novos discursos, novas atitudes; a anulação do papel ativo do indivíduo; e a erosão da identidade coletiva. Cada um destes três resultados é um fator de contenção e limitação do alcance dos objetivos e das lutas políticas, sendo assim, uma garantia virtual de que a estrutura do poder político não se afastará tanto da estrutura do poder socio-econômico como para chegarem a serem incompatíveis entre si (Offe 1996:65). Ou, como diz MacPherson: "(...) *o sistema de partidos tem sido o meio de reconciliar o sufrágio universal igual para todos com a manutenção de uma sociedade de desigualdades*" (1977:69). O sistema de partidos impõe restrições as "não-decisões" tomadas que, juntas, fazem a democracia segura para o capitalismo.

Se naquela altura este pacto também trouxe consigo importantes cessões por parte dos empresários, configurando um modelo social com Estado-previdência forte, atualmente e com o fim das vantagens para aqueles, o pacto teria deixado muito enfraquecida a capacidade da esquerda para reagir à própria retomada liberal. A análise de Claus Offe sobre os problemas do Estado previdência, está relacionada com o surgimento de movimentos nacionalistas, os quais estariam favorecendo a destruição do próprio Estado-nação¹⁵, agora que a sua utilidade foi ultrapassada pela mundialização dos capitais. A

¹⁵ Entendido o Estado como unidade político administrativa que proporciona serviços às populações, nunca como entidade nacional racional, baseada na História, na língua, na etnia..

democracia contemporânea, inserida em sistemas sociais classistas complexos, obriga os partidos ganharem sufrágios em todos os âmbitos, diminuindo tudo aquilo “ideológico” para fazê-los atrativos, e afastando-os dos movimentos sociais para dar a idéia de estabilidade e não corporativismo, o que acaba fazendo-os insípidos. No fundo isto tem a ver com a idéia desenvolvida por Schumpeter em 1942 (MacPherson 1978:82-90) visando na democracia, não políticos e cidadãos, mas produtores/vendedores e utentes/compradores. Consequentemente, as populações aborrecem-se com uma política que nada lhes diz, sem conteúdos, só com aparências. Nesse sentido, pode-se pensar porque os movimentos nacionalistas têm tido tanto sucesso em toda Europa desde os anos 70, e os fundamentalistas no mundo islâmico. Eles marcam explicitamente alguma fronteira, alguma diferença, mesmo que seja uma fronteira entre o “nós” e o resto, com categorias naturais que identificam os participantes, sejam irlandeses, bascos, russos, negros ou crentes (Offe 1996:97-101).

Com o enfraquecimento dos conteúdos políticos, começa a surgir uma multidão de grupos dietéticos, contra as doenças, fundamentalismos religiosos, nacionalistas e toda uma série de associações heterogêneas e não classistas que se manifestam em favor da paz, dos animais em perigo, do fim do patriarcado, etc. A relação que isto tem, com o enfraquecimento das instituições democráticas dos Estados, e a diminuição dos direitos sociais, em favor de *lobbies* de poder não elegíveis nem eleitos como os que dominam o mundo financeiro e dos *mass* mídia, ainda deve ser estudada¹⁶. Este deslocamento consegue apagar aquilo que afetava o mercado, as restrições políticas, e também, eliminar a contestação social dos antigos movimentos, partidos e associações. Justo aqueles movimentos que por uma parte, pressionavam diretamente as empresas e, por outra, em conivência com o Estado, criaram nos países social-democratas da Europa, sistemas sociais muito fortes.

Pode-se observar em todo o mundo, o grande desenvolvimento das Organizações Não Governamentais, (ONGs), entidades que precisam maioritariamente de fundos públicos, mas caracterizadas pela sua ação sem controle público, em substituição de obrigações até agora assinaladas os governos dos Estados. Outras, são financiadas pelas grandes empresas mundiais e por instituições como Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional. Ao mesmo tempo, os “movimentos tradicionais” têm sido desmembrados. Os sindicatos têm

¹⁶ Embora alguns autores como Ramonet (1998) achem que haveria relação direta.

perdido poder em todo o mundo, Margareth Thatcher e o seu acólito, Tony Blair, destroçaram desde fora e desde dentro o poder das *Trade Unions* britânicas. Desta maneira movimentos que tinham um papel de contrapoderes são eliminados, enquanto que os outros novos não parecem alternativas sérias, encontrado-se ligados aos poderes estabelecidos e sendo carentes de crítica sistêmica. O capital pode circular e recuar como quiser, sem perigo de perda.

Nos Estados Unidos, esta revolução supõe algumas contradições como as sublinhadas por Chomsky (1996:-14-18) respeito ao programa *The New America*¹⁷ de Newt Gingrich, o que sob uma máscara culturalista só deseja destruir a proteção do Estado previdência. Destruí-lo no seu caráter universal, mas não como suporte das classes favorecidas, conseguindo uma previdência corporativa¹⁸ fins econômicos e sociais que beneficiam à elite econômica norte-americana, embora, provoque um fundamentalismo cultural que, ao mesmo tempo, essa elite aborrece - rezar novamente nas escolas, fazer recuar o papel da mulher no trabalho e na sociedade - (Chomsky 1996:12-16). Portanto, essa elite encontra-se em uma situação paradoxal, como os grandes patrões alemães ante os nazistas e os seus excessos, a despeito de manter os operários nas fábricas. A situação repetir-se-ia, mas em um novo contexto trabalhista.

1.3- AS PONTES

"And that empty economics has its pale complement in the enfeebled social and philosophical theses of "postmodernism", teach us to be happy and to cope with the system on a day-to-day basis, while closing our eyes to the ever more gigantic catastrophes which it is cooking up for us. Postmodernism thus legitimises, in its own way, the manipulative practices required of political managers for whom democracy must be reduced to the status of a "low intensity" activity even as it treats to the attachment of a society to its own identity as something neurotic, empty, and impotent" (Amin 1998:38).

As pontes entre o neoliberalismo e a pós-modernidade partem do pressuposto de que a esquerda foi derrotada, mas além disso, de que é uma espécie quase extinta, exceto se considerarmos esquerda o partido democrata norte-americano, e a Terceira Via encabeçada

¹⁷ Esta justificação cultural está baseada no retorno aos valores que fizeram grande a América, quer dizer o patriotismo, a família e Deus.

¹⁸ Calvo Santos (2001) realizou uma dissertação cujo eixo principal foi observar o papel do Estado na proteção do capital financeiro. A autora recupera uma serie de autores norte-americanos de grande importância, mas desconhecidos, que abordam a função do Estado nas novas economias neoliberais. No interessantíssimo trabalho de Davita Glasberg e Dan Skidmore (1997), diferencia-se entre Estado Previdência Social e Estado Corporativo. O neoliberalismo embora fale da destruição do Estado, estaria procurando construir um novo Estado de Previdência Corporativa, claramente defensor dos interesses do capital.

por Tony Blair. Por cima do fim das classes, como elemento central da sociedade, levanta-se todo um sistema conceitual no qual ambas correntes vão partilhar muitas características. Para começar a questão da História.

1.3.1- FIM DA HISTÓRIA – NOVA SOCIEDADE

Para Fukuyama (1992), a História teria acabado com a vitória do sistema capitalista após a queda do muro de Berlim e dos regimes comunistas do leste europeu. Huntington (1997) afirma que, no novo século, os conflitos ficaram restritos à luta de civilizações, e os únicos perigos para o mundo ocidental serão os fundamentalistas (terceiro-mundistas), e talvez a China. O neoliberalismo não encontra problemas econômicos, apenas sugere uma possível encrenca para aqueles *povos* ou *países* que se resistirem a aceitarem o novo dogma ideológico-econômico.

Se o neoliberalismo acredita no Fim da História pelo sucesso do sistema econômico capitalista, a pós-modernidade entende a nossa época como um tempo que tem ultrapassado as grandes narrativas que davam conta de tudo, nas que os seres humanos estavam inseridos na História com um passado definitivo e um futuro predefinido: *“A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento na qual a ciência não tem um lugar privilegiado.”* (Giddens 1991:12). O fim da História deve-se ao relativismo, Giddens mais uma vez aponta nesse sentido mas com ressalvas:

“A História não tem a forma “totalizadora” que lhe é atribuída pelas concepções evolucionárias. (...) Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação. Mas isto não implica que tudo é caos ou que um número infinito de “histórias” puramente idiossincráticas pode ser escrito. Há episódios precisos de transição histórica, por exemplo, cujo caráter pode ser identificado e sobre os quais podem ser feitas generalizações.” (1991:15).

Bauman curiosamente encontra um teleologismo: a História desde a Ilustração teria sido uma corrida na procura dos campos de concentração, enquanto o socialismo apenas uma *partenaire* de luxo¹⁹. Foi o radicalismo da modernidade que levou a Sibéria a milhões de pessoas (1995:275-281). Se, para Bauman, o problema foi um teleologismo dogmático, para Giddens, os teóricos da modernidade teriam atingido a sociedade com um tipo limitado de análise, que apenas atingiria uns poucos aspectos. Para Marx, o capitalismo era

¹⁹ Para Bauman também seria culpa do “socialismo”, o fato dos dirigentes soviéticos construírem barragens mal feitas, centrais nucleares sem segurança, etc. No fundo a culpada é a força do progresso, a ciência (1998:250). Não adianta saber qual é o uso feito dela, nem os interesses lucrativos que podem encaminhá-la.

a força mais importante na modernidade; e Durkheim julgava central o industrialismo, a ordem industrial emergente; enquanto Weber falava do “Capitalismo racional”, que caminha para a burocracia (1991:20-21). Portanto, seria mais inteligente trocar essas imagens e sobretudo a imagem marxista do capitalismo,: “(...) *uma via irracional para dirigir o mundo moderno, porque ele substitui a satisfação controlada das necessidades humanas pelos caprichos do mercado*”, pela imagem do carro de Jagrená²⁰: “(...) *uma máquina em movimento de enorme potência que, coletivamente como seres humanos podemos guiar até certo ponto mas que também ameaça com escapar de nosso controle e poderia se espatifar*” (Giddens 1991:140).

Aparentemente a diferença apenas está nos termos utilizados, mas o raciocínio vai além disso, já que caracteriza ao capitalismo como um sistema não necessariamente negativo para a sociedade, e que também não reproduz necessariamente, se quer a luta de classes:

“E um dos traços mais característicos da modernidade é a descoberta de que o desenvolvimento do conhecimento empírico não nos permite por si mesmo decidir entre diferentes posições de valor. (...) Na versão de Marx da teoria crítica – uma teoria que vincula interpretação e prática – a história tem uma direção geral e converge para um agente revolucionário, o proletariado, que é uma classe universal. (...) Mas a História, como notamos, não tem teleologia, e não há agentes privilegiados no processo de transformação engrenado à concepção de valores. Marx conservou mais do que um eco da dialética do senhor e do escravo, uma perspectiva que é atraente porque os des-privilegiados são os verdadeiros detentores dos interesses da humanidade como um todo. Mas devemos resistir a esta noção, a despeito de sua atração para aqueles que lutam pela emancipação dos oprimidos. Os interesses dos oprimidos não são uniformes e freqüentemente colidem entre si, enquanto as mudanças sociais benéficas com freqüência exigem o uso de poder diferencial mantido apenas pelos privilegiados” (Giddens 1991:153-154).

A nova era, afastada do final apocalíptico dos marxistas e do conflito inerente caracterizar-se-ia, em palavras de Beck, pela reflexão que não será reflexão em si, mas auto-confrontação. A sociedade torna-se (parece que de repente) uma temática e uma problemática para si própria. Das certezas da sociedade industrial passa-se aos riscos do presente. Entretanto, é lá no passado, que são situadas as incertezas, no conhecimento que não só não resolve, mas gera-as: “*Quanto mais tentamos colonizar o futuro, maior é a probabilidade de ele nos causar problemas*” (Giddens 1997:76).

MacPherson já em 1964 refletia assim, se o capitalismo era e é difícil de justificar: “(...) *torna-se extremadamente vantajoso descobrir que cedeu o lugar a alguma coisa diferente. (...) E como o marxismo, à moda antiga, continua a causar problemas, talvez seja*

mais fácil anunciar a sua morte e substituição” (1982:17). Hobsbawm, o octogenário comunista e marxista, cujos livros não conheceram tradução na URSS, analisa este processo com a simplicidade de um bom historiador:

“Nas última décadas, tornou-se moda, principalmente entre pessoas que se julgam de esquerda, negar que a realidade objetiva seja acessível, uma vez que o que chamamos de ‘fatos’ apenas existem como uma função de conceitos e problemas prévios formulados em termos dos mesmos. O passado que estudamos [também o presente], e só um constructo de nossas mentes. Esse constructo é, em princípio tão válido quanto outro, quer possa ser apoiado pela lógica e por evidências quer não. Na medida em que constitui parte de um sistema de crenças emocionalmente fortes, não há, por assim dizer, nenhum modo de decidir, em princípio, se o relato bíblico da criação da terra é inferior ao proposto pelas ciências naturais: apenas são diferentes. Qualquer tendência a duvidar disso é ‘positivismo’, e nenhum termo desqualifica mais que este, exceto empirismo” (1998:8).

Historiar é positivo, mas a História apenas é um obstáculo para isso. A pergunta acaba sendo: chegou o fim da História porque triunfamos na solução dos problemas?, ou porque a alguns lhes parecem pseudo-problemas?, como fala Eagleton (1998:28). Ou porque temos desistido, não da luta, de qualquer luta, mas do mero pensamento? A continuidade da opressão, da violência de uns seres humanos contra os outros, do sofrimento e a degradação é difícil de negar (mas não impossível para alguns). Talvez não exista progresso na História, mas existe morte e destruição, injustiça e miséria. Na procura da globalidade está o nosso desejo de melhora, na procura do conhecimento e da História estão as respostas para o futuro, um futuro que queremos mais justo e, para isto, precisamos chegar a uma distinção fundamental, entre fato, sujeito a comprovação, e ficção.

1.3.2- INCERTEZAS

Para alguns autores como Giddens e Beck, ainda não teríamos superado o final do estágio e nós encontraríamos em um ponto intermediário entre a modernidade e a pós-modernidade, onde são partilhadas identidades, ideologias, ações políticas e sociais, tanto da antiga modernidade quanto desta nova que eles nomeiam “alta modernidade” ou “modernidade reflexiva”. Para Beck, a passagem dá-se no decorrer de uma destruição criativa, que está a produzir essa nova sociedade (1997:12). Bauman fala plenamente dessa ordem pós-moderna cheia de incertezas criadas pelo progresso, pela sua falência e pela queda dos parâmetros de pureza e de ordem (1998:20). Os radicais “pós” ou os neoliberais falam já sem rodeios da *nova era*.

²⁰ Carro de uma divindade indiana, que era puxado pelos fiéis chegando às vezes a esmagar a alguns sob as

Todos eles descrevem o reino das incertezas, disso têm certeza, curioso contra-senso para teorias que vão abalar a confiança em um progresso louco. Causa e efeito, símbolo desta época nascente é a incerteza. Paradoxal processo que reflete a queda das ideologias acompanhado do esmagador domínio de algumas delas. Se o sistema capitalista e a concorrência humana dentro dele são incontestáveis, se o relativismo é de fato um fato, como podemos falar de incertezas? Se tudo é incerto, exceto que é incerto, entramos em um bucle que não leva a nenhum lugar. Ficamos girando no centro do nada enquanto tudo lá fora talvez continue a se mexer. Poderia ser que esta categorização não fosse a mais interessante para definir um processo que existe, mas que definido de tal jeito não pode ser mudado. Para quebrá-lo precisasse de outras análises, nada adianta criar o desencaixe e defini-lo como “(...) *deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço*” (Giddens 1991:29). Nem achar necessário, como Beck julga, nos libertar das concepções da “*Sociedade Industrial*” para enxergar a crise ecológica e as mudanças, adotando outra visão para ser cômicos dos riscos ecológicos, abandonando no passado o passado mesmo, a luta de classes e outras questões “*arcaicas*”.

Reconhecer que foram abalados os pensamentos humanistas, classistas, e progressistas, a maior contribuição da pós-modernidade, não significa achá-lo benéfico. Concordamos nas análises da pós-modernidade, já que enxergam bem a situação social, infelizmente apolítica, mas discordamos no sentido de que ditas análises levem a definir o tempo atual como uma era “pós”. Hobsbawm (1995) evidenciou, entre outros, o fim do que ele nomeou século curto (1918-1991), porém, não significa que aconteceram as mudanças necessárias para poder falar de uma nova era. Thompson achava fundamental que a classe operária atuasse como classe, para esta existir. No entanto, o fato dos trabalhadores não agirem como classe, não quer dizer que as classes não existam em si, embora isto tenha pesadas consequências. A existência de dúvidas e de inseguranças, não são necessariamente elementos negativos, ao avesso, permitem manter o dogmatismo afastado e evoluir na procura sempre de sociedades mais justas.

Bauman diferencia, baseando-se em um relato novelesco com exorcismos, diabos e padres, entre as dúvidas ou incertezas que podem ser algum dia resolvidas (modernas) e aquelas sistêmicas, inerentes (pós-modernas): morreu Napoleão em 1832 ou não?

(1995:251-252). Nós apoiamo-nos em Hobsbawm, se Bauman está certo a ciência não existe, tudo fica em mãos da religião e da fé.

1.3.3- RISCOS

Na pós-modernidade os riscos causam as incertezas. Para os neoliberais os riscos são mínimos e impossíveis de eliminar, embora, sejam democráticos e atinjam não os ricos ou os pobres, atingem aqueles que não lutaram nem criaram o seu próprio destino. Para os pós-modernos, a sociedade industrial gerou riscos globais no seu próprio desenvolvimento.

Para uns, os neoliberais, os riscos são algo que fica perto da vadiagem, para os pós-modernos os riscos dizem a ver com o global. É claro, coisas como o ozônio, os golfinhos, as florestas, enquanto no trabalho não haveria riscos. Beck em uma recente entrevista, explica as suas idéias sobre o futuro do emprego. Seguindo o costume destes autores, inventa um novo termo para definir um processo iminente: “blasilinização”. Este novo mundo do trabalho definir-se-ia pelas mudanças nas condições do trabalho, as quais serão do tipo “brasileiro”, quer dizer sem sistema de previdência, controles do Estado, regulamentação social e trabalhista, etc. O outro ponto, a “feminização”, o fato dos empregos terem as características tradicionalmente²¹ próprias ao emprego feminino: flexibilidade, temporalidade, instabilidade e precariedade. Eis o futuro da Europa (Beck 1999:4).

Com certeza nós enfrentamos hoje com situações de risco que outras gerações não tiveram e cujo impacto atinge a humanidade toda. No entanto, essa isonomia de riscos, mesmo que seja diferente para os ricos e os setores depauperados (que teriam duplo risco) reclama mudanças (Giddens 1991:126-128). Os problemas, porém, encontrar-se-iam no fato do Estado previdência ser obsoleto. Portanto, não de se criar novos Estados de bem-estar banindo os poderes burocráticos instalados dentro deles, e para isto, é melhor que não tivessem existido, para começar sem os problemas dos interesses já criados. A solução: encontrar um equilíbrio entre risco e segurança, precisando-se governos ativos que ajam, mas também uma compreensão sofisticada das novas situações de incerteza. Quer dizer, novos governos baseados em novas idéias e em novas políticas públicas, algo que já desenvolveu Giddens no seu livro “A Terceira Via” (1999). Essas novas idéias estarão

²¹ Apenas aplicável ao âmbito ocidental e japonês, onde houve certos sistemas de previdência que defenderam um pleno emprego masculino, mas não ao resto do mundo, onde não existiu essa diferença sexual.

presentes nas práticas dos blocos regionais a estudar, e curiosamente partilharam alguns traços com as perspectivas neoliberais (ver capítulo V).

Para o neoliberalismo, os “riscos” também são democráticos: *“Não vejo razão por que a espécie de sociedade que me parece desejável ofereça maiores vantagens para mim do que para a grande maioria do povo do meu país”* (Hayek 1977:XXXIII). Mas, para eles, como é conhecido, o Estado tem que desaparecer de algumas facetas sociais o que inevitavelmente vai gerar alguns “pequenos” problemas:

“Um resultado necessário disto, – resultado que só na aparência é paradoxal –, é que essa igualdade formal perante a lei se acha em conflito e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise premeditadamente uma igualdade material ou substantiva entre os diferentes indivíduos, e que qualquer política que vise diretamente um ideal substantivo de justiça distributiva deve conduzir à destruição do Regime da Lei. A fim de obter os mesmos resultados para diferentes pessoas, é necessário tratá-las diferentemente. Dar a diferentes pessoas as mesmas oportunidades objetivas equivale a não lhes dar a mesma possibilidade subjetiva. É inegável que o Regime da Lei produz desigualdade econômica, e tudo que se pode alegar em seu favor é que essa desigualdade não atinge em concreto estes ou aqueles indivíduos” (Hayek 1977:75-76).

Hayek acha nisso um pequeno risco, democrático, isso sim: *“Mas chamar privilégio a propriedade como tal, que todos podem adquirir dentro de umas regras, só porque alguns conseguem adquiri-las e outros não, isso é privar a palavra privilégio do seu sentido”* (Hayek 1977:77). A posse de propriedades não seria um privilégio já que não está reservada a nenhuma classe ou estamento determinado, a classe proprietária não seria, segundo este raciocínio classe.

Beck sublinha as novas expressões sociais, achando positivo o processo de brasilinização do mundo porque vai destacar outros fenômenos além do trabalho, que na sua opinião existem no Brasil enquanto não na Europa: a “ideal” integração multi-étnica da sociedade brasileira, e a “soberania múltipla”:

“Há três anos estive no Brasil, e essa experiência foi decisiva para mim. Ainda estou com a impressão de que nenhum outro país no mundo colocou de tal maneira em xeque minha autocompreensão como “cientista social europeu estabelecido”, como se essa frágil suposição pudesse nos proteger do novo. A quem quisesse se despedir dessas certezas européias, eu sugeriria ir urgentemente ao Brasil” (1999:4).

Do mesmo jeito considera impossível que no futuro as políticas dos Estados se orientem para o pleno emprego²²:

²² Giddens acha que a subcontratação, o emprego em tempo parcial, quer dizer o emprego precário constitui uma ruptura do poder das multinacionais e não uma característica nova do seu domínio (1997:106).

“Devemos superar a ficção do regime de plena ocupação do trabalho no Ocidente e temos de nos perguntar como a democracia pode ser fundamentada, de maneira renovada, além do pleno emprego, revitalizada nas malhas do cotidiano” (Beck 1999:4).

No que diz respeito à sociedade do risco, os autores apenas estão preocupados com esses conceitos meio metafísicos e não com o sistema que os provoca. A questão é que ditos riscos globais, ultrapassam as relações de classe (Giddens 1991:123), o que quer dizer que são ou serão pagos por todos. É sumamente curioso que esta idéia não seja nova, mas tenha a sua origem no liberalismo econômico. A função dos Estados é manter a concorrência e fazê-la operar melhor, mas o Estado (ou seja os cidadãos, todos eles) haverão de pagar a construção de infra-estruturas, e os efeitos não desejados da geração de lucros:

“Desta forma, tanto os sinais de tráfego para as estradas como, na maioria das circunstâncias as próprias estradas, não podem ser pagos pelos indivíduos que delas se utilizam. Certos efeitos nocivos do desflorestamento, de determinados métodos agrícolas, ou a fumaça e o ruído das fábricas, também não podem ser atribuídos apenas ao detentor da propriedade em questão (...)” (Hayek 1977:37).

A culpabilidade passou dos causadores dos riscos aos que os suportam: os riscos “socializaram-se”, os lucros não.

1.3.4- REJEIÇÃO DA HISTÓRIA E DAS CATEGORIAS UNIVERSAIS, APAGAMENTO DOS SUJEITOS UNIVERSAIS

Em decorrência de uma sociedade que não acredita em muita coisa e encontrou nos riscos globais os bichos-papões da nossa época, a nova ordem social é capitalista e pós-moderna. Rejeita tudo aquilo da suposta “modernidade”, exceto o capitalismo que é assumido sem discussão. Pós-modernidade como uma nova ordem social na que:

“(...) descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os ‘fundamentos’ preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a história é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de progresso pode ser ‘plausivelmente defendida’; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral.” (Giddens 1991:52).

Eagleton acha neste processo uma questão mais estratégica do que teórica:

“(.) pode muito bem haver algum tipo de sistema total, mas, uma vez que nossas ações políticas não conseguem combatê-lo, como um todo, o melhor conselho seria então que dançássemos a música e partíssemos para projetos mais modestos porém, mais viáveis.” (Eagleton 1998:20).

Será assim? Ou teremos interesses e subterfúgios atrás dessa decisão. Obviamente, cada mudança na estratégia tem implicações posteriores: com a rejeição da História, como método para mudar o futuro, caem todas as categorias universais e os sujeitos também universais que as sustentavam. Como acrescenta o próprio Eagleton:

“Ele geralmente acaba significando uma desconfiança de certos tipos de totalidade e um endosso entusiasta de outros. Alguns tipos de totalidades, - prisões, patriarcado, o corpo, ordens políticas absolutistas -, se constituíram tópicos aceitáveis de discussão, enquanto outros, - modos de produção, formações sociais, sistemas doutrinários -, sofreram uma censura velada.” (1998:22).

Talvez por acaso, ou altamente relacionado, a pós-modernidade costuma entender como intrinsecamente negativos conceitos como lei, norma, poder e consenso. Para nós, tais conceitos são definíveis, podendo haver leis boas e leis más, ou se quiserem leis socialmente mais justas do que outras. A proposta da pós-modernidade é o relativismo, a do neoliberalismo o consenso apenas naquilo que não interfira à individualidade, o que quer dizer em quase nada.

1.3.5- TRIÁDE CLASSE-GÊNERO-RACA

Um efeito dessa mudança pode se observar na troca de alguns elementos básicos no paradigma anterior:

“Mas uma preocupação sincera com os movimentos trabalhistas, ainda que outrora largamente justificada pela sua importância estratégica no início do desenvolvimento das instituições modernas e da expansão capitalista, reflete a ênfase unilateral no capitalismo ou no industrialismo como as únicas forças dinâmicas significativas envolvidas na modernidade” (Giddens 1991:158).

Se o capitalismo já não é mais central na sociedade mesmo ao ser universal e esmagador, também não o são os movimentos trabalhistas:

“A participação social, assim, se orienta para pequenos objetivos, pragmáticos e/ou personalizados, embutidos na micrologia (nos pequenos espaços) do cotidiano: hobbies, esportes, ecologia, feminismo, direitos do consumidor, macrobiótica. Um sujeito pós-moderno pode ser ao mesmo tempo programador, andrógino, zen-budista, vegetariano, integracionista, antinuclearista. São participações brandas, frouxas, sem estilo militante, com metas a curto prazo, e onde há expressão pessoal. Renuncia-se aos temas grandiosos como a Revolução, Democracia Plena, Ordem Social – coisas da modernidade industrial. Na pós modernidade só há revolução no cotidiano.” (Ferreira 1984:29).

Novos conceitos e categorias substituíram a luta de classes e o capitalismo, que no fundo derivavam de uma centralidade do trabalho, não contestada, mas rejeitada. Na nossa percepção, todos os críticos da centralidade do trabalho enganam-se ao pensarem que os

cientistas sociais que trabalham nesse campo fazem-no por desejos corporativos ou demências precoces. O trabalho é estudado porque dele, da sua forma, da sua intensidade e da sua existência ou ausência, depende de praticamente a totalidade da humanidade, e isto não vai mudar por enquanto.

Desta maneira, são respeitáveis aquelas críticas vertidas a uma centralidade do trabalho que se diluía na década dos 70 e 80, no “mundo desenvolvido” pela introdução maciça (e agora sabemos que temporariamente limitada), de políticas keynesianas, socialistas e social-democratas. Era lícito porque, naquela altura parecia que os sistemas sociais poderiam sustentar uma sociedade na que o trabalho fosse um aspecto colateral das mesmas. Daí, ao diminuírem relativamente os problemas no mundo do trabalho, as populações poderiam pensar e refletir em outras temáticas, desenvolvidas no final dos anos 60. Assim, Gorz por exemplo, de maneira otimista chegou a afirmar que o capital estava levando à sociedade ao limiar da libertação, à abolição do trabalho (1987:93). O que não é admissível e que críticas similares se apresentem, na atualidade, onde o desemprego, a pauperização e a injustiça social, além de permanecerem na imensa maioria do planeta, começam, ou já estão espalhadas pelo “mundo privilegiado”.

Como contrapartida, a pós-modernidade escolhe alguns temas como o neocolonialismo, o gênero ou a identidade individual, afastando aquilo que tenha relação com as classes sociais o que deriva em uma terrível perda política: *“A política do Ocidente está transbordando de radicais cuja ignorância das tradições socialistas, sobretudo das próprias, decerto deriva, entre outras coisas, da amnésia pós-modernista”* (Eagleton 1998:54). No caso do corpo Eagleton diz:

“Assim o corpo funcionou, ao mesmo tempo como aprofundamento vital das políticas radicais e o seu total deslocamento(...) Como fenómeno obstinadamente local, o corpo combina muito bem com a desconfiança pós-moderna em relação às grandes narrativas, assim como a paixão do pragmatismo pelo concreto” (1998:73).

1.3.6- INDIVÍDUO VERSUS INDIVIDUALISMO

Hayek julgava que o planejamento da social-democracia ia levar á ditadura, ao fascismo e ao estalinismo. Bauman, cinquenta anos depois, acha á ”engenharia social” dos nazistas e estalinistas:

“(...) produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna – daquela visão otimista de que o progresso científico e industrial removiam em

principio todas as restrições sobre a possível aplicação do planejamento, da educação e da reforma social na vida cotidiana, (...)" (1995:38).

Desde o Iluminismo do século XVIII, teríamos caminhado até as câmaras de gás, quer pela crença cega no progresso, quer pela planificação social e política. Dar a responsabilidade a Rousseau, Diderot, Hegel, Marx, Proudhon, Durkheim, etc. pelo genocídio de milhões de pessoas é fazer um fraco favor à História, a não ser que o senhor julgue a história como um remedo das lendas. Tanto Hayek como Bauman²³, dizem ser óbvio que os fenômenos nacionalistas, fascistas e nazistas foram promovidos, financiados, apoiados e aprovados pelas burguesias nacionais dos países que os sofreram, para além de servir aos seus interesses econômicos, conter às idéias iluministas, revolucionárias e socialistas do final do século XVIII, XIX e XX. Hobsbawm (1993) estudou a questão do nacionalismo e mostrou como o seu surgimento tem menos a ver com a sua essência metafísica, ou com a ligação identitária de determinados grupos humanos, do que com os interesses econômicos e políticos ocultos atrás de panos de cores²⁴. O capitalismo, como sistema econômico gerador de luta e concorrência, aguçada no final de século XIX pelo fim das fronteiras e a escassez dos mercados onde vender as cada vez mais numerosas mercadorias, foi em boa medida o impulsor de todos esses processos.

O deslocamento dos objetos de estudo e a aceitação de visões acríicas com respeito à sociedade, leva a um processo de individualização que, ao mesmo tempo, gera uma sociedade atomizada e caracterizada por uma corrida louca entre os indivíduos ou entre pequenos grupos sociais procurando garantir os maiores benefícios para eles. Apesar dos esforços do Bauman, o único que foi abalado foi o socialismo soviético²⁵, uma tentativa de melhorar um futuro a todas luzes insuficiente. O capitalismo atual talvez não tenha esse caráter teleológico, no entanto, aparece como o passado, o presente e o futuro. Antes salientávamos o fato de haver na época "*social-democrata keynesiana*", um âmbito ideológico, superestrutural, com um viés hegemônico não liberal, que limitava em certa

²³ Pare ele a invenção arbitrária do nacionalismo não teria implicações políticas nem econômicas, ao contrário: "*Ela surge da necessidade de compreender complexos arranjos sociais e políticos*" (Bauman 1995:73). Obviamente nos seguimos nesse ponto a Hobsbawm (1991).

²⁴ Giddens discorda plenamente: "*Os Estados-nação, e o sistema de Estados-nação, não podem ser explicados em termos de ascensão do empreendimento capitalista, por mais convergentes que tenham sido por vezes os interesses dos Estados e a prosperidade capitalista*" (1991:68).

²⁵ O papel de justificação exemplar para estas teorias dado pelo estalinismo soviético, vai ser pago durante décadas.

medida o individualismo. Hoje o processo virou e assistimos à constituição de uma outra hegemonia social, que assume, aceita e apóia um liberalismo individualista exacerbado.

Assim, no âmbito econômico volta-se a pensar, ou pelo menos a atuar como se se pensasse que qualquer intromissão pelo Estado paralisa as forças propulsoras da sociedade livre:

“Tal poder não destrói a existência, mas a torna impossível: não a tiraniza, mas comprime, debilita, abafa e entorpece um povo até que cada nação seja reduzida a nada mais do que um rebanho de tímidos animais industriais cujo pastor é o governo. Sempre pensei que uma servidão disciplinada, pacata e suave, como a que acabo de descrever, pode ser combinada, mais facilmente do que em geral se pensa, com algumas formas exteriores de liberdade, e que poderia mesmo estabelecer-se sob as asas da soberania popular” (Hayek 1977:XXIX).

Os interesses das populações seriam infinitos e só poderiam ser atingidos pela procura individual e particular desses interesses individuais e particulares, o que apenas acontece no capitalismo liberal. O Estado não pode atingir a felicidade de todos. O individualismo baseia-se na procura individual do bem-estar, não por egoísmo, mas pela impossibilidade de atingir um círculo amplo de interesses:

“Dai concluem os individualistas que se deve permitir ao indivíduo, dentro de certos limites, seguir os seus próprios valores e preferências em vez dos alheios; e, dentro desta esfera, o conjunto de finalidades individuais deve ser soberano e não estar sujeito aos ditames alheios. São esses reconhecimentos do indivíduo como juiz supremo dos seus próprios objetivos, e a crença de que as suas idéias deveriam governar-lhe tanto quanto possível a conduta, que formam a essência da atitude individualista (Hayek 1977:56).

Se não se cumpre este preceito o Estado tornar-se-ia super dominador e apagaria a liberdade, controlando quase tudo. Pode existir acordo no fato de dar o poder ao Estado, mas não sobre os fins a atingir. Nunca haverá maiorias qualificadas para decidir, e portanto, será a opinião duma minoria a que no fim decida. A democracia seria garantida unicamente por este sistema:

“Se capitalismo significa aqui um sistema de competição baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só mediante esse sistema se torna possível a democracia. Quando passar a ser dominada pelo credo coletivista, a democracia destruirá, inevitavelmente, a si mesmo” (Hayek 1977:65-66).

Aliás, a democracia mesma está condicionada à manutenção de determinados direitos individuais, mais importantes do que o sistema em si:

“A democracia é essencialmente um meio, uma invenção útil para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual”(…)”Tampouco devemos esquecer que muitas vezes tem havido mais liberdade cultural e espiritual sob os regimes autocráticos do que em certas democracias – e pelo menos concebível que, sob o governo de uma maioria muito homogênea e doutrinária, o governo democrático possa ser tão opressivo quanto a pior das

ditaduras “ (Hayek 1977:66).

1.3.7- FATOS

Além da discussão acadêmica, mais o menos apoiada ou rejeitada pelos poderes centrais da sociedade, encontra-se a vitória da nova hegemonia neoliberal pós-moderna. Esta vitória acontece tanto no mundo acadêmico e entre a “intelectualidade”, quanto na mídia ou no senso comum, senão não poderíamos falar de vitória hegemônica. Mas esta vitória, ou melhor está reviravolta socio-econômica, aconteceu primeiro no campo político, curiosamente no final dos anos 70, lá onde a pós-modernidade e o pós-materialismo começaram a se fortalecer.

A mudança no corpo dos Estados, - sobretudo os anglo-saxões -, e nas instituições econômicas internacionais como o BM e o FMI, foi brutal:

“Os conceitos ultraliberais -- que vêm nos funcionários públicos parasitas apegados a seus privilégios travando o funcionamento harmonioso dos mercados -- tornam-se a linha oficial” (Guilhot 2000).

Junto ao economicismo matemático e a estigmatização do público, o neoconservadorismo consolida um processo no que além de expulsar da economia todo afã de intervencionismo que procurasse justiça social, desenvolve-se um desejo de despolitização da sociedade.

O Banco Mundial será um dos artífices da substituição da ideologia nas organizações sociais, e investidor no desenrolamento de uma sociedade civil “livre e ativa”, não poluída de esquerdistas. Obviamente desideologizar significa apenas, apagar uma ideologia e substituí-la por outra:

“Tidas como militantes e amadoras pelos profissionais, as ONGs foram durante muito tempo negligenciadas ou combatidas, quando se faziam passar por porta-voz dos prejudicados pelos ajustes estruturais. Com a emergência de entidades humanitárias, que centraram suas atividades em situações extremas -- capazes até de decretar um estado de urgência e, por conseguinte, aptas a mobilizar a opinião pública e a financiar suas campanhas -- as ONG de desenvolvimento se encontraram diante de uma nova situação. A maioria delas passa por um declínio inexorável, enquanto as outras tiveram de se dobrar a uma disciplina empresarial para poder enfrentar um mercado em que a concorrência se tornou acirrada. Essa adaptação leva a uma profissionalização dessas organizações. Escolados nas técnicas de fund-raising e de relações públicas, os novos representantes das ONGs anglo-saxônicas são profissionais” (Guilhot 2000).

Segundo os autores mas críticos com as ONGs, ligados ao *Le Monde Diplomatique*, no decorrer desse processo as ONGs, muitas delas, ter-se-iam mercantilizado, adotando os

mecanismos de gerenciamento, direção e marketing do mundo do mercado, agora mais selvagememente neoliberal, com conseqüências importantes:

“Essa profissionalização rigorosa iria levar as ONGs a recrutar um pessoal cada vez mais parecido com o das instituições a quem faziam oposição. O que não somente atenuaria o seu discurso crítico, como facilitaria uma despolitização já amplamente iniciada. Portanto, a partir de 1985-1986, a influência das ONGs junto ao Banco Mundial se explica menos por uma espécie de mobilização da base -- a repercussão das manifestações "anti-FMI" nos países em via de desenvolvimento foi praticamente nula em Washington -- que por sua compatibilidade profissional com a instituição. O próprio banco saberia tirar vantagens dessa situação. Ao invés de ver essas organizações como estraga-prazeres em potencial -- caso em que é necessário antecipar-se, pagando um tributo retórico a algum de seus temas prediletos -- o BIRD compreendeu que o seu profissionalismo poderia servir a seus interesses. E que o diálogo era possível”(Guilhot 2000).

Talvez, possa-se explicar melhor neste contexto, o crescimento do investimento do BM nos projetos encomendados a ONGs²⁶, enquanto os governos eram obrigados ou obrigavam-se a reduzir o seu gasto público em favor de ajustes estruturais e ornamentais dados macroeconômicos. AS ONGs transformam-se em veículos de ascenso burocrático.

Isto apenas pode ser entendido como uma aproximação dos discursos e das ações das ONGs aos ditados do BM e outras instituições internacionais e governamentais. Como diz Guilhot, os projetos de desenvolvimento do BM, FMI, BIRD, etc.,: *“(...) passam por uma 'reetiquetagem administrativa', salpicados de ecologia, gênero e sociedade civil. Nada que alterasse a substância ou questionasse sua orientação neoliberal”*(2000)

O Banco Mundial vai aceitar uma nova linguagem, sob o lema da "boa governança" (The World Bank 1994), ponto de ancoragem das políticas de desenvolvimento dos 90. Conceitos tais como, "participação" dos cidadãos, "transparência" das instituições, respeito pelo "Estado de direito" e desenvolvimento da "sociedade civil", serão partilhados tanto pelas organizações não governamentais, que “solucionam” problemas sociais, quanto pelas organizações que provocam catástrofes sociais com as suas políticas de ajuste. Muitos autores têm falado do papel das ONG no sentido de atenuarem os efeitos das decisões macroeconômicas sobre as populações, se nos oitenta o fracasso derivou-se da aplicação maciça das políticas, nos noventa, as ONGs fariam possível a introdução das mesmas políticas sem causar revoltas sociais.

Perguntamo-nos então, como é possível que tais instituições e governos passem do apoio as ditaduras mais infames, para a descoberta da democratização e da sociedade civil? A resposta apenas diz respeito ao mantimento das políticas econômicas mais adequadas aos

interesses das classes dirigentes das potências mundiais, só que agora justificadas com base em outros elementos.

É a suposta esquerda, a terceira via, engoliu com gosto todo o discurso.

1.3.8 - PÓS-MODERNIDADE, SUPERESTRUTURA DO LIBERALISMO ECONÔMICO?

O neoliberalismo baseia os seus apelos ao individualismo na impossibilidade de consensos; a pós-modernidade, nos perigos da eugenesia social, nas certezas de uma ciência que, livre e gabando-se da sua eficácia, acabar-nos-ia levando cedo ou tarde ao totalitarismo. Talvez por isso a terceira via proponha:

“Para sus profetas, el Estado no debe ya desempeñar ningún papel regulador de la economía. Su misión es esforzarse en dar al ciudadano todas las oportunidades para defenderse con éxito en el mercado. Esto es el socialismo de mercado” (Cembero 1999).

A pós-modernidade é aqui um complemento do medo neoliberal aos controles (sobre as propriedades, os lucros, as compras e as vendas). Focaliza o interesse no *self* e no *ego*, mas não como parte de uma sociedade, e sim desmanchando qualquer categoria mais abrangente do que *Eu* próprio.

Richard Rorty afirma que categorias como raça humana, pecam por serem abstratas e metafísicas, parecendo acreditar que, se livrando de generalizações tipo “*humanidade universal*”, contribuir-se-ia para uma maior eficiência em termos morais e políticos (Eagleton 1998:113). Para a pós-modernidade universalismo significa ataque à diferenciação cultural, mas ambos itens não são antitéticos; para Marx igualdade era tratamento diferencial dentro de um todo social complementar (1987). Indivíduo, no sentido de identidade pessoal inserida em um contexto social e em uma necessária abstração (a Humanidade), é bem diferente ao individualismo como identidade única, isolada e conflitante com o resto das pessoas. A ação coletiva, política e social, e o consenso necessário para ela, ficam restritos ao que Hayek nomeia finalidades não principais: “*Só podemos contar com um acordo voluntário para orientar a ação do Estado na medida em que este se limite às esferas onde existe tal acordo*” (1977:57).

O neoliberalismo, utilizando conceitos hobbesianos, visa ao indivíduo como um átomo antisocial, ligado a outros antisociais átomos por uma série de relações puramente

²⁶ Os projetos do BM que integravam ONG, passaram do 8% em 1988 ao 47% em 1997 (Gillot 2000)

contratuais exteriores à sua substância interior; enquanto para a pós-modernidade é um sujeito disperso, inseguro e incapaz de concordar com o outro em algo. O ser humano “pós”, não tem os objetivos definidos do homem liberal, mas por isso não deixa de comprar no shopping, mudar de carro e de roupa, e consumir como aliciente vital máximo. Se o consumo não desapareceu, quer dizer que a lógica do sistema foi sustentada com maior ímpeto. De fato, pode ser útil para o sistema capitalista a existência de múltiplas identidades, relativas, mutáveis, tanto para a nova produção *toyotista*²⁷ quanto para que os sujeitos atuem no tribunal de justiça ou na cabine de votação.

1.4 OS NOVOS ATORES: OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A pós-modernidade recusa-se a reconhecer o que de comum têm os grupos humanos, no final, mais importante do que as diferenças. Isto é fatal para uma organização política, enfraquecida ao impedir ou dificultar a coordenação, exceto se tenciona-se criar um movimento particularista. Neste contexto pareceria difícil organizar-se, quando os elementos gerais, globais têm sido expulsos dos vocabulários políticos.

Porém, a chegada de uma série de novos movimentos sociais teoricamente opostos aos “velhos”, marcaria um antes e um depois, uma mudança que nas ciências sociais, está também relacionada, como foi dito, com a crise econômica dos anos 70, e a crise do modelo Estado previdência keynesiano. O fim do referente ideológico do socialismo soviético foi o derradeiro sinal, por uma parte, para a expansão de grupos que renegavam dos erros da esquerda ocidental, e por outra, para o ataque neoliberal apoiado desde os anos 80 nas correntes pós-modernas.

Todas as novas tendências levam ao chamamento à identidade dos indivíduos utilizando como elementos catalisadores questões culturais ou psicológicas. Nestes novos movimentos a participação é o mais importante, eis a diferença com respeito dos velhos, cujos problemas como vimos tinham relação como o seu isolamento progressivo da sociedade. Os novos movimentos são teoricamente anti-Estado, não estão interessados no que o Estado faz, nem na política como meio para conseguir fins, aparentemente situam-se contra ele. Não surgem em defesa dos trabalhadores contra os senhores da indústria e não falam de progresso, senão que pretendem organizar a partir de hoje mesmo uma sociedade

diferente dentro da que já existe. Partilham o fato de não serem movimentos de classe, organizando-se em referência a uma posição grupal, nunca coletiva. As novas contestações esquecem as lutas sociais e contentam-se com afirmar-se como comunidade com uns determinados valores não negociáveis (Touraine 1981:211-213; Offe 1996:68).

Daí, que sejam na sua maioria, critérios de especificidade os que baseiem estes movimentos: étnicos; regionalistas ou nacionalistas; de cidadãos ou de bairro; ambientalistas; de mulheres, etc. Não procuram a representatividade para melhorar a sua posição ou mantê-la, senão a autonomia respeito ao Estado e a política.

"O que marca o pensamento e a atividade de tais movimentos não é a utopia progressista de acordos sociais desejáveis por conseguir, senão uma utopia conservadora dos fundamentos não negociáveis que não pode sacrificar-se nem arriscar-se em nome do progresso " (Offe 1996:68).

Por exemplo, para o caso dos movimentos para o apoio das vítimas do SIDA²⁸. Bastos afirma que são movimentos politizados (1998:18), criando-se para ajudar as vítimas e dar-lhes cobertura legal e econômica. Porém, surgem somente em zonas com grupos de homossexuais que já estavam de alguma maneira organizados (USA, Europa e Austrália). Mais importante ainda, é o fato de que os grupos mais poderosos pertencem à classe média ou média alta que reclamam ser tratados como iguais na sociedade heterossexual, embora, em nenhum caso anseiam mudanças sociais em outros âmbitos. Outras vezes este tipo de organizações (proteção contra as doenças, direitos civis básicos, anti-racistas, mulheres) atuam como costumava fazê-lo a burguesia do século XIX, que criava associações que lutavam contra o cancro e a tuberculose, embora no fundo fossem ações de caridade, aspectos nos que o Estado teria que ser o responsável.

Nos países do terceiro mundo e nos âmbitos de marginalização social, a luta contra o SIDA é só um aspecto dos movimentos que lutam por elementos muito mais essenciais, já seja a própria vida frente a ditaduras e governos autoritários, o simples sustento, o trabalho ou a saúde básica, coisas que os *wasp* de San Francisco ou Nova York nem pensam²⁹. Alguns movimentos anti-Sida dos Estados Unidos possuem recursos muito grandes, necessários para custear as pesquisas médicas, os remédios e a propaganda. As suas

²⁷ Flexível, capacitada, multifacetada, etc.

²⁸ Preferimos o termo em português, SIDA (Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida), ao inglês AIDS.

²⁹ "Os países em vias de desenvolvimento passaram por um outro tipo de experiência, uma vez que os regimes autoritários que em muitos perduraram décadas condicionaram a expressão do ativismo político - menos em torno a direitos individuais e estilos de vida alternativos que de reivindicações políticas e sociais mais genéricas" (Bastos 1998:28).

relações com parte do mundo empresarial e das mídias são muito boas, o que lhes brinda um apoio impossível de conseguir para um sindicato ou um partido socialista.

Isto pode mostrar como além do elemento que conforma o grupo, seja a igualdade de direitos para os homossexuais, mulheres, emigrantes, negros, ou a pertença a uma entidade política, no caso dos nacionalistas, esses grupos não têm nada mais em comum. Não são movimentos de classe, pelo que não remetem a pautas de trabalho nem renda econômica. Portanto, os seus interesses comuns acabam donde termina o ponto de união: a defesa dos direitos da mulher por todas as mulheres não cria uma classe “mulher” com interesses sociais semelhantes; a defesa dos direitos políticos de uma “*minoría étnica*”, não diminui os interesses conflitantes dos trabalhadores e os patrões dessa etnia. Fora do vínculo, os atores dos novos movimentos sociais, não partilharão as suas idéias respeito ao modelo de sociedade, ao papel do Estado, aos salários que quiserem receber ou pagar, e às condições do mercado de trabalho, à saúde, educação, etc.

Decorrentemente com o processo de individualização, dar-se-ia uma mudança na política, o que Beck, categoriza como sub-política. O político desloca-se das instituições macro da modernidade para âmbitos não institucionais, onde renasceria. Para os autores da linha de Beck, na atualidade, mesmo com as dificuldades, existiriam possibilidades para uma efetuar crítica radical, embora, o objeto dessa crítica seja a cor dos envelopes da cerveja, ou o uso de certa planta ou animal em um alimento (geralmente vinculação da influência ao consumo): “*Na teoria da Modernização Reflexiva, a base da crítica é concebida, de certo modo, como autônoma. Não há objeto claramente definível*” (1997:24). Beck aposta claramente pela mudança social de baixo para cima, confiando portanto nos novos movimentos sociais e na idéia da sociedade civil autônoma e apolítica no sentido pós-moderno. Outros autores como Eagleton, julgam muito difícil que as mulheres, os grupos étnicos, os doentes de SIDA, ou os ecologistas possam assumir o papel dos trabalhadores no desafio contra o poder do capital (1999:65).

Os Novos Movimentos Sociais são alternativas? Para Giddens³⁰ movimentos como os de auto-ajuda poderão vir a desempenhar um papel importante na democratização a nível de base e proporcionarão necessária autonomia (1997:105), ao tempo que as mudanças na intimidade permitirão uma sexualidade mais livre e um desenvolvimento dos indivíduos

³⁰ Que não é pós-moderno senão moderno radicalizado (Giddens 1991:149-150).

(Giddens 1996). Ele acha que o futuro será de redes, com um âmbito político em sentido transnacional:

" (...) os partidos políticos devem se tornar atores transnacionais, estabelecendo e trocando diretamente com outros partidos estratégias políticas além desse espaço nacional, como um contrapeso a esses atores econômicos livres no mercado global. (...) Ou seja, é preciso criar nesses espaços regionais condições de negociações que coibam a especulação desenfreada e aumentem a arrecadação de impostos de seus Estados, garantindo um sistema de seguridade comum diante da universalização do risco, e até muitas vezes uma política protectionista para defender seus interesses e fortalecer sua identidade"(1999:6).

Talvez por isso, o seu pupilo político lute pela eliminação de tudo aquilo que se opõe à liberdade do mercado³¹.

Que pode-se dizer em contra destas alternativas? Como bem lembra Dejours *"A denúncia nem sempre é de grande utilidade, na medida em que, não propondo alternativa viável, permanece pouco convincente e pouco mobilizadora"* (1999:15). Portanto, será importante para ultrapassar análises vazias, atingir os problemas mais difíceis da nossa sociedade, já que somente na medida em que dermos conta deles poderemos propor alternativas. É preciso analisar o sofrimento das pessoas, e analisar aqueles sofrimentos teoricamente contrapostos. Na atualidade esta questão, têm duas faces: a dos que trabalham e a dos que não têm trabalho. Contudo, se faz acreditar que o sofrimento no trabalho foi reduzido ou apagado (fábricas limpas, brancas), pela robotização e mecanização. Malgrado a situação continua a ser penosa e perigosa, com riscos para a saúde física e psíquica, pelo stress, pelo ritmo vertiginoso (Dejours 1999:27-28), e pela manutenção ou a volta de condições do século dezanove em muitos trabalhos.

Quão diferentes são estes riscos dos falados por Beck e Giddens; que dificuldades terão as pessoas que os sofrem, em chegar a sentir sobre os sus corpos a ameaça do buraco do ozônio, quando trabalham intermináveis horas na construção civil e vêem morrer colegas esmagados no chão; que dificuldade terão para sentir como a floresta arde, aqueles camponeses que não têm nem terra para trabalhar, nem pão para comer, mas fome têm; quanta dificuldade em sentir carinho pelas baleias, os ursos e os pássaros, quando os filhos adoecem pela falta de remédios de um mundo onde o PIB cresce pela produção destrutiva.

Se a classe trabalhadora heterogeneizou-se e complexificou-se, o desafio reside em chegar até aqueles setores afastados do trabalho industrial tradicional. Se o que acontece

³¹ Todos os contrapoderes, quer sindicais, políticos têm sido enfraquecidos na Grã Bretanha, continuando com a tradição thacherista, ao tempo que as injustiças da sociedade de mercado têm recaído sobre o indivíduo, e os seus próprios erros.

hoje não é a extinção da classe operária, mas sim a queda da capacidade de união da consciência de classe (Hobsbawm 1991b:182), as respostas estão em mostrar que os novos discursos não são certos, e que escondem mais do que desvendam, para assim criar outros novos que dêem conta do presente e ajudem a criar um futuro para todos. Enquanto Beck diz: *“O fato é que precisamos, por um lado, romper a gaiola conceitual da sociedade de pleno emprego, ou seja, de que a identidade apenas se constitui da seguridade social e por meio do trabalho regulamentar, e, por outro, refundar a democracia no cotidiano”* (1999:4), devemos mostrar que o novo mundo do trabalho cada vez mais lembra à escravidão. Assim, a precariedade do emprego provoca problemas pessoais (violência familiar, divórcio, drogas, prostituição), segregação e discriminação para os trabalhadores temporários e desempregados, o que por sua vez retroalimenta a ideologia racista e desdenhosa da elite, com respeito aos pauperizados que ela mesma cria (Dejours 1999:92-95).

Assim, as novas camadas de trabalhadores, ao substituírem as velhas, ficam sem conhecimento da memória do passado e passam a contribuir no trabalho sujo. Para eles tudo é banal, cometer injustiça com os terceirizados, ameaçar demitir ou demitir, garantir uma gestão baseada no medo, etc. Depois tudo é fácil basta dizer, “Eu não sabia”, “tudo é relativo”, eis os novos pós-modernos. A perda do conhecimento do passado leva ao próprio passado. Dejours propõe perceber a banalização do mal, para assim reagir contra dela (1999:22), e Hobsbawm tão esclarecido diz: *“A crise das velhas idéias e a necessidade de pensar coisas novas foram impostas aos socialistas pela própria realidade e pelos efeitos na praxis política. O mundo mudou e nós precisamos nos modificar com ele”* (1991:181).

Talvez, na mistura de todos eles, possamos encontrar uma alternativa, não que apenas se explique na Academia, mas que se torne o suficiente forte como para quebrar o medo e a tolerância a um mal que a pós-modernidade nem sequer está sentindo. Que ditos elementos ocultem, atrás de si, relações econômicas e interesses de classe, pode ser óbvio, mas às vezes, acreditamos lutar e morrer por deuses ou por bandeiras, e não é suficiente falar de alienação. Quando Marx e Engels apontaram a preeminência do âmbito infra-estrutural, marcavam um caminho para derrubar as teorias patrióticas e religiosas, não para esquecê-las sem explicá-las (Pedrueza 1999).

1.5 CONCLUSÃO

Uma teoria que visa a sociedade como um acúmulo de poderes imbricados em complexas redes e riscos globais que apagam as classes, parece aos nossos olhos “limitada”, quando menos, interessada, muitas vezes. Estas percepções, que seriam criadas³², constituiriam o componente psico-cultural para legitimar o novo sistema de organização do capitalismo, desviando a atenção social da economia (Jameson 1997:17-18) fariam que problemas sociais, como o desemprego, não fossem percebidos como injustiças políticas, impedindo assim movimentos de solidariedade ou protesto³³.

Apoiados em trabalhos como os de Dejours (1999) ou Jameson (1997), Hobsbawm (1995, 1998), e Eagleton (1997, 1998) propomos que não houve tal mudança de modernidade, de era. No obstante, isto não nega que a sociedade tenha-se transformado no plano cultural e psicológico, econômico e político. Harvey acha na tese da sua “Condição Pós-moderna” que as mudanças acontecidas nas sociedades ocidentais desde os anos 70, *“mostram-se mais como transformações da aparência superficial (do capitalismo) que como sinais de alguma sociedade pós-capitalista ou mesmo pós industrial inteiramente nova”*(1993:7). A tolerância da injustiça seria a causa da desmobilização e não ao invés, e as novas correntes des-ideologizadoras a sua legitimação. Isto teria facilitado a adoção de novos sistemas de gerenciamento e organização no trabalho, o que se traduz em um progressivo questionamento dos direitos trabalhistas e das conquistas sociais (Dejours 1999:25). Nesse processo, a queda das ideologias que diferenciavam entre justiça e injustiça social e a ascensão de outras muito mais relativistas, teria sido a contraparte no processo que culminou no sucesso do neoliberalismo.

As ilusões otimistas de Gorz ter-se-iam tornado inversas. O trabalho não foi reduzido e humanizado pela automatização, pelo robotismo; ao invés, o trabalho não é nem mais raro, nem mais curto, nem mais leve, aliás, são comuns as terceirizações, a marginalidade,

³² “A meu ver, a atribuição da adversidade do desemprego e da exclusão, à causalidade do destino ou à causalidade sistêmica não advém de uma inferência psico-cognitiva individual. A tese da causalidade do destino não é resultado de uma invenção pessoal, de uma especulação intelectual ou uma investigação científica individuais. Ela é dada ao sujeito, exteriormente” (Dejours 1999:20).

³³ “O sofrimento somente suscita um movimento de solidariedade quando se estabelece uma associação entre a percepção do sofrimento alheio e a convicção de que esse sofrimento resulta de uma injustiça” (Dejours 1999:19).

ilegalidade, etc. O trabalho não é totalmente científico, a qualidade total é um mito, os acidentes e os incidentes a realidade.

O trabalho parece continuar a formar parte central na sociedade contemporânea e ainda é vital para viabilizar uma emancipação humana. Isto não exclui nem suprime outras formas de rebeldia, mas como a sociedade baseia-se na produção e troca de mercadorias, o trabalho mantém uma posição de centralidade. A classe trabalhadora (trabalhadores produtivos, terceirizados, parciais, sub-empregados e desempregados) é o segmento social dotado de maior capacidade anti-capitalista por cima dos novos movimentos sociais, gênero, étnicos, etc. (Antunes 1998:86-92). Touraine reclama uma mudança na sociologia do trabalho, que teria que atingir não uma civilização do trabalho, mas uma sociedade organizada em torno do trabalho, onde emprego ou desemprego ainda são os principais caracteres de identidade social (1998:21). Mesmo assim, o trabalho é indispensável para extrair o lucro no âmbito produtivo, é imprescindível enquanto criador de valores de uso, e da mesma maneira, a separação entre o objeto produzido e o produtor não foi eliminada. Assim, a criação de terceiros mundos no primeiro, mostra a atualidade do capitalismo excludente e criador de lucros pela sub-proletarização e pela pauperização das populações.

Em resumo, podemos dizer que o modelo social-democrata keynesiano, que partilhava democracia e capitalismo está em crise. Baseado no Estado previdência e na participação política dos partidos de massas esquerdistas, possibilitou nalgumas regiões de mundo um desenvolvimento aceitável. A quebra do crescimento econômico e a ruptura dos vínculos entre os partidos políticos e as massas que os apoiavam, têm provocado, entre outras coisas, que os grandes interesses econômicos modificassem a sua política respeito a esse pacto democracia-capitalismo.

Dissemos que as novas organizações parecem situar-se em oposição ao Estado, porém, os dados dizem que elas estão bem relacionadas com ele, de fato às vezes substituem-no. O ponto central do trabalho que estamos a propor é a relação da sociedade civil com o Estado. Sociedade civil por ser um conceito amplamente desenvolvido tanto por neoliberais quanto por toda essa sorte de pós-modernos. Estado por ser um elemento chave em qualquer tentativa de mudança social, pelo menos agora.

Se a aparição ou reconstrução da Sociedade civil, nas últimas décadas, como afirmam uns e outros é realmente uma outra possibilidade de democratização e de desenvolvimento socialmente positivo, pensamos que isto teria que se observar nas decisões políticas e

programáticas dos blocos regionais a se constituir, onde a influência desses grupos seria cada vez maior. O nosso trabalho de campo tentará avaliar dita influência nos processos de construção dos blocos regionais; Mercosul e União Européia, más para isso partiremos de um *conceito amplo* de sociedade civil. Disto tratará o segundo capítulo.

CAPITULO II

POR UM ESCLARECIMENTO DOS CONCEITOS “SOCIEDADE CIVIL” E “MOVIMENTOS SOCIAIS”: DO VALOR MORAL À CATEGORIA DE ANÁLISE.

2.1 INTRODUÇÃO

No desejo de aclarar o conceito e adequá-lo às necessidades do próprio trabalho, propusemo-nos com a modéstia que o tamanho do problema precisa, interpretar e definir o conceito de sociedade civil.

Dito conceito aparece com tal frequência em todos os âmbitos sociais e desde perspectivas e análises tão diferentes, que a curiosidade malsã nasceu entre nós. Decerto, era muito importante para a nossa pesquisa definir, o que hoje entende-se por sociedade civil, o qual diferencia-se e até opõe-se, como veremos, aos significados atribuídos durante séculos desde o tempo dos filósofos gregos, passando pelo pensamento da luzes, até Marx, Gramsci, e os nossos contemporâneos.

Pesquisando aqui e acolá, a quantidade e diversidade de acepções levou-nos a desconfiar da absoluta certeza que muitos atribuem à palavra. Paradoxalmente quando no nosso mundo, aparentemente, tudo são incertezas. Discordando desse raciocínio também discordamos da esquisita e igualmente absoluta (única) certeza na sociedade civil e no que a ela concerne. Quisemos começar, portanto, com a definição atualmente hegemônica no âmbito das Ciências Sociais, para depois apresentar um pequeno histórico do termo e dos pensamentos associados e, finalmente, refletir com brevidade sobre a questão.

2.2 CONCEITUAÇÃO HEGEMÔNICA DA SOCIEDADE CIVIL

Na nossa opinião, existiria uma definição hegemônica sobre a sociedade civil e do seu correlato necessário, os movimentos sociais, na que misturar-se-iam elementos morais, valorativos e normativos. Sociedade civil referir-se-ia a um âmbito público, mas não estatal, composto por organizações sociais voluntárias e sem fins lucrativos nem interesse

corporativo (Novos Movimentos Sociais³⁴), as quais garantiriam ou tentariam garantir a cidadania, entendida está, como consenso na procura do bem comum, ou como, acordo sobre as necessidades e objetivos adequados para a sociedade em conjunto. Instituições sociais como o empresariado, os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas, os meios de comunicação e outras, ficariam necessariamente fora de dita conceituação.

Dentro da definição anterior, haveria uma variedade de interpretações, mas todas elas compartilhando e partindo da cidadania como o seu pressuposto fundamental, garantida e desenvolvida pelos novos movimentos sociais. Sobre a cidadania teríamos várias definições dela, algumas laxas, bem perto de Aristóteles: “*A cidadania é aquele estatus que se concede aos membros de pleno direito de uma comunidade*” (Marshall 1998:37); ou um pouco mais desenvolvidas, que concordam com a de liberais como Ralph Darendorf:

“La ciudadanía es un estado civil (status civitatis) en el que se implican elementos jurídicos, políticos y morales. Sirve en general para identificar a aquellos miembros de una comunidad política o Estado que han de estar protegidos por las instituciones y al mismo tiempo dispuestos a contribuir por ellas” (Bilbeny 1996:116).

Outras, ligam a definição de cidadania à mudança societária, mas na mesma linha, como Donati:

“Em poucas palavras, do mesmo modo que a sociedade civil da primeira modernidade tem sido associada com a figura do mercado, na segunda modernidade (ou pós-modernidade se preferir) a sociedade civil poderá se compreender em relação à figura do Terceiro Setor.” (1997:131).

Definindo-o assim:

“De um modo sintético, a sociedade representa-se como um sistema composto por quatro subsistemas ou polaridades: a economia (mercado), as instituições político-administrativas (o Estado e as suas articulações), o Terceiro Setor (as organizações de solidariedade social) e os setores informais [quarto setor] (a família, os parentes, os vizinhos; as redes de amigos)” (Donati 1997:117).

As primeiras definições estão ligadas à relação do indivíduo-cidadão, com o Estado que garantirá as suas liberdades, e com a própria sobrevivência da sociedade com base em uma ordem legal legítima. Porém, a última vai-se afastar do Estado como responsável dos direitos e deslocando-se para o âmbito dos NMS colocará uma nuance normativa, um *dever ser*, sendo esta opção hegemônica hoje.

Habermas enquadrado na segunda opção, julga existir por cima do asepticismo aristotélico, um valor a mais, uma questão ligada à procura do bem comum, no lugar do

³⁴ De agora em diante usaremos a sigla NMS, para nos referir aos Novos Movimentos Sociais.

bem individual que norteia os liberais. Para ele, a sociedade civil seria um âmbito de decisão moral. O autor alemão realizou uma boa definição dos novos movimentos sociais e dos seus interesses e objetivos em uma versão resumida da sua obra “Teoria da ação comunicativa”, segundo a qual:

“The new social movements are the seam between the system and life world and are symptomatic of the waning of evidence of the old value standards reflected in the concepts of natural law, economic laws, rational man, etc. They mark new conflicts, which no longer arise in the areas of material reproduction; they are no longer channelled through parties and organizations; and they can no longer be alleviated by compensations that conform the system. Rather, the new conflicts arise in areas of cultural reproduction, social integration and socialisation. They are manifested in sub-institutional, extra-parliamentary forms of protest... In short, the new conflicts are not sparked by problems of distribution, but concern the grammar of forms of life” (1981:34).

Habermas já insere-se nitidamente nas novas correntes pós-materialistas tendentes a ver a sociedade civil e os novos movimentos sociais como novos eixos da sociedade (Habermas 1987:431-434). Partindo de uma teoria dualista, separa o âmbito instrumental, contraditório, e o simbólico, consensual. A burocracia e a economia mercantil seriam passos necessários para a modernização, mas não só necessários quanto positivos. Apenas seriam patológicos quando afetarem à outra esfera, quando dinheiro e poder entram no “mundo da comunicação”. O raciocínio de Habermas remete a uma visão dualista, não dialética, que tem a ver com o welfare state, o qual teria apagado o conflito de classes no mundo ocidental. Um exemplo seria que os novos conflitos têm a ver com a parte simbólica e não com o mundo do trabalho.

A idéia norteadora de Habermas, não isenta de boas intenções, é a mesma do ideário liberal clássico, na qual:

“(...) as esferas de ação formalmente organizadas do burguês (a economia e o aparelho do Estado) constituem as bases para o mundo vivido pós-tradicional de um homem (esfera privada) e de um cidadão (espaço público) (Habermas 1987:362)”.

Vai ser nos NMS onde encontrar-se-iam as possibilidades de mudança societária na procura de maiores liberdades e justiça, e vai ser no campo da cultura e da identidade onde surgirão as novas lutas e conflitos, já não mais no âmbito material ou do trabalho.

Por exemplo, outros autores como Ilse Scherer-Warren, falam da sociedade civil como um âmbito público não estatal, composto pelos movimentos sociais. Estes compartilham características comuns no que diz respeito à cultura política, à natureza cívica e pacífica, à descentralização e a autonomia, à tolerância pluralista fundada na diversidade cultural e

humana, e também outros elementos como a paz com justiça social, o respeito à natureza e a democracia mais participativa e direta. Os movimentos sociais seriam os lugares de libertação na atual sociedade. A autora diz que é preciso estudar as relações entre os movimentos sociais e o Estado, tendo que considerar as novas concepções sobre o espaço do poder civil perante o Estado (Scherer 1993:24).

Em uma definição usada durante um estudo sobre a situação da sociedade civil na Espanha, parte-se do pensamento segundo o qual, característica fundadora da sociedade civil é o pluralismo, cristalizado no fenômeno associativo:

“O ideal pluralista fundamenta-se na existência de associações voluntárias definidas, essencialmente, como cooperação voluntária de pessoas que perseguem um certo interesse comum de maneira estável e duradoira. De acordo com esse ideal a sociedade pluralista é aquela que articulada através destas associações, está governada por uma política essencialmente ‘instrumental’ de perfil baixo, que permite aos seus membros a satisfação tanto do objetivo cooperativo, quanto do competitivo e serve além disso para estabelecer a sua concepção comum de justiça. A sociedade civil representa a sua realização histórica na forma de um conjunto de instituições não governamentais o suficientemente forte como para contrapesar ao Estado e, embora não impeça ao estado cumprir a sua função de manter a paz e de arbitrar os interesses fundamentais, possa evitar que domine e atomice ao resto da sociedade “(Subirats 1999:22).

Segundo estes autores, ter-se-ia produzido um deslocamento do eixo central da sociedade, desde o âmbito ligado ao trabalho e ao Estado, para a sociedade civil dos novos movimentos sociais. As novas correntes e análises sociológicas, históricas, ou antropológicas, apenas chamam de novos movimentos sociais, se referendo àqueles que agem livres (supostamente) de qualquer interesse econômico, político, ou ideológico, exceto o fato de tentar desenvolver uma sociedade mais justa e solidária. Segundo Touraine:

“Só existe um movimento social quando a ação coletiva é dotada de objetivos sociais, quer dizer, reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais e, em consequência, não reduz a vida política a um confronto entre campos ou classes, ainda que organize e acirre conflitos”.

Ampliando a idéia, afirma que os movimentos sociais mais íntegros (puros e verdadeiros?) são aqueles que se formam em sociedades democráticas de maneira espontânea, individual, como atores sociais cômicos? (1994:88). E conclui achando os Novos Movimentos Sociais, criadores de uma nova sociedade civil desde o espaço público da sociedade pós-industrial:

“Reivindicando o autocontrole e autogestão em seu próprio nome, os movimentos sociais criam as bases para uma sociedade civil reflexiva³⁵, antiessencialista, contingente e totalmente voltada para o ator” (em Alexander 1998:21, comentando Touraine 1984:233-34).

Mesmo autores críticos, como o Alexander (1998), com a mera substituição de uma idéia materialista dos movimentos sociais como elementos revolucionários, por outra identitária, relacional e comunitária, partilham uma visão moral, positiva e otimista, dos conceitos³⁶. Alexander apresenta um modelo concordante com as idéias positivas sobre a sociedade civil, como âmbito moral onde os indivíduos auto defendem-se e criam as suas próprias identidades em face ao Estado e ao âmbito mercantil-privado:

“A função da sociedade civil não é produzir riqueza ou poder, salvação, amor ou verdade, mas criar e manter uma comunidade cujas fronteiras incluem esses domínios institucionais, que definem a sociedade como tal. Ser membro de uma sociedade civil é participar da ampla e inclusiva solidariedade do ‘individualismo institucionalizado’ que proclama todos os homens e mulheres irmãos e irmãs, que cria deveres coletivos apesar de assegurar direitos individuais, e que provê a participação política e distribuição de bens sociais altamente valorizados” (Alexander 1998:24).

Resumindo estas teorias, os movimentos sociais dividir-se-iam de maneira maniqueísta entre os verdadeiros e bons que cumpririam os preceitos anteriores, e os que pelo fato de não procurarem o “bem comum”, nem chegam a serem movimentos sociais. Cohen e Arato são bem claros limitando o conceito de sociedade civil aos grupos e movimentos da sociedade que se colocam fins o mais generalizáveis possível, ou seja que seriam aceitos pela coletividade, ou seja, que contariam com o consenso social. Esta opinião é colocada como unívoca, e aceita socialmente (1992, e 1994).

Porém, mesmo sendo a primeira a opção hegemônica, não existe consenso absoluto sobre quais são novos movimentos sociais e quais ficam atrelados aos velhos deixando, então, de ser analisados ou desaparecendo do Parnaso da ação social. Atualmente o qualificativo de NMS (ou organizações do terceiro setor, ou ONG, sinônimo mais popular), seria um requisito indispensável para receber ajudas públicas e privadas e para obter o reconhecimento e garantia de modernidade, ou pós-modernidade. Aconteceria como no

³⁵ Touraine usa neste trecho, o discurso do Ulrich Beck (1997:12-21) sobre a auto-reflexividade.

³⁶ Alexander contesta toda a tradição sociológica que explicou de modo materialista ou classista os movimentos sociais, salientando a parte subjetiva, o papel individual da pessoa no movimento e na própria ação: *“Quando a secularização do modelo clássico convergiu para fenômenos de nível mais micro, ignorou as dimensões morais e afetivas da ação coletiva, enfatizando em seu lugar as limitações decorrentes da existência de redes interligadas e da disponibilidade de organizações”* (1998:7-8) Critica fortemente a visão instrumentalista dos movimentos sociais, onde os elementos e temas simbólicos são tratados como ferramentas que as organizações podem usar ou abandonar a bel-prazer (Alexander 1998:9).

mundo econômico, onde os governos que querem receber investimentos das grandes bolsas, dos poderes financeiros e do capital especulativo mundial, precisam cumprir os preceitos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Para ser participante da nova Sociedade Civil precisar-se-ia colaborar ou fundar alguma ONG, ser voluntário e assim por diante³⁷.

Curiosamente os conceitos *sociedade civil* e *Movimentos Sociais* mudaram e evoluíram com o decorrer do tempo, nomeando elementos diferentes e às vezes antagônicos ao longo da história, como tentaremos apresentar nas páginas seguintes. Dito uso contraditório poder-nos-ia levar a uma discussão muito esquisita sobre a essência do termo, na qual iam concorrer, - pela definição mais exata e verdadeira -, neoliberais, socialistas, comunistas, adais da terceira via, ambientalistas, relativistas e feministas radicais, entre outros (Pedrueza, 1999:9). Portanto, procuremos desentranhar a história dos termos para, depois de mostrar a diversidade de acepções, propor uma saída para esta encrenca.

2.3 OS CLÁSSICOS E A SOCIEDADE CIVIL

Na Grécia helenística, Aristóteles, embora sem trabalhar diretamente o conceito, nos seus estudos sobre a polis e a sua organização introduz algumas idéias chave. No fundo, o eixo fundamental do seu pensamento estabelecer-se-ia no modo de repartir o poder político entre os diversos âmbitos sociais e as diversas pessoas que compõem a sociedade, e na qualificação e quantificação do papel do indivíduo nela. A discussão sobre esta problemática continuará até os nossos dias.

Segundo Aristóteles, os cidadãos são aqueles que têm direitos políticos e que os usam, são cidadãos aqueles iguais que agem (1985:13). Esses cidadãos o são pelo fato de viverem em uma polis (e obviamente não serem nem mulheres, nem escravos, nem estrangeiros), o que, automaticamente, os faz sujeitos que procuram o bem comum (Aristóteles 1985: 90; 104). A cidadania está ligada à participação pública, embora em estreita relação com Estado.

Enquanto a corrente normativista, otimista e carregada de moralidade concorda com a ligação entre sociedade civil e cidadania, discordaria na junção que para Aristóteles existe

entre essa sociedade civil e o Estado, aliás, estaria em face a ela. Concordaria também, na valorização do papel do indivíduo como sujeito ativo no corpo social, composto de cidadãos que participam, não no Estado como Aristóteles, mas sim, nos movimentos sociais, os quais procuram benefícios para toda a sociedade.

Seja como for, a polis constituída pelos cidadãos, aqueles que o são, - nem mulheres, nem escravos, nem estrangeiros -, procurará o melhor para si própria. Continuando o raciocínio de Aristóteles, seria o corpo social, - mesmo que reduzido -, quem criaria as suas próprias bases de legitimidade e poder. Nesse sentido, poder-se-ia extrapolar a idéia novamente até o presente, onde os novos movimentos sociais criar-se-iam a si mesmos e configurar-se-iam como produtores de uma nova sociedade. Porém, Aristóteles sempre pensou no âmbito político de decisão, que para ele era a polis, o Estado, não em grupos autônomos fora dele. A sua exposição, finalmente, acaba despojando aos cidadãos do poder que lhes conferiu no começo, já que para Aristóteles, o povo, no fundo, careceria do domínio do político e, portanto, seria ignorante e ingênuo (Aristóteles 1985:211). Daí, o poder que estava nas mãos dos cidadãos, sai delas para cair, não nos filósofos como em Platão, mas em uma aristocracia esclarecida teoricamente escolhida entre os melhores cidadãos.

A história mostrou, pervertendo o modelo ideal de Aristóteles que, em verdade, esse poder foi ocupado recorrentemente por elites sociais auto-legitimadas na ignorância do povo, e no uso de mecanismos econômicos e ideológicos. Diversos deuses garantirão durante dois mil anos a legitimidade de grupos reduzidos de pessoas por cima de massas alienadas divinamente. Será o mundo das idéias quem outorgará os instrumentos de controle social mais eficazes e subtis, religião, nação, talvez sociedade civil?

Na dificuldade de enxergar como âmbitos diferentes o público e o privado, e nas tentativas de fazê-lo, situou-se todo o pensamento até Maquiavelo. Assim, a legitimação divina fazia dos continentes, países, ou regiões, rebanhos de homens ao cargo do enviado de Deus, sempre único e verdadeiro - tanto o Deus, quanto o enviado. Nesse espaço de tempo que vai desde a Grécia pseudo-democrática até a tomada da Bastilha, além da legitimidade do poder, questões práticas como a organização de sociedades cada vez mais

³⁷ As relações entre o mundo das ONGs e instituições como o Banco Mundial, já foram exploradas no primeiro capítulo.

complexas e o desenvolvimento de mentalidades sobre direitos pessoais e coletivos, provocarão uma avalanche de idéias, propostas e pensamentos.

Antes de Maquiavelo, toda a sociedade era olhada a partir da cosmovisão religiosa dominante. Foi o florentino quem tirou as análises sociais do âmbito místico, fazendo as pessoas responsáveis diretas das suas decisões e ações e, portanto, possibilitando-as a modificarem o estabelecido para bem ou para mal, mas já sem a determinação do ignoto e inabalável. A sociedade voltava a ser o que os seus membros quisessem fazer com ela.

Hobbes fala da divisão entre sociedade civil (*societas civilis*) e sociedade natural (*societas naturalis*). Essa sociedade civil é o Estado, que poria fim à existência selvagem da humanidade. Se o ser humano é um lobo para si próprio, Hobbes propôs para salvaguardar uns homens dos outros, a entrega de todo o poder a um soberano, absolutamente todo. No seu pensamento a possibilidade de uma sociedade civil como é entendida hoje, livre e autônoma e fora do Estado, torna-se um fato impossível. Mesmo assim, a influência de Hobbes foi limitada e além disso rejeitada, enquanto a de Locke, que defendia as mesmas posturas, foi muito bem sucedida pela introdução de uma pequena nuance: a salvaguarda da propriedade privada nessa cessão da “soberania popular” ao soberano.

Para a tradição jusnaturalista não teológica, com Grotius, Hobbes, Spinoza, a sociedade civil designa a sociedade política, ao Estado, cuja diferença com respeito à sociedade da natureza é a posse de leis que regulam os limites das atuações dos humanos, freando os instintos caóticos e amorais. Kant, Locke e Rousseau compartilham esse conceito no que diz respeito à separação entre o estado da natureza e o estado civil (Bobbio 1982:26). Será Rousseau, porém, quem opor-se-á ao dogmatismo de São Tomás, ao sacrifício da liberdade de Hobbes e ao individualismo de Locke. De alguma maneira, a sua proposição abria de novo a possibilidade de os indivíduos agirem como atores, dotados da suficiente capacidade intrínseca para fazê-lo (Rousseau 1978:7-8). Para Rousseau a legitimidade social deve-se realizar por um acordo que inclua a vontade geral, já que só ela pode dirigir as forças do Estado à procura do bem comum. Esse conceito, não é uma suma de interesses particulares, mas o interesse da coletividade como corpo múltiplo (Rousseau 1978:43).

Tocqueville estava preocupado no equilíbrio de forças, na democracia moderada (Aron 1987:230), no contexto pós-revolucionário da primeira metade do século XIX. Mais do que isso, ele procurava uma transição pacífica, tranqüila desde o *ancient regime*, capaz de adquirir o melhor do sistema que morria. Sempre acreditou que a presença de contrapoderes

fora do Estado, poderia garantir uma ordem mais estável e menos revolucionária. Partindo desse pensamento sempre julgou mais perigoso, o excessivo poder dos governos do que a sua fraqueza (Tocqueville 1978:78). O neoliberalismo concordaria em cento por cento nesse ponto³⁸.

No que diz respeito à práxis social, o autor partilharia com as correntes “moralistas e normativas” de hoje, aspectos referidos ao âmbito político, nas referências às comunidades, prefeituras, aos conselhos e ao rol a desempenhar pelo Estado. Aqui, Tocqueville, como no nosso tempo, advoga pela descentralização (1978:75-76), achando que o Estado não se deve ocupar de tudo, sendo a cidadania quem deve agir sozinha na defesa dos interesses individuais (1978:475). Porém, em Tocqueville, a autonomia dos grupos municipais e das seitas religiosas é conservador. Dedicar-se-iam unicamente à manutenção de uma ordem, uns costumes e uma religião, tudo aquilo que daria coesão à sociedade tradicional protestante ou católica. A união de liberdade com religião³⁹ (Tocqueville 1978:59) é coerente com os seus principais interesses, fazer o mais calma possível a transição para a democracia desde o absolutismo, afastando os perigos de revoluções e crises sociais. Assim no fundo, da mesma maneira que Aristóteles, Tocqueville julgava que o poder e o governo, apenas poderiam ser exercidos pela parte rica e esclarecida da nação (Aron 1987:226).

Hegel supõe uma mudança no conceito, a sociedade civil passa da esfera das relações políticas à esfera das relações econômicas (Bobbio 1982:30). Marx e Engels adotaram esse significado: “(...) o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento dominante” (Engels 1956:201).

Assim, a conceituação “moral otimista” hegemônica de sociedade civil como conjunto de atores sociais que concordando em um consenso sobre a sociedade agem na procura dele ficando fora do Estado, não faz sentido dentro da teoria marxista. Ainda podendo tirar do marxismo a oposição contra o Estado burguês, a sociedade civil seria a estrutura econômica produtiva:

“A forma de intercâmbio condicionada em todos os estádios históricos até os nossos dias pelas forças de produção existentes, e que por seu turno as condiciona, é a sociedade civil. (...) Já por aqui se revela que esta sociedade é o verdadeiro lar e teatro de toda a História; e que é absurda a concepção da história até defendida, que despreza as relações reais ao confinar-se às ações altissonantes de chefes e de Estados” (Marx-Engels 1984:42-43).

³⁸ Sempre no sentido regulador da economia e da justiça social, não como Estado-coerção.

³⁹ Pode-se observar na atualidade um grande número de organizações sociais que partilham os aspectos religiosos e sociais.

Para Marx e Engels a sociedade civil era o nó da História, o âmbito produtivo seria o lugar onde se trava a luta entre diversos grupos sociais, classes que procuram se afiançar as umas sobre as outras, se explorando. Marx disse:

“(...) as relações jurídicas quanto as formas do Estado não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem através da chamada evolução geral do espírito humano, mas têm as suas raízes ao contrário, nas relações materiais de existência cujo conjunto é abarcado por Hegel - segundo o exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII – sob o nome de sociedade civil” (1974).

Para Marx, a igualação dos direitos jurídicos é ridícula quando não é acompanhada de uma igualação dos direitos econômicos, da propriedade. Os direitos humanos são direitos políticos, gerem apenas o âmbito político, não garantem portanto a liberdade total, já que não conseguem a equidade econômica e não controlam os privilégios derivados do poder econômico. Talvez possamos imaginar que as tentativas dos novos movimentos sociais não seriam para Marx, mas do que pequenos desvios de frações sociais a procura unicamente de pequenos privilégios mais ou menos corporativos dentro da sociedade capitalista, ocultos por trás de idéias como caridade, amor fraterno, etc.

Para Hobsbawm (1987:305), em Marx o futuro encontrava-se na dissolução do Estado e da sociedade civil, quando a democracia acabasse com a separação entre Estado e povo, e marcasse o final do conflito entre interesse privado e interesse público. Isto é no fundo uma das chaves desta conversa, mas para a conceituação atual, para ela a sociedade é mediadora dentro de um conflito que nada têm a ver com o conflito de classes.

Weber também não se ocupa muito especificamente da temática, mas pelo seu interesse na burocracia e no Estado, tem ligações com as idéias que trabalhamos. Ele recolhe alguns aspectos já estudados por Tocqueville, e antecipa-se a acontecimentos históricos que só depois aparecerão, como o Estado providência. Weber procurou uma defesa do indivíduo em face aos Estados autoritários que na altura estavam-se organizando. A questão do peso do Estado e da burocracia, converter-se-á em um ponto nuclear nas décadas seguintes, sendo objeto de controvérsia, embora desde diferentes correntes e posicionamentos, desde os keynesianos, social-democratas, neoliberais como Hayek, aos teóricos dos novos movimentos sociais⁴⁰, ou desde a bem sucedida Terceira Via.

⁴⁰ Por exemplo, André Gorz (1987) no livro Adeus ao Proletariado, opõe-se ao grande Estado porque mesmo provendo de meios materiais e serviços sociais às populações, não atinge nem nega a base do capitalismo, o trabalho alienado e despersonalizado. Ele propôs muitas soluções depois adotadas pelos novos movimentos nascentes nos 80 que configurarão a idéia normativa de sociedade civil.

Precisamente os neoliberais, com Hayek falam baseando-se na “Democracia na América”, da servidão do indivíduo com respeito ao Estado socialista, ou social-democrata, e dos perigos do Estado previdência que nascia nos anos 40 (Hayek 1977:Prólogo XXIX). Depois cita as palavras de Tocqueville no Discurso à Assembléia Constituinte do 12 de Setembro de 1848:

“A democracia aumenta a esfera da liberdade individual, o socialismo a restringe. A democracia dá todo o valor possível a cada homem: o socialismo faz de cada homem um mero funcionário, um simples número. Democracia e socialismo só têm de comum uma palavra: igualdade. Mas atente-se na diferença, o socialismo procura a igualdade no constrangimento e na servidão” (Hayek 1977:24).

Esta similitude pode ajudar a compreender a idéia que muitos movimentos sociais têm de si próprios e explicar porque muitos deles também contam com o apoio financeiro de instituições que propugnam o neoliberalismo como doutrina político-econômica.

Mas Gramsci, antes disso voltará a mudar o conceito deslocando-o da estrutura econômica à superestrutura:

“Podem-se (...) fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos vulgarmente chamados de ‘privados’, e o da ‘sociedade política ou Estado’, os quais correspondem, respectivamente à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à função de ‘domínio direto’ ou de comando que se expressa no Estado e no governo ‘juridico’” (1975:1518-19).

Gramsci nunca renega da concepção econômica de Marx, base do seu pensamento, e acompanhando-o rejeita o economicismo, valorizando a vontade de transformação a qual, em última instância, será sempre superior a determinação econômica (Coutinho 1981:72-74). O ser humano pode mudar o existente por muito forte que sejam as supostas determinações econômicas⁴¹.

Esta tendência originada no marxismo veio a valorizar mais àqueles mecanismos ideológicos, culturais, políticos e religiosos que a ortodoxia da II Internacional apagou, sem esquecer o âmbito produtivo ao que está indissolivelmente ligado. Categorias como a de *hegemonia* e a de *guerra de posições* enriquecerão e renovarão o panorama conceitual e poderão explicar de alguma maneira novos processos sociais⁴².

⁴¹ A definição de Engels sobre a economia é muito útil: “A economia não trata de coisas, mas de relações entre pessoas, e, em última instância, entre classes; embora essas relações estejam sempre ligadas a coisas e apareçam como coisas” (1956:346).

⁴² E também antigos enigmas, como aquele apresentado no momento em que os operários obtiverem o direito ao voto, e mesmo assim continuaram as vitórias dos partidos nomeados de burgueses. Sabe-se que Engels apoiou a participação dos partidos operários nas eleições sob o pressuposto, aparentemente lógico, pelo qual sendo os trabalhadores a maioria do eleitorado, as eleições seriam ganhas sem problemas.

Para Gramsci o âmbito superestrutural estaria composto por:

- “*A sociedade política, (que ele também chama de Estado em sentido estrito, ou Estado-coerção), formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detêm o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e o poder policial-militar;*
- *A sociedade civil, formada precisamente, pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e ou difusão de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, rádios), etc.”* (Coutinho 1981:91).

O próprio Gramsci afirma:

“Eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Esse estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para adequar à massa popular a um tipo de produção e à economia de um dado momento); e não como equilíbrio entre a sociedade política e sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através de organizações ditas privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc.)” (1965:481).

Dado que na sua época a sociedade civil desenvolveu-se, com aparição dos partidos políticos e sindicatos de massa, e de meios de comunicação, ganhando autonomia com respeito ao Estado (coerção), isto obrigava a conquistar um consenso ativo e organizado como base para a dominação das massas libertadas dentro das democracias ocidentais, como necessidade gerada pela socialização da política (Coutinho 1981:92-94; Gramsci 1975:56-57).

As análises gramscianas sobre a propaganda e o uso dos meios de comunicação de massas, desenvolverão elementos para a compreensão do fascismo, do nazismo e mesmo do estalinismo, processos ainda presentes, quer na idéia de estados de opinião ou ideais majoritários, quer na construção ou destruição destes estados de opinião.

Um ponto extremamente interessante e esclarecedor na obra de Gramsci é aquele onde fala-se de sociedade civil como âmbito de conflito e não de consenso, de luta e não de síntese, no que diferentes visões de sociedade, ligadas a diferentes classes sociais, brigam pelo controle ideológico da sociedade, passo necessário para o controle das estruturas econômicas.

A nossa proposta é afastar definitivamente o aspecto valorativo dos conceitos *sociedade civil* e *movimento social*, os quais deixariam de significar alguma coisa a mais do que a mera situação geo-social⁴³. Neste sentido a análise feita por Gramsci parece aos nossos olhos muito mais útil, significativa e clarificadora para o estudo da sociedade atual, do que a visão restrita e moralizante. Portanto, definimos *sociedade civil* como aquele âmbito das sociedades contemporâneas, diferente do Estado (a Sociedade Política em Gramsci) e do âmbito produtivo econômico. Dito espaço partilha elementos públicos (de interesse social) e privados, e ultimamente tem inclusive se misturado com a infra-estrutura produtiva, já que segundo alguns dados, tal terceiro setor suporia a oitava economia do mundo no que diz respeito ao PIB. Com a peculiaridade de ser uma produção, um trabalho apenas pago com “idéias”⁴⁴. Além destas importantes anomalias, a luta travada na sociedade civil seria uma luta ideológica, na procura da hegemonia nessa esfera para manter ou para mudar a sociedade inteira. Trata-se de convencer, seja com argumentos racionais, lógicos, benéficos para as pessoas que os recebem ou não. Como Maquiavelo lembrou, a política e a bondade pouco tem necessariamente a ver, e quanto antes nos desiludamos disso, mais cedo poderemos lidar com ela na procura de essa bondade.

Esta definição permite analisarmos de uma forma mais clara quais são os interesses, desejos e posicionamentos perante a própria sociedade, desses movimentos sociais que a compõem. Deste modo, não excluimos a multidão de instituições e grupos que se desenvolvem, agem e participam na conformação social e que agora são excluídos pelo conceito hegemônico de sociedade civil, aqueles não estudados por serem amorais, procuradores do benefício próprio. Daí o esquecimento de sindicatos, partidos políticos, associações empresariais, igrejas, cultos e seitas, meios de comunicação, movimentos fascistas, neonazistas, racistas, os quais segundo a nossa conceituação entrariam na *sociedade civil*. É claro que isto vai contra aqueles que desejam, precisamente, diferenciar os novos movimentos sociais, cercando-os em um conceito estreito de *sociedade civil*: “Uma das principais barreiras ao reconhecimento dos movimentos sociais é a tendência geral de reificá-los, identificá-los com organizações, partidos, seitas, instituições” (Eyerman e Jamison 1991:59), e isto é o que nós queremos fazer. Se o conceito

⁴³ Entendo por geo-social, um mapa dos elementos da sociedade de tal jeito que possam ser nomeados e organizados para o seu estudo e compreensão. Quer dizer, reduzi-los a abstrações analíticas, sem valor intrínseco, nem moral.

hegemônico é o de sociedade civil “restrita”, nós utilizaremos um de sociedade civil “ampla”.

A negação de interesses alheios ao bem moral dentro da *sociedade civil* procede, da valorização positiva e otimista de um âmbito amplo no qual coexistem intenções e ações muito diversas. Enxergar a diversidade só é possível se pensarmos ou pelo menos admitirmos que ela possa existir, aceitando pensamentos diferentes aos socialmente aceitos. O consenso, às vezes, pode ser uma arma utilizada para apagar a possibilidade de mudança, o consenso pode ser pior do que uma ditadura.

2.4 CONCLUSÕES

Em primeiro lugar, foi intenção deste capítulo mostrar a diversidade de significados sobre o mesmo conceito ao longo do tempo nas ciências sociais. Portanto, visitamos nestas breves páginas, algumas das principais acepções que o termo tem, para chegar ao nosso presente onde ele, às vezes, possui usos antinômicos que se contrapõem com os do passado.

Como segundo estímulo, tivemos a necessidade de escolher, entre elas, a mais adequada para o estudo das sociedades contemporâneas. Decorrentemente, como terceiro, talvez o mais difícil, tentamos demonstrar por que foi feita a escolha e em que aspectos serve melhor para estudar a sociedade atual, objeto do meu trabalho.

A escolha da concepção gramsciana de sociedade civil como âmbito amoral de conflito social, afora do Estado e do âmbito produtivo, foi feita por acharmos que a *definição positiva e normativa*, oculta mais do que esclarece, reduzindo a diversidade a um “*dever ser*” categórico. *Sociedade civil*, então, passa a ser mais do que um conceito valorativo uma categoria de análise.

A visão de uma *sociedade civil* como um âmbito de conflito de classes e interesses, enfrentados com particular virulência, concorda mais com a idéia de um mundo injusto, do que aquela visão que enxerga a sociedade civil como um tranqüilo, moral e calmo mar de paz e construção da justiça. Acreditar nessa calma olhando o mundo de hoje pode parecer ridículo, mas poderia ser um perfeito sistema de controle social.

⁴⁴ No número 18 da Revista Economistas (2000), do Colégio de economistas de Madrid, analisa-se o potencial produtivo do tercer setor.

A ênfase na subjetividade dos atores, aliás, a centralidade da subjetividade do ator, dada pela visão positiva para os movimentos sociais contemporâneos e, portanto, para a *sociedade civil*, pode-nos levar a uma perda da visão de conjunto. De fato, muitas atitudes do *progressismo pós-moderno e identitário*, têm desenrolado posicionamentos bem mais parecidos ao individualismo liberal e ao corporativismo, do que ao aprimoramento efetivo das condições de vida dos esquecidos, sejam mulheres, negros, doentes, etc.

Do lado do reforço ao indivíduo, vem como no pensamento de Tocqueville (Hayek 1977; Subirats 199:23), a redução do Estado e a ocupação desse espaço pelos cidadãos, teóricos pares em um mundo consensual. Estas idéias às vezes chegam de pessoas tão respeitáveis como o Presidente da república Checa, Václav Havel quando diz:

“Por isso é que muitos colégios, hospitais, instituições culturais e outros organismos continuam estando regidos pela Administração centralizada, embora pudessem ter-se transformado em organizações que o Estado pode vigiar de longe ou apoiar mediante processos transparentes. (...) É por isto que os impostos continuam sendo excessivos: o Estado tem que pagar mil coisas que não teria que pagar se existisse uma sociedade civil avançada, porque os cidadãos tomariam conta delas diretamente. (...) A sociedade civil gera o verdadeiro pluralismo, e o pluralismo – que leva à concorrência – traz a qualidade. Nesse sentido, dá-se uma similitude entre a economia e a política: quantas mais iniciativas diferentes permitam-se, maiores serão as possibilidades de que triunfem as melhores e mais inovadoras dentre elas. (...) Os seres humanos não são só fabricantes, homens de negócios ou consumidores. São também - e esta é quiçá a sua qualidade mais íntima - criaturas que querem estar com outras criaturas, que anseiam formas diversas de coexistirem e cooperarem, que querem influir no que acontece ao seu redor. As pessoas querem que se lhes aprecie pelo que aportam ao entorno que lhes rodeia. A sociedade civil é uma das formas chave em que podemos despregar a nossa natureza humana na sua totalidade” (Havel 2000).

Porém, e apesar da ingenuidade do Havel, ancorado nos bons desejos que puderam inspirar a Adam Smith na hora de escrever *A riqueza das Nações*, as sociedades atuais são ninhos de desigualdade nos que não terão igual poder nesse *consenso*, os desempregados da Polônia, os mendigos da Índia, as faxineiras mexicanas dos EUA, e os donos das multinacionais, dos bancos e assim por diante. Mas dada a sua hegemonia, esse romantismo igualitarista espalha-se com fruição própria de tempos melhores, pedindo a desapareição do Estado como elemento de justiça social, no momento em que iniciativas teimosamente privadas levam à miséria um terço da humanidade.

O papel que liberais e pós-modernos da sociedade civil, reservam ao Estado é comum: *“manter a paz e arbitrar os interesses fundamentais”* (Subirats 1999:22). Como já dissemos no primeiro capítulo, para os neoliberais o Estado apenas poderia agir naqueles aspectos

onde existisse o consenso unânime da sociedade, sendo esta maneira a única que preserva os direitos inalienáveis do indivíduo. Portanto, a política e por conseguinte o Estado acabaram como atores sociais. Se o consenso é a única forma de atuar na política, por ser a garantia máxima de liberdade, a política termina e a práxis social passa aos indivíduos os quais agirão com base na escolha racional garantindo o sucesso social. Pós-modernos e paladinos da sociedade civil normativa, julgam não ao indivíduo isolado dos neoliberais mas sim a dita sociedade civil, como o âmbito de libertação social, porque só será sociedade civil aquele marco consensual onde exista a concordância, o consenso e automaticamente a procura do bem comum. Podemos lembrar a Cohen e Arato para os quais os movimentos sociais que conformariam a sociedade civil seriam aqueles que procuram “(...) *interesses passíveis de aceitação pela coletividade*” (Trevisol 1995:73). Ambos, neoliberalismo e pós-modernismo, acreditam em si próprios como órgãos de compreensão e de alguma maneira viabilização do mundo, aliás, pensam que têm os mecanismos mais adequados para tal cometido, embora, sejam diferentes.

A dúvida porém, chega até nós, é a sociedade um organismo que caminha para o bem? Onde o consenso e a concordância aparecem como características marcantes? São na verdade todos os seres humanos, jogadores com idênticas cartas? Possuem os grupos sociais ou classes, a mesma capacidade para dirigir a sociedade? A resposta aparece clara, e portanto, pensamos que só a empresa decide e decidirá, sendo essa sociedade civil um bom narcótico que consegue aparentar que tudo está bem quando na verdade não é assim. A conversa não é a toa, abrir mão do Estado antes de tempo, supõe na nossa opinião, deixar de lado um importante instrumento da justiça social. Abandonar, derrubar o Estado poderia ser interessante e necessário mas não para deixar ao lucro, ao interesse privado primar sobre a sociedade toda. Sobretudo quando esse capital e esse lucro nunca abrem mão desse Estado que os teóricos da normativa sociedade civil rejeitam alegremente. Ir contra os interesses de uma parte da sociedade é a todas luzes, a única forma de garantir os direitos e a sobrevivência de toda a sociedade. O consenso não pode existir, quando os interesses sociais são conflitantes, e acabar com ele é o primeiro passo para acabar com a injustiça social.

Perguntar-se-á então, onde se encontra a crítica ao materialismo dos novos sociólogos apolíticos? Hei-la apenas, na necessidade iniludível de ultrapassar o pensamento de uma sociedade industrial, para chegar a uma outra pós-industrial na qual as classes não serão

mais movimentos pioneiros (Giddens, e Beck 1997) (Alexander 1998:12). Segundo o Alexander: “*O modo de produção mudou, novos tipos de privações surgiram, e os novos movimentos sociais são o resultado lógico de tudo isso*” (1998:13), o que iria vinculado ao que afirma Melucci: “(...) *no contexto do capitalismo industrial, o modelo da ação coletiva esgotou-se*” (1989:246). Decerto, o capitalismo mudou, mas não podemos aceitar que os movimentos sociais sejam necessariamente antisistêmicos, como parece sugerir Alexander. Achamos pelo contrário a alguns deles elos do modo de produção que está se criando, e que variou talvez na forma de extrair mais-valia do trabalho, mas que nunca deixou de extrai-la do trabalho, pelo que ainda pode-se chamar de capitalismo. Com respeito a Melucci, não enxergamos nenhuma alternativa para os não possuidores, que não esteja vinculada a movimentos coletivos, e julgamos um grande erro abandoá-los sem sequer refletir com os efeitos que isso pode desencadear.

Assim, do mesmo jeito que Gramsci amplia a noção de *intelectual* (1965:481), nós gostaríamos de ampliar a noção de *movimento social* e, conseqüentemente, de *sociedade civil*. A categoria sociedade civil, incluiria ao empresariado no que diz respeito a sua participação na produção ideológica, e também as igrejas, os meios de comunicação, os sindicatos e os partidos políticos, a todos os movimentos de diversa índole, nacionalistas, racistas, xenófobos, fascistas, etc⁴⁵. Portanto, segundo a nossa proposta, a *sociedade civil* representa o conflito imperante no sistema social como conjunto, a questão do poder, a questão da hegemonia a á luta decorrente entre as diversas ideologias. Estas, pela sua vez, estão baseadas na distribuição material dos recursos e na procura do controle social para a sua manutenção, ou para a sua quebra.

Finalmente, temo-nos necessariamente que perguntar quais são os motivos da hegemonia de uma visão positiva e otimista de um tempo que, talvez, não o seja assim. Provavelmente devemos refletir sobre o fato de existirem ações, movimentos sociais e instituições “politicamente corretas” e concordantes como o sistema político-econômico resultante do fim da guerra fria. Não existe ruptura real entre os novos movimentos sociais e o capitalismo pós muro-de-Berlin. Por exemplo, eis a ONG, paradigma e exemplo de nova instituição social, aceito e subvencionada pelos governos (The Economist 2000)⁴⁶,

⁴⁵ Assim, somos justamente opostos à definição de Cohen e Arato (1992, 1994), onde eles restringem e normativizam, nós abrimos e relativizamos.

⁴⁶ Na matéria fala-se de algumas funções das ONGs, não muito solidárias. Para o caso da Espanha o governo têm mostrado interesse nestas organizações e nos serviços sociais que desenvolvem, regulando-as em uma Lei

que propugnam a ajuda ao desvalido e ao miserável, a mobilização e organização dos indivíduos e a participação de todos na construção do amanhã. Se aceitarmos que o seu espalhamento foi maciço deveríamos esperar melhoras na situação das pessoas, no entanto, este crescimento viu-se acompanhado do recuo estatal no cumprimento dos seus deveres com os cidadãos sendo substituído em muitos casos pela ação inconstante, desorganizada, localizada e atomizada desse terceiro setor, do voluntarismo pós-modernos, com o único resultado tangível do acirramento e a depauperação social.

Talvez seja devido ao fato destas organizações manifestarem e assumirem nos seus fins e na sua ideologia perspectivas particularistas, e talvez por isso não acometem as causas dos problemas sociais e dos processos de exclusão social, mas apenas agem sobre as conseqüências e os efeitos (Mota 1999:59), suprimindo ao Estado. Porém, não concordamos com a autora quando diz que o processo: “(...) *resulta de gran transcendencia en nuestro país [Espanha] por su carácter pionero e innovador*” (1999:59). A transcendência só atingiria ao déficit público, reduzido pelo recortes dos gastos estatais, mas nunca poderia eliminar os problemas sociais se não se atacarem as suas causas estruturais.

Ao invés, quando o mundo é mais conflitante, mais individualista⁴⁷ e perigoso para os seus próprios moradores, quando a fratura social e econômica existente entre os possuidores e os possuídos amplia-se segundo a segundo e, sobretudo, quando a capacidade dos indivíduos enquanto pessoas aparece, em verdade, mais limitada, estrangida e incapaz do que sempre, para se enfrentar a poderes colossais na sua globalização, temos que concordar com o cantor Kiko Veneno, quando fala:

"Pago impuestos, voto a los políticos y aguanto sus mamarrachadas para que hagan organizaciones gubernamentales. Los poderes públicos del Estado deben hacer justicia y solidaridad y no vergonzantes lavaconciencias como las ONG" (Belausteguioitia 2000).

No entanto, o nosso desejo é mostrar a diversidade. Levando em conta a nossa proposta de estudo não normativo, pode-se criticar e salientar cada ação diferenciadamente. O problema e o perigo estão no fato do presente aparecer como bem feito ou pelo menos no caminho de se fazer, controlando o futuro ao impedir uma alternativa séria e conflitante com aquilo que aparece como indo, como se solucionando. O acirramento do conflito de

Nacional do Serviço Voluntário de janeiro de 1996 (Mota 1999:59). As instituições européias também têm reconhecido a relevância do fenómeno, e têm recomendado harmonizar a sua regulação e desenvolver a sua atuação (Comissão Européia 1997).

classes dar-se-ia ao tempo que acontece o seu aparente final. Para terminar podemos apontar para vários processos paralelos e relacionados que poderiam explicar a narcotização política é a falta de quebras sociais no nosso tempo:

- Fortalecimento e investimento em uma sociedade civil determinada, incapaz de agir contra o sistema que a cria.
- Reforço das identidades individuais, quanto consumidor, ou ao respeito da etnicidade e nacionalismo.
- Globalização e o conseqüente fim do Estado enquanto regulador da economia.

⁴⁷ Aqui até Alexander concorda conosco, e critica a falta de estudos dos NMS como respostas negativas às estruturas de dominação, e de suas ideologias como variações da cultura individualista que as inspira

PARTE SEGUNDA

INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Tentou-se para a realização da parte prática do trabalho, escolher movimentos sociais de caráter amplo, que tivessem uma perspectiva de bloco, representativos quantitativa e qualitativamente dos respectivos sub-setores ou esferas: trabalho, ambiente, consumo, etc. (Ver quadro 1). Deste modo, as organizações que estudamos são sempre que foi possível, confederações ou lobbies que representam a centenas de ONGs, sindicatos ou associações empresariais e outros tipos, dentro ou em referência aos blocos regionais, União Européia e Mercosul.

A questão da representatividade foi pensada, como já dissemos, em termos quantitativos (número de organizações que estas confederações abrangem, número de membros, distribuição na maioria dos países), e qualitativos (importância das organizações, capacidade de influência, relação e acesso às instituições de poder). Além desses elementos mais o menos mensuráveis, escolhemos outras instituições que julgávamos influentes, ou interessantes pelas suas propostas e reivindicações, nesse sentido o acerto ou não dessa escolha pertence a nós.

Pensou-se situar a hipótese em diferentes esferas ou âmbitos, relacionadas com a nossa definição ampla de sociedade civil. A escolha da esfera econômica é absolutamente necessária dada a importância de tais medidas nas políticas dos blocos regionais, aliás, sendo a origem de todos eles. A necessidade de estudar ditas relações deve-se, em parte ao nosso pensamento sobre a sua hegemonia na sociedade civil, em parte ao fato de todas as demais esferas estarem-lhe vinculadas de modo marcante. Assim, a esfera ambiental, do consumo, do terceiro setor e dos direitos sexuais giram realmente entorno das questões econômicas, seja com a redução da poluição e a proteção das florestas; com os transgênicos e os perigos para a saúde; com o voluntariado e as fundações sem fins lucrativos substituindo ao trabalho pago; ou seja a equiparação dos salários de homens e mulheres. A interdependência entre a razão instrumental e a razão comunicacional, a opção de Habermas, não nos serve, já que preferimos a idéia do domínio de uma pela outra. Escolhendo hegemonia, negamos o dualismo que Habermas propôs. Por isto não

privilegiamos os novos movimentos e julgamos indispensável estudar, junto àqueles, o empresariado e as velhas associações.

QUADRO 1, MOVIMENTOS E ASSOCIAÇÕES ESTUDADAS⁴⁸

	UNIÃO EUROPEIA	MERCOSUL
ESFERA ECONÔMICO - PRODUTIVA	UNICE CES CPE	EMPRESARIADO CCSCS MOV SEM TERRA
ESFERA AMBIENTAL	GREENPEACE WWF EEB	GREENPEACE WWF
ESFERA DIREITOS SEXUAIS	EWL ILGA	
ESFERA VOLUNTARIADO, TERCEIRO SETOR	EDF EBU PESN	REBRIP
ESFERA ASSOCIAÇÕES DE CONSUMIDORES	BEUC	IDEC

No entanto, as esferas por nós propostas não poderão ser vistas como compartimentos estancos sem nenhuma relação, ou como meros canais de determinações economicistas. Ao contrário, os problemas e interesses econômicos permearão, mais não só eles, todas as esferas estabelecendo vínculos entre as distintas organizações. Todo isto poder-se-á observar nos seus discursos, onde organizações feministas e sindicatos partilharão algumas propostas e reivindicações, ou consumidores e ambientalistas, apenas dando dois exemplos. A nossa opção vai, sobretudo, em contra da perspectiva oposta, aquela que banaliza a importância do econômico, a que privilegia sem valorizar, ou rejeitando totalmente, a força do fator econômico na vida das pessoas.

O estudo foi feito no nível macro, com base nos documentos das próprias organizações e dos blocos, principalmente, para o que foi utilizada fundamentalmente a internet. Este meio permitiu acessar a informações distantes de forma rápida e segura, conhecendo imediatamente as mudanças nos pensamentos dos grupos e nas políticas dos blocos.

⁴⁸ Para decodificar as siglas ver anexo 1

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE CIVIL NA UNIÃO EUROPÉIA: ENTRE A EUROPA DOS MERCADORES E A DOS CIDADÃOS⁴⁹

A União Européia, é com diferença o bloco regional mais desenvolvido, aquele que chegou a maiores patamares de institucionalização, legislação e organização. Criada com interesses primeiramente políticos, tentava organizar a Europa ocidental no novo contexto bi-polar surgido após da IIGM e afastar um novo conflito entre Alemanha e França. Não é a toa que estes dois países sejam ainda os motores da UE, em oposição sempre ao Reino Unido, que tentou e tenta paralisar o processo. Assim, o seu fundamento político esteve ligado ao crescimento econômico, que era constante nas décadas douradas do capitalismo de pós-guerra. Decerto, a componente econômica foi o ponto chave em todo o arcabouço europeu, mas levou consigo uma arquitetura política, nem necessária nem inerente,- como mostra o caso da ALCA -, que agora alguns acham acabada. O seu futuro, portanto, encontra-se em um impasse entre:

- Aqueles governos e partidos que acham a União Européia terminada, apenas necessitando de uma ampliação para o leste desindustrializado em procura de mão de obra barata e qualificada, e matérias primas;
- e aqueles outros que apostam pelo crescimento institucional e político da União enxergando uma constituição para todos os europeus, que garanta direitos sociais além da liberdade de circulação de capitais.

É neste contexto que devemos situar os movimentos sociais estudados.

3.1. ESFERA ECONÔMICA

Neste apartado serão estudadas aquelas organizações que têm como eixo principal a relação trabalho e capital, assim incluímos associações empresariais, agrupadas ao nível

⁴⁹Para os textos originais das organizações ou da União Européia, transcritos literalmente, manteve-se a grafia usada em Portugal.

européu na União das Confederações Europeias de Empregadores (UNICE); sindicatos, na Confederação Europeia de Sindicatos (CES); e camponeses, na Coordination Paysanne Européenne (CPE), onde destaca a Confederation Paysane⁵⁰.

3.1.1 CONFEDERAÇÃO EUROPÉIA DE SINDICATOS (CES/ETUC)

A CES, (European Trade Union Confederation, ETUC), fundada em 1973, aglutina a 67 sindicatos europeus, ultrapassando as fronteiras da própria UE. Apesar de manter no seu seio amplas divergências com respeito às políticas a adotar, derivadas da diferente força dos seus sindicatos, legislação em cada país e nível de bem-estar, possui uma política comum com respeito à UE. É junto ao empresariado europeu UNICE, interlocutor válido diante das instituições da UE. Obteve também, o reconhecimento como instituição de obrigada consulta pelos órgãos de governo europeus.

As reivindicações da CES podem-se dividir em vários planos. Um estritamente econômico, pela sua vez composto de uma parte referente às linhas econômicas gerais da UE e outra relativa às políticas sobre o emprego e trabalho, e à ampliação da UE. Um segundo bloco de reivindicações atinge os direitos sociais, de mulheres, meio ambiente e direitos sindicais, todos eles com um referente comum: a Carta de Direitos.

Um resumo das suas reivindicações pode-se encontrar no seu documento constituinte:

- Extensão e consolidação das liberdades políticas e a democracia.
- O respeito dos direitos humanos e sindicais.
- A eliminação de toda forma de discriminação baseada no sexo, idade, cor, raça, preferência sexual, nacionalidade, crenças religiosas ou filosóficas, ou opiniões políticas.
- Procura de igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres.
- Desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e geograficamente compensado.
- Livre escolha de emprego, e emprego produtivo para todos.
- Desenvolvimento, implementação e aprimoramento da educação e a capacitação.
- Democratização da economia.
- Continua melhora das condições de vida e trabalho.

- Sociedade livre de exclusão baseada nos princípios de liberdade, justiça e solidariedade (CES 1999).

Políticas Macro

A CES reivindicou novamente uma mudança na política macroeconômica da União, com motivo da Cimeira de Feira (Portugal) e o Conselho Europeu de chefes de Estado celebrado nos dias 19 e 20 de junho de 2000. Criticou fortemente às *GOPE* (Grandes Orientações para a Política Económica da UE, ver capítulo V) já que estas medidas só seriam conseguidas em dez anos, e sempre vinculadas a estabilidade macro e ao crescimento económico.

Emprego e Salário

A principal reivindicação da Confederação diz respeito ao emprego. Os diferentes pedidos articulam-se em base a exigir da UE a introdução de programas políticos e económicos que visem acabar com o desemprego e conseguir um nível de trabalho perto ao pleno emprego. Tudo isto é claro, com um nível salarial justo e equânime para homens e mulheres. Em concreto a CES exige:

- Desenvolvimento de políticas ao nível nacional e europeu, visando como primeiro objetivo a procura do pleno emprego.
- Reforço das políticas ativas de emprego, dotando-as de fundos adequados.
- Uma estratégia europeia de luta em face a exclusão social e contra todas as formas de desigualdade e discriminação (CES 2000b)
- Políticas eficazes *"para reduzir o desemprego, aprimorar a qualidade do trabalho e apoiar a igualdade salarial e os direitos dos trabalhadores"*.
- Advogam pela mudança de *"uma Europa do euro para uma Europa social dos cidadãos"*. Reclamou-se na Cimeira comunitária de Feira o desenvolvimento de *"políticas económicas coerentes que procurem o pleno emprego, a melhora das condições para chegar ao primeiro emprego, a máxima integração das mulheres no mercado de trabalho em condições de igualdade com o homem e uma nova estratégia*

⁵⁰Sindicato camponês francês, famoso graças ao espírito combativo do seu líder, José Bové, máximo defensor dos saborosos Roquefort em face às edulcoradas Cheese Burger.

européia contra a exclusão social e qualquer uma das formas de desigualdade e discriminação".

- A CES exige que o pleno emprego seja "*uma prioridade política da UE sustentada mediante medidas coordenadas entre os Quinze em matéria de investimentos públicos, apoio fiscal e formação para os trabalhadores*" com a progressiva introdução das novas tecnologias (García 2000a).

Especificamente no que diz respeito às PYMES:

- uma das preocupações encontra-se no âmbito das pequenas e médias empresas, as quais dentro da política de incentivos europeus poderiam deixar de cumprir algumas obrigações:

"More specifically, the ETUC is asking for the Small Enterprise Charter to fully integrate the recognition of these companies' social responsibilities given that their special status does not exonerate them from fulfilling obligations in the area of social fundamental rights and in particular concerning health and safety in the work place, access to vocational training, trade union representation and contractual relations" (CES 2000a).

Ampliação da UE

A CES aposta com clareza pela ampliação da União Européia, já que, de fato, no seu seio já inclui organizações sindicais de toda Europa:

"Enlargement is a natural development in the process of European integration. It would be a mistake to think that this is just about adding new members to the European Union. All the countries will own this house together. We must make clear to the public that the new members will bring in their valuable experience, culture and history to build this united Europe"(CES 2000c).

Porém, a entrada do resto dos países deve ser feita com base em critérios de igualdade e expectativas de futuro comuns, e não apenas por interesses econômicos. Marie-Hélène André, secretaria confederal, advoga por um ponto de vista essencialmente positivo: "*The trade unions play an active role as pioneers to show the positive effects of enlargement, both in the countries within today's EU as in the candidate countries*" (CES 2000c). Economicamente a ampliação também será positiva para as partes, que poderão incrementar a sua produção, a criação de emprego e o desenvolvimento social.

Carta de Direitos

A inclusão da Carta de Direitos no Tratado da UE (CES 2000b) é a segunda grande

reivindicação. O desejo dos sindicatos, entre outros grupos, - como veremos depois -, é incluir nesta espécie de Constituição, os direitos trabalhistas e sindicais, além dos direitos humanos. A importância desta Carta radica no caráter que tenha, se fica simplesmente em uma declaração de intenções ou se tem uma maior obrigatoriedade. De qualquer maneira, para os sindicatos é um começo na tentativa de criar uma legislação ao nível europeu o mais ampla possível para defender os direitos dos trabalhadores e não só das empresas. A CES desenvolveu uma campanha europeia, nesse sentido, conjuntamente com ONGs de direitos humanos de toda Europa (PESN 2000a).

Os governos mantinham diferentes posturas com respeito à Carta. Na Cimeira de Biarritz, entretanto, foi aprovada, mas como temiam os sindicatos, sem incluir as suas reivindicações (Ver capítulo V). Especificamente estas são:

- Reconhecimento dos direitos à informação e à consulta dos trabalhadores nas empresas.
- Os direitos humanos são indivisíveis e incluem, não só os civis e políticos, mas também os econômicos, sociais, culturais e sindicais, que devem ser reforçados e incluídos no Tratado da UE.
- O atual caráter de declaração política da Carta, limita a sua capacidade para defender e reforçar a dimensão social da UE, e para desenvolver o seu modelo social.
- A declaração deve incluir a salvaguarda dos direitos humanos de todos os cidadãos dos países membros e de aqueles cidadãos de terceiros países que morarem na UE. <http://www.etuc.org/FUNDRIGHTS/EN/AIMS/DEFAULTaims.cfm>⁵¹
- Todas as pessoas têm direito à igualdade de tratamento e de oportunidades em todos os domínios da vida e do trabalho, independentemente do sexo, raça, origem social ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou preferência sexual;
- Todas as pessoas têm direito à proteção social, jurídica e econômica;
- Todas as pessoas têm direito, independentemente do seu estatuto, a um rendimento mínimo digno que lhes permita, a eles e às suas famílias, viverem com dignidade e assegurarem a sua saúde e bem-estar;
- Direito à proteção social no caso de desemprego;
- Direito à assistência social e médica;

⁵¹Citamos de esta forma as páginas web que não incluem documentos que possam ser citados convencionalmente. Dado que as páginas web carecem de data e de título, colocamos o seu endereço no texto

- Todas as pessoas têm direito à privacidade e à proteção dos dados pessoais;
- Todas as crianças devem gozar dos direitos consignados na Convenção sobre os Direitos da Criança.

<http://www.etuc.org/FUNDRIGHTS/EN/RESOURCE/BillfinPT.cfm>

A Carta deve reconhecer o direito dos trabalhadores europeus a se organizar coletivamente, assim como a defender os seus direitos diante das empresas transnacionais, com a possibilidade de acordos coletivos e greves ao nível europeu. Este direito é absolutamente necessário, já que grande número dos investimentos europeus e americanos, realizados em certos países de Europa Central e Oriental são feitos sob a condição de não existirem nem sindicatos organizados, nem direitos coletivos garantidos para os trabalhadores (CES 2000c).

Igualdade de Direitos, Igualdade de Salários

Um dos elementos principais da sua “campanha 2000” é a exigência de igual pagamento para homens e mulheres. Partindo do reconhecimento da diferença salarial, perto de 27%, a CES exige o fim desta injustiça que apenas serve para aumentar a pobreza e depauperar ainda mais àqueles setores que maiores dificuldades têm para se defender. Nesse sentido, a CES apoiou plenamente os objetivos da Marcha Mundial da Mulher, que reclamava em Bruxelas em outubro de 2000 acabar com estas injustiças (CES 2000C).

Avaliação

No que diz respeito à avaliação que os sindicatos fazem sobre as suas reivindicações, eles já partem do fraco reconhecimento da UE.

Sobre a ampliação ao leste, discordam do rumo que estão tomando as negociações, onde o mercado e o economicismo serão postos sobre todas as demais variáveis. Porém, a CES concordava com o Comissário Günther Verheugen, quando disse: “(...) *enlargement is both a moral obligation and a strategic necessity*” (CES 2000c). Também, apóiam-no nas suas declarações em favor de fazer uma ampliação não somente econômica, de mercados, e sim com grande importância para a dimensão social: “*The enlargement is not a process made for the political elite. On the contrary, it must take place with everyone’s*

para que os trechos citados possam ser localizados sem problemas. Na bibliografia final aparecem novamente todas as páginas citadas no texto.

participation. The trade unions must be given the means to fully play their role" (CES 2000c).

Sobre o emprego e as políticas económicas:

"Los principales objetivos en la actualidad, son el empleo, fomentar planes y aportar iniciativas a los planes de empleo, para conseguir el pleno empleo, en este sentido por el momento la reacción de la UE ha sido muy débil, en el Consejo de Lisboa el primero de la presidencia portuguesa, se habló de tecnologías pero lo que se dijo sobre el empleo fue muy light"(De Pascual 2000).

Sobre a Carta de Direitos:

"Unos [governos] quieren incluirlos pero en forma de declaración y que no sean vinculantes, que es como está ahora prácticamente aunque supondría un pequeño paso adelante porque fruto de la elaboración del tribunal Europeo de Justicia, los derechos humanos recogidos en las constituciones de los Estados Miembros se considera que forman parte de una cultura común y de los principios de democracia... Otros países quieren hacerlos vinculantes y por lo tanto alegables ante las instancias jurídicas de la Unión Europea" (De Pascual 2000).

No documento "*Direitos Fundamentais: no Coração da Europa*", realizado em colaboração com a Plataforma Européia de ONGs Sociais, se lembram os aspectos positivos dos diversos tratados que reconhecem certos direitos. Porém, se lembra que os direitos humanos têm que abranger também os económicos e sindicais:

"Algumas pessoas defendem que a nova Carta é desnecessária, porque já existe a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Carta Social Europeia. Mas estes documentos não só não são bastante amplos, como também não são suficientemente vinculativos para garantirem toda a gama dos direitos civis, políticos, sociais e económicos. Uma Carta dos Direitos Humanos Fundamentais daria, pela primeira vez, a todos os que vivem na União Europeia, um quadro comum de direitos aplicáveis e com uma base de sustentabilidade alargada.(...)

Os direitos do Homem são indivisíveis. O conjunto integral dos direitos civis, políticos, económicos, sociais, culturais e sindicais devem ser integrados no Tratado de forma vinculativa. Uma Carta dos direitos fundamentais da UE que se limite a uma simples declaração política e solene, não corresponde ao que é preciso neste momento em termos dos objectivos da construção europeia, do alargamento da União e do nosso papel a nível mundial. Mais importante ainda, não restabeleceria a confiança dos nossos concidadãos europeus em que, paralelamente à União Económica e Monetária, pretendemos dar igual importância à dimensão social da integração europeia, que se deve centrar nas pessoas."

(<http://www.etuc.org/FUNDRIGHTS/EN/RESOURCE/BillfinPT.cfm>)

Os resultados da Cimeira de Biarritz, na França, portanto, não levam ao otimismo no que diz respeito à influência dos sindicatos nas políticas mais recentes da UE⁵². A inclusão

⁵² Os acordos assinados em Biarritz são muito limitados, e o texto muito pouco concreto. Mesmo assim, alguns países rejeitam-no por ser muito vinculante:

dos aspectos económicos na Carta e o seu fortalecimento vinculante, continuam a causar grande rejeição, tanto entre as instituições comunitárias, quanto entre outras organizações como as dos empresários.

Os resultados da Cimeira de Nice, não puderam ser mais desanimadores. Lá apenas foi discutido o reparto do poder na futura União ampliada, saindo Alemanha como a mais beneficiada, mas as políticas concretas ficaram na gaveta, para o futuro? A CES avaliava de maneira negativa o Conselho de Nice, já que deixou de lado toda a parte social convertendo-se em uma luta nacional por obter o máximo poder:

“The ETUC regrets the lack of ambition of the Treaty of Nice. This is the inevitable result of negotiations being driven by a relentless and narrow defence of national interests, rather than by a vision of the kind of integration that Europe needs for the future.”
(<http://www.etuc.org/press/Release/PR64e-00.cfm>)

A CES criticou o nulo avanço na questão da maioria qualificada para questões chave como as políticas fiscais, sociais e de imigração, o que possibilita o veto de britânicos e demais euro-céticos, permitindo-se de maneira ainda mais fácil o bloqueio. Com respeito à Carta de Direitos, a oposição de vários governos determinou a redução de dita carta ao mínimo possível, sendo simplesmente assinada como declaração não vinculante. Por outra parte, os sindicatos europeus não deixam de valorizar algumas decisões da Presidência francesa (segundo semestre do 2000), como a convocatória de uma reunião extraordinária para aprovar as diretivas que permitem a participação dos sindicatos nas empresas de nível europeu, e o direito a informação e consulta nas empresas. Também salienta-se que na Cimeira de Nice deu-se um progresso em algumas áreas, como a Agenda Social. Mesmo assim a CES encoraja a UE para conseguir uma mudança na posição da UNICE, e chegar a

« Sans créer la surprise, les chefs d'État et de gouvernement ont marqué leur accord unanime sur le texte de la Charte des droits fondamentaux. Ils l'adopteront formellement au sommet de Nice où ils trancheront la question de son caractère juridique. Différentes solutions se présentent, mais le débat risque de tourner court, dans la mesure où l'Angleterre et l'Irlande ont confirmé samedi qu'elles ne voulaient pas d'un texte contraignant. Certains, comme la Belgique et l'Italie, souhaitent par contre lui donner une force obligatoire. Le Parlement européen veut l'inclure au sein du traité fondateur » (Le Soir 2000).

« Ces droits ont été répartis en six grands chapitres : « Dignité », « Libertés », « Égalité », « Solidarité », « Citoyenneté », « Justice ». Le chapitre le plus controversé a concerné la solidarité, qui regroupe les droits sociaux. La Grande-Bretagne était très réticente à l'idée de voir associés droits civiques et sociaux. Les organisations syndicales et une partie de la gauche européenne trouvaient au contraire que la convention était trop timide, en faisant la part trop belle au modèle libéral. Devant le Parlement européen, le ministre français des affaires européennes, Pierre Moscovici, a défendu cette charte, en affirmant qu'elle « représente la plus grande avancée collective en matière d'affirmation des droits sociaux depuis le début de la construction européenne ». Elle constitue « l'acquis moral, le référentiel de valeurs dont l'Europe à quinze aujourd'hui, à trente demain, a besoin » (Le Monde 2000).

um acordo em meio prazo nas políticas sociais. A Carta de Direitos teria sido e ainda é um útil instrumento para marcar objetivos estratégicos para o futuro da UE,- *“The Charter of Fundamental Rights, strengthened especially with regard to social and trans-national trade union rights, has to be an integral part of such a pact”* (CES 2000d) -, pelo que seu enfraquecimento desenha um marco no qual o grande vencedor é a empresa e o capital financeiro.

3.1.2 UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE (UNICE)

A União das Confederações da Indústria e dos Empregadores de Europa (UNICE), é o organismo que representa os empregadores europeus na UE. Criado em 1958, é composta por 34 confederações empresariais de 27 países europeus.

Segundo a informação remitida pela CEOE (*Confederación Española de Organizaciones Empresariales*), dentro da UNICE existem diferentes grupos de trabalho, nos quais decidem-se as posições dos empresários europeus. Tais decisões têm como intuito:

“(...) as diferentes posições que, do ponto de vista empresarial, influem, ou pelo menos é isso o que se pretende, no processo de integração europeia para que este afete o menos possível aos interesses dos empresários. Portanto, a UNICE realiza uma labor de “Lobby”, quer dizer, não é uma consultora” (CEOE 2000:2).

Os setores onde o empresariado europeu quer influir são:

- **Assuntos Sociais.** A UNICE é um dos interlocutores sociais reconhecidos pela UE, junto à CES. Segundo as suas próprias palavras: *“Neste sentido, possui um papel primordial na hora de influir, no marco do Diálogo social, na legislação trabalhista europeia”*(CEOE 2000:2). Participa observando a política social da UE (proteção social, diálogo social e relações industriais, educação e formação, saúde e seguridade no trabalho, igualdade de oportunidades e não discriminação).
- **Assuntos Económicos.** Atinge os temas: concorrência, política económica, questões financeiras e monetárias, fiscalidade, política regional e estatísticas. Nomeadamente, vigia com especial atenção o processo de União Económica e Monetária através de um grupo de trabalho *ad hoc*.
- **Assuntos industriais.** Referida à política industrial europeia, especificamente a questões ambientais, desenvolvimento duradouro, energia, transportes, telecomunicações, P+D

tecnológico e mercados públicos.

- **Relaciones Exteriores.** Política comercial da UE com o resto do mundo, e a OMC. Tange também outros temas como legislação alfandegária, acesso aos mercados, crédito à exportação e controles à exportação.
- **Assuntos de empresa.** Ocupa-se da política comunitária de concorrência ajudas do Estado, propriedade intelectual e industrial, Direito de sociedades, responsabilidade das empresas, deontologia corporativa, participação dos trabalhadores, harmonização contábil, legislação sobre seguros, análise custo-benefícios, direito civil, comercial, comércio eletrónico e barreiras ao comércio (CEOE 2000:2-3).

O empresariado tem a característica, virtude pode-se dizer, de falar claramente nos documentos que produz. Mostram com uma clareza invejável o que pensam do seu papel nos âmbitos tripartites da UE, e naqueles do seu interesse:

“Lobby é aquilo que coloquialmente chama-se de ‘fazer corredor’. Consiste em obter ou dar a informação precisa, no momento justo, ante a instância adequada, com o fim de que seja levada em conta, na hora de tomar uma decisão susceptível de influir em uma atividade empresarial. Dito de outra maneira, por “lobby” devem-se entender todas aquelas gestões que se fazem ante os que decidem, com objeto de modificar, neutralizar ou influir no conteúdo de uma decisão e com o objetivo final de que esta beneficie aos nossos interesses. Embora, desta definição de ‘lobista’, possam-se obter algumas conclusões pouco favoráveis respeito à nossa atividade, tem que se salientar que, em muitos casos, a sua função é determinante já que a sua influência está dirigida a chamar a atenção das instâncias decisórias, as quais em alguns casos podem não ter reparado nas conseqüências das suas ações” (CEOE 2000:3).

Isto seria relativo às questões mais estruturais ou nacionais, onde a UNICE poderia fazer uma pressão maior. A UNICE possui um *Comitê de Delegados permanentes*, integrado pelos representantes em Bruxelas das diferentes organizações empresariais, e cuja missão é assegurar uma relação entre a Secretária Geral e os membros das federações nacionais, para se coordenarem as políticas.

No entanto, os empresários reconhecem que os problemas com os que lidam, são a maioria das vezes ligados a uma empresa ou setor específico e então:

“Amiúde, ante um tema concreto, que a maioria das vezes, acostuma ser pontual e diretamente relacionado com uma empresa ou um setor específico, requer-se uma ação, urgente, direta e de caráter menos formal que a realizada pela UNICE, ante os organismos comunitários e, nomeadamente, ante a Comissão Européia.

A Delegação da CEOE em Bruxelas mantém relações muito boas com os funcionários comunitários, especialmente com a Comissão Européia, instituição esta que, embora sendo totalmente independente, acostuma atender as consultas que se lhe formulam. Neste sentido, CEOE-Bruxelas acostuma se dirigir a ela com grande freqüência com o fim de responder às perguntas que se nos enviam desde as empresas, ou organizações, sejam referidas ao

seguimento de projetos concretos apresentados à licitação para os diferentes programas comunitários, seja para obter quanto antes a documentação precisa que possa resultar de interesse para os empresários” (CEOE 2000:4).

Também, é lembrada a questão das oportunidades que aparecem no contexto europeu, oportunidades que se devem aproveitar, aliás, que tal vez sejam únicas:

“Em esta atividade é fundamental que as organizações membros da CEOE utilizem-se da Delegação com antecipação suficiente que permita realizar una atuação minimamente eficaz que sirva de apoio às empresas espanholas. Se as empresas espanholas não conseguirem incrementar a sua presença no processo de integração, outras, de outros países, aproveitarão as oportunidades que lhes brinda a União Européia” (CEOE 2000:4).

Quais são então as matérias nas que o empresariado europeu faz pressão mediante o seu lobby? Quais são as idéias sobre a UE? No seu *Panorama Económico* de outubro de 2000, *Economic Outlook*, (UNICE 2000a) o empresariado europeu faz uma análise da situação da economia dos 15 e destaca os aspectos bons e ruins para a consecução do crescimento económico. Sem falar de problemas conjunturais como o preço do petróleo e a fraqueza do euro, o discurso poder-se-ia resumir assim: a economia está tendo um comportamento aceitável, mas para garantir esse crescimento com inflação baixa e aumento do emprego deve-se continuar a trilha de flexibilização e recorte do gasto público. Mesmo a fraqueza do euro poder-se-ia explicar por estes fatos⁵³: *“The weakness of the euro against the US dollar is a fact which can be explained both by the dynamism of the US economy and the slow pace of structural reforms in the EU”* (UNICE 2000b:3). Com relação aos aspectos negativos, o informe salienta o aumento da carga fiscal, sobretudo na França e na Alemanha até a demissão de Oskar Lafontaine.

O fundamento do relatório é a concordância com as proposições da Cimeira de Lisboa. Lá a Presidência portuguesa concluía que o objetivo da UE em curto prazo era conseguir ser a economia que mais crescesse mediante o desenvolvimento da *“nova economia”* baseada no conhecimento, aliás, nas novas tecnologias. Os empresários, concordando com a marcha da economia, avisam os governos no sentido da necessidade de realizar maiores reformas estruturais se quiserem manter o crescimento com emprego:

“Forecasts of 3.4% growth for EU 15 in 2000 confirm the improvement in the overall business climate, although expectations for 2001 are slightly lower. Confidence is underpinning strong investment growth, yet there are signs that business confidence may have reached a peak. This underlines the need for governments to implement structural measures necessary to enable the EU to catch up with the USA. At the March 2000 Lisbon

⁵³ Observa-se a grande diferença entre as percepções dos sindicatos e de alguns políticos como Lafontaine (ver página 78) com respeito às do empresariado.

summit, governments undertook to provide the framework conditions for the new economy. To prepare the conditions for sustained growth, Governments must reduce the burden of public debt and restructure social security systems. Employment is increasing, but tight labour markets in some areas could detract from the positive outlook for investment and output growth. The recent oil price increase has led to calls to cut the relatively high energy taxes on European business. There is a risk of rising wage demands in the future, fuelled by the desire to maintain purchasing power, which is being eroded by high oil prices.” (UNICE 2000b:4)

Reivindicações

A **desregulamentação** deveria ser um dos elementos chave para dar às empresas europeias a competitividade que precisam nos mercados mundiais. Existe preocupação, dado que a maioria das federações acha que a regulamentação vai crescer, em curto prazo, em países como Alemanha e França. Nestes países, medidas para regular o emprego temporário, em tempo parcial e o aumento dos direitos de participação dos empregados, junto à queda, na França do número de horas trabalhadas apesar do incremento do número total de empregados, podem encurtar os lucros.

Política orçamentária

Em geral, o empresariado é otimista, mas criticam à França por não ter enxugado o seu gasto público e, ao avesso, ter ampliado a sua política de gasto no setor público e a carga fiscal sobre as empresas⁵⁴ (UNICE 2000b:7). Da mesma maneira aconselham aproveitar os benefícios imprevistos das licencias dos novos sistemas de telefonia celular, não para aumentar o gasto, mas para reduzi-lo:

“The windfall provides the EU with an important opportunity to reduce its relatively high burden, and should not be an invitation to spend. Lower corporate tax could encourage investment in the euro-zone, perhaps stemming the flow of capital from the euro-zone elsewhere. The decision depends on the national priorities of each Member State, but care should be taken to avoid pro-cyclical measures. Tax reform and reduction of the tax burden remain essential conditions to improve the EU’s competitiveness. (...)

Strong economic growth has brought increased tax revenues, facilitating deficit reduction, and governments need to take this opportunity to reduce primary expenditures, implement structural reforms and focus spending on strategic long-term priorities such as pension reform. The recent taxation reforms announced in several Member States are a welcome move in the right direction, but the advantage to companies could be offset by the increase in the regulatory burden” (UNICE 2000b:7).

⁵⁴ Meses depois, o ministro da economia, Dominique Strauss-Kahn demitiu-se por um suposto escândalo de corrupção. O colega de Lafontaine foi substituído por Laurent Fabius, um político muito mais afim às receitas

Mercado de Trabalho.

Segundo o empresariado, a situação continua a melhorar, mas com o perigo de os custos do trabalho mais uma vez, *atrapalharem* um cenário futuro sucedido. A pouca flexibilidade dos mercados de trabalho e a falta de trabalhadores especializados em algumas áreas fazem com que seja necessário, por uma parte flexibilizar os contratos, aprimorar o sistema de ensino para proporcionar os técnicos adequados, e por outra, abrir as fronteiras para que a chegada de mão de obra do Magreb ou do leste europeu possa reduzir os custos e aumentar os lucros:

“The employment outlook is good, although a lack of appropriate skills and tightness in some labour markets highlight the need for continuing structural reforms in labour markets, and for appropriate education and training. Moderate wage claims will be an important factor in maintaining this positive outlook” (UNICE 2000b:9).

Sobre a nova economia.

Muito embora fosse desejável, a UE não estaria atingindo o desenvolvimento da “*new economy*” dos EUA. Para consegui-lo precisará continuar as mudanças estruturais. Os bons desejos do despertar de Lisboa, “*the wake of Lisbon*”, não terão sucesso se não forem eliminados os obstáculos e tomadas as medidas necessárias para impulsionar dita nova economia:

“There is overwhelming support amongst Europe’s politicians for the new economy, particularly in the wake of the March 2000 Lisbon special summit. Various legislative and policy targets to enable the adoption and exploitation of the new technologies were announced, and effective implementation of these measures will be very important. Governments themselves should be ready to provide on-line services to the public and to business.

Obstacles to the new economy include the regulatory framework, lack of labour market flexibility and infrastructure issues. In many areas and sectors there is a lack of awareness of the new opportunities, particularly among SMEs, and a slow penetration of Internet and ICT. UNICE’s member federations highlight the lack of suitable skills, and the delay in modernising and restructuring educational systems to meet the challenges of the new economy, particularly with regard to the training of teachers” (UNICE 2000b:9).

A função do Estado é se acomodar a rapidez das mudanças, estando sempre pronto para solver as necessidades do empresariado, resumindo-se essa labor nas seguintes medidas, que a UNICE amavelmente identificou⁵⁵ no Quadro 2:

O empresariado, como veremos na América (Capítulo VI), na Europa lembra o perigo de que interesses eleitorais, ou reformas mornas e tardias, possam pôr em risco a nova economia, cujos alicerces seria as medidas que aparecem no quadro (UNICE 2000b:10).

QUADRO 2,

Necessidades da economia européia segundo a UNICE (2000a:9)

- Mercados de trabalho mais flexíveis
- Melhoras no funcionamento das administrações públicas
- Custo das telecomunicações menor.
- Promoção do espírito empreendedor e empresarial, e da inovação sobretudo em setores de alta tecnologia
- Maiores facilidades para o aceso ao credito
- Marco regulamentar global e coerente
- Clareza na regulação do comercio eletrônico
- Redução da dívida, reforma dos sistemas de previdência, nomeadamente as aposentadorias.

Carta de direitos.

A UNICE afirma concordar com o estabelecimento de uma Carta de Direitos na UE, já que isto dará: “(...)importance and relevance of those rights and freedoms more visible to the Union’s citizens” (2000d). Porém, a concordância é muito relativa. Só será aceitável uma Carta de Direitos Fundamentais que não amplie mais as competências da Comunidade nem os seus poderes. Crítica, sobretudo, o projeto de ampliação dos direitos, nomeadamente, os econômicos. Como fazem os sindicatos acham ambíguas as declarações sobre certos temas, como os direitos econômicos e sociais, e pedem uma revisão desses artigos, embora os uns e os outros tenham visões diametralmente opostas:

⁵⁵“The speed of change is a key element of the new economy, and policy makers will have to respond quickly to this dynamic situation. UNICE members have identified measures to facilitate an optimal development of the new economy” (UNICE 2000B:9).

“However, UNICE insists that the Charter should respect the present competences of the EU and not extend existing powers. UNICE regrets that the wording is still ambiguous in some articles on economic and social rights. Therefore, Secretary General Dirk Hudig says that “the text for the charter as proposed for the Biarritz Summit is not fit to become legally binding”. UNICE believes that “the final version of the Charter should clarify those remaining ambiguities” (UNICE 2000d).

Alargamento da UE.

Existe grande interesse do empresariado europeu no alargamento para os países do leste, mesmo que alguns setores sejam contrários como o agrário. A UNICE liga ampliação a reforma institucional: *“European business feels that institutional reform is a prerequisite for EU enlargement” (UNICE 2000c).*

Fala-se de benefícios mútuos, mas sempre condicionados a uma reforma tanto nos países candidatos quanto na própria União, leia-se reforma financeira, mudanças estruturais no emprego, nos sistemas de saúde e, em geral, no welfare state. Os candidatos deverão fazer o mesmo, além de se prepararem para o mercado único. O papel do empresariado destes países deve ser principal nas negociações, consultando-lhes os governos as decisões mais importantes (UNICE 2000c:4, 8).

Em relação com isto, o empresariado europeu tem se manifestado em favor de se abrirem as portas à entrada de mão de obra estrangeira, preferentemente dos países ex-comunistas. Algumas organizações nacionais têm sido especialmente teimosas neste aspecto, como a portuguesa. Os empresários portugueses da construção civil pediram 50.000 imigrantes do leste de Europa, para paliar a falta de mão de obra no setor⁵⁶. Alemanha concedeu um numero igual de vistos de trabalho para imigrantes informáticos de todo o mundo.

Maioria Qualificada.

Apóia a ampliação deste mecanismo de voto para quatro casos importantes para os negócios:

- Simplificação na adoção de medidas econômicas, salientam que as novas iniciativas políticas e medidas fiscais são tomadas por unanimidade.

⁵⁶ *“Los empresarios prefieren esta mano de obra, frente a la tradicional inmigración africana, por su actual disponibilidad y formación técnica. El presidente de la República, Jorge Sampaio, ha exigido “el fin de la explotación” de estos trabajadores por parte de “constructores sin escrúpulos” (García 2000b).*

- Nas decisões sobre, negociações internacionais e acordos sobre serviços, propriedade intelectual e investimentos diretos no exterior.
- Medidas específicas para apoiar o comércio competitivo, espírito empresarial, inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
- Medidas que visarem eliminar obstáculos e adaptar sistemas nacionais de seguridade social ao livre movimento de pessoas no mercado único.

A UNICE avisa das conseqüências da não aceitação das decisões por maioria qualificada:

“Failure to break the current impasse on extension of QMV to some or all of these issues will lead the enlargement process to a gridlock and will undermine the functioning of the internal market and create new barriers to trade or distortions of competition.” (UNICE 2000f)

Em outro documento mostram-se ainda mais claramente os desejos almejados pelo empresariado europeu. Se a UNICE é favorável a facilitar a tomada de decisões no âmbito econômico-mercantil:

“L'UNICE est favorable à une extension de la majorité qualifiée à certains domaines importants pour les milieux d'affaires, notamment à l'égard du fonctionnement du marché unique et du commerce international.

La majorité qualifiée devrait ainsi devenir la règle en ce qui concerne:

1. *la mise en oeuvre et la simplification, sur une base ponctuelle, de mesures fiscales déjà arrêtées, en particulier dans le domaine de l'imposition de la valeur ajoutée, ainsi que les mesures visant à éliminer les doubles impositions, les discriminations et les obstacles fiscaux transfrontières aux quatre libertés fondamentales. Toutefois, toute initiative stratégique nouvelle, y compris les décisions relatives à l'harmonisation des systèmes et taux d'imposition, ainsi que les mesures fiscales à fins environnementales, devraient rester soumises à l'unanimité. Cette approche contribuerait à préserver des conditions de concurrence fiscale saine dans l'Union européenne, ce que l'UNICE juge essentiel.*
2. *«dans le cadre de la politique commerciale commune, la règle de majorité qualifiée applicable actuellement aux négociations et accords internationaux sur les marchandises devrait être étendue aux services, aux droits de propriété intellectuelle et à l'investissement étranger direct.*
3. *«l'adoption de mesures spécifiques pour soutenir la compétitivité des entreprises, l'esprit d'entreprise, l'innovation, la recherche et le développement technologique.*
4. *«la mise en oeuvre de mesures visant à supprimer les obstacles et adapter les systèmes nationaux de sécurité sociale à la libre circulation des travailleurs et des indépendants dans le marché unique ».(UNICE 2000e).*

Não opina da mesma maneira no que diz respeito às medidas sociais:

“L’unanimité devrait rester la règle pour tous les autres aspects de la politique sociale inscrits actuellement à l’article 137.3 du traité”(UNICE 2000e).

Patente Européia.

A UNICE reclama apressar, o já marcado na Cimeira de Lisboa (junho de 2000), o estabelecimento de um marco jurídico para a patente europeia. Sendo isto necessário pelo fato de ser um elemento em contra da competitividade e inovação europeia.

Emissões de gases poluentes.

A UNICE opõe-se às margens fixadas pela Comissão Europeia. Achrom que tal nível máximo de poluição permitida, - 120 g/m³ -, é muito baixa e teria conseqüências altamente negativas para a economia europeia. Justificam também, a sua posição em base à suposta fraqueza das análises científicos que advogam pela maior redução das emissões de gases à atmosfera, e dão o exemplo dos Estados Unidos:

“We have also highlighted the rather weak scientific base upon which the proposed target is founded. UNICE has continually advocated 160 g/m³ as a challenging but realistic objective for Ozone. This is the target value which the United States Environmental Protection Agency is seeking to move towards. The US EPA, under its legal obligation to protect human health, identified this as a target value for a national ambient air quality standard, fully protective of human health” (UNICE 2000a).

Pedem portanto, que a Comissão reconsidere a sua petição, e seja mais pragmática e coerente com as possibilidades tecnológicas, rejeitando o limite de 120 g/m³.

Avaliação

As medidas reivindicadas resumem-se em flexibilização dos mercados de trabalho, controle dos salários, redução da dívida pública e reestruturação dos sistemas de previdência, especialmente a aposentadoria, uma receita claramente neoliberal. O risco de não fazê-lo poria em perigo os benefícios empresariais e, portanto, a toda a economia. Na questão da carga fiscal sobre as empresas, a UNICE acha que vão descer em geral, mas eles reclamam a eliminação da dupla taxaçaõ nos investimentos fronteiriços e nos fluxos financeiros, simplificar o IVA, e encontrar mecanismos adequados para taxar o comércio eletrônico, assim como reduzir os impostos sobre o petróleo para limitar os custos energéticos das empresas e fazê-las mais competitivas (UNICE 2000b:6). Salientam, no fundo, os objetivos colocados durante a Cimeira de Lisboa, pela Presidência portuguesa propondo que a

Europa seja a área econômica mais competitiva e o emprego cresça até 70% da força de trabalho, mas relembram, por serem objetivos audazes precisam, segundo o representante da UNICE Dirk Hudin, decisões também audazes⁵⁷.

Em Nice, apenas repetiram estas reivindicações, sublinhando a inalienável necessidade de alargar e ampliar as reformas estruturais, assinadas pela Presidência portuguesa. Lembram mais uma vez a ampliação ao leste, almejando novos mercados, produtos agrários e trabalho mais baratos, o final da Política Agrária Comum (PAC). Falam também, da necessidade de uma legislação sobre os direitos intelectuais, e finalmente, se fala da Carta Social. Mais uma vez se diz apoiá-la, embora, somente nos termos anteriormente explicados:

“UNICE supports the objective of establishing a Charter of Fundamental Rights making those rights and freedoms which are generally considered to be fundamental and inalienable more visible to the Union’s citizens. However, the Charter should respect present competences of the EU and not extend existing powers. UNICE regrets that the text of the Charter remains ambiguous in some articles on economic and social rights. The proposed Charter is not fit to become legally binding”(UNICE 2000f).

Com certeza, o mais importante são as reformas estruturais, no caso da Agenda Social, a UNICE pede a reforma neoliberal do mercado de trabalho e a limitação do gasto público como condições *sine qua non* para a estabilidade do Euro:

“Good intentions at European level have not yet been translated into practice in Member States. It is essential that the new social agenda does not turn the clock back on badly needed economic and social reforms. In the absence of real reforms, the euro is likely to remain undervalued. The credibility of Europe is at stake.”(UNICE 2000f).

Porém, a fraqueza do Euro não tinha a ver com a falta de reformas, mas com a diferente conjuntura econômica e a taxa de lucro que o capital financeiro poderia atingir a curto prazo, especulando com dólares e não com euros. Mais uma vez observamos o poder da mentira, da falácia tantas vezes repetida que, no final, transforma-se graças aos meios de (des)comunicação em verdade:

“El enfado más grande de los plumíferos partidarios del neoliberalismo se dirigió contra mí cuando toqué un tabú. Me atreví a estar a favor de la rebaja de los tipos de interés por los bancos emisores europeos.

Algunos responsables de bancos comerciales alemanes exigían rebajas de los tipos de interés, pero cuando yo argumenté de manera parecida, se abstuvieron y aseguraron que yo hablaba para debilitar el euro. Ellos se habían dado cuenta, acertadamente, de que un euro fuerte no era bueno para los intereses europeos en tiempos de demanda decreciente de exportaciones. Además habían analizado, correctamente, que las rebajas de los tipos de

⁵⁷ “These bold objectives can only be achieved if equally bold decisions are taken whereby the EU institutions can function better” (UNICE 2000d).

interés normalmente no llevan a un fortalecimiento de la moneda. Pero, como me habia convertido en el 'coco' de la ortodoxia, todos estuvieron de acuerdo en esto: Oskar Lafontaine tiene la culpa de la debilidad del euro. De hecho el tipo de cambio del euro ha sido sencillamente un reflejo el desarrollo económico real en los Estados Unidos y en Europa. En Norteamérica la coyuntura se disparaba, en Europa renqueaba. Por lo tanto, en los Estados Unidos, los intereses eran más altos y, con ellos, las ganancias previsibles, más jugosas. De ahí que los inversores prefirieran invertir más en dólares que en euros.” (Lafontaine 2000:176-76).

3.1.3 LA CONFÉDÉRATION PAYSANNE EUROPÉENNE (CPE)

A Confédération Paysanne Européenne (CPE), coordena as ações de quatorze movimentos camponeses europeus. Foi criada em 1986, depois de acontecerem reuniões dos sindicatos camponeses desde 1981. O seu intuito fundamental é a procura da reforma profunda das políticas agrárias europeias, nomeadamente a PAC. Foi reconhecida depois de 1986, como interlocutor agrícola nas instituições comunitárias⁵⁸.

A CPE funciona como mediador entre as organizações membros e as instituições europeias e com outras instituições internacionais, às que encontra-se vinculado pela sua participação na Via Campesina⁵⁹. Coordena as posições dos sindicatos para apresentar uma postura comum respeito às políticas comunitárias. São utilizados mecanismos de sensibilização social e ação pública, com campanhas contra o uso de hormônios e antibióticos na alimentação do gado, por exemplo.

As ações por eles definidas como prioritárias são:

- Defender o emprego agrícola.
- Reconhecimento econômico do trabalho camponês, através da venda dos seus produtos a preços justos.
- Procurar modos de produção que respeitem a qualidade e seguridade dos produtos e respeitem o meio ambiente.
- Um justo reparto das ajudas públicas entre os produtores, os setores e as regiões.
- Uma produção equilibrada entre todas as regiões da Europa.
- Uma relação de solidariedade com os camponeses de Europa central e outros continentes.

⁵⁸ Como nos outros casos, diante das instituições específicas de cada ramo, neste caso Comissão Agrícola do Parlamento Europeu, Comisariado Europeu de agricultura, etc.

- A rejeição do *dumping* comercial internacional.
<http://www.confederationpaysanne.fr/cpe.htm>

As medidas demandadas pela CPE, pelo setor ao que pertence, afetam a várias das esferas por nós propostas como acontece em outros grupos. Assim, vai-se falar de política agrária o que obviamente está relacionado com a questão econômica e fortemente com as políticas da UE. Não é a toa que mais da metade do orçamento comunitário destina-se à Política Agrária Comum (PAC). Além disto a CPE falará de desenvolvimento sustentável, ambientalismo, transgênicos, direitos sociais e trabalhistas, etc.

Agricultura

A Confédération Paysanne⁶⁰ recentemente exigiu ao governo francês, que as dimensões sociais e econômicas entrassem dentro da reflexão geral sobre a agricultura, e o mesmo é proposto para a UE. O ministro francês do ramo limitou-se a inserir os aspectos ambientais (CP 2000a).

A CP critica a confusão dos Ministros Europeus de agricultura, que trabalham na reforma da PAC. Uma absoluta indistinção dos termos faz-lhes falar aqui de modelo europeu, ou agrícola, acolá de modelo alimentar baseado na diversidade, qualidade e seguridade. A CP julga que por trás de dita confusão encontra-se um modelo econômico para agricultura, altamente nocivo para os camponeses. A CP apresentou um documento onde explicita a crítica contra a reforma da PAC, contida na Agenda 2000. A base, é a rejeição a uma agricultura produtivista:

“C'est-à-dire par le refus d'une agriculture qui produit de plus en plus non parce que cela correspond à un besoin, ni parce que cela permet à des gens d'en vivre, mais pour faire marcher la machine à produire

On peut dire que l'agriculture paysanne est une alternative à une agriculture industrielle dont le but est de transformer des produits de l'industrie en d'autres produits pour l'industrie avec les conséquences que l'on connaît pour la nature, pour la qualité des produits.

On peut dire aussi qu'elle est une alternative à l'agriculture d'entreprise dont le but est de réaliser un maximum de profit ce qui entraîne la concentration des exploitations et la disparition des paysans” (<http://www.confederationpaysanne.fr/>).

⁵⁹ Organização camponesa internacional, que agrupa a confederações camponesas de todo o mundo, entre elas o MST.

⁶⁰ Destaca-se dentre os sindicatos que compõem a CPE, a *Confédération Paysanne* francesa. A França destacou-se por movimentos contestatórios embebidos no espírito igualitarista e republicano da Revolução de 1789. A *Confédération Paysanne* tem-se distinguido nos últimos anos por ser um catalisador dos sentimentos e setores afetados pela mundialização, na França. Isto, as suas propostas e a sua inserção no movimento mundial contestatório faziam-na interessante para o trabalho.

Dada a grande distância entre as propostas da comunidade e as suas, os camponeses franceses redigiram em 1996 uma Carta dos Camponeses (*La charte de l'agriculture paysanne*), com dez princípios norteadores:

1. Distribuir o volume da produção de maneira que permita-se a existência de um maior número de agricultores com condições adequadas de trabalho e renda.
2. Solidariedade com os agricultores de outras regiões da Europa e do mundo.
3. Respeito à natureza: "*On n'hérite pas la terre de nos parents, on l'emprunte à nos enfants*".
4. Valorizar os recursos abundantes e economizar os recursos escassos.
5. Procurar a transparência no processo da produção, transformação e venda dos produtos agrícolas.
6. Assegurar a boa qualidade alimentar e sanitária dos produtos.
7. Visar a autonomia máxima no funcionamento das explorações camponesas.
8. Associar-se com os outros atores do mundo rural.
9. Preservar a diversidade da fauna, da flora, e das variedades cultivadas.
10. Refletir constantemente, a longo prazo e de maneira global.

La Charte de l'agriculture paysanne, (CP 1996)

Continuando esta trilha, a CPE, julga negativa a reforma da PAC proposta na Agenda 2000, já que não atingiria nenhum dos seus aspectos negativos, mantendo-os e ampliando-os:

"En fait la PAC n'a pas cessé de favoriser un modèle de production très intensif, énergivore, et destructeur, qui continue ses ravages en matière de disparition des exploitations agricoles, de pollution de l'eau, de dangers pour la santé (le scandale de l'ESB n'en finit pas de rebondir)" (CPE 2000b).

Assim, mascarados sob os objetivos gerais das reformas vindas desde Maastrich (1992), como a descida dos preços agrícolas, a procura do incremento das exportações e aumento da qualidade, os quais seduzem à opinião pública, ocultar-se-iam reformas que apenas visam copiar o modelo norte americano, "*Farm Bill*".

A PAC teria escolhido sem dizê-lo, o caminho de uma agricultura dual mas altamente desigual. A nova PAC apresenta um futuro no que existiriam duas agriculturas:

- Uma altamente produtiva, graças à redução de custos, orientada para o grande consumo e a exportação, descrita como competitiva, o que fará que leve a maior parte das ajudas públicas;

- e uma outra voltada para a qualidade, apoiada com os fundos de desenvolvimento rural, que representa uma pequena parte da produção (CPE 2000a).

Esta dicotomia não é apoiada pela CPE, que propõe o seguinte, uma PAC voltada para os interesses dos seus camponeses. Pede-se uma outra PAC, na que estes aspectos serão essenciais:

- manter as explorações e devolver aos camponeses a esperança na profissão de camponês, fazendo do preço dos produtos o instrumento normal para reconhecer o trabalho e as suas múltiplas funções positivas. A CPE faz do preço mínimo dos produtos agrícolas uma das suas principais bandeiras. Segundo eles, deve-se escolher entre a alienação dos preços agrícolas aos preços mundiais, o que faria possível o *dumping*, ou o mantimento das explorações camponesas em um mundo rural vivo. Nesse sentido manter a produção de porco, frutas e legumes é indispensável para evitar as crises de superprodução e o *dumping* na UE.
- Eliminar todos os instrumentos de *dumping*.
- Deter o processo de industrialização nos modos de produção agrário.
- Reparto justo dos fundos públicos.
- Propõe-se diminuir a distância entre produtores e consumidores para assim, garantir melhor a saúde alimentar. Será necessário suspender a importação de transgênicos e excluir as farinhas animais⁶¹ na alimentação do gado.
- A CPE acha que a responsabilidade penal deve cair sobre as empresas que tentam vender as OGM⁶² e não sobre os produtores que são quase obrigados a usá-los se quiserem se manter no mercado (CPE 2000a, b).

A CPE critica à UE por apoiar, sobretudo, aos grandes produtores :

"Devant le déficit politique des gouvernements et de l'UE face aux acteurs de plus en plus concentrés de l'industrie et de la grande distribution, la CPE demande aux Ministres réunis à Biarritz de travailler plus à un contenu cohérent de la PAC qu'à son image et de lancer le chantier d'une nouvelle PAC sincère et solidaire"(2000b).

Transgênicos

Situa-se contra e apóia a sua destruição. Com motivo da queima de 46 ha de soja transgênica pelo governo francês, a CP pediu a destruição de mais 4000 ha de milho, dados

⁶¹ Produtos do mercantilismo mais absoluto, compõem-se dos ossos, pele e vísceras dos animais sacrificados, e utilizam-se para alimentar a outros animais. São os transmissores da doença das vacas loucas.

⁶² Organismos geneticamente modificados (OGM).

os perigos potenciais para os seres humanos. Segundo a CP a economia não pode pôr em perigo a saúde da humanidade:

“Elle ne peut pas l'être non plus pour des raisons économiques: la pollution connue du maïs éloigne déjà les futurs clients et, pour épargner la destruction d'à peine 1% des surfaces cultivées, les responsables politiques et professionnels se rendent coupables de la chute sensible à prévoir des cours de ce maïs. (...)

Les manipulations génétiques en agriculture le prouvent: la pollution n'est plus un risque. elle est inscrite dans les faits. Cette technologie est totalitaire: aucune culture ne pourra être épargnée si nous ne mettons pas un terme à la diffusion forcée des OGM, uniquement motivée par la bataille planétaire que se livrent sans merci quelques firmes agro-industrielles.” (CP 2000 a)

Criticam portanto, a incoerência dos governos que desenvolvem ou procuram aumentos da produtividade mediante o uso de transgênicos e, ao tempo, tentam parecer cuidadosos com a saúde dos seus cidadãos. A CP demanda a destruição de todas as plantações de milho genético (CP 2000b).

A posição da CPE, e de franca rejeição à reforma da PAC, contida na Agenda 2000, propondo uma outra reforma que mantenha a viabilidade do campo como elemento econômico, mas também social, e que modifique o seu sistema produtivo, para fazê-lo saudável, seguro e sustentável.

Avaliação

A CPE critica o mantimento, por parte da UE, da saída liberal à crise, mediante uma teimosa procura de uma agricultura produtivista. Respeito às medidas em face a doença das “vacas loucas”, aprovam a decisão de proibir as farinhas animais para a alimentação do gado e analisar todas as resês de mais de trinta meses, como ações que podem devolver a confiança aos consumidores. Porém, não aprovam a destruição de todas essas mesmas resês, já que segundo o CPE isto unicamente tem interesses comerciais:

“En revanche, la destruction des bovins de plus de 30 mois est inacceptable, y compris ceux qui ne seraient pas testés, à fortiori ceux abattus dans le seul objectif de dégager le marché. Par cette mesure, l'UE porte un coup insupportable à la production de viande bovine de qualité, de cycle long, à base de systèmes herbagers” (CP 2000c).

Propõem a realização de análises gratuitos a todas as resês e a indenização justa por aquelas que tiverem de ser sacrificadas. Para eles este é o último exemplo da tendência liberalizadora que os governos europeus querem colocar na agricultura:

“Cette crise sans précédent, engendrée par le productivisme et le libéralisme de l'UE, renforce la conviction de la Confédération paysanne à exiger un changement radical de la PAC pour que l'ensemble de l'agriculture réponde aux attentes des citoyens européens. C'est

l'affaire de tous et c'est urgent, avant que les paysans déjà porteurs de ce projet ne soient contraints à disparaître”(CP 2000c).

3.2 ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS

3.2.1 EUROPEAN ENVIRONMENTAL BUREAU, (EEB)

O Escritório Europeu do Meio Ambiente (EEB) fundado em 1974, é uma federação que aglutina a 135 ONG's de âmbito ecológico, pertencentes a 24 países. Possui caráter consultivo para o Conselho de Europa, a Comissão, o Parlamento Europeu, o comitê econômico e social, e também na OCDE e na CSD (Comissão sobre desenvolvimento sustentável).

Os seus objetivos, definidos no artigo terceiro dos seus estatutos, declaram promover um modo de vida viável a longo prazo e limpo, desenvolvendo mecanismos para proteger e conservar o meio ambiente em particular dentro da UE:

“(...) to prepare and bring to the attention of the competent authorities, in particular within the context of the EEC, recommendations aimed at pursuing the aims of the Bureau.”
(<http://www.eeb.org/organisation/organis.htm>)

Esta organização mantém um escritório em Bruxelas para seguir de perto as decisões da UE já que como dizem explicitamente: *“Are convinced of the importance of the policies of the European Union with regard to environment and nature conservation”*(<http://www.eeb.org/>). Estar presente é importante para criticar e informar, idéia partilhada por todas as organizações ambientais. Mas também, pelo fato de que as políticas europeias não estão sendo respeitadas como o meio ambiente. Portanto, a função mais importante é tentar mudar a direção das políticas regionais: *“Are concerned that the directions these policies take are not leading to sustainable societies, in the environmental and social sense”*. Da mesma maneira, acham que influir na UE é um meio importante para conseguir os seus objetivos: *“Realize the major influence the EU has beyond its own territory with respect to environmental policies and sustainability; - que seriam -,Leading direction in EU policies towards sustainability”* mediante a união das organizações europeias e a informação: *“Ensuring that it is fully informed about relevant developments in ‘Brussels”* (<http://www.eeb.org>).

Reivindicações

1- Ozônio

Entre as suas reivindicações destacam as referidas à necessidade de controle das emissões de gases que afetam à camada de ozônio. Em uma declaração de prensa do 6 de outubro de 2000, a EEB lamentava-se da postura do Conselho respeito às decisões sobre a proteção da camada de ozônio. Estas iriam a enfraquecer as propostas da Comissão e do Parlamento europeu, pondo em risco a saúde das pessoas e a Natureza do planeta. John Hontelez, Secretario geral da EEB disse:

“Civil servants are preparing for a Council position that will weaken the Commission’s proposed interim targets and remove the target deadlines proposed by Parliament in its first reading. Some governments also want to weaken the Commission’s proposed 2010 target for the protection of vegetation. We have called upon Ministers not to follow this embarrassing line. Inadequate political commitment from ministers is of major concern as ozone is linked with damaging impacts on both human health and ecosystem health and is both direct and indirect linked to global warming” (http://www.eeb.org/press/Ozone_7-10-00.doc).

2- Capacidade jurídica.

Outro ponto era a petição para que o Tratado da UE integrasse um artigo segundo o qual as ONGs teriam o direito de acudir os tribunais europeus, no caso das instituições comunitárias não cumprirem as suas próprias leis. O documento assinado por varias organizações ambientalistas internacionais, entre outras a BirdLife International; Climate Network Europe; European Environmental Bureau (EEB); European Federation for Transport & Environment (T&E); Friends of the Earth Europe (FoEE); Friends of Nature International (NFI); Greenpeace International - European Unit; WorldWide Fund for Nature (WWF), teve resposta positiva, sendo reconhecido o direito pelo parlamento europeu em abril de 2000. O líder do EEB, John Hontelez avaliava o fato como a primeira vitória do movimento:

“(...) the inclusion of the access to justice requirement is a first concrete result of our campaign with the European Parliament. It is an issue that otherwise would not have been raised. However, it is an essential part of creating an EU in which environmental policy making and enforcement is done in a real transparent and democratic way. The right to go to court for environmental NGOs exists in many EU countries already, but given the enormous impact of the EU Institutions, we need such a right on the EU level as well.” (EEB 2000a)

3- Controle das indústrias potencialmente poluentes.

Os desastres de Doñana (Espanha) e Baia Mare, (Romênia), causados por negligencia de empresas mineiras fizeram com que a EEB propusera um maior controle de tais

empresas e maior rigidez nas normas de precaução que o setor há-de cumprir. Dado o imenso dano provocado por estes acidentes e a dificuldade em repor ao seu estado anterior as regiões afetadas, a EEB exige uma legislação mais dura e preventiva da UE:

- Maior desenvolvimento das leis e normas de seguridade no setor.
- Devem acabar os depósitos e barragens de substancias tóxicas.
- Os lugares onde vão ser contidos os produtos tóxicos deverão possuir as medidas de seguridade adequadas.
- A legislação que pena as fugas tóxicas deve ser mais estrita e forte.
- Aplicação íntegra das normativas e leis existente incluído disposições internacionais mais duras.
- Preparação de planos de emergência para prever desastres (EEB 2000d).

O dirigente da EEB Christian Hey disse:

"The EU needs a mining policy which is effectively controlling one of the industrial activities with the strongest environmental impacts. Time for official derogations or loopholes in the legislation must be over."(EEB 2000d)

Outras reivindicações são:

- Introdução da maioria qualificada no lugar da unanimidade, no que diz respeito às decisões do âmbito ambiental, também aprovada recentemente, mas não para todas as decisões.
- Inclusão na Carta de Direitos, do direito a um ambiente limpo e saudável. Além disso, fazer da Carta de Direitos uma parte do Tratado da UE, não uma mera declaração política (EEB 2000a).
- Criação de um imposto ambiental, para John Hontelez:

"(...)80-90% of environmental policies are decided on the EU level now. Environmental tax reform is essential to start tackling the main driving forces for environmental degradations, being the artificially low prices of transport, energy products and other environment intensive activities. It is contradictory of these countries to accept and favour the single market and then prevent the coordinated use of financial instruments. If they maintain their blockade, there will be no other way left than to create an Eco-Schengen to unite those countries that understand and support the need for such a reform" (EEB 2000a).

Avaliação

A avaliação da EEB sobre a Presidência Portuguesa, no primeiro semestre de 2000, embora mostrasse alguns aspectos positivos, foi em geral plena de discordâncias. Foram referidas 10 probas verdes, no começo da Presidência, apenas saindo aprovada em alguma,

como a decisão de por fim as viaturas de maior idade. Mas o EEB discordou, com respeito à diretiva marco da água; e criticaram-se outras pela falta de interesse em desenvolver decisões e acordos já estabelecidos no âmbito da poluição ao ar e nas usinas térmicas (EEB 2000b).

Em relação à Presidência francesa, a avaliação também é contraditória. Encontram-se alguns elementos positivos, como a postura da Presidência em favor do controle da pesquisa genética e, sobretudo, dos transgênicos, mediante um registro público destes produtos e a limitação do seu uso. Apóia também à França pela sua firmeza nas negociações sobre o clima da Haia, enfrentando-se os Estados Unidos que tentavam ampliar as emissões de gases nocivos, causadoras do efeito estufa.

Porém, discordam na falta de interesse da Presidência no uso das negociações sobre a reforma da União para avançar no terreno ambiental. Da mesma maneira, é criticado o fato de não se ter conseguido a aprovação da maioria qualificada para todas as decisões sobre o ambiente, nomeadamente nas medidas fiscais. Isto permite ainda o poder de veto de qualquer um dos Estados membros, pelo que, segundo a EEB, a longo prazo os resultados podem ser desastrosos. Por outro lado, a EEB tinha proposto a criação do *European Environmental Technical Bureau* iniciado e dirigido por ONGs do âmbito ambiental, mas a Presidência não se ocupou de garantir-lhe os fundos adequados. Finalmente, concordam novamente pela iniciativa francesa para uma *World Environmental Governance*, achando uma proposta que merece todo o seu apoio (EEB 2000e).

3.2.2 WORLD WILDLIFE FOUNDATION (WWF)

A WWF, é uma organização de nível mundial, que representa a mais de 4,7 milhões de filiados no mundo. Possui na Europa, uma sede encarregada de tentar influir nas políticas da UE, já que:

“The European Union is potentially one of the world's largest funding sources for sustainable development. It is also a signatory of major international conventions for protecting nature. WWF concentrates on eight policy objectives, including the European Union's biggest spending programmes, the Common Agricultural Policy and the Regional Development Funds. The WWF European Policy Office works with decision-makers in European Institutions, in business and in science and research institutes. Today WWF is acknowledged as the leading nature conservation group in Brussels.”
<http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/regional/policy.html>

“It was set up because WWF recognises the growing impact of the European Union, its laws and policies, on nature conservation not only in Europe but increasingly in the rest of the

world.” <http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/>

Portanto, desejam desenvolver uma ação crítica dentro dos organismos institucionais da UE, nesta direção. As principais reivindicações remetem a vários âmbitos. Teríamos um primeiro relativo à aplicação de diretivas e normas já aprovadas pela UE:

- Aplicação integral do artigo 6 do tratado de Amsterdão (que requer a integração do desenvolvimento sustentável em todas as políticas Comunitárias) não somente na Europa, mas também na ajuda externa, comércio e relações internacionais.
- Aplicação completa das leis relativas à conservação da Natureza da UE, e retenção dos subsídios aos países que não cumprirem as diretivas sobre habitat e aves. <http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/>

Outra petição reclamada com força se refere à reforma da PAC em geral, nomeadamente os subsídios e os fundos estruturais:

- A WWF trabalha para promover a mudança da PAC para uma agricultura sustentável e um desenvolvimento do âmbito agrário. Deveriam ser produzidos alimentos saudáveis, resguardando os recursos naturais europeus, a sua diversidade e paisagens. Teriam de se usar o mínimo de adubos químicos e pensar sistemas de agricultura extensiva, incluindo gado, culturas mistas e árvores. <http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/agriculture/index.html>
- Pede-se pôr fim aos subsídios ambientalmente perigosos da agricultura, pesca, energia e transporte que derivam em dano ambiental <http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/>
- Critica-se o uso dos fundos estruturais para a construção de estradas e outros grandes projetos sob o pensamento de que criarão riqueza e emprego a longo prazo. A WWF advoga por um outro esquema de desenvolvimento e de redução das distâncias entre as regiões pobres e as ricas: “*Local communities should be involved in designing the programmes and projects suitable for their needs. Ultimately, the regional funds should become the paymaster for sustainable development in Europe.*” <http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/economics/index.html>
- E finalmente, existem as políticas específicas, referidas às florestas, a poluição do ar e da água e os oceanos.

Florestas

WWF pretende que a UE lidere e guie uma mudança mundial respeito à destruição das florestas no mundo: *“WWF’s vision is a Europe where forests and all kinds of woodlands are valued both for their inherent qualities and for the benefit they provide for people and society”* http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/epo_environ.html

As políticas europeias não têm sido sucedidas⁶³ e, portanto, a UE deveria ser mais ambiciosa na suas medidas sobre as florestas e se propor algumas metas, como estas:

- Estabelecer uma rede de representantes ecológicos para proteger as áreas de floresta da UE, Natura 2000 Network;
- Promover um aproveitamento e gestão das florestas que seja socialmente benéfico, economicamente viável e ambientalmente adequado, através de medidas agrícolas;
- Um programa europeu para recuperar espécies de plantas de zonas aluviais.
- Que as políticas comerciais e de ajuda de UE sejam usadas para promover desenvolvimento sustentável e proteção das florestas fora da própria UE.
- Que os produtos extraídos da exploração das florestas tenham uma etiquetagem específica que, mediante controle e fiscalização, garanta um uso inteligente e sustentável desses recursos.

Isto poder-se-ia começar com duas ações específicas:

- 1- Adotando um plano claro e específico para as florestas, sob uma estratégia de Biodiversidade;
- 2- Desenvolvendo um objetivo diferenciado exaustivo partindo do sexto Programa de Ação Ambiental. (http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/epo_environ.html)

Poluição do ar

A WWF tem pressionado a UE na direção de introduzir uma estratégia que reduza consideravelmente as emissões de CO₂ na próxima década. A UE programou reduções muito menores das que propôs em Quioto em 1997. Muito embora, a WWF ache que a UE é o bloco regional, o poder político internacional mais capaz de pressionar e continuar a influenciar nas negociações internacionais sobre o clima, desenvolvendo a sua liderança industrial com base em tecnologia que poupem energia, não poluentes e renováveis. A

WWF tenta colaborar com governos e companhias para desenvolver usos de energias limpas, assim, colabora na Holanda, na Alemanha e na Grã Bretanha. <http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/climate/index.html>

Poluição da água

No que diz respeito às águas continentais o objetivo do Programa europeu da WWF é: *“conservar e restabelecer as funções e integridades dos ecossistemas de águas continentais para o benefício de toda forma de vida”*. (<http://www.wwffreshwater.org/espanol.html>)

Critica-se a poluição de lagoas e pântanos em distintos países da UE pela lavoura nas minas metalúrgicas. As fugas tóxicas causam grande prejuízo ecológico e põem em risco a saúde animais e pessoas. A WWF pede que a UE tome medidas urgentes para regular as atividades mineiras e a armazenagem de resíduos tóxicos (<http://panda.org/news/press/news.cfm?id=312>).

Inclusão da agenda ambiental nas negociações com outros blocos.

A WWF está, também preocupada nas negociações inter-blocos que tornam-se comuns. Dado que tais negociações costumam estarem tingidas plenamente pelos interesses econômicos, reclamam a inclusão em elas das questões ambientais. Especificamente, nas conversas entre a União e o Mercosul, sobre os tratados de comércio, a WWF exige a inclusão da problemática ambiental nas negociações. Mikel Insausti, o coordenador europeu na área de comércio e investimentos, disse em novembro de 2000:

“Economic, trade and political issues feature prominently in these negotiations, but the environmental agenda - tackling forest destruction, water pollution and climate change - is missing altogether. The EU and Mercosur are repeating the mistakes that led to the collapse of the negotiations of the WTO in Seattle. They cannot afford to neglect the social and environmental aspects of their negotiations”(WWF 2000)

Com isto ambos blocos estão incumprindo os acordos de junho de 1999 quando começaram as negociações, onde prometia-se que a associação basear-se-ia na democracia, o desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico com justiça social, salientando-

⁶³ “The forestry strategy adopted by the EU in 1998 failed to address key requirements set out by the European Commission’s own Biodiversity Strategy” http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/epo_environ.html

se a importância da sociedade civil. No entanto: “*Mas todos os signos falam de que apenas estão interessados no comércio*” (WWF 2000).

Solicita-se:

- Que os ministros de meio ambiente dos dois blocos reunam-se e incorporem as decisões ambientais nos acordos de comércio e investimentos, por exemplo, códigos de conduta para as companhias transnacionais; não permitir padrões ecológicos menores dos existentes na Europa no Mercosul, etc.
- Negociar acordos sobre a proteção das florestas, os oceanos e em face as mudanças climáticas, sendo estes acordos aplicados em forma de lei.
- Os acordos devem ser sustentados por ambas partes com base em um consenso mútuo para atingir os resultados propostos, afastando qualquer tentativa de usá-los como “*proteccionismo verde*”.
- O Mercosul deve organizar uma conferencia paralela a que foi feita em Bruxelas (12 de outubro de 2000), onde a sociedade civil possa se manifestar (WWF 2000).

Avaliação

Da ação do WWF, pode-se destacar a ampla abrangência das suas reivindicações, e a dedicação de programas específicos para cada área, elementos que no encontramos em outros grupos, como o EEB, talvez, pelo fato de que o WWF é uma única e forte organização, e não uma confederação.

A avaliação, sendo autocrítica, reconhece a necessidade de continuar na crítica e na pressão sobre o âmbito político para que este modifique as pautas atuais. A WWF faz uma forte pressão sobre os acordos regionais, achando que influenciando neles poder-se-ia influir de maneira mais determinante no rumo das decisões políticas dos blocos. Os governos parecem ter esquecido a maioria das suas funções “*naturais*”. Os blocos que possuem normas e leis sobre o ambiente, esquecem-nas nas suas relações internacionais. Teme-se que no caso de aumentarem as relações, os intercâmbios e a produção, os problemas meio-ambientais possam-se multiplicar, sobre todo fora da Europa, e nomeadamente nos ecossistemas selvagens da América Latina. Mikel Insausti conclui: “*(...)in their rush to liberalise trade, the EU and Mercosur have forgotten that only by protecting the environment and will increased trade benefit society at large*” (WWF 2000).

3.2.3 GREENPEACE

A organização, mundialmente conhecida, não conta com uma delegação especificamente européia como nos casos anteriores, embora, a sua sede encontre-se em Amsterdão. As suas reivindicações costumam serem expostas a nível mundial ou em face a governos específicos, pelas suas delegações nacionais.

Reivindicações

Greenpeace colaborou com a WWF e o EEB, entre outras organizações no pedido à UE para as organizações ambientalistas e os cidadãos puderem acudir os tribunais competentes se as próprias instituições européias não cumprirem as leis que aprovaram.

Além disto, as reivindicações gerais de Greenpeace, atingem a estes âmbitos:

- Transgênicos.
- Produtos tóxicos, químicos fundamentalmente.
- Perigos derivados dos usos militar e civil, da energia atômica.
- Políticas referentes aos oceanos e águas continentais.
- Políticas referentes às florestas.

Sobre os transgênicos, advoga-se pela proibição do uso de sementes e alimentos modificados geneticamente, e no caso, pela sua etiquetagem adequada. As campanhas mais fortes têm se desenrolado neste plano.

O controle das empresas que trabalham com produtos tóxicos e, sobretudo, do transporte destes produtos, é outro âmbito de luta para o Greenpeace. Os recentes acidentes têm dado atualidade ao problema.

O fim do uso da energia atômica, foi e continua a ser um dos pontos chave das políticas de Greenpeace. As recentes “vitórias” na Alemanha e na Suécia, que declararam o final do projeto energético baseado na energia atômica, não ocultam as dificuldades práticas da aplicação destas propostas, e também não deixam claro quem serão, a curto e meio prazo, os prejudicados pelas mesmas⁶⁴.

A poluição das águas, os oceanos e as florestas, são também elementos muito importantes dentro das reivindicações de Greenpeace na Europa, dado que o alto índice de industrialização repercutiu com força na deterioração do meio ambiente europeu.

Avaliação

As três organizações antes estudadas, mais a Climate Network Europe, a European Federation for Transport & Environment (T&E), a Friends of the Earth Europe (FoEE), e a Friends of Nature International (NFI), reuniram-se para emitir um comunicado de prensa conjunto no que avaliavam os resultados para o âmbito ambiental da Cimeira de Nice. A análise é em geral negativa, achando-se um fracasso, sobretudo pela falta de entendimento na hora de reduzir a taxa de emissões de CO2 e outros gases nocivos na atmosfera, - em particular pelo veto da Suécia e da Grã Bretanha, que negaram-se a aceitar o uso de medidas fiscais para penalizar os países mais poluentes -:

"The eight organisations feel that the EU has a gigantic task ahead to dramatically reduce greenhouse gases, the Kyoto target being just a beginning. Without market-based instruments, this task will be impossible to accomplish. The unanimity requirement effectively blocks any substantial use of these instruments to address climate change and other environmental concerns", said Ralph Hallo (President of the EEB) He added: "We have already seen how the veto has paralysed progress in the EU of 15. With enlargement on the horizon, maintaining the veto, and thus the status quo, is actually a step backward"(VV.AA 2000).

As oito organizações desenvolvem uma campanha intitulada "Reverdece o Tratado" ("Green the Treaty"), para se opor as medidas que acham injustas e inadequadas. Com respeito aos outros dois temas resolvidos em Nice, parabensam-se pela aprovação do direito dos cidadãos e organizações reclamarem diante tribunais europeus no caso dos governos não cumprirem as leis ambientais. O outro ponto refere-se à insuficiente força jurídica concedida à Carta de Direitos. Isto faz com que, em geral, possa-se falar de rotundo fracasso ambiental em Nice.

3.2.4 ECOLOGISTAS EN ACCIÓN

Incluimos esta pequena organização espanhola devido à crítica específica que faz aos transgênicos e ao papel da comissão europeia do ramo na tentativa, segundo eles, de acabar com a moratória existente na UE.

A organização denuncia a intenção da UE de permitir de fato a livre comercialização de sementes e produtos transgênicos o que significaria segundo a organização: "*uma aceitação sem ressalvas dos interesses das multinacionais*" (El País 2000a).

⁶⁴ O Ex-ministro das finanças alemão, Oskar Lafontaine, acusa ao partido verde alemão de não levar em conta que os prejuízos da eliminação da energia atômica irão ser pagos pelos trabalhadores alemães e não pela grande indústria ou os bancos (Lafontaine 2000:130 e ss). (Ver capítulo VII)

Em um comunicado de prensa, *Ecologistas en Acción*, denunciavam à comissão europeia de Meio Ambiente, Margot Wallström, por apadrinhar a indústria biotecnológica e ameaçar os países que proíbem a comercialização de sementes transgênicas. Reivindicam portanto, uma mudança na política de proteção ante os novos alimentos transgênicos:

"Basta ler com atenção as suas próprias declarações para conferir que Wallström e Byrne são dois sem-vergonhas que parecem atuar como assalariados das multinacionais. (...) Por exemplo: não é legítimo afirmar que se se etiquetarem os alimentos que contêm mais de um 15 de qualquer ingrediente transgênico garantia-se a plena proteção da saúde dos consumidores. Nenhum estudo permite concluir que sob esse limiar de 1% os transgênicos sejam completamente inofensivos. Querem-nos enganar como já fizeram-no outras autoridades quando insistiam em que não se tinha que preocupar pelo mal das vacas loucas" (El País 2000).

Como em outros casos, a avaliação do papel da UE, e dos seus mandatários não é muito positiva no campo ambiental.

3.3. TERCEIRO SETOR: O VOLUNTARIADO.

Definir estes grupos não é tarefa fácil, de fato, os autores brigam pela definição mais adequada, nós vamos a aceitar uma bem simples: Terceiro setor, seria aquela parte da sociedade civil conformada por instituições, teoricamente sem fins lucrativos, que se dedicam a prestar serviços, teórica e geralmente, não pagos à população. Deixamos de fora ambientalistas, mulher gays e lésbicas e consumidores, que têm um caráter mais reivindicativo do que prestador de serviços. Sarasa, pesquisador espanhol deste setor diferencia as organizações da sociedade civil provedoras de serviços, distinguindo dois tipos:

"As organizações que poderíamos denominar "singulares", pelo seu considerável tamanho e relevância social, e o resto de organizações muito mais pequenas e descoordenadas, grande parte delas de implantação exclusivamente local ou autonómica[estadual]. As organizações 'singulares' mais relevantes [para a Espanha] são a Organização Nacional de cegos Espanhola (ONCE), Cáritas e Cruz Vermelha (...) A ONCE, pela sua destacada importância socio-económica e pelo lugar que ocupa no âmbito internacional, já que não têm igual em nenhum outro país europeu" (Sarasa 1999:121-22).

Sem concordar ao cento por cento com o autor, pode-se dizer que seguimos a sua classificação, e tentamos escolher organizações "singulares". Conseguimos da mesma maneira que nas esferas anteriores, achar organizações de bloco, algumas das quais apresentamos a continuação.

3.3.1 EUROPEAN DISABILITY FORUM, (EDF)

A *European Disability Forum* (EDF) é uma organização composta por 70 ONGs de todos os países da UE, representando os interesses de 37 milhões de cidadãos da União. Segundo os seus próprios documentos, a sua missão consiste em fazer cumprir os direitos humanos dos deficientes físicos e promover igualdade de oportunidades frente às instituições europeias e Estados Membros, em concordância como os princípios de não discriminação (EDF 2000e:8). Foi criada para poder levar uma posição comum além das fronteiras nacionais e para ter uma opinião independente no debate político sobre a temática da deficiência física.

A pedra angular para a EDF e a não discriminação em nenhum dos âmbitos da sociedade. Para isso é necessário:

1. que não aconteçam discriminações no âmbito do emprego;
2. que a proteção social seja ampliada para os deficientes;
3. que o fator gênero seja levado em conta;
4. que a sociedade civil participe mais;
5. que existam estatísticas, pesquisas e relatórios que indaguem sobre os problemas e necessidades dos deficientes (EDF 2000c).

As suas reivindicações têm a ver com a questão do trabalho e os serviços sociais. Na questão relativa ao emprego procura-se que as decisões comunitárias levem em conta as necessidades dos deficientes europeus. Preocupados pelo rumo que tome a política social europeia, pedem que a visão seja o mais ampla possível sempre com dois elementos centrais, solidariedade e cidadania:

“Two other key attributes of the European Social Model: solidarity and citizenship should also be highlighted as critical components of a new European social policy agenda that genuinely heralds a new era of equality and equity.

It would be of value, in the introduction to explore briefly the possible social policy implications of each of the Commission’s strategic objectives, and not confine the document purely to a new economic and social agenda. The questions posed later in the Commission’s consultative document imply the need for a more holistic vision of social policy and its inextricable links with other areas of EU competence and this merits a more extensive analysis in the introduction.”(EDF 2000c:7)

Neste sentido a EDF subscreve a nova orientação da UE definida como sociedade baseada no conhecimento⁶⁵, alinhando-se do lado do empresariado. Porém, a EDF pede que, para conseguirem os tais objetivos, seja desenvolvido um sistema de consultas que realmente leve em consideração à sociedade civil:

“We appreciate the recognition of the value of civil society contribution in the realisation of a knowledge-based society and the concept of **comprehensive partnership** for the implementation, monitoring and follow-up of the employment strategy. Nevertheless we are convinced that term used “social partner at all levels” must not be confined to traditional social dialogue but must include all representative civil society organisations. A **structured consultation process** must be developed”(EDF 2000e:5).

A EDF propõe na sua “Guia Européia para os deficientes” o apoio à contratação de deficientes, mediante redução dos impostos pagos pelas empresas que os empregarem; e programas de treinamento de deficientes. Continuando com as normas desenhadas na Cimeira de Lisboa, encoraja-se aos Estados capacitarem os deficientes para o novo mercado de trabalho, no contexto da aprendizagem continuo, que prevenirá a exclusão e a não participação dos deficientes na nova sociedade baseada no conhecimento (EDF 2000e:6).

Julga muito adequada a introdução do partenariado nas pautas para o emprego no 2001. Assim, a sociedade civil representada pelas ONGs deve-se inserir dentro dos âmbitos de decisão e nas Estratégias de Emprego Européias. A EDF pede mecanismos para estabelecerem processos de consulta e negociação com as organizações populares. Isto será chave para chegar ao sucesso, e de fato única solução, segundo a EDF:

“The success of the strategy will depend on the definition and implementation of measures that really meet the needs of disabled people. The participation of representative NGOs, who have experience and expertise in fighting social exclusion and discrimination, is paramount in the identification of appropriate measures and in their follow up. Only an effective structured civil dialogue and participation at all levels (European, national and regional) will allow Europe to achieve the objective of disabled people full integration in the labour market” (EDF 2000e:7).

O papel das ONGs e da sociedade civil seria indispensável na hora de aplicar e desenvolver políticas adequadas para os deficientes. Entre os elementos negativos a EDF encontrou uma falta muito grande de informações sobre a situação dos deficientes no mercado de trabalho, com ausência de indicadores estatísticos sobre o desemprego, o que

⁶⁵ “EDF approves the new horizontal approach adopted by the European Commission ‘building conditions for full employment in a knowledge-based society founded on 5 main objectives: full employment, lifelong learning, comprehensive partnership, policy mix and the strengthening of quantitative common indicators” (EDF 2000d:5)

dificulta a comparação dos diferentes esforços feitos para solucionar o desemprego neste setor nos diferentes países.

Invita-se aos Estados combaterem a discriminação e promoverem a inclusão social e o acesso ao emprego (EDF 2000b:8), estabelecendo objetivos nacionais para dita integração dos deficientes e outros grupos discriminados no mercado de trabalho. Muito embora, os governos tenham a liberdade para aplicarem outras medidas que acharem necessárias. A EDF acha primordial esta última recomendação já que permitiria a introdução de medidas diferenciadas e específicas para cada país (EDF 2000b:5). Concorde, da mesma maneira, com os objetivos estabelecidos na Diretiva do Conselho aos Estados Membros sobre políticas de emprego para o ano 2001, saídos da Cimeira de Lisboa.

Emprego

O desemprego atinge em razão de três a um aos deficientes físicos; e os riscos de ficarem desempregados e serem demitidos, são muito maiores para eles do que entre as pessoas não deficientes. Isto faz com que a EDF congratule-se da intensificação dos esforços por parte da UE, no sentido de reduzirem essas tendências mediante a diretiva *Equal treatment in Employment*. Todavia, a EDF insiste na necessidade de uma estratégia geral (educação, treinamento, acesso universal, informação, proteção social, etc.) para integrar os deficientes físicos. Na clarificação dos objetivos reside parte do sucesso dos projetos, e essa falta de clareza nas propostas comunitárias é um dos aspectos a melhorar, segundo a EDF. Outra condição colocada pela organização é a inevitável participação das ONGs nesse processo:

“The strategy will be effective only if the main actors and in particular the relevant NGOs representatives are involved in the process. In particular they should participate in the preparation of National Action Plans and in the mid term review of the main EU related employment instruments such as the structural funds”(EDF 2000b:5).

Concorde, finalmente, com fato de a Comissão Europeia ter reconhecido a importância prioritária da participação dos cidadãos deficientes físicos na nova sociedade da informação, e portanto, da nova economia, proposta na Cimeira de Lisboa. Porém, julgam muito pouco desenvolvidas as propostas concretas, e pedem uma aclaração nesse sentido.

Carta de Direitos

Julgam a Carta, um elemento único na procura de uma declaração clara e concreta dos

direitos inalienáveis dos cidadãos da UE, permitindo com ela um fortalecimento dos direitos jurídicos e a queda da discriminação com respeito aos deficientes na UE, neste ponto situam-se do lado da CES e da Plataforma Europeia das ONGs Sociais:

“All persons with disabilities have a right to protection against discrimination by full and equal enjoyment of the international standards on human rights which are recognised the EU Member States” (EDF 2000b:4).

Reclamam, portanto:

- Que a **Carta** tenha um **caráter vinculante**, de lei, sendo incorporada aos Tratados da UE, como pedem os sindicatos e a Plataforma Europeia das Ong’s Sociais.
- Que seja **fortalecido o processo de diálogo social**, com as organizações da sociedade civil, introduzindo consultas com as ONG’s sociais europeias.
- Um plano quinquenal para desenvolver os direitos sociais na UE. Aqueles direitos não legais que não podem ser aprovados por lei, como o direito à moradia ou ao trabalho, seriam procurados com este plano a curto prazo (EDF 2000b:5-6)

Integração dos deficientes

Para atingir os direitos almejados na Carta devem cumprir-se algumas condições. A primeira e principal é a integração dos deficientes no mesmo nível de direitos e oportunidades do que as pessoas não deficientes. Para isto devem se reforçar os programas de integração e discriminação positiva para deficientes.

Para isto a EDF propôs que o artigo número 21 fosse modificado da seguinte maneira:

*‘Any discrimination based on sex, race, colour or ethnic or social origin, language, religion or belief, political opinion, association with a national minority, property, birth, disability, age or sexual orientation shall be prohibited. The European Union shall guarantee that all groups vulnerable to discrimination shall benefit fully and equally from all rights set down in this Charter of Fundamental Rights*⁶⁶’ (EDF 2000b:7).

Do mesmo modo pede-se o reforçamento do artigo 26 onde se fala da integração dos deficientes, exigindo-se uma maior abrangência:

“All disabled persons, whatever the origin and nature of their disability, are entitled to additional specific measures aimed at guaranteeing their full social and professional integration. These specific measures must include areas such as employment and vocational training, education, transport, culture, housing and public buildings and information. The European Union shall guarantee that all disabled people shall benefit fully and equally from all rights set down in this Charter of Fundamental Rights” (EDF 2000b:8).

⁶⁶ Sublinhado o trecho não aceite.

Salienta-se a necessidade de integrar na Carta o reconhecimento da importância das linguagens para mudos e surdos. Estes mecanismos de comunicação devem contar com os investimentos adequados, e serem introduzidos no âmbito do trabalho e no ensino para lograr a plena integração destas pessoas (EDF 2000b:9).

Gênero

Uma das maiores metas da EDF é conseguir a igualdade entre os sexos, dado que as mulheres deficientes sofrem duplamente a discriminação. Neste capítulo alinha-se junto ao European Woman Lobby e a Plataforma Européia das ONGs Sociais.

A EDF concorda com as linhas gerais do programa de igualdade de gênero da comunidade, *“Community Programme On Gender Equality 2001 –2005”*;

“EDF hopes that this excellent standard for proper consultation is maintained and that dialogue continues during the various stages of the drafting process and indeed during the programme’s implementation.

EDF is pleased to note that the proposed programme will be two-pronged – on the one hand mainstreaming gender equality and on the other, developing specific actions to explore, facilitate and encourage gender equality in practice across the European Union. We believe that this strategic, comprehensive approach is the only way forward and in addition to addressing the structural character of gender inequality, provides new scope to examine gender equality from the perspective of very specific constituencies”(EDF 2000a:5).

A EDF apóia a nova orientação da UE, segundo a qual todas as políticas da União deverão conter aspectos relativos à mulher, no lugar de ter uma política específica de mulher ou gênero. Esta nova orientação teria alguns objetivos específicos:

- Igualdade no âmbito económico. *“There is the need to activate preventative policies, which empower disabled women and mothers of disabled children to fulfil their ambition to work and contribute as economically active citizens”* (EDF 2000a:8).
- Mudanças no sistema de valores dentro da proteção social, que façam com que a ajuda passiva aos deficientes transforme-se em uma capacitação que lhes permita atingir realmente a igualdade na sociedade.
- Maior participação e representação das mulheres nos cargos públicos e no poder. Parte-se da premissa segundo a qual as mulheres farão melhores políticas para elas próprias.
- Programas que permitam o mantimento das famílias onde existem deficientes, permitindo-as terem filhos. Da mesma maneira terão de se criar programas que ajudem as deficientes em estado de pobreza
- Mudança dos estereótipos existentes na sociedade com respeito aos deficientes,

salientando os aspectos positivos e as possibilidades de vida em igualdade de condições com o resto da população.

- Sublinha-se que a violência contra as mulheres é o maior problema para atingir a igualdade de gênero. A informação sobre os direitos das mulheres e políticas judiciais adequadas devem ajudar a solucioná-lo, além de um reforço na educação tanto de mulheres quanto de homens. (EDF 2000a:8-11).

Avaliação

A opinião com respeito à Agenda 2000, da UE, é bastante positiva e concorda com a também positiva avaliação da Cimeira de Lisboa e a da proposta da Presidência portuguesa. Porém, reclama-se maior ênfase nos direitos sociais, o que seria reconhecido na Carta de Direitos se esta fosse aprovada nas condições apresentadas pela EDF:

*“EDF welcomes the steps taken in the Social Policy Agenda for the reinforcement of policies in favour of disabled people: in particular the proposal for a **European Year for Disabled Citizens in 2003**, the commitments to promoting the employment of people with disabilities in the new economy and to ensure the follow up of the communication “toward a barrier free Europe”, the suggestion for a specific action programme for the fight against social exclusion, and finally, the recognition of the importance of civil dialogue. However many of the crucial issues for disabled people are not dealt with by the Communication. You will find below our main points of concern.”* (EDF 2000d:4).

No entanto, a EDF continua a concordar com o desenho planejado em Lisboa, e repete que a função da sociedade civil é de grande importância, sendo necessária a sua participação, uma fato que a UE estaria tentando desenvolver.

3.3.2 PLATAFORMA EUROPÉIA DAS ONG'S SOCIAIS (PESN)

The Platform of European Social NGOs (PESN) foi criada em 1995, e na atualidade inclui a trinta organizações não governamentais, federações e redes, que trabalham com o intuito de construir uma sociedade inclusiva e promover uma dimensão social da UE. Em total, aglutina a mais de 1700 organizações e de voluntários, de todos os níveis, local, regional, nacional e europeu. De fato, algumas das organizações serão estudadas especificamente, como o Lobby Europeu de Mulheres e a *International Lesbian and Gay Association*, e a *European Disability Forum*. Abrange a associações de mulheres, idosos, deficientes, desempregados, emigrantes, pobres, sem moradia, gays e lésbicas, crianças e família.

A plataforma, só atinge aqueles elementos de interesse comum para todas as associações. Provê de informações aos grupos membros sobre as políticas europeias. Também, tem desenvolvido alianças com outras organizações como a Confederação de Sindicatos Europeus (CES), na procura de fazer mais fortes os seus pedidos.

O papel das ONGs sociais é muito importante já que contribui à construção de uma UE mais perto dos cidadãos. Quatro elementos fortaleceriam esta função:

1. As ONGs desenrolam um amplo diálogo social, permitindo que a voz dos cidadãos chegue às instâncias políticas:

“European organisations and networks, because of their representative structures and the diversity of their members, are essential actors in the construction of a cohesive Europe which is based on social justice, equity, equal opportunities and solidarity. European NGOs by representing the public interest and organised civil society, ensure that citizens at the grassroot can contribute to a citizen's Europe.” (PESN 1999)

As ONGs sociais acham representar os interesses da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo, procuram ser um elemento de conciliação social e convergência de opiniões, em definitiva, um elemento de consenso.

2. Desenvolvimento de políticas, e transferência do conhecimento. Analisam as políticas comunitárias do âmbito e desenvolvem propostas para adequá-las às necessidades dos cidadãos.
3. Função de assessoramento, comunicação e desenvolvimento. Tentam desmistificar e explicar o funcionamento da UE e das suas políticas, ao tempo que repartem informações sem formatos mais acessíveis para a população. Ativam igualmente o debate.
4. Monitoramento e avaliação. Provendo à sociedade de estatísticas e inquéritos independentes sobre a ação das políticas sociais, podem conseguir aprimorar estas e encaminhá-las para os âmbitos mais necessários (PESN 1999).

Reivindicações

Para o ano 2000, colocaram-se cinco pontos chave sobre os que a organização ia centrar as suas atividades:

- Diálogo com as instituições europeias.
- A Carta de Direitos Fundamentais.
- As políticas anti-discriminatórias da União.

- Reforço da previdência social e as política em face a pobreza e a favor da inclusão social.
- Financiamento da União destinado às ONGs.

<http://www.socialplatform.org/AboutUs.asp?SectionID=6>

Avaliação

No que diz respeito aos fundos, estes chegam do orçamento comunitário. A Plataforma quer maior clareza e transparência nesse processo, tanto no político quanto no burocrático. Para isto pede que os orçamentos para os novos projetos e para as ONGs, façam-se mediante acordos entre as próprias ONGs e a Comissão Européia nos quatros últimos meses do ano anterior ao orçamentado. Solicitam uma programação adequada e eficiente nos pagamentos, necessária para facilitar a gerência organizacional eficaz e uma boa atuação das ONGs.

Julgam inevitável modificar o orçamento para as ONGs que agem no campo social, já que a burocracia estaria pondo em perigo a sua ação. Reclamam ante o duplo discurso que apresentam os políticos, de um lado parabenizam-nas, e de outro encurtam o seu financiamento:

“Officials of the European Institutions make frequent reference to the important role NGOs play in fostering civil dialogue and in the building of a social Europe close to its citizens. Yet those same institutions are often responsible for actions which threaten the very existence of NGOs by arbitrary reductions in budgets and funding.”(PESN 1999)

Pede-se um sistema orçamentário a mais longo prazo. Para poder adequar melhor os programas. A falta de vontade política poderia pôr em risco as ações destas ONGs sociais que atingem as populações carentes da Europa.

Sobre a previdência social, se faz uma intensa defesa dela, ante o perigo que supõem algumas declarações dos políticos europeus. Ante o perigo de encurtamento, de privatização e de falta de financiamento, a PESN, lembra que a previdência social é parte indissolúvel da UE, sem a qual não existe possibilidade de sucesso econômico (PESN 2000b).

Respeito à Carta de direitos, a Plataforma pede que o documento váia mais além do que uma declaração, querem que tenha força legal para obrigar os Estados cumprirem e fazerem cumprir ditos direitos fundamentais:

“The Charter of Fundamental Rights should be a legally enforceable document. It should contain the message from the leaders of Europe to all of us, to respect citizens' and workers'

rights and reassure us that our needs and rights will not be forgotten in the ongoing process of integration”.

A necessidade da existência da Carta reside na importância de uma legislação que garanta para os cidadãos não só direitos civis, mas também económicos e sindicais:

Although other national and international human and social rights instruments exist, they are not sufficiently enforceable, to guarantee that all civil, political, economic, social, cultural and trade union rights are respected.

Para a Plataforma o reconhecimento destes direitos suporia uma espécie de pago, pelos esforços que toda a população europeia tem feito para chegar a objetivos tais como a moeda única:

“In addition, an enforceable Charter is particularly important now given the forthcoming enlargement of the European Union. While the accession countries are working hard to meet the stringent criteria set by the EU, it’s now time to give their citizens and workers something in return”. (<http://www.socialplatform.org/Document.asp?DocID=310&tod=182018>)

Nomeadamente, a Carta deveria cumprir estes sete itens:

1. Força Legal. Deve-se incorporar aos Tratados da UE.
2. Indivisibilidade dos direitos. A Carta deve garantir os direitos civis, políticos, culturais, económicos, sociais e sindicais.
3. Aplicação. Estes direitos devem ser garantidos para todos os cidadãos europeus e àqueles de países terceiros que morem legalmente na UE.
4. Manutenção dos direitos existentes. A Carta deve garantir os direitos mínimos, sem afetar a outros maiores já existentes.
5. Direitos programáticos. Devem-se criar políticas e programas para ir garantindo aqueles direitos, como o direito à moradia, ao trabalho, às adequadas aposentadorias, que não se podem conceder imediatamente. A Plataforma junto ao CES/ETUC propõe que a UE desenvolva um plano [para conseguir tais objetivos em um prazo de 5 anos].
6. Direitos coletivos. Os trabalhadores devem ter garantidos os direitos de associação sindical, negociação coletiva e greve, além das fronteiras nacionais.
7. O carácter consultivo das ONGs europeias deve ser reconhecido.

<http://www.socialplatform.org/Document.asp?DocID=310&tod=182018>

A avaliação da Plataforma junto à CES/ETUC, sobre o texto que será aprovado pela UE não é muito positiva. Reconhece-se porém, a labor da Comissão, mas afirma-se o perigo de desiludir a sociedade civil organizada. Rejeita-se o texto pelas deficiências e as ambigüidades:

1. Deficiências na exclusão de alguns direitos fundamentais, sobretudo, os económicos.
2. Alguns direitos foram definidos de maneira menos abrangente da existente em outras declarações nacionais e internacionais (nomeadamente as do Conselho de Europa e a União Europeia)
3. Ambigüidades. Alguns direitos são definidos de maneira fraca e ambígua.

3.3.3 EUROPEAN BLIND UNION (EBU)

A União de Cegos Europeus (EBU) está composta por 44 membros de toda Europa. O seu escritório sediado em Bruxelas procura obter informações e distribuí-las entre os seus membros, sobre as ações políticas e legislativas da UE.

Os objetivos concretos encontram-se no artigo II dos seus estatutos:

1. Representar os cegos na Europa.
2. Promover os interesses dos cegos, no intuito de ultrapassar as barreiras que impedem a igualdade de direitos entre os cegos e não cegos, para a sua completa integração na sociedade.
3. Promover um Fórum para a troca de conhecimentos e experiências no campo da cegueira.
4. Promover a prevenção e cura da cegueira.
5. Conseguir a equidade na representação por gênero em todos os órgãos internos, e em todas as atividades da associação (EBU 1984).

Para o âmbito da UE, as reivindicações são referidas, por uma parte, ao monitoramento das medidas legislativas e políticas que afetem os deficientes físicos, em particular as que atingem os cegos. Por outra procura-se que a UE dê o apoio financeiro adequado para levar ao cabo os projetos da associação.

Respeito a outros temas, apóiam a proposta da Cimeira de Lisboa, sobre a nova economia baseada na informação, dado que a integração dos deficientes físicos é um ponto focal dela:

"The European Commission has launched an initiative called "eEurope - An Information Society for All", proposing that ambitious targets are to be set to bring the benefits of the Information Society within reach of all Europeans. The initiative focuses on ten priority areas, including disabled people. The initiative is a key element in President Prodi's strategy to modernise the European economy." <http://www.euroblind.org/fichiersGB/europe1.htm#s1>

Sobre a Carta de Direitos a EBU apoiou uma iniciativa da Plataforma de ONGs Sociais

para organizar um fórum europeu. A EBU julga que dita Carta há de ser o resultado de um processo no que sejam consultados os cidadãos da UE, através das suas organizações

3.4.ESFERA DOS DIREITOS SEXUAIS

Neste apartado estudar-se-ão, aqueles movimentos que baseiam a sua ação na defesa de reivindicações referentes ao gênero, ou aos direitos humanos relativos à escolha sexual. Achamos que o conceito “direitos sexuais” seria mais abrangente que o de gênero, já que incluiria todas as petições dos movimentos homossexuais e lésbicos, além do feminista.

3.4.1 EUROPEAN WOMEN LOBBY (EWL)

O Lobby Europeu das Mulheres (*The European Women's Lobby*) é a maior Coordenadora de ONGs feministas da UE, com mais de 2700 organizações membros dos 15 países. Sendo criada em 1990, como órgão coordenador das atividades, propostas e informações que interessam às mulheres europeias. A sua função tem muito a ver com a vigilância e o monitoramento das instituições e as atividades legislativas europeias. O fundamento da organização é a procura da igualdade entre homens e mulheres:

“The EWL's goal is to eliminate all forms of discrimination against women and to serve as a link between political decision-makers and women's organisations, who represent the majority in civil society” (<http://www.womenlobby.org/en/lef/index.html>).

Os seus objetivos principais seriam estes:

- Conseguir a igualdade de trato e oportunidade para as mulheres.
- Defesa dos interesses das mulheres que moram na UE, incluindo migrantes, minorias étnicas, marginalizadas e vulneráveis.
- Envolver a mulher na cooperação entre a UE e outros países, nomeadamente, os do Leste europeu.

As organizações membros, têm a liberdade de apoiar ou não as diversas campanhas, isto diferencia a associação do Lobby. A obrigatoriedade de assumir as decisões não existe em um Lobby. Isto reduz a amplitude das reivindicações, mas permite-lhes sustentar um discurso comum:

“This minimalist platform makes it possible for a large number of very different organisations to participate. Structure of the EWL General Assembly Delegates from all of the Member States and European organisations”

(<http://www.womenlobby.org/en/lef/index.html>).

Um dos grandes interesses do grupo é ampliar a informação entre as mulheres. A guia “*Igualdade da mulher jovem na Europa*”, “*Young Women for Equality in Europe*” insere-se em outro projeto “*Mobilising Young Women for Equality*” desenvolvido pelo EWL. O seu objetivo é apoiar a integração das mulheres jovens nas políticas de desenvolvimento nacionais. Pensam que será um útil instrumento para conseguir a equidade nas políticas de nível europeu. Outro objetivo é integrar as mulheres nos processos de decisão e de criação tanto das políticas europeus quanto dos trabalhos do EWL.

(<http://www.womenlobby.org/en/action/projets/youngwomen.html#Description>)

Propostas

- Propõem, explorar o Tratado de Amsterdão como campo de igualdade de oportunidades de gênero.
- Continuar com a sua labor educativa para as novas gerações não forem discriminatórias.
- Usar análises metodológicas que tenham em conta o gênero como elemento (estatísticas por exemplo).
- Facilitar a inserção da mulher jovem no mundo econômico político e social
- E finalmente, formar e capacitar as mulheres mediante um grande canal e informação que possibilite às mulheres jovens conhecerem o que existe para mudá-lo: “*Young women need to know what already exists and they need to know how to use it*”.
<http://www.womenlobby.org/en/action/projets/egalite.html>

Carta de Direitos

Julga-se a Carta um grande instrumento para garantir os direitos da mulher na Europa:

“The Charter represents real progress in recognising, by its very existence, the need for a legal instrument protecting fundamental rights at the European Union level. The EWL believes that these common values for European countries should be considered as a positive step in a process towards achieving real protection of fundamental rights for all those in the European Union”(EWL 2000).

No entanto, acha-se que a Carta esquece um pouco a perspectiva de gênero, a qual deveria ser mais sublinhada. Além disso, existe o problema da fraqueza legal da carta aprovada o que dificulta a aplicação da mesma. Critica-se que no artigo quatro, referido a tortura, violência e as perseguições, não se falasse explicitamente da violência contra a

mulher⁶⁷, sobretudo no caso das mulheres de países terceiros que sofrem tortura sexual. Também, a ambigüidade sobre o controle feminino da fertilidade e da gravidez, ou o combate contra as discriminações de gênero, que deveria ser mais forte no artigo 21:

“The EWL recognises nevertheless the significant improvements made, but underlines that the issue of multiple discrimination faced by women is still not tackled in this final version. Women are very often exposed to double or multiple discrimination, first as women and secondly due to their ethnic origin, their religion or belief, their disability, their age and/or their sexual orientation. Any measure aiming at tackling discrimination on a given ground should integrate the gender dimension as well, i.e. take into consideration the specific needs and problems of women. This would also be in conformity with the principle of gender mainstreaming”(EWL 2000)

Muito grave é a inexistência de um artigo que garanta certos direitos elementares como o direito à moradia, ou a um salário mínimo, no artigo 34. No que diz respeito à saúde pública, reclamam um tratamento adequado para as mulheres.

Medidas concretas devem conseguir a paridade real na representação democrática, levando em conta a infraparticipação da mulher, e isto teria de ser salientado na Carta:

“Proposal of the EWL: Chapter V “Citizenship”, insert new article “Parity Democracy”:
1. Parity democracy, meaning an equal representation of women and men in the organs and institutions of the Union, constitutes a fundamental principle for both the European integration and the institutions of the Union.
2. Positive measures should be taken in order to favour an equal access of women and men to governmental and Community bodies, as well as political parties.”(EWL 2000).

Avaliação.

Ao contrário do que é pensado, a igualdade sexual entre homens e mulheres não ter-se-ia conseguido. O gênero deveria ser incluído nas diferentes áreas políticas comunitárias, educação, juventude, cooperação, treinamento, pesquisa, desenvolvimento. Só com as mulheres estando em todas as áreas, poder-se-á lutar contra a discriminação.

Acham muito positiva à UE e à sua legislação porque têm caminhado muito para a igualdade legal, e porque criam um marco supranacional onde esta igualdade pode ser mais forte, embora alguns países (Escandinávia) sejam mais progressistas do que a UE. Isso explicaria a rejeição da juventude à UE em esses países. E por quê não tomar o seu exemplo?:

⁶⁷ A proposta da EWL foi está, sublinhamos os trechos não aceitados: *“Prohibition of torture and inhuman treatment”: “No one shall be subjected to torture or to inhuman and degrading treatment. This includes any kind of gender related violence such as among others female genital mutilations, rape, violence in the home, forced marriage, “honour” killings, also when executed within the family.”* (EWL 2000)

“Even if equality is not achieved and women continue to fight to improve the situation, why not consider Scandinavian countries as models and driving forces that the EU should follow?” <http://www.womenlobby.org/en/action/projets/egalite.html>

Valora-se a inserção da igualdade de gênero nos artigos 2 e 3 do Tratado de Amsterdão, e também a possibilidade de participar na tomada de decisões com a constituição do EWL em elemento de referência, o que permite que essas decisões tenham mais em conta às mulheres.

A desigualdade no acesso ao trabalho e o desemprego, muito mais alto para as mulheres, continuam a ser os problemas a resolver. Criticam, também o mantimento da discriminação pela gravidez e outras derivadas do sexo. A violência doméstica é um cancro que atinge a todas as sociedades, sem importar o grau de desenvolvimento econômico, cultural ou legal, sendo elemento de exploração continuada. Reclamam-se medidas que reduzam este problema.

3.4.2 INTERNATIONAL LESBIAN AND GAYS ASSOCIATION (ILGA)

ILGA-Europe foi fundada em 1996, embora a sua organização mãe, exista desde 1978. Possui caráter consultivo no Conselho Europeu. Umhas 300 organizações de homossexuais, lésbicas e transexuais compõem atualmente a ILGA. O seu intuito é liberar os homossexuais e lésbicas de toda discriminação legal social, cultural e econômica, promovendo o respeito universal, com base nos direitos humanos.

Atividades

Desenvolve várias atividades, uma informativa, como todos os movimentos que temos estudado, com a intenção de que os interesses dos homossexuais sejam levados em conta nas instituições europeias. A ILGA teria fundamentalmente uma função de Lobby.

Reivindicações

- Atualmente trabalha na procura do mesmo tratamento legal, independentemente a preferência sexual, nas leis comunitárias e nacionais.
- Combate a discriminação em todas as áreas sociais. Neste âmbito destaca a reivindicação do matrimônio entre pessoas do mesmo sexo, e a possibilidade de adoção de crianças, ou a inseminação de casais lésbicos.

- Inclusão da defesa dos homossexuais na Carta de direitos, e obtenção do direito de asilo para aqueles homossexuais perseguidos.
- Desenvolvimento com o apoio de fundos públicos, de uma rede europeia de cultura gay e lésbica, cinema, artes plásticas, etc.
- Possibilidade de acesso aos média, com a realização de documentários sobre a história dos homossexuais na Europa, por exemplo.
- Programas de prevenção do SIDA entre os homossexuais, com campanhas de educação e conscientização nas escolas. <http://www.steff.suite.dk/action.htm#1>.

Avaliação

O Parlamento Europeu aprovou em 1994 uma resolução pela que salientava a igualdade de direitos para gays e lésbicas na UE. A diferente situação do respeito aos homossexuais, precisa de ações práticas em face a dita discriminação, e que apoiem o conteúdo da declaração do Parlamento. A ILGA-Europa, acha que mantêm-se algumas discriminações e pede a sua abolição:

“All discriminations and/or unequal treatment concerning homosexuals must be abolished and in particular persisting differences as to the age of sexual consent and discriminations concerning labour, criminal, civil, contractual, social and economic legislation”.
<http://www.steff.suite.dk/action.htm#1>.

A medidas não estariam sendo adequadas e portanto, pede-se maior rigor neste âmbito. Na questão jurídica, o novo tratado e Carta de Direitos deverão proibir a discriminação baseada na preferência sexual.

3.5. CONSUMIDORES

3.5.1 LE BUREAU EUROPEEN DES UNIONS DE CONSUMMATEURS (BEUC)

O Escritório Europeu das Organizações de Consumidores, foi fundado no ano 1962. Atualmente está composto de 29 organizações de 20 países europeus. As temáticas que a BEUC trabalha são amplas. Porém, observando os seus comunicados de prensa podemos observar que durante o último ano os temas mais relevantes foram:

- Âmbito alimentar. Aspectos relativos á saúde alimentar e ao seu controle público, questões legislativas etc. Entre estas destacam os transgênicos e a regulação dos

produtos químicos.

- A introdução da moeda única.

Sobre a questão alimentar:

A importância deste tema deriva em parte de alguns problemas europeus que desenvolveram um grande interesse por tudo o relativo aos alimentos. Europa foi abalada pelos menos duas vezes nos últimos anos, muito apesar dos governos que ocultaram e diminuíram a gravidade dos fatos, por estranhas doenças. A crise institucional derivada do embargo da carne britânica efetuado pela França e outros países da UE depois do surto da doença das “vacas loucas” e da dioxina na Coca-Cola na Bélgica e na França, fizeram com que os movimentos dos consumidores reagiram com força em favor de legislações mais estritas com controle dos Estados e, colateralmente, rejeitando maciçamente os alimentos transgênicos.

Esta questão, a rejeição dos transgênicos, que acontece a nível mundial, é o outro elemento a levar em conta. Mas a sua ampla força dentro das associações de consumidores na Europa, talvez tenha muito a ver com a crise das “vacas loucas”. A crise espalhada no final do 2000 e no começo do 2001 tem tido muita intransparência e interesses ocultos, já que a doença era conhecida há dez anos. Ante tal falta de seriedade, a confiança dos consumidores tem ficado muito diminuída.

A BEUC julga muito interessante o Livro Branco sobre a seguridade alimentar já que se propõe legislar sobre grandes áreas do consumo a nível europeu, mediante a criação de uma Autoridade Alimentar Européia:

“Nous sommes particulièrement satisfaits du programme de travail ambitieux, qui propose de légiférer dans de nombreux domaines importants pour les consommateurs. Nos commentaires portent essentiellement sur l’annonce de la création d’une Autorité Alimentaire Européenne” (BEUC 2000:3).

Isto, de algum modo, significaria o reconhecimento de algumas das suas reivindicações, como eram a introdução de um marco legislativo europeu com uma perspectiva regional e integrada:

“Nous préconisons depuis longtemps une approche globale et intégrée de la sécurité alimentaire dans l’UE. Les scandales qui ont marqué les dix dernières années dans le secteur de l’alimentation ont suscité une profonde méfiance à l’égard de l’alimentation et de la sécurité alimentaire” (BEUC 2000:3).

Mais além desse reconhecimento, a BEUC pede medidas concretas que transformem

essas disposições gerais em medidas reais e abrangentes:

“Nous souhaitons que les normes les plus strictes soient introduites dans l’ensemble de la chaîne alimentaire en Europe. Il y a lieu d’adopter les meilleures pratiques de chaque pays et de les appliquer dans toute l’Europe, afin de relever les normes de manière générale. Ce n’est qu’en montrant qu’elle renforce ses normes que l’Europe retrouvera la crédibilité et la confiance dont les agriculteurs et les entreprises du secteur de l’alimentation ont besoin, non pas seulement de la part des consommateurs européens, mais aussi de la part des consommateurs du monde entier.” (BEUC 2000:3).

Em resumo, apenas com a aplicação de medidas fortes e adequadas, vindas daquelas legislações nacionais que tiverem mais desenvolvidas essas matérias, ou que as tivessem criado agora, poder-se-á recuperar a confiança dos consumidores europeus. Além do mais, recuperar-se-á a confiança e as invenções das empresas e abrir-se-ão os mercados mundiais aos novos produtos seguros da UE.

Para isso, será fundamental criar uma entidade pública, mais independente, para o controle dos produtos na UE. Nesse sentido concorda com a idéia da Comissão Europeia de criar um organismo que regule toda a cadeia alimentar. Mas a BEUC salienta:

“Les producteurs de denrées alimentaires doivent être tenus de garantir la traçabilité des ingrédients et doivent être responsables de la sécurité de leurs produits. Il est important que les aliments pour animaux soient régis par les mêmes principes que ceux qui s’appliquent aux denrées alimentaires le cas échéant, et nous nous réjouissons donc de constater que le Livre Blanc reconnaît cette responsabilité, depuis les producteurs d’aliments pour animaux jusqu’aux fabricants/opérateurs du secteur des produits alimentaires.” (BEUC 2000:3).

Assim, os fundamentos científicos base da legislação europeia devem ser credíveis, e a autoridade alimentar deve incluir os melhores conhecimentos científicos de toda Europa contribuindo a devolver a confiança os consumidores: *“A CONDITION qu’elle agisse en toute indépendance et en toute transparence”* (BEUC 2000:3).

A base da legislação alimentar europeia e da gestão de riscos alimentares residiria segundo a reivindicação da BEUC em dois princípios:

- Preeminência dos direitos humanos sobre os econômicos: *“les impératifs de sécurité alimentaire et de santé publique doivent être prioritaires par rapport aux intérêts économiques de l’industrie alimentaire, même si les deux types d’intérêts devraient logiquement être compatibles à long terme »*
- Os riscos deverão ser minimizados pela prevenção e controle estatal dos produtos alimentares: *“(…) les risques devraient être minimisés par l’application du principe de précaution et en particulier l’utilisation d’une approche basée sur la précaution tout au long des trois stades du processus d’analyse du risque – l’évaluation du risque, la*

gestion du risque et la communication du risque” (2000:4).

Este sistema poderia corrigir as falhas do atual, como são a ausência de objetivos claros para a política alimentar; a perda de confiança dos consumidores; a incapacidade para reagir aos escândalos; e a deficitária harmonização entre as legislações nacionais e europeia. Atualmente, a pesquisa é substituída pelos interesses da indústria. O processo de decisão não permite a participação dos consumidores e também não é transparente.

As críticas à UE sublinham a falta de profundidade e clareza nas suas políticas, a ineficácia da comunicação com informações inadequadas, políticas mais destinadas à solução dos problemas, do que a preveni-los e a carência de coordenação entre os diferentes Estados (BEUC 2000:5).

Moeda única

Respeito à moeda única, a BEUC lembra um antigo estudo seu para apoiar a chegada da moeda única. Segundo aquele estudo, se um consumidor que fosse circulando pelos vários países europeus fosse trocando o seu dinheiro, mesmo que não comprasse nada, quando chegasse ao fim da viagem, teria o seu dinheiro reduzido a menos de metade. Mediante este exemplo, frequentemente dado pelas associações de consumidores, estas procuram evidenciar a vantagem do fim dos câmbios para os consumidores.

No entanto, a BEUC continua a vigiar o processo para evitar as fraudes. A chegada do euro é vista positivamente mas não livre de problemas. Os bancos podem elevar os seus custos internos para compensar as perdas na redução dos ganhos nas transações intraregionais. Outro perigo é o do arredondamento para cima na hora da conversão. Em resumo, a BEUC critica a falta de transparência nas medidas políticas, e a falta de controles no caso alimentar. Pede mais informação e medidas concretas para assegurar a qualidade e salubridade dos alimentos consumidos na Europa. Sobre a moeda única, apoiou plenamente a sua introdução, mas evitando os abusos e as fraudes.

3.6 CONCLUSÕES.

Observa-se nas reivindicações dos movimentos na Europa alguns aspectos já salientados nos capítulos teóricos. Por uma parte observa-se um recorrente apelo à sociedade civil como elemento legitimador e como ator necessário das propostas sugeridas, quer como empresário empreendedor, ou trabalhador ativo e capacitado para os desafios da sociedade da informação; quer como defensor da natureza, dos direitos das mulheres, as crianças ou dos homossexuais. Esta parte consensual e coletiva seria a parte social dos discursos. Devemos destacar o fato de todos os grupos se considerarem sociedade civil, mesmo o empresariado, apesar do que pensem os mais requintados sociólogos.

Porém junto a ela, e geralmente sobre ela encontramos toda essa serie de reivindicações particulares, corporativas. O EWL, critica a falta do gênero nas políticas européias; a EDF, o esquecimento dos deficientes; a UNICE, o pouco interesse dos governos em reformar o Estado previdência e em ajudar ao empresariado. No entanto, todas estas queixas sendo particulares, são inseridas dentro do discurso social, amplo, para passarem à sociedade como indispensáveis para toda ela. A dificuldade de encontrar um eixo comum dentro da sociedade civil, mostra-se na divergência e mesmo oposição com respeito à Carta de Direitos, embora conseguisse reunir a quase todos os setores em face ao empresariado. A sociedade civil é um campo propicio às alianças temporárias, já que na luta por aprimorar os direitos das mulheres, das minorias ou dos doentes, podem-se estabelecer acordos pontoais, embora sempre carentes do objetivo comum, que é necessário para enfrentar a parte mais forte da sociedade civil, o empresariado.

Em definitiva, a sociedade civil é posta como ponto de referência para todos, mas pouco mais além disso, depois cada grupo tenta conseguir particularmente os seus objetivos, que só as vezes são comuns a outros setores. Mas a problemática é muito mais complexa, já que nós apenas trabalhamos as inconsistências entre os setores, mas dentro deles as diferenças e conflitos também se reproduzem, sendo que cada pequeno movimento pode agir de maneira individual e pode enfrentar-se a outros da sua mesma esfera.

CAPÍTULO IV.

MERCOSUL E A SOCIEDADE CIVIL: DA DITADURA DO MERCADO À DEMOCRACIA DITADA PELO MERCADO

INTRODUÇÃO

O trabalho sobre os discursos das associações pesquisadas no Mercosul, careceu na maioria dos casos, da possibilidade de tratar com movimentos de nível regional. Portanto, decidiu-se a análise de grupos dos dois países mais importantes do Mercosul, Brasil e Argentina. Também, trabalhou-se as informações obtidas das reuniões e Fóruns destas organizações, onde puderam-se encontrar propostas e reivindicações com respeito ao Mercosul. Em alguns casos, foi muito difícil sequer achar algum movimento de escala nacional, com representatividade suficiente nesse nível. Isto não nega a existência de uma grande quantidade de movimentos mas, por serem de nível local, não eram interessantes para o objeto do estudo e portanto, não foram incluídos na dissertação.

Observaram-se diferenças entre a posição das organizações e movimentos na Europa e no Mercosul. Se na Europa todas as organizações sociais tinham alguma referência com respeito à UE, amiúde com participação em confederações europeias sediadas em Bruxelas, no Mercosul apenas o empresariado, e de longe os sindicatos, tinham clareza na hora de desenvolver as suas propostas para o bloco. Outras esferas rejeitavam a sua participação achando ao Mercosul estritamente econômico. Tratando-se do Mercosul, a esfera econômica terá, se cabe, maior importância do que na UE, mas isto merece uma esclarecimento. O diferente desenvolvimento dos blocos econômicos fez com que o grau de abrangência legislativa e política influenciarem na participação e diversidade dos diferentes grupos na construção dessas instituições. No capítulo conclusivo analisar-se-ão alguns pensamentos extraídos da diferente participação-influência versus desenvolvimento do bloco⁶⁸ entre as duas regiões. Por enquanto podemos adiantar que a diversidade encontrada na Europa, não existe no Mercosul. Começamos pela esfera econômica.

⁶⁸ O desenvolvimento do bloco implicaria a conseguinte mudança ou pelo menos ampliação, dos objetivos, além do meramente economicista.

4.1 ESFERA ECONÔMICA

4.1.1 EMPRESARIADO.

Uma primeira diferença com respeito à União Européia é a grande diversidade de organizações empresariais e a falta de instituições de caráter nacional, ou regional. Apesar disso, a sua influência nos foros do Mercosul e outros, e a sua capacidade para pressionar ao governo aparecem de forma mais nítida do que na Europa. Não existe nenhuma organização nem nacional nem do Mercosul dos patrões, mas dado o caráter mais economicista do Mercosul e a sua menor abrangência política e legislativa (Ver capítulo VI), a sua força parece ser muito maior. As reivindicações dos empresários do Brasil e da Argentina são organizadas entorno a três eixos: A questão institucional, a econômica e a trabalhista.

Estas propostas inserem-se em uma análise bem pautada, segundo a qual só uma rápida ação, visando profundas reformas nas questões do trabalho, e um maior desenvolvimento institucional poderão relançar ao Mercosul e a região. O empresariado parte duma asseveração que já tínhamos achado entre os nossos “pós-modernos”, no que diz respeito ao fim de alguma coisa e a passagem para outra. Assim o:

“(...) grande desafio deste limiar de milênio é compreender que esgota-se um modelo fundado no predomínio do trabalho, no seu sentido clássico, e acentua-se a forte presença da máquina, do avanço da informática, o desenvolvimento da globalização e a tragédia do desemprego e da exclusão social. Mais que uma virada de século e de milênio, encerra-se um modelo de civilização” (Fórum de líderes 1999:7).

Para se solucionarem todos estes problemas, incertezas no novo mundo que nasce, será preciso que o empresariado tome o controle da sociedade civil. A iniciativa privada, os empresários, são a parte mais esclarecida dela (como os ricos em Aristóteles e os proprietários em Tocqueville), pelo fato de conhecerem quais são os objetivos que a sociedade deseja (Fórum de líderes 1999:7), e por serem responsáveis no caso brasileiro, eles e não o governo pela saída da crise:

“A responsabilidade maior pelo auspicioso momento que a economia está vivendo recai sobre a iniciativa privada, que soube suportar as fases mais turbulentas dos últimos anos, abrindo mão de margens, sacrificando o próprio patrimônio e preservando, na medida do possível, os investimentos comprometidos” (Gazeta Mercantil 2000:A-2).

Ante tamanha generosidade, seria impossível não deixar o controle da sociedade civil nas mãos destas personagens tão sábias, conspícuas e esclarecidas. A questão, portanto,

reside na falta de conexão entre os governos que deveriam procurar o bem da sociedade civil e as esclarecidas necessidades desta, definidas pelas reivindicações da sua parte mais cônica:

“Superados os momentos mais difíceis, o setor privado e a sociedade civil, os grandes credores dos processos de recuperação econômica, reclamam maior participação nas decisões sobre os rumos do país. É hora de corrigir a disparidade de pensamentos existente entre o governo federal e a iniciativa privada, como se apreende, por exemplo, do enfoque dado a reforma tributária. Prioridade absoluta para os empresários, o tema parece incomodar as autoridades, cuja visão míope as leva a visualizar apenas uma perda de receita para a máquina administrativa e não os substanciais ganhos para a economia e para a sociedade” (Gazeta Mercantil 2000:A-2)

EIXO INSTITUCIONAL

Com respeito à parte institucional, os empresários do Mercosul afirmam:

“(...) o processo de integração regional dos países do Cone Sul somente se concretizará se conduzido mais pela sociedade civil do que pelos governos e se houver coordenação de políticas macroeconômicas” (Fórum de líderes 1999:7).

Esta seria a primeira e básica reivindicação: fora os políticos acostados sobre as suas poltronas ministeriais, e poder para os empresários influírem diretamente nas decisões econômicas e políticas do Mercosul!! A necessidade de consolidar o compromisso da sociedade civil com o processo de integração regional foi um dos pontos destacados durante a primeira reunião do Fórum de Líderes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), realizado em 11 de agosto de 1999, em Assunção. Isso efetiva-se com a criação de um organismo supranacional que *“representa e defende a sociedade civil nos órgãos de decisão”*, segundo Pedro Fadul, empresário paraguaio e vice-presidente do Fórum, *“(...) está provado que o governo, sozinho, não pode fazer muito para melhorar a qualidade de vida da população” (Fórum de líderes 1999:7).*

Rejeitando aos políticos ante o *“despreparo das chancelarias”*. (Gazeta Mercantil 1999a:A-2), reclamam voz e voto direto nos órgãos de decisão dos blocos. Este foi o motivo pelo que os empresários do Mercosul organizaram-se para participar das negociações em torno da criação da ALCA, Rodada do Milênio e Fórum Empresarial União Européia/Mercosul. Segundo Ponte et alii (2000:150) os empresários teriam compreendido:

“(...) a importância do Mercosul para que cada país do subcontinente possa se inserir, em igualdade de condições, no ambiente econômico globalizado e ditado por blocos regionais, os empresários decidiram não só pelo Mercosul como estratégico, como também a sua relevância para a constituição do Mercosul, a partir de sua integração com a Comunidade Andina, (...) “aumentando consideravelmente o poder de fogo das economias do

subcontinente” (Gazeta Mercantil 1999a:A-2).

Dado que os empresários não acreditam nos governos⁶⁹, propõem assumir maiores poderes para chegar a tais acordos e aplicar as políticas, segundo eles, mais adequadas. Defendem a sua participação direta nas negociações do bloco e interblocos e a institucionalização de canais de consultas com os governos: “(...) *pois a qualidade da estratégia dependerá, para eles, fundamentalmente da interação entre governo e setor privado*” (Ferrari e Rebouças 1999). Só assim obter-se-á o equilíbrio entre os interesses do setor privado (sociedade civil) e a parte institucional e política. Os empresários brasileiros entregaram ao governo um documento no 29 de junho de 99, no que explicitavam tais propostas.

Um resumo pautado destas idéias foi o documento apresentado em setembro de 1999, por empresários de todo o Mercosul. A agenda comum foi desvinculada das disputas pontuais do bloco para, deste modo, poder ser apresentada a outras nações e blocos. A estratégia de procurar vantagens da atuação em comum extra-bloco para compensar perdas localizadas, será um dos elementos fundamentais das reivindicações empresárias, com base em três pontos:

1. *“A necessidade de aumentar a competitividade dos produtos e das empresas do bloco ante a concorrência internacional;*
2. *superar as dificuldades logísticas que ainda emperram o comércio dentro do Mercosul;*
3. *envolver as empresas em uma estratégia de marketing que promova os produtos dos quatro países no exterior. Para isso regulam a ação governamental nas negociações com os outros blocos, no sentido de que a integração com outros países não deva ser feita sem que antes o Mercosul incentive sua competitividade.”* (Ponte et alii 2000:154)

EIXO ECONÔMICO

Se a primeira reivindicação consiste no desejo do empresários de dirigir as instituições do Mercosul e organizá-las⁷⁰, o segundo tipo de reivindicações dizem respeito ao âmbito econômico estritamente embora, obviamente, estejam ligadas ao político. O comércio intra Mercosul cresceu um 300% entre 1991 e 1998, caindo só com a crise brasileira do 99,

⁶⁹ No dizer de um empresário “*apesar dos governos, o Mercosul está aí, e vai continuar aí*” (Kuntz 1999).

⁷⁰ A interdependência dos empresários não caminhará para a integração enquanto não superarem os interesses fragmentários e imediatistas o que faz preciso: “ (...) *sua intervenção organizada, como sociedade civil, quer dizer, como classe hegemônica*” (Ponte 2000:151).

notando-se um grande interesse dentro dos empresários, depois da crise no relançamento do Mercosul em 2.000. Neste âmbito, a solução encontrar-se-ia na adoção das medidas econômicas mais adequadas para o crescimento econômico. Segundo os empresários elas são:

1- A necessidade de uma política conjunta e coordenada teria que se complementar com outras para reduzir os efeitos não desejados da própria coordenação. Isto precisaria uma política de abertura no Brasil que responde pelo 70% do PIB do bloco:

“Os empresários argentinos, por exemplo, propõem o estabelecimento de cotas de produtos brasileiros, que agora, mais baratos, promovem danos à indústria argentina. As políticas compensatórias devem assim acompanhar as mudanças das políticas macroeconômicas” (Ponte et alii 2000:151).

2- Necessidade de chegar a acordos diretos entre o empresariado sem visitar as instâncias políticas. Pouco mais de um mês após a entrega do documento conjunto ao Mercosul em setembro do 99, os empresários argentinos e brasileiros já protagonizaram um acordo direto no setor automotivo (montadoras e autopeças)⁷¹.

3- Partindo do clima de possível recuperação e da estabilidade monetária brasileira, teria chegado o tempo de tentar concordar na gestão macroeconômica, a institucionalização, a reestruturação das atividades produtivas e a redução das assimetrias reguladoras, segundo o vice-presidente da CNI, Oswaldo Moreira Douat (2000). A questão, portanto, é ouvir os investidores para eliminar os problemas. Assim o Fórum dos Líderes Empresariais tem discutido projetos mais abrangentes envolvendo a questão fundiária, a democratização da riqueza, a educação, a globalização e a saúde, tanto no âmbito interno (Brasil) quanto no âmbito do Mercosul e uma agenda empresarial da integração. Eis, o empresariado assumindo uma discussão que a sociedade civil não empresarial não tem discutido, aliás, nem pensado, mesmo os partidos políticos: *“Para os empresários, nesta agenda de temas econômicos e sociais está o embrião do Mercosul, a consolidação de um bloco sul-americano”* (Ponte et alii 2000:154-55).

⁷¹ *“De comum acordo, empresários do Brasil e Argentina propuseram a manutenção do regime automotivo regional até o ano 2004 para evitar uma evasão de investimentos para terceiros países. Para os empresários, os problemas devem se resolvidos pelo processo de negociações, como ocorre na prática de gestão empresarial. Dessa forma, estabeleceram as condições específicas satisfatórias, principalmente o percentual do conteúdo regional dos produtos, quer dizer, o percentual de fabrico no local (60%) que caracteriza o conteúdo como sendo de um ou outro país parceiro, além de outros acertos complementares”* (Ponte et alii 2000:152).

4- Dentre essas reformas necessárias, o empresariado brasileiro salienta a tributária. Quarenta e seis entidades empresariais brasileiras, apresentaram e justificaram as suas propostas para a reforma tributária no Brasil, na qual o ponto principal consiste na diminuição de forma especial da tributação da renda e do patrimônio, visando assim conforme o documento, o incremento da competitividade. O vice-presidente da CNI brasileira, complementa as petições falando da absoluta necessidade da reforma da previdência, da reforma política e da administrativa. A fortaleza deste setor da sociedade civil é espantosa:

“Nestes encaminhamentos, a CNI coordena uma coalizão empresarial, representada por 50 entidades nacionais do setor produtivo, de serviços e financeiro, nos fóruns locais e nos Fóruns do Mercosul, ALCA, União Européia e Organização Mundial do Comércio, em estreita articulação com o Congresso Nacional e com os ministérios pertinentes” (Ponte et alii 2000:155).

Os empresários teriam, portanto, uma estrutura e uma política concreta tanto no nível nacional, regional quanto no internacional. Mediante esses mecanismos tentariam limitar as:

“(...) suas diferenças procurando assimilar as perdas dos que mais são prejudicados com a integração regional e a mundialização empresarial, e repassando à sociedade, em nome da sociedade civil, os custos dos seus prejuízos e dos seus lucros.” (Ponte et alii 2000:156)

Para o diretor presidente da Gazeta Mercantil, *“(...) a iniciativa privada mostra que tem uma participação não apenas coadjuvante, mas de protagonista no processo de integração da América Latina e Mercosul” (1999b:A-8)*. Isto estaria mais além da sua própria conflitualidade interclasse, assumindo a sua posição de inferioridade e da sua condição periférica na mundialização do capital. Se para o empresário presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (ABECITRUS), Ademerval Garcia, *“O Brasil ainda é uma economia com pouca força em discussões bilaterais” (Tachinardi, 16 de novembro de 1999)*, a única solução para ultrapassar esse *handicap* é a coordenação. Ante os processos futuros como a criação da ALCA, não haveria outra saída que se integrar no Mercosul para se integrar depois com maior capacidade de barganha na ALCA: *“Para os empresários, relançar o Mercosul é unificar seus interesses, passando pela aliança Brasil-Argentina, seus maiores sócios” (Ponte et alii 2000:156)*.

EIXO TRABALHISTA

Na questão do trabalho, empresariado e governos (ver capítulo VI) concordam no fato

da subordinação marcante das economias latino-americanas no que diz respeito à competitividade “autêntica” (capacitação, produtividade, investimento). Por isso, acreditam que a luta pelos mercados deve-se travar no âmbito trabalhista nivelando por baixo o custo do trabalho, para aquém do que já é estabelecido (Ponte et alii 2000:158). Neste sentido poder-se-á enxergar a continuidade e ligação intrínseca entre os três eixos que integram as reivindicações empresariais. Se o institucional leva ao econômico, aquele leva ao trabalho e este mais uma vez, ao Estado.

A proposta “*uma perspectiva latino-americana para o trabalho*” (Estado de S. Paulo 1999:p. 7) supõe um ataque feroz à estabilidade do trabalho, norteado pela redução do seu custo. Mantê-lo controlado, baixar os seus custos fixos, incluindo a diminuição do “*emprego estável tradicional*”⁷² na proporção inversa do aumento do trabalho informal, temporário e terceirizado, são alguns dos seus itens. Na mesma linha encontra-se a proposta de “*modernização da relação capital-trabalho*”, defendida pelo representante da Volkswagen do Brasil.

“(...) pretende reformular as anacrônicas leis trabalhistas, tirando as condições de trabalho do terreno jurídico do direito, deslocando-as para as negociações por empresas, por contratos coletivos que expressem essas negociações. Ou seja, jornadas de trabalho, aumentos salariais e benefícios sociais não seriam direitos estabelecidos, seriam itens variados por empresas e por países (do Mercosul), em função do desempenho dos negócios, embora admitindo os sindicatos como os negociadores dos trabalhadores” (Ponte et alii 2000:157).

Os empresários do Mercosul defendem a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, como primeiro passo para a “modernização” das relações de trabalho. Decorrentemente não admitirão a contratação coletiva articulada nacionalmente, (e claro, menos ainda no bloco), apenas negociações e acordos estabelecidos no âmbito de cada empresa. Isto é, o que o empresário pensa quando fala de maior liberdade sindical.

A patronal também não admitirá a imposição de regras trabalhistas únicas de obrigado cumprimento no bloco: “*Para eles essa rigidez em termos de garantias trabalhistas é o que mais tem dificultado a capacidade competitiva das empresas da região*” (Ponte et alii 2000:120). A “modernização” do sistema de relações de trabalho defendido pelos empresários, significaria que a legislação trabalhista deveria ser reduzida ao mínimo, apenas normas (que não leis) sobre salário mínimo, contrato de trabalho, saúde, higiene e segurança. O resto: jornada, salários, indenizações, encargos sociais, etc., deveriam ser

⁷² Observa-se os paralelismo com as petições e planos políticos dos empresários europeus e a UE.

estabelecidos na equânime negociação coletiva, direta e descentralizada, isto é, apenas por setor ou empresa.

Nesse sentido, o gerenciamento autônomo e livre de constrangimentos, tanto estatais quanto sindicais, é condição indispensável e natural para o bom funcionamento das empresas, e por conseguinte da sociedade. A diretora superintendente do Centro cooperativo da empresa [CSN], afirmava que é natural o corte de empregos para obter maior competitividade no mercado. A CSN possuía 22 mil funcionários em 1989, quadro reduzido a 15 mil em 1993 e a 12 mil em 1996 (Gazeta Mercantil 1996:C-3).

No Brasil, defendem a proposta de reformar a Constituição para reduzir o “*Custo Brasil*”⁷³. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e também senador, Fernando Bezerra, assegurava que: “(...) *o ataque frontal ao Custo Brasil é fundamental para manter e ampliar a capacidade competitiva da indústria brasileira*” (Boletim do DIAP 1996:6).

Portanto, redução dos custos trabalhistas e descentralização das negociações coletivas estão diretamente associados. Tenta-se acabar com a contratação coletiva nacional, e mais além disso, o empresariado brasileiro defende o fim das contribuições obrigatórias dos trabalhadores ao sindicato e o fim do sindicato único obrigatório. O interesse do empresariado não seria, segundo Ponte et alii, destruir a liberdade sindical, mas sim enfraquecer os sindicatos os quais: “(...) *atualmente, não possuem organicidade e unidade suficientes para sobreviverem sem a contribuição obrigatória e o sindicato único*” (2000:120-121). A introdução da concorrência no mercado, também tem sido utilizada como argumento para instituir uma nova cultura nas relações entre o capital e o trabalho no Mercosul.:

“El trabajador debe asumir una disposición positiva para mejorar su formación profesional y admitir la incorporación de nuevas técnicas y el empresario debe asumir una actitud elástica que le permita prepararse para introducir cambios o modificar su giro de actividad. Para lograr ello debe mejorarse el nivel de las relaciones laborales, para permitir un mejor diálogo” (Ferreira e Olivera, 1994:67).

Conclusões

O maior interesse dos empresários do Mercosul não seria, depois de observar os seus discursos, fortalecer o bloco regional à maneira europeia. Porém, está-se procurando

⁷³ Parábola usada para definir os custos trabalhistas.

fortalecê-lo, mas com um objetivo bem diferente. Se o Mercosul conseguisse ter algum peso específico no Cone Sul, isto poderia ajudar a integrá-lo na ALCA com maior capacidade de barganha. Enxerga-se a integração como um processo inevitável, e tenta-se, portanto, fazê-lo da maneira mais positiva:

“Os empresários do Mercosul, estão, conseqüentemente, considerando tal condição, preocupados com a formação da ALCA que, dependendo dos seus termos, poderá desintegrá-los enquanto bloco para integrá-los como coadjuvantes dos interesses maiores das grandes companhias da ALCA” (Ponte et alii 2000:156).

No entanto, no ínterim entre a falência do Mercosul e a criação da ALCA, o objetivo almejado pelo empresariado diz respeito à aumentar a competitividade das empresas do bloco na luta comercial internacional. Se aqui observam-se problemas e discordâncias internas devido aos interesses encontrados dos diversos setores empresariais, estas discordâncias não existem respeito a algumas medidas gerais. Tais medidas que permitiriam desenvolver a concorrência brasileira, e para fazê-lo, a proposta empresarial concorda com os preceitos liberais, redução do papel do Estado no âmbito legislativo, trabalhista e no gasto social, recorte dos impostos diretos, fim da regulamentação trabalhista, etc., em definitiva, aplicar as medidas econômicas que o neoliberalismo prega.

Em resumo, subscrevemos a conclusão de Ponte et alii para o empresariado no Mercosul:

“Como pode ser observado, se na discussão das táticas empresariais essas podem apresentar novidades face à mundialização e à integração regional da economia, sua estratégia de classe é a mesma quanto às relações de trabalho. Neste âmbito, no que depender dos empresários, os trabalhadores mais uma vez poderão contar apenas com suas próprias forças” (Ponte et alii 2000:158).

4.1.2 SINDICATOS

O sindicalismo no Mercosul apresenta também diferenças substantivas com relação à Europa. Enquanto na Europa todos os grandes sindicatos nacionais são ainda sindicatos de classe,- por muito diminuído que tal discurso encontre-se -, e espalham-se por todos os setores e empresas. Na América o panorama achado tem mais a ver com uma imensidade de pequenos sindicatos de empresa agrupados sucessivamente em confederações setoriais e nacionais, muitas vezes sem nenhum conteúdo político e, às vezes, abertamente contrárias aos interesses dos trabalhadores. O “peleguismo” como instituição não apareceu na Europa. Esta diversidade sindical dificulta o estabelecimento de sindicatos nacionais homogêneos,

acontecendo que nas confederações existentes, um ou dois sindicatos concentram a capacidade de decisão. No âmbito internacional, embora avaliemos a Confederação Européia de Sindicatos com muitas dúvidas, na América, o mais parecido, mas muito longe, seria a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

4.1.2.1- COORDENADORA DAS CENTRAIS SINDICAIS DO CONE SUL (CCSCS)

Em 1986 criou-se a Coordenadora para organizar as atividades e reivindicações dos sindicatos do Mercosul e apresentá-las de maneira conjunta e articulada frente aos governos. É composta pela *Confederación General del Trabajo* de Argentina, a *Central Única dos Trabalhadores* (CUT), e a *Confederação Geral de Trabalhadores* (CGT), e a *Força Sindical do Brasil*; a *Central Unitária de Trabajadores* (CUT) do Chile; a *Central Unitária de Trabajadores* (CUT) do Paraguay e o *Plenário Intersindical de Trabajadores* (PIT-CNT) do Uruguay.

Graças à pressão da Coordenadora em 1992, criou-se o Subgrupo 11 de “Assuntos Trabalhistas” que, depois, abrangeu a Seguridade Social, nomeando-se desde então, Subgrupo de “Relações de Trabalho, Emprego e Seguridade Social”. Porém, apenas tem caráter consultivo.

Neste tempo, intensificaram-se os contatos entre as centrais da região, sendo possível formular propostas alternativas sobre vários aspectos do processo de integração através da sua atuação nas instituições do Mercosul e da articulação política através da Coordenadora. Esta tenta desde 1996 reivindicar o “Dia internacional de Luta pelos Direitos Sociais no Mercosul” com mobilizações unitárias e simultâneas nos países do Cone Sul, embora não tenham tido muito sucesso.

O processo no Mercosul, parece evoluir no sentido de uma desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, de acordo com os interesses empresariais (Ver ponto anterior e capítulo VI). Dado que a situação tanto econômica quanto sindical, política e social não é favorável às centrais, estas apenas puderam ou quiseram procurar planos de resistência. A base de toda esta política tem sido exigir a regulamentação pelos governos do Mercosul de direitos considerados fundamentais:

- A aprovação de uma Carta de Direitos Fundamentais, parecida à européia.
- A ratificação das cláusulas sociais consideradas essenciais pela OIT. Entre elas consta, o direito à liberdade sindical e à negociação coletiva, o veto ao trabalho infantil e

escravo e a não-discriminação no emprego por motivo de raça, gênero, religião, etc. (Folha de São Paulo 1996:2-4).

- A adoção de um “selo social” para os produtos de exportação como garantia de padrões trabalhistas mínimos.
- Pedem o aumento dos salários e a liberdade de circulação dos trabalhadores.

De especial importância é o projeto de Carta de Direitos Fundamentais para o Mercosul, sob exemplo da “Carta dos Direitos Básicos dos Trabalhadores” da UE de 1989, e as petições atuais no seno da UE (Ver capítulo III). A idéia da Coordenadora era que a Carta de Direitos funcionasse como um Protocolo Trabalhista com índole vinculante, abrangendo os assuntos sociais e trabalhistas mas, por enquanto, as suas petições nada têm obtido.

Coincidindo com a aprovação pelos presidentes do Mercosul do relançamento de mesmo, os sindicatos criticam fortemente o conteúdo meramente economicista dos acordos os quais segundo eles, apenas teriam como objetivo cumprir os planos de ajuste estruturais impostos pelo FMI:

“Depois de seis meses de negociações o Relançamento se resumirá ao estabelecimento de um cronograma de metas comuns para os níveis de déficit fiscal, dívida pública e inflação - ou seja, como cumprirão com as medidas de ajuste determinadas pelos acordos com o FMI - e para o aprofundamento da integração aprovarão uma agenda de 11 pontos que envolve acesso a mercados, agilização dos tramites de fronteira, incentivo aos investimentos na produção e as exportações, nova regulamentação para as zonas francas e regimes de convergência tarifária temporário.

Essas últimas negociações do Mercosul se deram num cenário em que os governos implantaram duras medidas de ajuste para cumprir com os compromissos da dívida externa, o que tem significado cortes de verbas para programas sociais, redução de salários e mais privatizações. Na Argentina por exemplo, há um estudo que demonstra que para cada peso que o Estado paga em salários a administração pública nacional, destina 1,15 peso para dívida. E no Brasil, onde o responsável das finanças é um ex -funcionário do FMI, os pagamentos dos juros da dívida contraída em 98 estão sendo feitos com adiantamento. Todas essas medidas tem elevado a níveis dramáticos a exclusão social e os níveis de conflito e violência nas grandes cidades ”(CCSCS 2000).

As medidas apenas estariam provocando mais desemprego e precarização social, queda dos salários, concentração de renda, corte nos recursos para os serviços públicos. Com este panorama parece-lhes difícil caminhar pela trilha do Mercosul:

“E no entanto, no Relançamento do Mercosul se desconhece totalmente essas questões. Como falar de aprofundamento da integração, fortalecimento do bloco e ao mesmo tempo desconsiderar totalmente a participação da grande maioria da população do Mercosul nesse processo? Como aumentar a produção e a competitividade se ao mesmo tempo estão caindo os salários, piorando as condições de trabalho e se pratica uma verdadeira destruição da força de trabalho ativa?”(CCSCS 2000).

A Coordenadora opõe-se aos planos dos governos e reclama dos trabalhadores uma ação maior e mais unificada em face às medidas neoliberais:

“É preciso dar mais um salto e unificar essas lutas. Nossos problemas são os mesmos e são consequência das mesmas políticas neoliberais e da ação predadora do capital financeiro internacional e da política de exploração das multinacionais. Nossas demandas são as mesmas e serão mais fortes se consolidarmos nossa unidade.

A integração da luta dos trabalhadores e trabalhadoras é a única via pela qual poderemos exigir que o Relançamento do Mercosul signifique a adoção de medidas comuns de promoção do desenvolvimento sustentável, de geração de emprego, de distribuição de renda, de aprofundamento da democracia e de real fortalecimento externo do bloco e não a sua transformação em uma base exportadora das multinacionais - política que não gerará empregos e muito menos a distribuição de renda que necessitamos para alterar tamanha exclusão social” (CCSCS 2000).

4.1.2.1- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)

A central brasileira, como parte da CCSCS, organiza a sua política em torno à rejeição das políticas neoliberais aplicadas pelo governo de Cardoso. Nesse sentido é vital para eles se organizar no nível internacional para se enfrentar a desafios também internacionais:

“O movimento sindical do sul, vem buscando fortalecer suas visões sobre a conjuntura no debate sindical internacional e para que sua voz seja ouvida, tem sido construídas várias redes de atuação e intercâmbio, envolvendo centrais sindicais da África, América Latina e Ásia, com uma decisiva participação da CUT que deverá ser fortalecida no próximo período. Isto vale também para a política frente às Empresas Multinacionais que são o motor da globalização neoliberal. Enfrentar estas políticas, exige capacitação, informação e articulação internacional por de empresas” (CUT 2000).

Outra avaliação que a CUT faz da conjuntura atual, diz respeito à necessidade do movimento sindical se aliar com outras associações sociais, nomeadamente as ONGs:

“Não vamos derrotar o neoliberalismo sozinhos. O fato dos países membros da OMC não terem conseguido iniciar uma nova rodada de negociações para liberalizar ainda mais o comércio mundial, particularmente na área de serviços, investimentos e compras governamentais, devido às divergências existentes entre os governos, somado a uma grande mobilização sindical e popular durante a III Conferência da OMC em Seattle, é um indício muito importante do desgaste de 20 anos de políticas neoliberais pelo agravamento da pobreza e desemprego, apesar das promessas do contrário. Para o sucesso desta mobilização, bem como uma mais recente havida em Washington durante a reunião da direção do FMI, foi fundamental o trabalho conjunto dos sindicatos, organizações sociais, ONG's, Universidades, Igrejas, partidos políticos e pequenos empreendedores” (CUT 2000).

Segundo o seu discurso devem ampliar a aliança. A CUT foi uma das entidades que lançaram a REBRIP (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) que visava articular o trabalho da ASC⁷⁴ (Aliança Social Continental) no Brasil.

⁷⁴ Entidade surgida a partir da Conferência de Ministros da ALCA em Belo Horizonte em 1997 e da Conferência de Chefes de Estado das Américas em Santiago em 1998, que articula a oposição à ALCA e à

O não pagamento da dívida externa é outra das reivindicações que, embora seja feita no nível nacional, tem uma abrangência internacional:

“É o momento da CUT retomar com força a bandeira do não pagamento da dívida externa, apoiar as iniciativas da sociedade como o Jubileu 2000, bem como, apoiar o perdão da dívida dos países mais pobres, sem condicionantes” (CUT 2000).

Mercosul

Sobre o bloco, a avaliação da confederação é crítica, já que o Mercosul estaria em crise e nenhum governo estaria tomando as medidas adequadas para solucioná-la. Para relançar o bloco e, sobretudo, para mudar a sua orientação:

“A crise pela qual vem passando o MERCOSUL, principalmente após a desvalorização da moeda brasileira, somente pode ser enfrentada fazendo o que sempre defendemos: retomar a integração com uma nova política de complementação econômica, criação fundos para financiar a reconversão produtiva e respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e da sociedade, ao invés da lógica meramente comercial que tem norteadado o processo até o momento” (CUT 2000).

Muito embora, o Mercosul não faça aquilo que os sindicatos gostariam, a central brasileira tem uma avaliação da participação dos sindicatos no Mercosul bastante positiva e julga que *“o movimento sindical regional conseguiu se inserir rapidamente no debate político em torno da integração regional”* (CUT 1997). Os espaços abertos nas instituições, Fórum Consultivo Econômico e Social, o Sub-grupo 10, o Observatório de Emprego, a Declaração Sócio-Laboral e a Comissão Sócio-Laboral, são avaliados como conquistas. Mesmo assim, a capacidade para fazer pressão junto a outros sindicatos do Mercosul tem sido muito fraca.

As reivindicações com respeito ao Mercosul e à ALCA constituem elementos prioritários na sua política, segundo as suas palavras. Os mecanismos que poderiam ajudar a cumprir tal objetivo seriam segundo um documento de 1997:

- *“Consolidar a presença da ORIT no âmbito continental reforçando seu papel de representante legítima dos trabalhadores”*. A CUT quer promover a descentralização da ORIT no sentido de tornar à organização mais representativa.

- Promover conjuntamente medidas sobre temas comuns aos trabalhadores da região como o desemprego, o mercado informal, as privatizações, a reforma do Estado, a abertura comercial e a violação dos direitos sindicais.
 - Favorecer o intercâmbio com as centrais AFL-CIO e CLC, *“cuja participação ativa é imprescindível para enfrentar a questão do livre comércio nas Américas e para o fortalecimento da ORIT”*.
 - Ampliar as manifestações em favor da dimensão social dos acordos de livre comércio que venham a se desenvolver no continente.
 - Deseja-se *“tornar a Coordenadora um instrumento ainda mais eficaz e capaz de se contrapor a lógica anti-social do processo de integração vigente, criar condições para uma solidariedade concreta entre os trabalhadores da região contribuindo para a formulação de uma integração alternativa que prioriza políticas de emprego, o progresso e a ampliação dos direitos sociais”*.
 - Aprimorar a participação dos sindicatos de base nos temas relativos à integração regional, já que as iniciativas realizadas enfrentaram problemas de coordenação.
 - Constituir fóruns permanentes de debates e formulação de políticas e ação conjunta. Especificamente sobre a mulher afirmam a necessidade de:
 - *“Incentivar a participação das mulheres trabalhadoras no Mercosul, especificamente nos debates referentes à saúde, educação, capacitação e formação profissional, emprego e seguridade social. Para isso é importante consolidar e fortalecer a Comissão de Mulheres da Coordenadora do Mercosul (CMCM)”*.
- Sobre a ALCA a CUT afirma quer:
- *“(...)aprofundar com seus sindicatos e a sociedade civil a discussão a respeito dos interesses que estão por trás da iniciativa da ALCA, seus impactos sobre os países latino-americanos e as estratégias sindicais para defender uma integração com base na justiça e o progresso social”*.
 - Aprofundar as alianças com setores sociais que combatam a lógica exclusivamente comercial de tais acordos (CUT 1997).
 - Além disto precisa-se: *“(...) avançar para ações coordenadas entre as empresas que atuam no MERCOSUL, envolvendo nossas organizações por ramos, implementar nas atividades de organização, mobilização e até de negociações supra-nacionais”(CUT*

2000).

Avaliação

Segundo o Relatório Brasil no Mercosul (Ponte et alii 2000:159-60) a intervenção do sindicalismo na questão da mundialização econômica e da formação dos blocos regionais realiza-se em uma condição extremamente desfavorável ao desenvolvimento das suas lutas. As propostas sindicais apenas teriam acompanhado as idéias empresárias em uma paisagem de recuo ante a ofensiva neoliberal que substituiu a mão de ferro dos militares. Neste sentido, articulam-se as campanhas procurando garantir os direitos trabalhistas que os empresários procuram estreitar e a defesa da contribuição compulsória como meio de sobrevivência econômica para os sindicatos⁷⁵. Por exemplo, no Brasil, as propostas sindicais no fundo abriram mão de muitas das anteriores reivindicações. As emendas à Reforma Trabalhista proposta em 1999, visavam ampliar o poder de negociação entre empregados e empregadores, mas isto permitia flexibilizar os direitos trabalhistas assegurados pela Constituição de 1988.

As cessões dos sindicatos são gerais, na Argentina, no Chile, etc., sendo a globalização e as supostas melhores opções de concorrência, que justificam a implantação de bancos de horas, contratos por prazo determinado, tempo parcial, suspensão temporária do contrato, etc. (Ponte et alii 2000:161). No entanto, estas medidas encontram-se muito condicionadas à relativa estabilidade que os governos de Argentina e Brasil conseguiram no final dos 90:

“Com a alta da inflação em 1999, a volta de métodos anteriores de ação, como tentativa de sobrevivência, tornou os sindicatos mais fortes. Quer dizer, não se discute apenas o banco de horas e outras medidas propostas pelas empresas para não se desempregar, e sim negocia-se também ajustes salariais. Mas esse cenário difere bastante daquele em que os sindicatos corriam atrás da reposição salarial. A inflação ainda está abaixo dos dois dígitos, o desemprego continua alto e as privatizações em andamento transformam os setores. Tudo isso atua contribuindo para a desmoralização de categorias cujas direções recuam na conflitualidade. Ou seria a representatividade que está em declínio, incapaz de aglutinar interesses fragmentados?” (Ponte et alii 2000:160).

A participação nas instituições tem sido fraca com poucas proposições. O máximo conseguido até agora são os acordos logrados para ações conjuntas, como no caso das metalúrgicas. Em abril de 1999, o sindicato dos metalúrgicos do ABC e o sindicato dos

⁷⁵ No entanto, este ponto é origem de controvérsia até no movimento sindical. No Brasil a CUT, é contrária a qualquer contribuição compulsória, Força Sindical defende o fim da contribuição sindical e da assistencial, mas a manutenção da contribuição confederativa e a CGT defende a manutenção da contribuição sindical, a

metalúrgicos da Argentina, assinaram um acordo com a Wolskwagen que garantia direitos de organização sindical. Mais além desse desdobramento específico, a intervenção sindical no Mercosul tem encontrado limites políticos e institucionais.

4.1.2.1 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST)

O MST a diferença do seu colega europeu, a CPE, ocupa-se principalmente do acesso à posse da terra dos milhões de camponeses que carecem dela. A situação dos camponeses brasileiros é muito pior, e seria impensável que o MST reclamasse, como a CPE reclama na UE, subvenções e ajudas que no Mercosul não existem. Mesmo tendo essa preocupação tão premente, como é conseguir que os camponeses obtenham terras e não sejam mortos por isso, o pensamento do MST abrange outros campos. Porém, não encontramos documentos específicos relativos ao Mercosul dado o caráter eminentemente nacional e as vezes nacionalista do movimento. A questão dos transgênicos é importante dentro do Mercosul dada a diferente legislação entre os países, e dado o peso que a produção agrícola tem nas exportações.

Transgênicos

A crítica do MST aos transgênicos é muito forte, e apóia-se em três elementos:

1- A dependência econômica, gerada pelo monopólio das indústrias que produzem os transgênicos e que acabarão acrescentado o preço das sementes e dos adubos químicos atrelados a elas:

“Estamos enfrentando uma nova fase da dominação capitalista no campo. Fruto das revoluções tecnológicas ocorridas nos últimos anos (informática, química fina, micro-eletrônica e biotecnologia/genética), as grandes empresas fornecedoras de insumos para a agricultura estão se modernizando e buscando novas formas de garantir e ampliar os seus mercados consumidores, além de garantirem a dependência dos agricultores aos seus produtos” (MST).

2- Aspecto Ambiental. As conseqüências provocadas pela destruição da biodiversidade não são conhecidas nem estudadas:

“Pode ocorrer a troca de genes entre plantas cultivadas que sofreram alteração e as plantas selvagens aparentadas das anteriores. Além de estimular o uso de agrotóxicos, que aumentarão a poluição do solo e da água, e de estimular o desenvolvimento de plantas e

animais resistentes a uma ampla gama de antibióticos e agrotóxicos” (MST <http://mst.org.br/meioambiente/meioambiente2.htm>).

3- Aspecto da Segurança Alimentar. Também não são conhecidos todos os efeitos que estes alimentos provocarão em animais e pessoas. Os efeitos constatados aumentaram as alergias, reduziram os efeitos dos antibióticos e, em alguns casos, desenvolveram doenças.

4.2. ESFERA AMBIENTAL.

4.2.1 WWF BRASIL

O escritório regional funciona desde 1971. As suas principais reivindicações atingem ao enorme potencial ecológico do país:

- Estabelecer um sistema de áreas protegidas mais extenso e melhor desenvolvido e organizado.
- Transformar o atual sistema de lavoura para que garanta a sustentabilidade ambiental.
- Conservar e desenvolver sustentavelmente à Amazônia e a mata atlântica, o cerrado, o Pantanal e os litorais.
- Uma política nacional, e uma sociedade que valore e participe ativamente na conservação e desenvolvimento sustentável do Brasil.

http://www.panda.org/resources/inthefield/latin_esp/latin.htm

4.2.2 GREENPEACE

As delegações argentina e brasileira de Greenpeace, não possuem também não, uma política de bloco, como acontecia entre a seções européias. Porém, analisando as reivindicações que trabalham nos seus respectivos âmbitos nacionais podem-se extrair as suas preocupações, pedidos e avaliações principais. Várias temáticas destacam mas, entre elas, a questão dos transgênicos é capital.

Transgênicos

A problemática dos transgênicos cobra especial importância dada a diferente legislação existente nos dois países principais do Mercosul. Enquanto no Brasil existe uma proibição de cultivo, e comercialização na Argentina tais negócios encontram-se liberalizados.

As campanhas nos dois países exigem aos seus governos maior controle destes produtos. Na Argentina, informando na etiquetagem dos produtos, no Brasil proibindo o cultivo, transporte e comercialização ilegal.

Desenvolvem-se várias campanhas para informar às populações de aquelas empresas que não cumprem as normativas vigentes em cada país. Pedem a participação cidadã, não comprando os produtos que usam elementos transgênicos, e exigindo aos governos a aplicação das leis vigentes e a implantação de novos controles mais rígidos até se comprovar que os produtos transgênicos não encobrem nenhum perigo para a saúde das pessoas.

Florestas

Dada a peculiaridade brasileira, que concentra uma grande parte dos recursos florestais e da diversidade animal e vegetal do mundo, Greenpeace Brasil desenvolve campanhas para acabar com a exploração incontrolada dos recursos florestais e a contaminação e desflorestação produzida na bacia do Amazonas e outras regiões do país.

Poluição

Recentes desastres como o acontecido nas ilhas Galápagos, no Equador têm destacado novamente a importância, reclamada há tempo por Greenpeace, do controle das indústrias petrolíferas, e outras potencialmente poluidoras. O transporte via marítima de elementos tóxicos também precisa de um maior controle, da mesma maneira que a acumulação desses produtos. Os países mais pobres começam a tentar tirar benefícios de sua situação subordinada aceitando acumular essas substâncias, como a Argentina.
<http://www.greenpeace.org>

4.3- ESFERA DOS DIREITOS SEXUAIS

O órgão mais importante, dentro do Mercosul, no que refere-se à sociedade civil restrita é o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES) que foi criado pelo Protocolo de Ouro Preto e é composto por representantes sindicais e empresariais dos quatro países do Mercosul. Em relação à participação de organizações sociais, de mulheres e ambientalistas nas instâncias de negociação do Mercosul, pode-se afirmar que as iniciativas ainda

encontram-se em um estágio muito inicial. Porém, o FCES, apenas tem sido um espaço ocupado pelos empresários e os sindicatos que:

“(..)conta apenas com poucas organizações de defesa de consumidores e um ou outro setor acadêmico e universitário. No futuro próximo algumas ONGs brasileiras deverão conseguir obter aprovação à candidatura por um assento no FCES” (Mello 2000).

Muitas organizações têm este pensamento, por exemplo o *Instituto Social e Político de la Mujer*, de Argentina deu-nos a seguinte informação:

“En cuanto a las organizaciones de la sociedad civil más presentes en la acción del Mercosur son los sindicatos y las organizaciones empresarias. Hasta donde sabemos las ONGs están absolutamente fuera de la institucionalidad del Mercosur y las ONGs ven al Mercosur como algo remoto. En el grupo especial mujer, el Foro de Mujeres del Mercosur tiene hasta ahora el monopolio (es una red bastante antidemocrática formada por mujeres que responderían al oficialismo de los '90. Muy pocas ONGs estamos emprendiendo acciones para formar alianzas con ONGs en la región. Pero no te olvides que el Mercosur hasta ahora no es más que un mercado centrado en el debate de las automotrices y dista bastante de ser un bloque regional en otros aspectos” (Lubertino 2000).

Poucas são as organizações preocupadas com o Mercosul no âmbito feminista. Existe no nível internacional *Mulheres Transformando a Economia*, que busca realizar uma leitura de gênero sobre as conseqüências das políticas macro-econômicas, de ajuste, e dos processos de integração. Mello (2000) julga para o Brasil, o SOF como a ONG mais interessada no processo, embora o SOF⁷⁶ esteja em um estágio incipiente neste debate sobre gênero e economia.

4.4- ESFERA DO TERCEIRO SETOR

Continuando a análise feita no apartado anterior, estudamos aqui algumas organizações que poder-se-iam inserir dentro do chamado terceiro setor:

A **CEPIA/ Fórum da Sociedade Civil nas Américas** é uma organização que desenvolve atividades enxergando a elaboração de uma agenda social e dos direitos humanos para o Mercosul. Segundo Mello (2000), ainda está circunscrita a umas poucas organizações e tem pequena base social na região.

4.4.1 REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS (REBRIP)

Trata-se do membro brasileiro da ASC, Aliança Social Continental. A ASC, organização composta por redes nacionais que discutem sobre comércio e integração, reúne a centrais sindicais, ONGs de desenvolvimento, associações ambientalistas e de mulher, de direitos humanos, organizações indígenas e de camponeses e movimentos ligados às Igrejas. Este movimento não pensa tanto no Mercosul quanto na ALCA. A sua amplitude faz com que às vezes os interesses sejam contraditórios e seja igualmente difícil estabelecer uma linha comum de atuação:

“Pode-se observar, portanto, a existência de posições que variam desde perspectivas mais pragmáticas de apoio à criação de uma área de livre comércio, desde que incluídas algumas salvaguardas sociais e ambientais, até posições que rechaçam totalmente a ALCA e consideram inútil lutar pela inclusão de linguagem sobre direitos e provisões sócio-ambientais, pois a lógica da ALCA levará inevitavelmente a uma drástica diminuição dos empregos e à destruição do meio ambiente” (Mello 2000).

Com este panorama parece difícil obter algum tipo de avanço. A REBRIP foi criada em 1998, graças à colaboração entre algumas ONGs e a CUT sobre os temas de integração regional e comércio internacional.

Objetivos e Reivindicações.

O principal objetivo da REBRIP é fortalecer a ASC no Mercosul, além de gerenciar programas de capacitação e informação.

Avaliação

O mais importante com respeito à REBRIP é o seu caráter incipiente, e o pouco interesse no seu fortalecimento por parte dos membros:

“Apesar de contar com importantes organizações da sociedade civil, e de ter realizado eventos de amplo impacto público - como o Fórum da Sociedade Civil Para o Diálogo Europa, América Latina e Caribe, paralelo à Cimeira, em junho de 1999 a REBRIP ainda é uma iniciativa incipiente, que necessita de investimento de suas organizações fundadoras para que possa ampliar qualitativa e quantitativamente seu conjunto de membros e sua capacidade de atuação” (Mello 2000).

Tal escasso interesse na coordenação, reflete na falta de recursos, problema que também atingia às ONG européias, provocando ademais uma gritante falta de organização e coordenação :

⁷⁶ Não foi encontrada nenhuma informação ao respeito na sua página web:

“A REBRIP, portanto, é uma rede ainda em formação. Assim como a grande maioria das redes brasileiras, ela é uma entre muitas outras prioridades de seus membros, ou seja, na verdade, todos apóiam mas quase ninguém dedica tempo suficiente à sua construção. Embora esta seja uma característica comum a praticamente todas as redes de organizações da sociedade civil brasileira, no caso da REBRIP isto é particularmente problemático pois a isso se soma a ausência de recursos próprios mínimos. Esta falta de financiamento reflete, na verdade, a dificuldade de se estabelecer uma liderança na rede que seja capaz de ser protagonista na busca de recursos (existe um projeto, mas não existe a tenacidade necessária para negociá-lo junto a possíveis parceiros), e na sua organização geral”.

“No momento, a REBRIP possui uma estrutura difusa de membros, cuja filiação não passou por nenhum processo mínimo de formalização. Há entidades como a CONTAG e a ANDES que se filiaram, mas como não ainda existe mecanismo estabelecido de relacionamento e comunicação com os membros, ficam sem receber notícias da REBRIP por muito tempo.” (Mello 2000).

4.5- ESFERA DO CONSUMO

4.5.1 INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC)

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) define-se a si próprio como:

“uma associação de consumidores, fundada em 1987, sem fins lucrativos e sem qualquer vínculo com empresas, governos ou partidos políticos. Sua missão é defender exclusivamente o consumidor, inclusive representando-o na Justiça -em causas coletivas movidas pela entidade para resguardar seus direitos nas relações de consumo- e o orientando para que saiba como fazer valer o Código de Defesa do Consumidor, quando tenha problemas de consumo” <http://www.uol.com.br/idec/oque.htm>

O instituto ocupa-se da avaliação de produtos e dá informação aos consumidores mediante a sua revista Consumidor S.A. As principais áreas das que se ocupa têm a ver com a saúde alimentar, a etiquetagem dos produtos, sobretudo alimentos, e a telefonia tanto celular quanto fixa, fiscalizando as empresas do ramo.

Saúde Alimentar

Neste âmbito a sua atuação concentrou-se nos transgênicos. Uma ampla campanha que consistiu tanto na avaliação de produtos quanto na informação sobre os próprios transgênicos e as suas incógnitas:

“Testamos 31 produtos e encontramos ingredientes geneticamente modificados em 9 deles. Apesar de todas as pressões das empresas e do governo, a Justiça confirmou nossa vitória judicial e manteve proibidas as autorizações para o cultivo e a comercialização de alimentos transgênicos no país.” <http://www.uol.com.br/idec/consumidorsa/dez0004.htm>

O IDEC critica a falta de transparência do processo, já que ela acompanha a situação desde 1996. A população desconhece totalmente o assunto, e o governo age com uma total falta de responsabilidade social. Não existem os organismos adequados para controlar, regular e estudar as conseqüências que, em um prazo curto, pode acarretar o uso de alimentos geneticamente modificados. No existem regras adequadas sobre segurança alimentar, rotulagem e comercialização, mas foram concedidos pareceres favoráveis ao plantio e comercialização em larga escala.
http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_novo.htm

Reivindicações

Devem se respeitar os direitos de informação e escolha do consumidor. O governo em junho de 99 anunciou que ia criar uma norma para a rotulagem dos alimentos transgênicos. Não passou-se disso, mas o IDEC continua a pedir que a etiquetagem dos produtos modificados geneticamente seja clara e ampla, porém:

“Há uma grande resistência de setores governamentais, apoiados pela empresas de biotecnologia, para que se limite ao máximo esta exigência, escondendo informação relevante sobre a origem, natureza, qualidade e riscos dos produtos, o que se configurará em um flagrante desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor”
http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_novo.htm

Da mesma maneira, devem-se cumprir as exigências de maior transparência, no processo de regulamentação e autorização de experimentos, plantio ou comercialização desses produtos no país.

Critica-se a importação de milho e a comercialização da soja transgênicos, sem dispor dos dados científicos que garantam a segurança para o consumidor e para o meio ambiente.
<http://www.uol.com.br/idec/consumidorsa/dez0004.htm>

O IDEC deseja também que o setor empresarial posicione-se:

“Em suma, há a disposição das associações de consumidores de agir contra todas as medidas que desrespeitarem os direitos dos consumidores nesse processo, não estando descartados nem mesmo o boicote aos produtos e às empresas -ou as ações no âmbito judicial” http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_novo.htm

Argentina

Na Argentina, o plantio e a produção de alimentos transgênicos encontra-se liberado há anos sem a devida etiquetagem, pelo qual é impossível saber quais alimentos os contêm e quais não. Por isso o IDEC pede que não sejam consumidos produtos nem da Argentina

nem dos Estados Unidos que contiverem soja, milho, tomate, batata e canola.

http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_folder.htm

Serviços públicos

Na área reclama-se da privatização maciça e das conseqüências derivadas. A água e a eletricidade são cada vez mais inacessíveis aos consumidores de baixa renda.

<http://www.uol.com.br/idec/consumidora/dez0004.htm>

4.6 CONCLUSÕES

A dificuldade encontrada na hora de localizar os próprios movimentos, assim como, as declarações dos seus representantes (dos movimentos de mulher, terceiro setor, gays e lésbicas e consumidores), já tinham refletido o pouco interesse que o Mercosul desperta entre estes setores da sociedade civil, justamente o contrário do que possuem os empresários. Os sindicatos acompanhariam o processo, longe, sem unidade, sem força, quase sem voz e sem voto, impelidos pelas imensas conseqüências que introdução das medidas reclamadas pelos empresariados e propostas pelos governos, teriam no âmbito do trabalho. Nesse sentido concordamos com Mello quando diz:

“A participação da sociedade civil no Mercosul está centrada em critérios relacionados ao mundo do trabalho. Com exceção de umas poucas organizações sociais e de consumidores, a participação nas instâncias do Mercosul está restrita às representações de empresários e de trabalhadores” (Mello 2000).

Da mesma forma que no resto do trabalho não se pode falar de fraqueza da sociedade civil, mas sim da hegemonia de uma parte dela, do empresariado, o qual possui quase todos os meios para impor as suas escolhas. No entanto, e sempre salientando a fortaleza do empresariado, este não deve ser entendido como um bloco monolítico, e sim como um conjunto de interesses semelhantes, capazes de ultrapassar as duas diferenças, ou pelo menos afastá-las em muitos pontos. As discordâncias derivam da distancias que existem entre o capital financeiro, o grande capital industrial, o médio, etc. De qualquer maneira o que aqui foi salientado foi a hegemonia do grande capital industrial e financeiro na sociedade civil, sendo como eles gostam senão os mais esclarecidos, sim os mais poderosos e influentes.

Outro aspecto de necessária reflexão é o fato de existir um empresariado nacional e

outro de caráter multinacional, cujos interesses muitas vezes são opostos. Não obstante, tal estudo fica fora das possibilidades de este trabalho, aqui apenas foi lembrada panoramicamente:

“O Brasil não será mais do que um dos elos da grande corrente que envolve o universo e mantém ligados todos os povos numa única estrutura que tem por centro diretor os grupos controladores do capital financeiro internacional. Tais grupos são esse punhado de grandes trustes que imperam nos diferentes setores da economia contemporânea, estendem também para o Brasil seus tentáculos absorventes. O que não exclui naturalmente as fricções e choques entre eles; choques que tomam um caráter nacional porque, embora internacionais por essência, apelam nas lutas que têm de sustentar para o poder político de uma ou outra nação soberana que se põe a seu serviço. Identificam-se assim com nações e nacionalidades; arvoram uma bandeira, mas efetivamente seu caráter é internacional, e esta bandeira não é mais que a fachada atrás da qual se abrigam” (Prado Jr 1995:277-78).

PARTE TERCEIRA

INTRODUÇÃO

Nos dois capítulos que continuam o nosso trabalho, tentamos descobrir e salientar as linhas gerais das políticas da União Européia e do Mercosul. A distância entre os dois blocos é, sem lugar a dúvidas, muito grande, mas existem algumas linhas comuns mesmo tendo em conta as diferenças de desenvolvimento.

A ênfase colocada na “nova economia baseada no conhecimento”, quer dizer, nas novas tecnologias, na informática e as telecomunicações, assim como uma certa visão pós-moderna do consumo, são muito mais fortes na Europa, mas aparecem também entre os políticos do Mercosul. As chamadas a flexibilização da mão de obra são também comuns.

Se na parte econômica a atuação, senão semelhante, é comparável, na que refere-se as políticas sociais, as distâncias abrem-se. Na UE, estas são amplas, desde fundos de coesão para regiões menos desenvolvidas, até o apoio a programas específicos para mulheres, jovens, estudantes, ONGs, certos controles ambientais, etc. A sua avaliação pode ser discutível, mas constata-se a existência de políticas de maior quantidade e com mais profundidade em todos os campos, na Europa. No Mercosul, apenas as medidas econômicas são aplicadas e com pouca convicção, força e coordenação. Nesse sentido, deve-se entender a falta de estudo para certas áreas; simplesmente não existem políticas nelas.

Além da linha comum dos blocos devem-se lembrar as diferenças entre as orientações predominantes em cada país, sobretudo, nos mais importantes França, Alemanha e o reino Unido na Europa; Argentina e Brasil no Mercosul.

CAPÍTULO V

POLITICAS NA UNIÃO EUROPÉIA: RUMO À MOEDA ÚNICA, UNICAMENTE

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, trataremos as políticas mais destacadas dentre a imensidade legislativa e normativa européia. Escolhemos os programas estudados com base em duas motivações. A primeira, procurar aquelas políticas às que estão referidas as reivindicações dos movimentos regionais da nossa sociedade civil ampla; e a segunda, a importância intrínseca de algumas delas, mesmo não estando entre as mais comumente reivindicadas. Portanto, desenvolveremos as últimas reformas institucionais da UE que definem as linhas gerais estabelecidas para os próximos anos. Depois analisaremos, aquelas políticas reivindicadas pelas esferas estudadas que não fossem atingidas pelas pautas gerais da União.

A reflexão com a que intitulamos o capítulo quer destacar uma política e um norte entre todos os que compõem o marco político institucional da UE. Esta acusação de economicismo, foi feita por vários dos movimentos analisados anteriormente, e é hora de comprová-la. A ampla abrangência das políticas comunitárias (Quadro 3), que praticamente chegam a legislar sobre todas as temáticas importantes, faz complicado, ao menos aparentemente, encontrar o fio da meada. Porém, apesar dos avanços atingidos nas últimas décadas e o amplo aparelho institucional existente, a UE continua a ser uma agrupação de países. As diferenças entre a França com uma política bem distante da britânica são amostras disso. No entanto, não é menos certo que dentro desta diversidade poder-se-iam observar pautas, linhas e padrões. A União Européia conseguiu marcar algum caminho comum no seu desenrolar, mesmo encontrando-se, às vezes, contradições entre as posições e as políticas.

As tensões e as alianças percorrem as décadas, muito além das mudanças partidárias e têm mais a ver com as linhas políticas dos países,- veja-se por exemplo os casos britânico ou francês, o alemão. Isto destaca uma certa capacidade política dos Estados e dos partidos que os governam para manterem objetivos comuns (o motor franco-alemão), mas também

provoca impasses como os que acontecem na atualidade.

POLÍTICAS COMUNS DA UNIÃO EUROPÉIA - QUADRO 3	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Política Agrária Comum, PAC. 2. Política Comum de Pesca 3. Política Florestal. 4. Política Regional. Coesão Económica e Social 5. Política de Transportes 6. Redes trans-europeias 7. Política Industrial 8. Política Social e de Emprego. 9. Política de Meio Ambiente. 10. Protecção dos Consumidores e Saúde Pública. 11. Cooperação nos domínios de Justiça e dos Assuntos Internos 12. Política Energia. 13. Política de Pesquisa e Tecnologia 14. Política das Pequenas e Medianas Empresas. 15. Turismo. 16. Política de Educação, Formação profissional e juventude 17. Política Cultural 	<ol style="list-style-type: none"> 18. Política Comercial Comum 19. Alargamento da UE 20. Política de desenvolvimento 21. Audiovisual 22. Concorrência. Si 23. Política de Protecção da saúde dos consumidores 24. Política económica e monetária 25. Política empresarial 26. Política externa de segurança comum 27. Financiamento das actividades comunitárias 28. Mercado interno 29. Saúde Pública 30. Sociedade da informação, telecomunicações 31. Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres 32. Ajuda humanitária
Fonte http://www.europa.eu.int/pol/indexpt.htm	

5.1 UNIÃO EUROPÉIA, OBJETIVOS NO PRESENTE E PARA MAIS ALÉM

A União Européia diferencia-se do Mercosul em um aspecto muito importante. Mesmo tendo em comum um objetivo econômico, economicista se quisermos, contém em si própria outros elementos que vão, ao menos teoricamente, mais além do econômico.

Não é preciso relembrar que a UE surgiu depois da IIGM; em uma Europa abalada pelo nazismo e o fascismo, que derrotados deram passo ao “comunismo” e o “capitalismo reformado”. Será nesse contexto que Schuman e Monnet começarão a construir os alicerces de um novo prédio. Uma construção que visava eliminar os conflitos europeus mediante a aliança e o desenvolvimento econômico conjunto dos dois mais emperrados rivais desde 1870, a Alemanha (agora RFA) e a França. A Europa só poderia caminhar junta, ou seria absorvida por americanos e soviéticos. Alguma coisa de identidade têm nos posicionamentos de Schuman e Monnet, franceses ambos.

Aquele prédio cresceu e desenvolveu-se de maneira ampla e ultrapassou aquela CECA⁷⁷ dos anos 50. Agora o seu próprio sucesso parece ser a origem da crise. Novos mecanismos serão necessários para organizar uma Europa cada vez maior e, sobretudo, será preciso desenhar o caminho, ou melhor, escolher um caminho. As divergências nesse sentido, são grandes. A sempre “euroescéptica” Grã Bretanha, mesmo comandada pelo “reformador” da social-democracia Tony Blair, julga que a UE chegou ao seu zênite, inclusive deveria recuar para ficar apenas como um grande mercado coordenado. Outros países, como a Espanha ou Portugal atuam, mesmo desde a direita ou a esquerda, como fiéis escudeiros do “esclarecido modernizador”. Prova disso é o manifesto em prol da liberalização da economia europeia assinado por Blair e Aznar em outubro de 2000:

“El presidente del Gobierno, José María Aznar, y el primer ministro británico, Tony Blair, reafirmaron ayer en el palacio de La Moncloa su convicción de que la construcción de Europa depende, más que de las grandes elaboraciones teóricas y de los debates sobre la naturaleza federal o intergubernamental del proyecto europeo, de que se avance en la liberalización de los mercados. (...)”

Para el Reino Unido y España, es fundamental avivar el ritmo de la reforma económica, dando lugar a mayores niveles de empleo y crecimiento. La liberalización, la apertura y la

⁷⁷ Comunidade Económica do Carvão e do Aço.

flexibilidad en los mercados de productos y de trabajo traen consigo nuevas oportunidades". dicen los líderes" (Egurbide 2000).

Os objetivos para os dois primeiros ministros são: menos subvenções estatais e mais mercado, mediante a liberalização e abertura dos próprios mercados⁷⁸. Enquanto que para a França e a Alemanha, embora com diferentes visões, o objetivo seja continuar na trilha institucional e desenvolver outras temáticas além da meramente econômica e comercial. Porém, como veremos vai ser a linha modernizadora baseada na nova economia que conseguiu-se impor e, atualmente, só a França faz um política social e econômica diferente⁷⁹.

Idéias Fundamentais

Os fundamentos da UE estão presentes no preâmbulo do tratado Constitutivo da Comunidade, reformado em Maastrich em 1992, e praticamente incluem todas as reivindicações manifestadas pelos movimentos estudados no capítulo III:

"Resolvidos a assinalar uma nova fase no processo de integração europeia iniciado com a instituição das comunidades europeias, recordando a importância histórica do fim da divisão do continente europeu e a necessidade da criação de bases sólidas para a construção da futura Europa,
confirmando o seu apego aos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais e do Estado de direito,
confirmando o seu apego aos direitos sociais fundamentais, tal como definidos na carta social europeia, assinada em Turim, em 18 de outubro de 1961, e na carta comunitária dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores, de 1989.
desejando aprofundar a solidariedade entre os seus povos, respeitando a sua história, cultura e tradições,
desejando reforçar o carácter democrático e a eficácia do funcionamento das instituições, a fim de lhes permitir melhor desempenhar, em um quadro institucional único, as tarefas que lhes estão confiadas,
resolvidos a conseguir o reforço e a convergência das suas economias e a instituir uma união económica e monetária, incluindo, nos termos das disposições do presente tratado, uma moeda única e estável,
determinados a promover o progresso económico e social dos seus povos, tomando em consideração o princípio do desenvolvimento sustentável e no contexto da realização do mercado interno e do reforço da coesão e da protecção do ambiente, e a aplicar políticas

⁷⁸ No mesmo documento propunham, a liberalização das telecomunicações antes de junho de 2001; dos mercados do gás e da eletricidade antes de 2004, abrir também o transporte de mercadorias por ferrovias, -supomos que da mesma e sucedida maneira com que foi aberto na Grã Bretanha -, e no transporte aéreo. Diminuição das ajudas estatais, passando do 1,1% ao 0,9 em 2003, a ao 0,7% no 2005.

⁷⁹ Prova disso é a paralisação da reforma liberalizadora da União, referida na nota anterior, realizada no conselho de primeiros Ministros de Estocolmo em março de 2001, onde o primeiro ministro francês, Lionel Jospin lembrou os problemas que têm sofrido 'certo país europeu' por privatizar a sua rede de caminhos de ferro, embora não citasse explicitamente ao Reino Unido (Oppenheimer 2001).

que garantam que os progressos na integração económica sejam acompanhados de progressos paralelos noutras áreas,
resolvidos a instituir uma cidadania comum aos nacionais dos seus países,
resolvidos a executar uma política externa e de segurança que inclua a definição gradual de uma política de defesa comum que poderá conduzir a uma defesa comum, de acordo com as disposições do artigo 17, fortalecendo assim a identidade europeia e a sua independência, em ordem a promover a paz, a segurança e o progresso na Europa e no mundo;
Resolvidos a facilitar a livre circulação de pessoas, sem deixar de garantir a segurança dos seus povos, através da criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, nos termos das disposições do presente Tratado,
Resolvidos a continuar o processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões sejam tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos, de acordo com o princípio da subsidiariedade,
Na perspectiva das etapas ulteriores a transpor para fazer progredir a integração europeia, decidiram instituir uma União Europeia” (Tratado UE 1992:9-10).

Pode-se observar que a questão diferenciadora com respeito ao MERCOSUL, é que junto às questões econômicas, aparecem de maneira mais bem explícita, outros elementos e valores: cidadania, coesão social, direitos trabalhistas, etc., (e como veremos depois com alguma aplicação prática). Se a economia é condição, ela vai acompanhada de outras questões concretas, que serão necessariamente desenvolvidas ao mesmo tempo. Este intuito tão louvável desenvolver-se-á com o obrigado cumprimento destes objetivos:

- “a convergência econômica, [a realização do mercado interno a partir de 1993, o lançamento da moeda única em 1999];
- a afirmação da identidade europeia na cena internacional [ajuda humanitária europeia a países terceiros, política externa e de segurança comum, intervenção na gestão das crises internacionais, posições comuns nas organizações internacionais];
- a instituição de uma cidadania europeia (que, sem a substituir, é complementar à cidadania nacional e confere aos cidadãos europeus um certo número de direitos civis e políticos);
- a criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça [associado ao funcionamento do mercado interno e, mais especificamente, à livre circulação de pessoas];
- a manutenção e o desenvolvimento do acervo comunitário (os textos jurídicos adotados pelas instituições europeias, bem como os tratados fundadores)”.

<http://www.europa.eu.int/abc-pt.htm>

Decerto, a UE fundamenta-se na **economia**, mas não somente nela. A **identidade europeia**, baseada em uma política externa e em uma atuação internacional comum; a

cidadania européia, complementar e ampliadora das nacionais, com direitos para os cidadãos; alguma coisa relativa ao **bem-estar das pessoas**, vinculado à segurança, liberdade e justiça; e o **desenvolvimento de um marco legal**, talvez uma constituição, com as óbvias perdas de soberania estatal, seriam segundo os seus discursos, partes do mesmo projeto.

Os documentos oficiais apresentam o futuro europeu como alguma coisa a mais do meramente econômico, e fazem-no mediante um futuro político comum, certamente ainda sem muita definição. Neste plano encontram-se as principais encrencas, más também os desafios mais instigantes.

É, por isto, necessário observar se o economicismo primordial foi realmente ultrapassado e se a UE possui uma política que inclui os interesses de outros setores da sociedade, além do empresarial. No que concerne ao nosso trabalho, precisamos observar se a sociedade civil influi neste processo. Para comprová-lo, revisaremos as políticas européias que afirmam ir mais além do econômico. Se não saíram da perspectiva economicista, poder-se-á criticar a UE por manter uma dupla linguagem e apenas uma única política.

5.1.2 AS INSTITUIÇÕES EUROPÉIAS

Antes de falar das políticas devemos, descrever os organismos que detêm o poder na UE, e relatar, com brevidade, as mudanças gerais acontecidas com a assinatura do Ato Único Europeu de 1986, os tratados de Maastrich (1992), Amsterdão (1996), a Agenda 2000 e o Tratado de Nice (2000), que modificaram as políticas que vinham-se fazendo desde o Tratado de Roma de 1957, começo do processo.

As instituições européias são:

- O **Parlamento Europeu**, eleito por sufrágio universal direto cada quatro anos.
- O **Conselho Europeu**, que representa os governos dos Estados-Membros. Reúne-se dois vezes por ano, nos países que presidem dito conselho. Cada país têm um número de votos e a possibilidade de veto. A Presidência rota cada seis meses.
- A **Comissão**, órgão executivo que detém o direito de iniciativa em matéria legislativa, atualmente os cinco grandes, (Alemanha, França, Itália, Grã Bretanha e Espanha) possuem dois comissários e os outros dez países uma cada. Isto mudará com a futura ampliação.

- O **Tribunal de Justiça**, que garante o respeito da legislação.
- O **Tribunal de Contas**, que assegura o controle das contas.
Estas cinco instituições são apoiadas por vários órgãos:
- O **Comitê Econômico e Social** e o **Comitê das Regiões**, órgãos consultivos que representam as posições de empresários e sindicatos, e das regiões.
- **Provedor de Justiça (“Ombudsman”)**, que instrui as queixas dos cidadãos acerca de casos de má administração a nível europeu
- O **Banco Europeu de Investimento**, instituição financeira da UE.
- O **Banco Central Europeu**, poder autônomo responsável pela política monetária da zona euro.

5.1.3 ATA ÚNICA EUROPÉIA ASSINADA EM 1986.

Objetivos:

- Criação do grande mercado interior, sem fronteiras, e onde circularão livremente capitais, pessoas mercadorias e serviços.
- Acrescentar o papel do Parlamento e Europeu.
- Aprimorar a capacidade de decisão do Conselho de Ministros pelo recurso da maioria qualificada em mais situações.
- Ampliar as competências da Comissão às políticas de P+D, Meio Ambiente, Política Social e Coesão econômica e social, através dos Fundos Estruturais.

5.1.4 TRATADO DA UNIÃO EUROPÉIA ASSINADO EM MAASTRICHT EM FEVEREIRO DE 1992.

- Segundo o qual, o marco institucional fica composto pelo Conselho Europeu, que deve desenvolver a União e definir as suas orientações; o Parlamento; a Comissão; o Tribunal de justiça e o Tribunal de Contas, que seriam os outros elementos centrais dentro do organograma da União, cada um nas suas funções.
- O Conselho, a Comissão e o Parlamento estão assistidos pelo Comitê Econômico e Social e o Comitê das regiões, com funções consultivas.
- Cria-se o Sistema Europeu de Bancos Centrais, o Banco Central Europeu, BCE, e

mantém-se o Banco Europeu de Investimentos (Reimad 2000:9).

Estrutura da União depois do Tratado de Amsterdão

Depois da assinatura do tratado de Maastrich em 1992 e Amsterdão em 1996, desenhou-se um esquema institucional que residia sobre três pilares:

- **Primeiro Pilar**, constituído pelas instituições já existentes, reforçando-as. O Parlamento e o Conselho são consolidados, ao serem constituídos em co-legisladores, fortalecendo-se os seus poderes de controle político e financeiro sobre a Comissão Europeia. O Conselho adotará mais decisões por maioria qualificada no lugar da unanimidade. A Comissão aumenta as suas competências.
- **Segundo Pilar**. Salienta-se uma estreita coordenação da política económica europeia na definição de objetivos comuns. Assim, o primeiro deles será o estabelecimento de uma moeda única e políticas monetárias comuns
- **Terceiro Pilar**. Política Estrutural. Ampliam-se as políticas de coesão, com fundos estruturais para aquelas regiões cuja renda for menor de 90% da europeia. Criam-se novos direitos cidadãos e novos mecanismos para se protegê-los (Reimad 2000:10).

5.1.5 AGENDA 2000

Em Março de 1999, no final do Conselho Europeu de Berlim, os Chefes de Estado e de Governo concluíram um acordo político sobre a Agenda 2000 (Quadro 4). Esta Agenda é apresentada como o programa adequado para resolver os desafios da UE na virada de século:

“Agenda 2000 designa um programa de acção cujos principais objectivos consistem em reforçar as políticas comunitárias e dotar a União Europeia de um novo quadro financeiro para o período de 2000-2006, tendo em conta a perspectiva do alargamento.”
(www.europa.eu.int/comm/agenda2000/index_pt.htm).

Para pôr em ação este projeto, foram concretizados mais de vinte textos legislativos nessa data referidos às seguintes temáticas prioritárias:

- **Reforma da PAC**: *“(...) a prossecução das reformas agrícolas na via traçada pelas mudanças de 1988 e 1992, com vista a estimular a competitividade europeia, integrar mais as considerações de ordem ambiental, garantir rendimentos equitativos aos agricultores, simplificar a legislação e descentralizar a respectiva aplicação;”*

- **Reforma dos Fundos Estruturais:** “a eficácia acrescida dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão através de uma maior concentração temática e geográfica das acções, bem como uma melhoria da sua gestão;”
- **Política de Alargamento:** “o reforço da estratégia de pré-adesão dos países candidatos mediante a criação de duas alavancas financeiras: um instrumento estrutural de pré-adesão (ISPA), destinado a apoiar a melhoria das infra-estruturas de transporte e de protecção do ambiente, bem como um instrumento agrícola de pré-adesão (SAPARD), destinado a facilitar a adaptação a longo prazo do sector agrícola e das zonas rurais dos países candidatos;”
- **Reforma Financeira:** “a adopção de um novo quadro financeiro para o período de 2000-2006, a fim de permitir à União fazer face aos principais desafios do início do século XXI, nomeadamente o alargamento, garantindo simultaneamente a disciplina orçamental.” (http://www.europa.eu.int/comm/agenda2000/index_pt.htm).

QUADRO 4 AS REFORMAS NO MARCO DA AGENDA 2000

A reforma das políticas europeias

1- A política agrícola comum

2- A política estrutural

A reforma da política estrutural

Emprego e Assuntos Sociais: Fundo Social Europeu e política social no contexto do Alargamento

Política Regional

3- O Ambiente

A Agenda 2000 e o Ambiente: aspectos horizontais ligados à agricultura, aos fundos Estruturais e ao alargamento

O alargamento

O desafio do alargamento

Alargamento: acervo comunitário ("screening"), relatórios, parcerias de adesão, etc.

Negociações de adesão: temas e procedimentos das negociações

O quadro financeiro 2000-2006

O novo quadro financeiro

Orçamentos: quadro financeiro, funcionamento do sistema de recursos próprios, acordo

Interinstitucional sobre as questões orçamentais, perspectivas financeiras 2000-2006 e fundo de garantia relativo às acções externa

http://www.europa.eu.int/comm/agenda2000/index_pt.htm

Pode-se observar, portanto, as linhas fundamentais da política europeia: ; reforma da PAC; reforma dos fundos de Coesão; reforço das políticas de pre-adesão para o leste europeu; e reforma financeira. A reforma orçamentária visando reduzir as subvenções, sobretudo na PAC, para realizar a ampliação ao leste europeu, e para aprimorar a competitividade econômica da Europa no mundo globalizado.

Agenda 2000 supõe, segundo a opinião dos seus impulsores, o projeto adequado para resolver as dificuldades do novo milênio, dotando à UE da fortaleza necessária para poder atingir os seus objetivos que, porventura, seriam: crescimento econômico, emprego e manutenção dos sistemas sociais (http://www.europa.eu.int/comm/agenda2000/index_pt.htm). Mostra-se, não obstante, o ímpeto economicista já que, mesmo considerando-o paradoxal, existe uma forte preeminência da visão da terceira via do *premier* britânico Tony Blair: geração de riqueza pela mudança e adaptação ao mundo globalizado e concorrencial.

5.2 POLÍTICAS DA UE

Como temos podido observar, a Agenda 2000 define com relativa clareza os objetivos principais para a UE nos próximos anos. Vendo o quadro anterior, observamos que apenas um item está relacionado com os chamados novos movimentos sociais e as reivindicações por eles exigidas: o ambiente, muito ligado, - como veremos -, às necessidades do setor produtivo. O resto tem muito mais a ver com o empresariado e o trabalho. Porém, as políticas desenvolvidas pela UE não ficam circunscritas só a esses elementos, realmente são muito mais amplas, como vimos no quadro 3 (p.138).

A agenda 2000 define uma serie de políticas fundamentais, estão são: A reforma da política agrícola comum; a reforma da política estrutural; o emprego; a modernização da proteção social.

5.2.1 A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC)

Os objetivos nos primórdios da PAC foram: *“melhorar a produtividade, garantir um nível de vida equitativo à população agrícola, assegurar a segurança do abastecimento a*

preços adequados e depois controlar os desequilíbrios quantitativos” (www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm). A questão estratégica,- mesmo que não mencionada, sempre foi fundamental -, questão de Estado, era garantir a independência da UE no âmbito agrário, coisa conseguida e ultrapassada, já que atualmente os problemas estão derivados da superprodução.

A PAC baseou-se durante este quarto de século no mantimento subvencionado e legislado de uns preços mínimos para os produtos agrícolas. Desta maneira, o incentivo à produção era grande, já que a demanda estava garantida em um preço básico alto. Porém:

“A nova reforma da PAC tem por objectivo aprofundar e ampliar a reforma de 1992, substituindo as medidas de apoio dos preços por ajudas directas e acompanhando esse processo através de uma política rural coerente” (www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm).

Assim, a PAC tomou uma direção diferente, combinando uma redução dos preços mínimos com incentivos para se deixar de produzir e ajudas compensatórias.

Os novos desafios

Surgiram novos desafios que seriam os responsáveis do escopo da mudança, tanto internos quanto externos:

“(...) o mercado mundial agrícola apresenta perspectivas de crescimento intenso, com preços compensadores. Os preços da PAC frisam níveis demasiado elevados para incorporar os compromissos internacionais e tirar partido da expansão do mercado mundial, o que traz como consequência o risco de ver reaparecer excedentes, com custos orçamentais insuportáveis e o risco de perder quotas do mercado mundial e comunitário;

o apoio agrícola é repartido desigualmente, segundo os produtores e as regiões, do que resulta um ordenamento deficiente do espaço rural: declínio da actividade agrícola em certas regiões, noutras práticas agrícolas demasiado intensivas, que geram poluição, epizootias e uma segurança alimentar reduzida;

reconciliar o cidadão, o consumidor com a PAC é uma missão essencial;

a força da agricultura europeia repousa na sua diversidade: recursos naturais, métodos de exploração, competitividade, rendimentos e tradições. Com os alargamentos sucessivos a gestão da PAC tornou-se demasiado complexa e burocrática e mesmo, por vezes, dificilmente compreensível. É necessário, pois, elaborar um novo modelo descentralizado, que conceda maior grau de liberdade aos Estados-Membros, sem distorção da concorrência, sem risco de nacionalização da PAC, mas com critérios comuns claros e mecanismos de controlo rigorosos;

a União deve preparar a sua agricultura para as negociações internacionais e definir os limites do que poderá aceitar;

o alargamento torna ainda mais necessárias as medidas relativas ao mercado e à simplificação, já que as economias dos países candidatos assentam, principalmente, no

sector agrícola." (www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm)

As respostas

A declaração do Conselho de Berlim foi digna de elogio. Contém todo o que nossa ativa sociedade civil poderia almejar; sustentabilidade com o conseqüente mantimento do nível de vida, proteção aos consumidores, à sua saúde, ao ambiente e até aos animais; completa sem lugar a dúvidas:

"Foi reafirmado que o conteúdo da reforma garantirá a existência duma agricultura multifuncional, sustentável, competitiva, repartida por todo o território europeu, incluindo as regiões com problemas específicos. Terá, aliás, capacidade para proteger a paisagem, preservar o espaço natural e dar um contributo essencial à vitalidade do mundo rural, bem como corresponder às preocupações e exigências dos consumidores em matéria de qualidade e de segurança dos géneros alimentícios, de protecção do ambiente e de preservação do bem-estar dos animais."

No entanto, diante deste discurso tão politicamente correto, aparecem vieses claramente economicistas:

"As propostas da Comissão, adoptadas pelo Conselho Europeu, baseavam-se nas reformas de 1992, que conseguiram reduzir os excedentes e controlar as despesas sem comprometer um aumento médio do rendimento de 4,5%" (...) "a competitividade deve ser assegurada por meio de uma descida de preços suficiente para assegurar o crescimento dos mercados internos e uma maior participação no mercado mundial. Essa descida de preços é compensada pelo aumento das ajudas directas, de modo a preservar o nível" (www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm).

A mudança do tipo de subvenções encaminha-se para a competitividade nos mercados mundiais e a queda do gasto na PAC. Outro aspecto, não menos importante, é o movimento de descentralização e simplificação da regulamentação. A partir de agora a legislação será mais clara, mais transparente, mais acessível, estando a carga administrativa imposta aos agricultores, reduzida rigorosamente ao mínimo. O desenvolvimento rural é entendido como complemento do mercado. Outras medidas específicas atingiram a setores chaves do agro europeu, carne de bovino, produtos lácteos, vinho, culturas arvenses e política rural.

As medidas visam:

*"(...) o reforço do sector agrícola e florestal, procurando promover produtos agrícolas de qualidade. Prevê medidas relativas ao estabelecimento dos jovens agricultores e às condições de reforma antecipada;
o melhoramento da competitividade das zonas rurais sobretudo com o objectivo de melhorar a qualidade de vida da comunidade rural e criar novas fontes de rendimento para os agricultores e as suas famílias;
a preservação do ambiente e do património rural europeu através de medidas agroambientais, tais como a agricultura biológica. Para reforçar a integração das questões ambientais na PAC, previu-se igualmente estender os pagamentos compensatórios, tradicionalmente a favor das zonas menos favorecidas, às zonas onde a agricultura é*

limitada, devido a condicionantes ambientais específicas.”
(www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm)

Toma-se cuidado para evitar a ociosidade subvencionada dos agricultores,- tão criticada desde as ilhas -, assegurando-se os Estados-Membros de os agricultores não exercerem as atividades unicamente com o objetivo de se beneficiarem das ajudas pagas.

O esquema financeiro

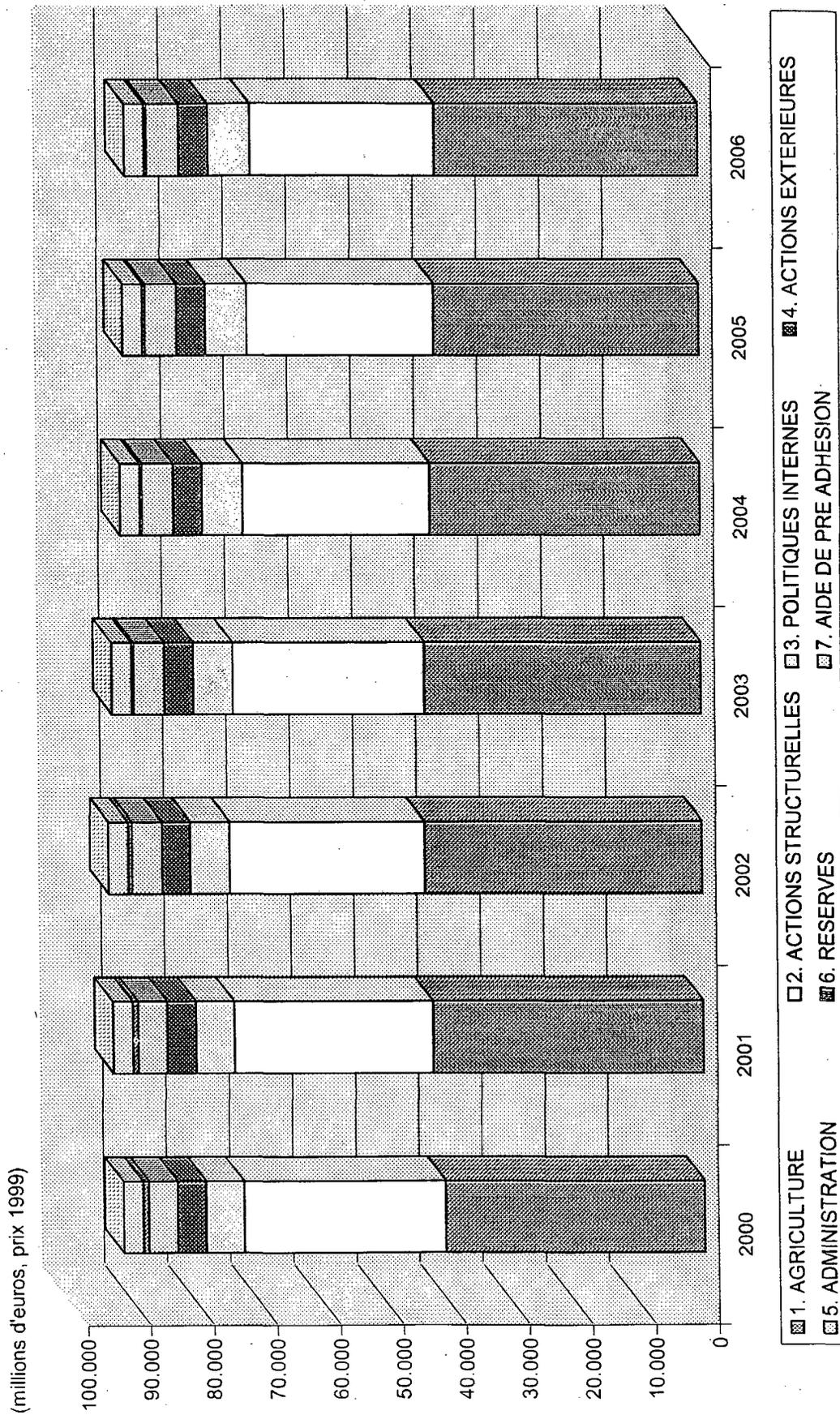
A proposta desejada pelos líderes comunitários centra-se em pagar apenas aquilo estritamente necessário. Não havendo redistribuição social o campo produzirá aquilo que possa comercializar-se:

“O novo esquema financeiro deve abranger de forma coerente, dentro dos limites orçamentais razoáveis, da evolução da PAC e das incidências do alargamento, um período suficientemente longo. Ao mesmo tempo deve financiar necessidades essenciais e garantir uma gestão adequada das finanças públicas. A partir de agora uma política agrícola simplificada e de âmbito alargado tem a capacidade de explicar claramente que as despesas por ela geradas são justificadas, já que permitem assegurar as funções que a sociedade espera dos agricultores”. (www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm)

A redução do gasto pensa-se como iniludível ante a futura entrada na UE dos países do leste Europeu, cujos setores agrários são amplos e estruturalmente muito mais importantes do que os dos 15. O gasto estabilizar-se-ia em torno aos 40,5 mil milhões de euros (Quadro 5 e 6), mais 14 mil milhões de euros no período em causa, para o desenvolvimento rural, bem como para as medidas veterinárias e fitossanitárias.

Por outro lado, a redução dos preços de apoio é vista como uma contribuição da UE à estabilização dos preços mundiais e uma cessão europeia em relação às futuras negociações com Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tableau des perspectives financières 2000-2006



Quadro 6. Orçamento da PAC para o período 2000-2006, milhões €, preços 1999

		Despesas PAC (excluídos o desenvolvimento rural e medidas de acompanhamento)	Desenvolvimento rural e medidas de acompanhamento
2000	40920	36620	4300
2001	42800	38480	4320
2002	43900	39570	4330
2003	43770	39430	4340
2004	42760	38410	4350
2005	41930	37570	4360
2006	41660	37290	4 370

www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm

As críticas dos camponeses (CPE) foram acertadas, no sentido de mostrarem com nitidez qual é o objetivo da reforma da PAC, nomeadamente, redução do gasto público e mercantilização da produção, com os imensos riscos para à saúde e o ecossistema que isto pode provocar. A crise das “vacas loucas” foi em parte provocada por negligencia da Comunidade. Os dados publicados pela prensa europeia são assustadores. A Comissão Europeia pediu ao governo britânico que ocultasse as suas pesquisas, segundo um documento de 1990:

"Es necesario minimizar este problema de la encefalopatía espongiforme bovina practicando la desinformación. Es mejor decir que la prensa tiene tendencia a exagerar". (...) "Es necesario minimizar este problema de la encefalopatía espongiforme bovina [EEB, doença das "vacas loucas"] practicando la desinformación. Es mejor decir que la prensa tiene tendencia a exagerar" (...) "Vamos a pedir oficialmente al Reino Unido que no publique más los resultados de sus investigaciones", dice textualmente el citado informe, titulado Nota sucinta del 'dossier' sobre la EEB. En aquellas fechas, el Reino Unido era el único país en el que se efectuaban investigaciones profundas al respecto, dado que ya habían aparecido numerosos casos de vacas afectadas. De hecho, la enfermedad ha costado ya la vida a 85 británicos. En la nota oficial se narra que, al comienzo de la reunión del Comité Veterinario, un representante de la Comisión Europea manifestó sobre la EEB: "Hace falta tener una actitud fría para no provocar reacciones desfavorables sobre el mercado. No hay que hablar más de la EEB. Ese punto no debe figurar en el orden del día" (Yarnoz 2001).

Não queremos vincular a questão orçamentária de maneira direta às doenças e aos perigos da saúde, mas também não queremos dizer que não estejam relacionados. A mercantilização da vida humana e da sua produção econômica só pode levar ao desastre.

5.2.2 AGENDA 2000 A REFORMA DA POLÍTICA ESTRUTURAL

O comissário austriaco Franz Fischler (2000:396), definiu muito bem os fundamentos e as mudanças que a Agenda suporá para a PAC:

1. Ser um setor competitivo capaz de concorrer nos mercados internacionais, sem excessivas subvenções.
2. Métodos de produção que sejam seguros e capazes de prover de produtos de qualidade que demandam os consumidores
3. Diversidade produtiva.
4. Mantimento das comunidades rurais atuais, possibilitando a geração de emprego no campo.
5. Setor agrário sustentável que contribua á conservação dos recursos naturais.
6. Política mais simples, diferenciando entre as decisões comunitárias e as dos Estados nacionais.

E os instrumentos para se conseguirem tais objetivos:

1. Maiores reduções nas subvenções aos preços básicos, o que diminuirá a diferença entre os preços europeus e os do resto do mundo, incrementando a concorrência.
2. Aumento dos pagos diretos que substituem aos anteriores, sendo limitados.
3. Maior orientação para o mercado, o que ajudará a preparar o caminho para os novos Estados membros (Fischler 2000:396).

Tal reforma enxerga um duplo intuito. Para conseguir o objetivo da coesão econômica e social, será preciso aprimorar a eficácia dos instrumentos da política estrutural; e, por outro lado, assegurar a viabilidade desta política em um futuro de alargamento aos países da Europa Central e Oriental.

Os fundos estruturais procuraram diminuir as diferenças econômicas entre os países da UE: O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), relativo ao financiamento da política agrícola comum; o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), cujas ajudas dizem respeito, especificamente, às regiões menos desenvolvidas; bem como o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (IFOP); e desde 1993, um Fundo de Coesão. Este último financia infra-estruturas de transportes e de ambiente nos Estados-Membros, cujo produto interno bruto (PIB) per capita seja inferior a 90% da média da União (Espanha, Grécia, Irlanda, Portugal).

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60013.htm>

O nível global da dotação dos Fundos estruturais e do Fundo de Coesão ascende, no total, a 213 milhares de milhões de euros, com a seguinte discriminação por ano:

Anos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Acções estruturais	32045	31 455	30 865	30 285	29 595	29 595	29 170
Fundos estruturais	29430	28 840	28 250	27 670	27 080	27 080	26 660
Fundo de Coesão	2 615	2 615	2 615	2 615	2 515	2 515	2 510

<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60013.htm>

Como dissemos os fundos estruturais organizam-se para atingirem as regiões e países menos desenvolvidos, fazem-no da seguinte maneira:

- *“O objectivo 1 visa promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas, cujo PIB médio per capita seja inferior a 75% da média da União Europeia. Este novo objectivo diz respeito também às regiões ultraperiféricas (DOM franceses, Açores, Madeira e ilhas Canárias), bem como às zonas visadas pelo antigo objectivo 6, criado na sequência do Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia. Tal como anteriormente, dois terços das acções dos Fundos estruturais são realizadas a título do objectivo 1. Perto de 20% da população total da União deveria ser afectada pelas medidas tomadas no âmbito deste objectivo;*
- *O objectivo 2 contribui para apoiar a reconversão económica e social das regiões com dificuldades estruturais para além das elegíveis para o novo objectivo 1. Este objectivo reúne os antigos objectivos 2 e 5b e outras zonas confrontadas com o problema da diversificação económica; globalmente, diz, portanto, respeito às zonas em mutação económica, às zonas rurais em declínio, às zonas em crise dependentes da pesca e aos subúrbios com dificuldades. No máximo, 18% da população da União deve ser abrangida por este objectivo;*
- *O objectivo 3 reúne todas as acções a favor do desenvolvimento dos recursos humanos fora das regiões elegíveis para o objectivo 1. Este objectivo retoma os antigos objectivos 3 e 4. Constitui o quadro de referência do conjunto das medidas tomadas nos termos do novo título relativo ao emprego do Tratado de Amsterdão e da estratégia europeia para o emprego.”* (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60013.htm>)

A repartição fundiária entre os três objetivos é a seguinte:

- 69,7% da dotação global para o objetivo 1, ou seja, 135,9 milhares de milhões de euros;
- 11,5% da dotação global para o objetivo 2, ou seja, 22,5 milhares de milhões de euros;
- 12,3% da dotação global para o objetivo 3, ou seja, 24,05 milhares de milhões de euros
- 0,5% da dotação global para o IFOP fora do objetivo 1, ou seja, 1,1 milhares de milhões de euros. (<http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60013.htm>)

Os dados seriam relativamente positivos, já que os quatro países mais pobres da União (Espanha, Portugal, Grécia e Irlanda) melhoraram a sua situação econômica.

5.2.3 O EMPREGO, CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA NO CONSELHO EUROPEU, LISBOA MARÇO DE 2000

Talvez, a influência da Presidência portuguesa, com o seu primeiro ministro Antonio Guterres, tenha tido alguma relevância para a declaração de março de 2000. Conhecida é a sua amizade com o *premier* britânico e, de fato, algumas das idéias apresentadas parecem provir do manual giddensiano da terceira via (1999).

Com o título “*Emprego, reforma económica e coesão social. Objetivo estratégico para a próxima década*” (UE 2000a), apresentam-se os seguintes paradigmas:

1. “*Dois novos retos no novo contexto mundial, tanto no económico [quanto no político] obrigam-nos a modificar as nossas políticas, tais fatos seriam, a globalização econômica e o futuro alargamento da comunidade para o leste.*”
2. “*O ritmo rápido da mudança implica a necessidade de um ritmo rápido do crescimento, investimento, pesquisa e desenvolvimento. Apresenta-se, portanto, a necessidade de desenhar um objetivo estratégico claro e de adotar mecanismos adequados para atingi-lo: criação de infra-estruturas do conhecimento, aumento na inovação na reforma económica e modernização do bem-estar social e dos sistemas educativos*” (UE 2000a:1).
3. O relatório possui uma perspectiva positiva e bem otimista do futuro imediato das economias comunitárias, mas esse otimismo é ligado aos processos de mudança econômica. Colocam-se como fatos da melhoria os programas de estabilização macroeconômica que têm levado aos países europeus a controlarem a inflação, a dívida pública, as taxas de juro e assim por diante.
4. A parte negativa diz respeito à alta taxa de desemprego e ao suposto subdesenvolvimento

do setor serviços, nos âmbitos da telecomunicação e da Internet. Necessidade de qualificações novas: *“Com atual melhora da situação econômica, é o momento de empreender reformas sociais e econômicas como parte de uma estratégia positiva que combine competitividade e coesão social”* (UE 2000a:2).

5. O novo objetivo estratégico para a União Europeia na próxima década será: *“Se converter na economia baseada no conhecimento, mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de crescer economicamente de maneira sustentável com mais e melhores empregos e com maior coesão social.”* (UE 2000a:2).

Obter dito objetivo requer uma **estratégia global** dirigida a:

- *“Preparar a mudança para uma economia e uma sociedade baseada no conhecimento mediante o aprimoramento das políticas relativas à sociedade da informação e de P+D, assim como mediante a aceleração do processo de reforma estrutural em favor da competitividade e inovação, e a culminação do mercado interior.*
- *Modernizar o modelo social europeu mediante o investimento em capital humano e a luta em face à exclusão social.*
- *Manter as solidas perspectivas econômicas e as expectativas favoráveis de crescimento mediante a aplicação de um conjunto de medidas políticas macroeconômicas adequadas”* (UE 2000a:2).

Da mesma maneira, a Comissária de Assuntos Sociais e Emprego, a grega Anna Diamantopoulou diz:

“Si queremos construir una economía europea competitiva, una mano de obra productiva y un modelo social justo y eficiente, debemos plantearnos una serie de objetivos, que exigen el cambio en nuestros mercados de trabajo, de productos y servicios, así como de nuestros sistemas macroeconómicos”(2000:447).

E, para realizá-lo, as melhores medidas serão:

1. Ajudar as empresas competirem melhor, reformando os nossos mercados de bens e serviços, explorando, sobretudo, o setor serviços.
2. Ajudar as pessoas se qualificarem melhor, modernizando sistemas de emprego e investindo em formação.
3. Garantir um alto nível de qualidade de vida no trabalho, impedindo que surja uma classe de trabalhadores pobres.
4. Assegurar que as mudanças que acontecem na família e nos lares sejam acompanhadas

nos nossos sistemas sociais e de emprego, ajudando a criar novas oportunidades.

5. Apoiar os esforços de criação de novos empregos.

Sociedade da Informação

A sociedade da informação será a solução e o caminho para solucionar o grave problema do desemprego:

“A passagem para uma econômica digital, baseada no conhecimento, fruto de novos bens e serviços será um poderoso motor para o crescimento, a concorrência e o emprego. Além do mais, será capaz de aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos e o meio ambiente”.

A nova igualdade estará no acesso à oportunidade de trabalhar no novo setor:

“As empresas e os cidadãos devem ter acesso a uma infra-estrutura de comunicações mundial barata e a um amplo leque de serviços. Todo cidadão deve possuir os conhecimentos necessários para viver e trabalhar na nova sociedade da informação” (UE 2000a:3)

Os governos deveram criar o espaço mais adequado para o surgimento dos setores ponta da nova economia. A função da UE é fazer cumprir vários pontos:

1. Legislação sobre o comércio eletrônico, direitos de autor e direitos afins. Pede-se ao Conselho e ao Parlamento que terminem antes do final de 2001 a revisão do marco regulador das telecomunicações; aos Estados que facilitem os requisitos de frequência para o futuro sistema de comunicações celulares; *“(...)antes do final de 2001 teriam que ter logrado uns mercados de telecomunicações plenamente integrados e liberalizados”*.
Pede-se aos Estados introduzirem maior competitividade nas redes locais de acesso à Internet; ao Conselho e ao Parlamento garantirem o acesso à Internet de todas as escolas no final de 2001; e capacitarem os professores para o uso da Internet e recursos afins para o fim de 2002; o acesso eletrônico aos principais serviços públicos básicos no 2003
2. O Conselho reunido em Lisboa pediu à Comunidade e aos Estados membros, que com o apoio do BEI:
 - Punham a disposição de todos os países europeus redes interligadas de alta velocidade barata para o acesso à Internet e fomentem o desenvolvimento de tecnologias da informação;
 - criem um espaço europeu de pesquisa, redes de programas nacionais e comunitários de pesquisa sobre base voluntária e com objetivos escolhidos livremente,- não tem nenhum objetivo marcado para a pesquisa, apenas pesquisa em si mesma -;
 - estabeleçam para o 2001 um mapa dos centros de excelência em P+D com objeto de

fomentar a difusão da excelência;

- melhorem as condições para o investimento privado, recorrendo a políticas fiscais e financiamento público, com apoio do BEI;
- construam uma rede transeuropeia de alta velocidade para as comunicações eletrônicas para ligar universidades e centros de pesquisa para finais do 2001;
- suprimam os obstáculos à mobilidade dos pesquisadores em Europa para o 2002 e atraiam e conservem os talentos em Europa;
- e, finalmente, garantam no final de 2001 uma patente europeia, fácil e barata (UE 2000a:3-5).

Analise

Em resumo, as propostas macro da União Europeia são lograr um crescimento meio superior a 3,5% anual, alcançar o pleno emprego em um prazo pequeno, - cinco anos -, reduzindo o desemprego em um 1% anual, e ser mais competitivos do que os EUA. Para consegui-lo adota-se o ideário político e ideológico liberal, que reclama uma liberalização total das telecomunicações, da energia e dos transportes como mecanismo para conseguir tais objetivos⁸⁰. Na linha do salientado por Mészáros (1989), Chomsky (1994) ou Glasberg e Skidmore (1997), o Estado, ou o macroestado, deverá procurar o bem-estar corporativo do setor privado investindo em infra-estruturas (Hayek 1977; Giddens 1999), investindo maciçamente lá onde o setor privado não assuma os imensos custos. A liberalização e privatização dos setores mais rentáveis da economia, a flexibilização do fator trabalho, o uso do Estado como máquina de enxugamento das perdas no casino bursátil, e como financiador da iniciativa privada, eram reivindicações explícitas ou implícitas da UNICE (ver página 72, Quadro 2). Curiosamente tais itens são situados em Lisboa, obviamente de maneira menos evidente, como condições *sine qua non* a Europa não atingirá o desenvolvimento do país situado como modelo, os Estados Unidos.

No que diz respeito à pesquisa, o programa europeu tem levantado muitas críticas, já que possui como intuito favorecer os interesses das empresas, apenas melhorando as instituições existentes nos países mais desenvolvidos, no lugar de democratizar a pesquisa

⁸⁰ Ao respeito, Vidal-Beneyto afirma: “Com certeza, a sedução de Blair é muito mais eficaz do que o chicote da senhora Thatcher. Em ambos casos trata-se do mesmo, da sucatagem da Europa” (2000)

com investimentos diversificados, tanto nos âmbitos de pesquisa quanto, nos diversos países:

“El sector de investigación y desarrollo es uno de los más significativos de la Unión Europea por la importancia de su presupuesto, 15.000 millones de euros, porque es el único directamente gestionado por la Comisión, y por la relevancia que tiene para el futuro europeo, dado el notable diferencial negativo que separa la investigación norteamericana de la europea -2,8% del PIB allí y el 1,8% aquí -. Pues bien, el último Consejo Europeo de Ministros de Investigación, so pretexto de eficacia y competitividad, propuso renacionalizarlo redistribuyendo el presupuesto entre los grandes centros científicos de los países miembros. Para ello quiere proceder a una tautológica selección de centros de excelencia que conducirá a la designación de las principales instituciones científicas que ya existen en los países del Norte -el CERN, el Max Planck, el EMLB, el ESO, etcétera- que verán con ello potenciados sus programas y estructuras. Es obvio que dado el distinto nivel científico de los países del Norte y del Sur, si se adopta el principio de favorecer al pelotón de cabeza, se agravarán inevitablemente las diferencias. Invocar un aumento de la movilidad de los investigadores como práctica compensatoria del desequilibrio producido es un artilugio engañoso. Pues es bien sabido que la movilidad es de dirección única y precisamente hacia esos centros de excelencia para los que los investigadores de los países europeos periféricos son mano de obra barata que, finalizado el periodo de movilidad, son difícilmente recuperables en sus países de origen. Esta confirmación de las ventajas adquiridas de los grandes centros, este privilegiar al dominante, es revelador del atentado a la cohesión social, al igual acceso al progreso de todos que está en la base del modelo europeo de sociedad que la renacionalización hace imposible. El ejemplo de lo que ha comenzado a suceder en el sector científico amenaza con reproducirse en todos los otros ámbitos comunitarios” (Vidal-Beneyto 2000).

Prova disto são outros itens do mesmo relatório no que pedem-se reformas econômicas para lograr o pleno mercado interior e a sua operatividade mediante a liberalização dos setores do gás, eletricidade, correios e transportes e setor aéreo. Terá que se re-orientar o gasto público para a acumulação de capital humano e físico, e apoiar a P+D. Fala-se da possibilidade de contratação pública no nível comunitário e nacional por concurso eletrônico. Sobre as ajudas públicas, serão alargadas no âmbito da pesquisa e da infraestrutura, mas deveram desaparecer de outros âmbitos:

“Empregar maiores esforços para fomentar a concorrência e reduzir o nível geral das ajudas estatais, procurando não apoiar as empresas nacionais ou aos setores individuais, mas a consecução de objetivos horizontais de interesse comunitário, como o emprego, o desenvolvimento regional, o meio ambiente e a capacitação e pesquisa” (UE 2000a:6-7).

Na parte financeira, enxergasse a necessidade de mercados integrados, pelo que desenha-se um cronograma rigoroso para a posta em funcionamento do Plano de Ação dos Serviços Financeiros, o mais tarde no 2005. O objetivo é conseguir um mercado europeu capaz de oferecer capital às empresas, incluídas as PYMEs. Facilitando a participação eficaz de todos os investidores em um mercado integrado, apagar-se-ão os obstáculos para

o investimento em fundos de pensão, e serão aprimorados os segmentos de títulos estatais, melhorando o funcionamento dos mercados transfronteiriços de operações de compra e recompra (REPO). Outro efeito será a cooperação mais intensa por parte dos reguladores dos mercados financeiros da UE. Porém, os Estados mais uma vez, aplicando-se como benfeitores corporativos, deverão avançar na reestruturação e saneamento das entidades de crédito e companhias de seguros, para aperfeiçoar o funcionamento e a estabilidade do mercado financeiro europeu (UE 2000a:7).

As petições empresariais parecem colmar-se, já que em Lisboa desenha-se um âmbito de ação no relativo ao trabalho que alivia a pressão fiscal, especificamente no trabalho pouco retribuído e qualificado. Os sistemas fiscais e de seguridade social, incentivarão o emprego e a formação através da redução dos impostos diretos. Com tais facilidades as empresas poderão obter mais lucros e gerir com maior independência as suas particulares encrencas com a força de trabalho. Da mesma maneira, dever-se-á criar um ambiente adequado para o início e desenvolvimento de empresas inovadoras, PYMEs em particular.

Mas Lisboa apenas supus um passo mais além. Um relatório anterior, de 1998, sobre as PYMEs, deixa claro quais são os problemas que impedem-nas se desenvolverem com a suficiente força para criar o emprego desejado: a questão do trabalho, o financiamento, a pesquisa e as questões administrativas. Sobre o trabalho repete-se o problema da falta de flexibilidade, a rigidez e os altos encargos sociais:

“Os empresários precisam do apoio de uma força de trabalho motivada e adaptável. No entanto, reconhece-se há já algum tempo que a falta de flexibilidade do emprego e das condições de trabalho são factores de inibição para a economia europeia. Este estado de coisas tem contribuído de forma particularmente grave para que a Europa não tenha sido ainda capaz de resolver o problema do desemprego generalizado. As empresas têm relutância em admitir mais trabalhadores devido às inúmeras e complexas obrigações que esse compromisso implica”(Comissão Europeia 1998:11).

Sobre as leis trabalhistas e os contratos coletivos, o texto é tão explícito e terrível que não podemos evitar reproduzi-lo:

“Na maioria dos países da UE, vigoram regulamentos que obrigam os empregadores a respeitar os acordos colectivos concluídos no respectivo domínio de actividade. Nestes países, a estrutura dos acordos colectivos leva a que, em determinadas circunstâncias, as entidades públicas possam, inclusivamente, aplicar as suas disposições a organismos que não participaram nas negociações do referido contrato.(...)”

Os termos e condições de trabalho, tal como dispostos nos acordos colectivos, são, na sua maioria, muito mais favoráveis ao empregado do que as condições previstas na lei. Um empregador que seja obrigado a observar o acordo colectivo não pode acordar com um

empregado condições diferentes das prescritas pelo acordo colectivo, mesmo quando essas condições estão em conformidade com as condições mínimas previstas pela lei. (...)

Esta obrigação geral de cumprir os acordos colectivos não garante um mínimo de condições básicas de emprego, as quais são já asseguradas por lei. Mas essas condições são utilizadas para limitar a concorrência em termos de emprego, a qual é um elemento essencial no mercado de trabalho. (...)

c) Propostas de mudança

Os empregadores e os empregados deverão ter o direito de acordar variantes relativamente aos acordos colectivos gerais, desde que estes contratos sejam estabelecidos voluntariamente por ambas as partes e observem o mínimo de condições legais de emprego.

Flexibilidade de funções dos trabalhadores

a) Natureza do problema

A descrição de funções constante nos contratos de trabalho é demasiado restritiva para a economia moderna. Os empregados podem recusar-se a desempenhar determinadas tarefas, mesmo quando têm capacidade para as efectuar, apenas porque não foram especificadas nas descrições de funções. Este problema dificulta muito a organização do trabalho. (Comissão Europeia 1998:12-13)

E continua-se com a pouca flexibilidade dos horários⁸¹ e os problemas para as empresas derivados da falta de trabalho em determinadas épocas do ano, e assim por diante. Sentir pena do empresariado não seria estranho se conseguirmos esquecer os milhões de trabalhadores europeus que carecem de sustento e que devem viver graças a previdência social, algo não tão desejável e gostoso quanto pensam os tão esclarecidos cérebros do mundo empresarial e político. Além destes milhões, poderíamos ter pena, também, dos outros milhões de marroquinos, nigerianos, senegaleses, turcos, ucranianos, russos, romenos, búlgaros, chineses, equatorianos, peruanos, etc., que espalham-se pela Europa toda dispostos, sem lugar a dúvida, a trabalhar sob essas condições tão equânimes. A pena, como pode-se ver, também é um sentimento de classe.

A UE não esquece aos seus trabalhadores como vemos:

“As pessoas constituem em Europa o principal ativo, pelo que dever-se-iam converter no centro das políticas da União. O investimento em capital humano e o fomento de um Estado de bem-estar ativo e dinâmico serão essenciais tanto para que a Europa ocupe um lugar na economia baseada no conhecimento quanto para garantir que o surgimento de esta nova economia não incremente os problemas sociais existentes de desemprego, exclusão social e pobreza. Los sistemas de educação e capacitação europeus precisam se adaptar tanto as

⁸¹ “As partes contratantes de um contrato de trabalho — empregador e empregados — deverão ter o direito de negociar as horas de trabalho de acordo com a conveniência de ambas” (Comissão Europeia 1998:13).

demandas da sociedade do conhecimento como à necessidade de aprimorar o nível e qualidade do emprego” (UE 2000a:8).

Esta visão positiva da capacitação, como mecanismo de desenvolvimento econômico e de fim do desemprego, tem uma avaliação negativa dos trabalhadores, já que ela os faz culpáveis por não estarem o suficientemente preparados para os novos rumos da economia mundial. Este raciocínio parece um calco do programa da terceira via. Lá pede-se de igual maneira um welfare-state ativo e positivo, que persiga a ociosidade e obrigue aos trabalhadores a trabalhar, atingindo unicamente àqueles tão inúteis que nem sequer possam obter o seu próprio ganha-pão:

“Poder-se-ia sugerir como novo motor primordial para a nova política, não há direitos sem responsabilidades [o grifo é nosso]. O governo tem todo um aglomerado de responsabilidades para com seus cidadãos e outros, incluindo a proteção aos vulneráveis. A social-democracia do velho estilo, no entanto, era propensa a tratar direitos como exigências incondicionais. Com o individualismo em expansão deveria vir uma extensão das obrigações individuais. Auxílios-desemprego, por exemplo, deveriam acarretar a obrigação de procurar trabalho ativamente, e cabe aos governos assegurar que os sistemas de bem-estar social não desencorajem a procura ativa” (Giddens 1999:75).

Em resumo, só aceitando todas as exigências do empresariado poder-se-á conseguir um aumento do emprego. Os trabalhadores deveram-se capacitar, terão que procurar o seu emprego sem o colchão de previdências antiquadas. As políticas públicas unicamente deverão se ocupar das parcelas que o capital não deseja, investindo em obras públicas ou colocando verbas a fundo perdido para as empresas puderem se lucrar mais, poupando investimentos em pesquisa, etc.

5.2.4 MODERNIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL

Para a social-democracia clássica, a única que merecia levar tal nome, a proteção social era a base do seu discurso político, foi o argumento com o que podia-se justificar a legitimação das democracias burguesas do século XIX e começo do XX. E como bem lembrava Anthony Giddens, para a social-democracia os direitos sociais são universais, inalienáveis, incondicionais e não vinculados aos desvarios duma economia maluca.

Porém, para a terceira via, usurpadora do nome desenvolvido pelo modelo sueco, a proteção social deve-se ligar às necessidades econômicas. A surpresa maiúscula aparece quando a UE, tradicional bicho-papão dos ilhéus, repete o discurso vazio do suposto novo centro, ou novo centro-esquerda. O bem-estar deve acompanhar a economia baseada no conhecimento, mudando para um Estado de bem-estar ativo, recompensando o trabalho,

promovendo a integração social e a igualdade entre os sexos, promovendo sistemas de saúde de qualidade⁸².

“A nova sociedade baseada no conhecimento oferece um enorme potencial para reduzir a exclusão social, tanto mediante a criação das condições econômicas para uma maior prosperidade com maiores níveis crescimento e emprego, quanto propiciando novas formas de participação na sociedade. (...) A melhor salvaguarda contra a exclusão é um emprego” (UE 2000a:11).

Assim a Agenda 2000 propõe o seguinte organograma:

1. Reduzir à metade o número de pessoas entre 18 e 24 anos que não receberem educação secundária o mais tardar em 2010.
2. Utilização das escolas como centros locais polivalentes de aprendizagem, todos elas ligadas à Internet.
3. Programas de formação contínua em TI, línguas estrangeiras, cultura tecnológica, espírito empresarial e competências sociais. Diploma único europeu.
4. Maior mobilidade de estudantes e professores, e maior facilidade para o reconhecimento dos títulos.
5. Estabelecimento de um modelo comum de *curriculum vitae* para contribuir à mobilidade (UE 2000a:9).

Isto para o ensino, para o emprego, gostar-se-ia aumentar a taxa de emprego do 61 até 70%, o mais tardar no 2010. No caso das mulheres do 51 a 60%, e para isso:

1. Aprimorar a empregabilidade e reduzir a carência de qualificação construindo uma base de dados europeia sobre empregos e oportunidades de formação. Promover programas especiais para permitirem aos desempregados adquirir um nível de qualificação adequado.
2. *“Conceder maior importância à formação contínua como componente básico do modelo social europeu, entre outros, fomentando entre os interlocutores sociais acordos sobre inovação e formação contínua, aproveitando a complementaridade entre a formação contínua e a adaptabilidade, mediante uma gestão flexível da jornada de trabalho e a alternância, formação-emprego, e introduzindo um prêmio europeu para empresas particularmente inovadoras.”*
3. Aumentar o emprego nos serviços, incluídos os pessoais.
4. Fomentar a igualdade de oportunidades em todos os âmbitos (UE 2000a:10)

⁸² Oxalá não da mesma qualidade dos que sofrem os cidadãos britânicos.

No entanto, as medidas ficam em mãos dos governos nacionais, a UE renuncia a uma política macro, vinculante:

“Aplicar-se-á um planeamento totalmente descentralizado de acordo com o princípio de subsidiariedade, no que a UE, os Estados membros, os níveis regionais e locais, assim como os interlocutores sociais e a sociedade civil participarão ativamente, mediante diferentes formas de colaboração” (UE 2000a:13).

Pede-se o apoio do setor privado no processo, deixando o público e a iniciativa da mudança social em mãos do capital, apenas preocupado nos lucros:

“O Conselho europeu faz um chamamento especial ao sentido da responsabilidade social das empresas com respeito às práticas idóneas em relação à formação contínua, a organização do trabalho; igualdade de oportunidades, integração social e desenvolvimento sustentável (UE 2000a:13).

As Novas Políticas Sociais

Depois desta avalanche economicista, defensora do espírito empresarial e da livre empresa, onde ficam as novas políticas sociais?, onde estão os direitos dos animais, das mulheres e dos idosos?, onde encontramos a legislação trabalhista que protegerá a esses criadores de riqueza uma vez capacitados?. Das grandes reivindicações do sindicalismo, apenas duas são contempladas:

1- **A Carta de Direitos** é defendida por alguns Estados, como a França, mas vetada por outros, como a Grã Bretanha e a Espanha. As diferenças encontram-se no valor e no conteúdo que esta Carta ia ter. Os resultados atingidos nas Cimeiras de Biarritz e Nice não foram muito otimistas, como veremos.

2- No que diz respeito à questão do **emprego**, ele entra dentro do que expusemos com anterioridade e, de fato, as propostas falam de ampliá-lo mas reduzindo a força do trabalho organizado e a sua confrontação de classe. As palavras da Comissária de Emprego são muito esclarecedoras:

“Debido a este cambio constante, necesitamos más que nunca flexibilidad, movilidad, adaptabilidad en nuestros centros de trabajo y en nuestros trabajadores. Pero para ello hay que ofrecerles ayuda y protegerles de los riesgos. La protección social no es una carga, sino un instrumento que facilita el cambio; un factor productivo, una inversión en capacidad de valor añadido(...) [As medidas que possibilitarão isto são:]

1-Capacitación integral: Que consiste en preparar a los trabajadores para que puedan contribuir a la construcción de una sociedad justa y una economía productiva.

2-El espíritu empresarial o emprendedor, estimulando todo tipo de actuaciones y

cuálificaciones sobre todo a nivel local

3-La adaptabilidad, que consiste en reaccionar ante los cambios vertiginosos que se están produciendo en nuestras empresas y trabajadores.

4-La igualdad de oportunidades, para tener un marco que nos permita responder a los cambios que se producen en el papel de los hombres y mujeres, que tanto están transformando el panorama económico y social” (Diamantopoulou 2000:447).

5.3 CARTA DE DIREITOS.

A Carta poder-se-ia tornar o embrião de uma futura constituição europeia. Composta por 52 artigos, descreve os direitos dos cidadãos europeus sob os títulos: a dignidade das pessoas; a liberdade; a igualdade; a solidariedade; a cidadania e a justiça.

O comissário português Antonio Vitorino, encarregado da pasta de Interior e Justiça, avaliava assim a Carta de Direitos Fundamentais:

“Una Carta de Derechos Humanos es necesaria ahora porque la UE ha entrado en una nueva fase de su integración, la política. La Carta es un jalón muy importante de esta Europa política, que está en camino de constituirse en un espacio integrado de libertad, seguridad y justicia” (Yarnoz 2000).

No entanto, a Carta nasce com uma limitação muito grande, já que não tem nenhuma nova competência, nem nenhuma nova missão para a Comunidade nem para a União, e não modifica as normativas e missões definidas nos Tratados. O caráter da Carta foi o aspecto mais controverso na sua discussão. A divisão existe entre aqueles países que desejam uma Carta com grande força jurídica e conteúdo e outros, como Espanha, Alemanha ou Grã Bretanha que desejam que apenas fique nas intenções, sem obrigatoriedade. Estes últimos temem que, no caso de ter caráter jurídico, os seus cidadãos utilizem-na para exigir-lhes direitos econômicos e sociais através dos tribunais:

“Eso abre paso a dos alternativas muy poco decorosas: o una carta con rango jurídico, pero vacía de contenido, o una carta de gran valor retórico, pero ningún efecto justiciable. (...)Francia es el principal impulsor de este proyecto y quiere que la carta tenga efectos jurídicos y al mismo tiempo un largo aliento político” (Oppenheimer 2000).

Direitos contemplados pela Carta

- Direito à vida, proscrevendo a pena de morte, tortura, escravidão, tráfico e clonagem reprodutiva de seres humanos, tráfico de órgãos e praticas eugénicas (Artigos 1 ate 5,

UE 2000b:3-4).

- Direito à Liberdade e seguridade, pensamento, consciência e religião, expressão, associação e ensino gratuito. (Artigo 6-7, 9-14, UE 2000b:5-7)
- Sobre os imigrantes, se garante a equivalência, não igualdade, de aqueles cidadãos de terceiros países que residirem legalmente na UE.
- Sobre os deficientes, proíbe-se toda discriminação (Art. 21 e 26)
Os direitos trabalhistas, são recolhidos de forma superficial:
- Artigo 27, Direito à informação e à consulta dos trabalhadores na empresa: *“Deve ser garantida aos níveis apropriados, aos trabalhadores ou aos seus representantes, a informação e consulta, em tempo útil, nos casos e nas condições previstos pelo direito comunitário e pelas legislações e práticas nacionais”*.
- Artigo 28: *“Os trabalhadores e as entidades patronais, ou as respectivas organizações, têm, de acordo com o direito comunitário e as legislações e práticas nacionais, o direito de negociar e de celebrar convenções colectivas, aos níveis apropriados, bem como de recorrer, em caso de conflito de interesses, a acções colectivas para a defesa dos seus interesses, incluindo a greve”*. (UE 2000b:12-13)

Também recolhe-se a protecção em face à demissão injustificada, e lembra-se que a idade mínima de admissão no trabalho deve ser posterior à escolarização mínima obrigatória, 18 anos (art. 30-32).

Porém, a Carta não inclui explicitamente o direito ao trabalho, a uma remuneração justa ou a um salário mínimo, nem define qual deve ser a duração da jornada de trabalho ou do período de férias. Também não recolhe aquelas petições explicitamente pedidas pelas associações de mulheres, deficientes, ecológinas ou trabalhadores. Sobre o direito ao trabalho o artigo 15 diz:

1. *“Todas as pessoas têm o direito de trabalhar e de exercer uma profissão livremente escolhida ou aceite.*
2. *Todos os cidadãos da União têm a liberdade de procurar emprego, de trabalhar, de se estabelecer ou de prestar serviços em qualquer Estado-Membro”* (UE 2000b:8)

Além de não incluir a obrigatoriedade do direito ao trabalho, apenas a liberdade da procura, a Carta aprovada em Nice não têm nenhum valor jurídico. Sobre os serviços de assistência social, a Carta garante-os, apenas no grau de desenvolvimento existente em cada

país membro⁸³. Contudo, pode-se falar da clara vitória de aqueles governos que não desejaram a existência da Carta, e também das reivindicações do empresariado europeu.

5.4 POLITICA AMBIENTAL DA UE

A Carta de Direitos garante no artigo 37 a proteção do ambiente: *“Todas as políticas da União devem integrar um elevado nível de protecção do ambiente e a melhoria da sua qualidade, e assegurá-los de acordo com o princípio do desenvolvimento sustentável”* (UE 2000b:16). Depois disto e dos belos parágrafos da Ata Única Européia (1986) sobre o ambiente, apenas encontramos programas destinados à proteção, como o programa *Life II*, dotado com 450 milhões de €. Além do mais, desde 1993, a União conta com uma Agencia européia do Médio Ambiente, sediada em Copenhague.

Não obstante, a grande mudança das políticas ambientais consistiu no fato de passar de ser uma política concreta, a se inserir dentro de cada política setorial. Reconhece-se a grande importância da crise ambiental, mas a UE renuncia a ter uma política européia, e deixa esta nas mãos dos governos nacionais, preocupados como estão, no aumento da competitividade e no crescimento econômico. Talvez deste modo, reconheça a sua incapacidade para legislar ou ter uma política comum neste campo, ou talvez seja capaz de legislar mas rejeite essa capacidade, como no caso dos transgênicos ou de casos que misturam ecologia, saúde e mercado, como a doença das “vacas loucas”, ou a dioxina na coca-cola belga.

Desde a Cimeira de Viena (dezembro de 1998) vem se desenrolando um processo de inserção da pauta ecológica nas outras políticas da UE: "Agricultura", "Transportes" e "Energia" que já participavam nessa data, e três novas "Mercado Interno", "Indústria" e "Desenvolvimento". No mesmo sentido, a Comissão apresentava em Junho de 1999 uma comunicação sobre o mercado único e o ambiente, com a idéia de que caminhassem juntos. As medidas para a integração ser maior teriam a ver com as eco-taxas e os eco-impostos,

⁸³ “1-A União reconhece e respeita o direito de acesso às prestações de segurança social e aos serviços sociais que concedem protecção em casos como a maternidade, doença, acidentes de trabalho, dependência ou velhice, bem como em caso de perda de emprego, de acordo com o direito comunitário e as legislações e práticas nacionais.(...) 3. A fim de lutar contra a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes” (UE 2000b:15)

por exemplo, que seriam cobrados àquelas empresas que não cumprirem uma serie de normativas ecológicas. <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>.

Nos conselhos de Colônia (primeiro semestre de 1999) apenas houve avanços nas declarações de intenções. As diversas formações do Conselho (agricultura, energia, transportes, desenvolvimento, mercado interno e indústria) devem elaborar estratégias de integração para facilitar as decisões tomadas na Cimeira de Helsínquia (Dezembro de 1999). A Comissão encoraja o Conselho ECOFIN⁸⁴ a participar nessa estratégia, o que permitirá enviar aos Chefes de Estado e de Governo uma mensagem clara quanto aos instrumentos econômicos. Em Colônia, o Conselho Europeu considerou necessário definir um quadro adequado para a tributação da energia e convidou-se aos diversos setores a inserirem nas suas áreas as exigências ambientais e do desenvolvimento sustentável nas políticas da sua competência no ano 2000⁸⁵.

5.4.1 ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE NAS POLÍTICAS DA UE

O objetivo marcado durante a Presidência irlandesa, no primeiro semestre de 1998, visava integrar de maneira horizontal a política ambiental em todas as políticas comunitárias, para conseguir melhores resultados:

“A estratégia comunitária que repousava em uma abordagem vertical, consistente na adoção de regulamentação ambiental, demonstrou bons resultados, mas só em parte respondeu aos problemas existentes”
<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28100.htm>.

Isto fazer-se-ia com base na Agenda 2000 e ao Protocolo de Quioto⁸⁶. Na Agenda 2000, a reforma da política agrícola comum contribuiria para cumprir certas exigências ambientais. De fato, esta escusa é utilizada para justificar a queda do investimento público e a reforma das subvenções que, como vimos, tendia a liberalizar os mercados e introduzir a concorrência neles. Isto se diz com respeito à PAC:

⁸⁴ Conselho formado pelos ministros da Fazenda e as Finanças dos 15.

⁸⁵ Foi incluída a questão da pesca: “(...) a Comissão preconiza a introdução de uma estratégia que incorpora diversas medidas sectoriais concretas, como a redução da pressão de pesca, o ordenamento integrado das zonas costeiras ou a melhoria da contribuição da investigação científica” (<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28100.htm>)

⁸⁶ Segundo o protocolo de Quioto: “Os Estados signatários comprometeram-se a reduzir as suas emissões de gás com efeito de estufa até 2008-2012, a fim de lutar contra o aquecimento planetário. Para respeito dos compromissos assumidos, deve ser aplicada uma estratégia global, compreendendo acções nos sectores dos transportes, da energia, da agricultura e da indústria.” O que apenas fica em uma declaração de intenções.

- “ (...)diminuição dos mecanismos de apoio aos preços, em proveito de pagamentos directos, o que deverá favorecer os resultados económicos dos produtores e uma utilização mais equilibrada dos factores poluentes;
- possibilidade concedida aos Estados-Membros de subordinarem os pagamentos directos ao respeito das exigências ambientais;
- adopção de um programa de desenvolvimento rural, centrado na protecção do ambiente”.

E a reforma da política de coesão:

- “(...)introdução de um estudo sistemático sobre o impacto ambiental dos projectos de montante superior a 50 milhões de ecus [Agora euros, €];
- adopção da degradação ambiental como critério para a designação das zonas urbanas elegíveis no âmbito do novo objectivo 2;
- integração do ambiente, enquanto objectivo de intervenção dos Fundos Estruturais, no âmbito das propostas de novos regulamentos relativos aos Fundos Estruturais;
- estudo da Comissão sobre os planos de desenvolvimento, na perspectiva da protecção do ambiente;
- instituição de uma parceria com as autoridades ambientais e as organizações não-governamentais do ambiente, para redacção dos programas de intervenção, a título da política de coesão” . <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28100.htm>.

A redução do gasto orçamentário far-se-á sob a idêia de aprimorar a componente ecológica e a participação das ONGs na política ambiental. Isto será uma característica comum a muitas propostas e, de fato, existe o consenso, já que as ONGs pedem-no, e a UE salienta-o.

Especificamente, a UE desenvolve programas europeus de meio ambiente. O quinto programa europeu intitula-se: “*Em direcção a um desenvolvimento sustentável*”, e constitui uma revisão pelo Conselho e do Parlamento Europeu dos programas anteriores. Em setembro de 1998, este programa de ação da UE parte do reconhecimento do fracasso das políticas ambientais da UE até 1992, com aumento da degradação, do ar, das águas, solos, fauna e flora, do ambiente urbano, a baixa reciclagem e aumento dos resíduos domésticos. Portanto, afirma como única saída a transformação do modelo de crescimento da UE, convertendo-o em um desenvolvimento sustentável. Enxerga soluções aos problemas

ambientais como as alterações climáticas, a poluição aquática e a gestão de resíduos, visando estabelecer “novas relações” entre os principais atores do setor ambiental (<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>).

Os princípios que deveriam nortear o processo são:

- *“adopção de uma abordagem global e voluntarista que implique os diferentes intervenientes e as actividades que afectam os recursos naturais ou prejudicam o ambiente;*
 - *intenção de inverter as tendências e práticas da geração actual e das gerações futuras que sejam prejudiciais para o ambiente;*
 - *favorecer a alteração dos comportamentos sociais através da participação de todos os envolvidos (poderes públicos, cidadãos, consumidores, empresas ...*
 - *utilização de novos instrumentos ambientais.”*
- (<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>).

O plano atingiria os seguintes domínios prioritários:

- *“integração do ambiente nas restantes políticas comunitárias: melhoramento das métodos e reforço da coerência das acções;*
- *concentração em certos domínios de intervenção (agricultura, indústria, transportes, energia, turismo) e definição de um programa de acção com objectivos prioritários;*
- *alargamento da gama de instrumentos ambientais, com uma preocupação de eficácia: análise dos obstáculos à introdução dos instrumentos económicos e identificação das eventuais soluções, recurso aos impostos ambientais, à contabilidade ambiental, aos acordos voluntários (respeitando a legislação da concorrência), identificação dos regimes de auxílio prejudiciais para o desenvolvimento sustentável, promoção da responsabilidade ambiental a nível dos Estados-Membros, desenvolvimento da normalização, melhoramento dos métodos e instrumentos de formação, avaliação dos planos e programas;*
- *reforço da execução e aplicação da legislação ambiental: adopção de estratégias integradas, simplificação legislativa e administrativa, recurso às directivas-quadro, controlo da respectiva aplicação, desenvolvimento da cooperação entre as autoridades responsáveis, transparência das medidas a aplicar, luta contra as infracções constatadas;*

- *sensibilização do público para os problemas ambientais: favorecer o acesso à informação, integração do conceito de desenvolvimento sustentável nos programas comunitários de educação e de formação, avaliação e divulgação dos resultados das políticas comunitárias;*
- *aprofundamento da cooperação internacional: desenvolvimento das iniciativas comunitárias, intensificação da cooperação (alterações climáticas, poluição aquática, gestão dos riscos industriais, biodiversidade...);*
- *melhoramento das informações ambientais: estatísticas e indicadores comparáveis e fiáveis, avaliação dos custos e vantagens das diferentes medidas e do respectivo impacto sobre as empresas, criação de contas auxiliares ou satélites em relação à contabilidade nacional, com vista à elaboração de um sistema geral de contabilidade "verde" nacional;*
- *desenvolvimento de utilização de modos sustentáveis de produção e de consumo;*
- *encorajamento dos meios práticos de partilha das responsabilidades e de parceria: reforço do diálogo entre todos os envolvidos; promoção das iniciativas locais e regionais: gestão do território, intercâmbio de experiências, encorajamento da iniciativa local.”*

A política iria destinada a setores objetivo:

- *“a indústria: a Comunidade pretende reforçar o diálogo com as empresas, promover a celebração de acordos voluntários, desenvolver uma gestão racional dos recursos, favorecer a informação aos consumidores e adoptar normas comunitárias para os processos de fabrico e para os produtos, sem no entanto criar distorções da concorrência e mantendo a integridade do mercado interno e a competitividade europeia;*
- *energia: a acção em matéria de energia é indispensável em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, visto que o mesmo exige um aumento da eficiência energética, uma redução do consumo de combustíveis fósseis e a promoção das energias renováveis;*
- *transportes: o recurso aos meios de transporte tem-se vindo a intensificar com a realização do mercado interno. Terão de se adoptar rapidamente medidas para melhorar a gestão das infra-estruturas e equipamentos de transporte, para*

desenvolvimento dos transportes em comum e ainda para melhorar a qualidade dos combustíveis;

- *a agricultura também é responsável pela deterioração do ambiente, nomeadamente devido ao aumento das culturas intensivas, ao recurso a fertilizantes e à acumulação de excedentes. É indispensável uma reforma da política agrícola comum e do desenvolvimento das florestas que tome em consideração as exigências ambientais;*
- *o turismo está em plena expansão e resulta em uma deterioração das zonas de montanha e das regiões costeiras. As medidas propostas consistem no melhoramento da gestão do turismo de massas e da qualidade dos serviços turísticos, na promoção de formas alternativas de turismo e ainda em campanhas de informação e de sensibilização”. (<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>).*

Instrumentos

Para a aplicação dos planos explicados a UE disporia dos seguintes mecanismos:

- *“instrumentos legislativos: fixação de níveis mínimos de protecção, aplicação de acordos internacionais e criação de regras e normas na perspectiva do mercado interno;*
- *instrumentos económicos: estimular os produtores e consumidores a protegerem o ambiente e a utilizarem os recursos naturais de forma responsável (medidas de carácter económico, ou fiscal, responsabilidade civil) e definição do objectivo de "correção dos preços ", de forma a que os produtos e serviços mais respeitadores do ambiente não sejam penalizados em termos de custos;*
- **instrumentos horizontais de apoio:** melhoramento da informação e das estatísticas ambientais (necessidade de nomenclaturas, normas, critérios e métodos comparáveis), promoção da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico, melhoramento da gestão do território, da informação ao público (desenvolvimento de bases de dados) e da formação profissional;
- **mecanismos de apoio financeiro:** programa LIFE, fundos estruturais, fundo de coesão, empréstimos do BEI”.

<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>

Análise

O programa é amplo e preciso, mas o seu principal problema reside no nulo valor jurídico destas recomendações, embora devessem ser consideradas como pontos de referência com vista à instauração de um desenvolvimento sustentável. Aparentemente, temos uma ampla influência do conceito meio ambiente nas políticas da UE, com grande número de resoluções, medidas políticas e propostas. No entanto, pouca legislação subsidiária, quer dizer obrigatória e condicionante tem sido desenvolvida. Isto faz com que a aplicação dessas recomendações seja dificultosa, já que depende da vontade política de cada governo, os quais como dissemos ainda estão inseridos em problemas de política local, pensamentos eleitoreiros e brigas internacionais por cotas de mercado, maior crescimento etc.

De fato a política europeia real tem-se limitado ao seguinte:

1. O Tratado que institui a Comunidade Económica Europeia apenas prevê o desenvolvimento e a aplicação de uma política comunitária em matéria de ambiente.
2. O Tratado de Maastricht responsabilizou os Estados-Membros pela promoção de um crescimento sustentável que respeite o ambiente.
3. A declaração dos chefes de Estado e de Governo reunidos no Conselho em 26 de Junho de 1990, só *“apela à elaboração de um novo programa de ação em matéria de ambiente com vista ao desenvolvimento sustentável”*, mais além disso não houve nada concreto.
4. *“A política ambiental comunitária tem consistido fundamentalmente, nos últimos vinte anos, na adopção de um quadro legislativo que tem por objectivos a luta contra a poluição e a protecção do ambiente”* (<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>).

A inserção das políticas ambientais, não como política independente e autónoma, mas como parte de cada política setorial, ainda não mostrou se fortalece ou enfraquece a influência ambiental na política. Outro grave problema é a relação constante do desenvolvimento sustentável e a produtividade, e em que medida é compatível uma política industrial “verde” com a ênfase dos lucros da economia capitalista?

Poderíamos dizer que o “ambiental” aparece recorrentemente na fala política e nas próprias políticas da UE, porém, apenas no sentido politicamente correto e na medida em que não for conflitante com o novo desenvolvimento económico competitivo que se

enxerga como fim e solução aos problemas da Europa. Assim, ao mesmo tempo em que se justifica a intervenção sobre os Estados Membros sob o alto impacto dos efeitos ambientais na economia europeia, se vincula a atuação à competitividade: “(...)a tomada em consideração do ambiente não deve afectar a competitividade da indústria europeia” <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>.

5.5.1 POLITICA MULHER

A secretária geral de emprego, relações industriais e assuntos sociais é a encarregada de desenvolver a legislação que procura a igualdade de gêneros:

- Assegurando que as Diretivas da UE cumpram a igualdade de oportunidades para homens e mulheres.
- Alentando a integração da mulher no mercado de trabalho, e melhorando o status da mulher na sociedade.
- Gerindo o Quarto programa de Igualdade de oportunidades

http://europa.eu.int/comm/dg05/dgv_en.htm

O documento mais importante sobre a igualdade entre os sexos é o artigo 119 do Tratado de Roma que concerne ao pagamento semelhante para igual trabalho sem discriminação pelo sexo. Outras diretivas sobre igual pago, condições de trabalho, treinamento, acesso ao emprego, gravidez e maternidade foram aprovadas em 1975, 76, 78, 86, 92, 96 e 98. Os apelos a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres têm sido alentados pela Comissão. Na Reforma do tratado de Amsterdão incluiu-se no seu artigo 3: “A Comunidade procurará eliminar as desigualdades e promoverá a igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos”. Também, no artigo 141, se diz explicitamente que o pago terá a ver com o trabalho feito e não com o sexo do trabalhador http://europa.eu.int/comm/dg10/women/index_en.htm Na Carta de Direitos, os artigos 23 e 33 também defendem a igualdade:

Art. 23 “Igualdade entre homens e mulheres. Deve ser garantida a igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo em matéria de emprego, trabalho e remuneração. O princípio da igualdade não obsta a que se mantenham ou adoptem medidas que prevejam regalias específicas a favor do sexo sub-representado” (UE 2000b:11).

ART 33. “A fim de poderem conciliar a vida familiar e a vida profissional, todas as pessoas têm direito a protecção contra o despedimento por motivos ligados à maternidade, bem como

a uma licença por maternidade paga e a uma licença parental pelo nascimento ou adopção de um filho.”(UE 2000b:14).

Igualdade Económica

A questão do igual pagamento para igual trabalho já foi legislada em 1975 quando uma diretiva obrigava os países membros anularem toda as leis contrárias a tal princípio⁸⁷.

Posteriormente, outras diretivas tentaram fortalecer e aplicar na prática esta normativa. Em julho de 1996, uma diretiva foi aprovada com o intuito de aconselhar aos empregadores e aos parceiros da negociação coletiva para assegurar a aplicação do princípio da igualdade. Este código propõe que os negociadores patronais e sindicais analisem o regime de remuneração e avaliem as informações úteis para detectar as discriminações a fim de identificar as medidas a tomar para solucionar essas situações, e que seja formulada e posta em prática uma ação de acompanhamento a fim de eliminar as discriminações baseadas no sexo existentes nos sistemas de remuneração

<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/s02205.htm>

Programas de Igualdade de Oportunidades

Os programas de igualdade de oportunidades visam:

“Contribuir para promover a participação plena e completa das mulheres no mercado de trabalho e a valorização do seu contributo para a vida económica e social. Propor uma estratégia de acção mais integrada e mais global.”<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10915.htm>

⁸⁷ “1. Este princípio implica, para um mesmo trabalho ou um trabalho a que foi atribuído um valor igual, a eliminação, no conjunto dos elementos e condições de remuneração, de qualquer discriminação em razão do sexo. Quando for utilizado um sistema de classificação profissional para a determinação das remunerações, este sistema deve basear-se em critérios comuns aos trabalhadores masculinos e femininos.

2. Qualquer trabalhador que se considere lesado pela não aplicação do princípio da igualdade de remuneração deve poder fazer valer juridicamente os seus direitos.

3. Os Estados-membros devem suprimir as discriminações entre homens e mulheres que decorram de disposições legislativas, regulamentares ou administrativas e que sejam contrárias ao princípio da igualdade de remuneração. Devem tomar as medidas necessárias para que as disposições contrárias ao princípio da igualdade de remuneração que figurem em convenções colectivas, tabelas ou acordos salariais ou em contratos individuais de trabalho possam ser declaradas nulas. Garantem a aplicação do princípio da igualdade de remuneração e devem certificar-se da existência de meios eficazes que permitam assegurar o respeito deste princípio.

4. Os trabalhadores devem ser protegidos contra qualquer despedimento que constitua reacção do empregador a uma queixa formulada a nível da empresa ou a uma acção judicial com o fim de fazer respeitar o princípio da igualdade de remuneração.” (Directiva [75/117/CEE](#) do Conselho, de 10 de Fevereiro de 1975, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros no que se refere à aplicação do princípio da igualdade de remuneração entre os trabalhadores masculinos e femininos).

<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/s02205.htm>

O Terceiro Programa, 1991-1995, articulava-se em torno de três aspectos fundamentais:

- melhorar a aplicação das disposições legais existentes;
- promover a integração das mulheres no mercado de trabalho;
- melhorar o estatuto das mulheres na sociedade.

Os Estados, entretanto, teriam de aumentar o nível de informação em matéria de direitos e obrigações; adotar medidas específicas para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e promover iniciativas empresariais femininas e iniciativas locais de emprego; melhorar a qualidade do emprego das mulheres através da valorização do seu potencial (nomeadamente pela intensificação das ações a favor da educação, da formação profissional e do desenvolvimento de ações positivas nas empresas); reduzir os obstáculos ao acesso e à participação das mulheres no emprego, facilitando a conciliação entre as responsabilidades familiares e profissionais das mulheres e dos homens; elaborar programas inovadores que transmitam uma imagem realista e completa da mulher na sociedade, nomeadamente nos média; encorajar medidas destinadas a promover a participação das mulheres no processo de decisão na vida pública, econômica e social. <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10915.htm>

No quarto programa, 1995-2000, o objetivo não tem mudado muito:

“Promover, em parceria com todos os intervenientes, a integração da dimensão da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na elaboração, execução e acompanhamento de todas as políticas, medidas e acções conduzidas aos níveis comunitário, nacional, regional e local.” <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10918.htm>

Da mesma maneira o programa continua a manter as suas limitações já que além de uma recomendação sentida, não quer imiscuir-se nas respectivas competências.

Os objetivos do programa foram, no entanto, mais especificados:

- *“promover a integração da igualdade de oportunidades em todas as políticas e acções;*
- *mobilizar os agentes da vida económica e social para a realização da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;*
- *promover a igualdade de oportunidades numa economia em mutação, nomeadamente nos domínios da educação, formação profissional e mercado de trabalho;*
- *conciliar a vida profissional e familiar de mulheres e homens;*
- *promover a participação equilibrada de mulheres e homens no processo de decisão;*

- *reforçar as condições de exercício dos direitos à igualdade*";
<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10918.htm>

Nota-se a chegada da “nova economia”, que também atinge aos objetivos para a mulher no século XXI. O programa prevê a execução, valorização e/ou apoio das seguintes medidas:

- *“apoio metodológico, técnico e financeiro a projectos que permitam a identificação e o desenvolvimento das boas práticas,*
- *bem como a transferência de informações e experiência, tendo em vista o intercâmbio de informações e experiência sobre as boas práticas.*
- *observação e acompanhamento das políticas pertinentes e realização de estudos nesse domínio;*
- *rápida difusão dos resultados das iniciativas empreendidas e de todas as informações pertinentes*”;

Este programa foi financiado com 30 milhões de euros

<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10918.htm>

Em 17 de Dezembro de 1998, a Comissão apresentou um relatório intercalar ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comitê Econômico e Social e ao Comitê das Regiões sobre a execução do Programa de Ação a meio prazo para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (1996 - 2000). Em dito relatório analisava-se o desempenho do programa durante os dois primeiros anos de execução. Salientava-se o valor da troca de informações, pelo qual o programa devia continuar desenvolvendo-se via parcerias transnacionais. Também, julga-se muito positiva a visibilidade, embora tenha de se ampliar.

No resto das áreas os resultados na foram muito positivos. A aplicação do direito à igualdade não acompanha o seu desenvolvimento legal. Observa-se, falta de informação. A distância entre os salários masculinos e femininos ainda é ampla, especialmente em alguns países e setores. A igualdade de oportunidades, um dos eixos da estratégia europeia de emprego e presente também no artigo 3º do Tratado de Amsterdão, não é cumprida e deverá ser objeto de análise aprofundada com o intuito de se melhorar o equilíbrio entre os sexos.

Outro elemento é a conciliação da vida profissional e familiar, e as patentes dificuldades para realizá-la:

“Os projectos incidiram sobre a família, a educação dos filhos, os tempos livres e a

ciudadania activa. Até agora só estiveram envolvidas grandes empresas, sendo que a concretização deste objectivo nas pequenas empresas pode originar dificuldades de gestão. Em consequência, a conciliação entre a vida profissional e as responsabilidades familiares nas microempresas deverá ser objecto de um estudo aprofundado."
<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10918.htm>

Lembra-se, mais uma vez, a necessidade de reforçar a mobilização de todos os atores em matéria de igualdade de oportunidades (agências nacionais que operam no domínio da igualdade, ONG de mulheres etc.), já que atualmente ela é insuficiente.

Tomada de decisões

Existem desde 1995 resoluções relativas à participação equilibrada das mulheres e dos homens na tomada de decisões. Estas convidam aos Estados-membros a promover a participação equilibrada das mulheres e dos homens, devendo isto formar parte dos planos dos governos da União. Medidas piloto foram aplicadas nas instituições comunitárias, mas não passaram disso.

No Programa 1995-2000, os diferentes projetos pretendiam reforçar a representação das mulheres em todos os setores da sociedade e, nomeadamente, no nível político (campanhas de sensibilização, programas de intercâmbio, organização de conferências europeias, etc.). Os novos projetos deverão abranger, em especial, as áreas da cultura, dos meios de comunicação e do ambiente.
<http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10918.htm>

Proteção Social

Neste âmbito as medidas não costumam passar de recomendações. O Parlamento, por exemplo, reclamou em julho de 2000, uma maior harmonização no período de gravidez nos países da UE que agora é como mínimo de 12 semanas ampliáveis por convênio⁸⁸. O mais tardar, no final de 2000, dever-se-ia apresentar uma proposta de revisão da atual diretiva para conseguir dita harmonização. Da mesma maneira, a resolução propõe que a Comissão formule uma definição mais clara do salário adequado durante o período, sendo este em nenhum caso inferior a 80%, devendo servir para a aquisição de direitos de

⁸⁸ "Ampliar a 20 semanas el periodo de baja por maternidad y garantizar un puesto de trabajo equivalente al que la empleada tenía antes del parto son dos de las principales recomendaciones aprobadas ayer por el pleno del Parlamento Europeo. La Eurocámara solicitó, por 200 votos a favor, 20 en contra y 4 abstenciones, que la Comisión Europea presente antes de fin de año una nueva directiva que mejore considerablemente la seguridad y la salud de las trabajadoras embarazadas" (Esteruelas 2000).

aposentadoria. A demissão deve estar estritamente proibida durante a gravidez e o permiso, castigando-se com eficácia aqueles que não cumprirem esta norma, levando especial atenção contratos temporários ou atípicos.

Análise

Em resumo, e sem esquecer os avanços, pode-se falar de ampla legislação e curta aplicação. Em parte devido, como em outras áreas, à fraca força vinculante de muitas medidas tomadas pelo Parlamento, a Comissão ou os próprios governos dos Estados-membros que, reunidos no Conselho, acordam umas recomendações que não são mais do que declarações politicamente corretas. Assim, alguns países como os escandinavos estão muito além da diretivas europeias, garantindo direitos e igualdade muito maiores e em todos os âmbitos. Outros que aceitam assinar estas diretivas não vinculantes, depois, simplesmente não as cumprem, quer por “necessidades econômicas”, quer por incapacidade política.

Pode-se destacar o amplo interesse da UE pela questão do emprego feminino, o qual tenta-se desenvolver como parte das medidas destinadas a criar as bases para um crescimento econômico sustentável. Novamente achamos que a voz do empresariado é a mais forte, as vezes a única escutada, entretanto, as medidas solicitadas pelas associações de mulheres não têm tido demasiada influência nas políticas concretas e vinculantes.

5.5.2 POLÍTICA GAYS/LESBICAS

A Carta de Direitos proíbe a discriminação por causa da orientação sexual no seu artigo 21 (UE 2000b:10), e a Europa pode-se parabenizar de não manter no seus corpos legais nenhuma lei punitiva nem restritiva contra a homossexualidade. Além disso, a legislação muda de um país para outro, sendo que Dinamarca e Holanda legalizaram o matrimônio e a adoção de crianças para casais do mesmo sexo.

5.6 POLÍTICAS PARA O TERCEIRO SETOR

Neste ponto, temos de diferenciar entre as políticas e propostas referidas ao voluntariado (terceiro setor) e aquelas que dizem respeito aos usufrutuários desse voluntariado, deficientes, crianças, estrangeiros, países do terceiro mundo etc.

No que diz respeito às organizações, o problema encontra-se na questão do financiamento, amplamente lembrado pela Plataforma das ONGs Sociais. O orçamento para as ONGs tem aumentado nos últimos anos, em parte vinculando-se a projetos a realizar em países terceiros. Realmente, parte deste financiamento destinado as ONGs acaba se convertendo em financiamento de pequenas empresas que, com o status de ONGs, se beneficiam economicamente. A ONG como empresa, como criadora de emprego, é uma grande instrumento dessa mistura de pós-modernidade e neoliberalismo. Estas organizações, micro-empresas, ocupam espaços anteriormente estatais e realizam as funções que aquele cumpria⁸⁹. Os efeitos de uma ação descoordenada e individual acabam sendo tão caros quanto à previdência pública e muito menos eficazes.

Sobre os receptores da ajuda, a União Européia insta aos Estados a combaterem a discriminação e promoverem a inclusão social e o acesso ao emprego, estabelecendo objetivos nacionais para dita integração dos incapazes e outros grupos discriminados no mercado de trabalho. Além disto, os governos têm liberdade para aplicarem outras medidas que acharem necessárias⁹⁰.

A Carta de Direitos não inclui a idéia da participação crescente da sociedade civil na tomada de decisões e na prática política e institucional, embora a agenda 2000, como foi observado, fazia-o fortemente. No entanto, a Carta salienta alguns dos itens que dizem respeito aos deficientes: Integração das pessoas com deficiência; *“A União reconhece e respeita o direito das pessoas com deficiência a beneficiarem de medidas destinadas a assegurar a sua autonomia, a sua integração social e profissional e a sua participação na vida da comunidade”* (UE 2000b:12).

⁸⁹ Só na Espanha, as 11000 ONGs que atuam no âmbito social, ocupam a 284.000 pessoas, segundo dados estatísticos da Secretária de Assuntos Sociais. Isto constitui o 2% da força de trabalho do país: *“Además, la secretaria de Asuntos Sociales destacó que las ONG constituyen un nuevo y floreciente mercado de empleo, y recalzó que en los últimos cinco años habían creado 60.000 puestos de trabajo y que se prevé que creen otros 50.000 hasta 2005”* (Europa Press 2000). Apontava-se a assistência domiciliar para idosos e o turismo social, como os campos onde mais emprego as ONG iam desenrolar.

Analise

O futuro parece propicio para as ONGs em conjunto, já que as verbas públicas deslocar-se-ão para elas desde a previdência clássica. Porém, isto não garante uma sociedade mais justa, talvez o contrário.

Queremos salientar neste ponto que a nossa crítica não nega a existência de organizações, chamadas de ONGs de interesse social, apenas lembramos que a maioria delas apenas utilizam-se do discurso social para se financiarem ocupando o lugar do Estado.

5.7 POLÍTICAS CONSUMO

No âmbito do consumo encontramos-nos com bastantes normativas e decisões dos órgãos europeus, mesmo a Carta de direitos tenha apenas esta sucinta declaração no artigo 38: “*Defensa dos consumidores. As políticas da União devem assegurar um elevado nível de defesa dos consumidores*” (UE 2000b:16).

Regulação alimentar

Os efeitos políticos e sociais das crises provocadas pela falta de controle fitossanitário têm com certeza, desenvolvido uma preocupação na matéria. Isto, se acrescentado ao grande avanço científico na área dos transgênicos e a clonagem, fez com que estes temas afastaram a adoção do euro ou do tabaquismo como elementos principais nas normativas sobre o consumo da UE.

O Conselho europeu deseja ter uma legislação alimentar antes do 2002. Os quinze levaram em conta o relatório da Presidência portuguesa sobre os trabalhos cometidos em relação com o Livro Branco da Comissão sobre seguridade em matéria de alimentação.

“La conclusión del Consejo es que la política de seguridad alimentaria deberá aplicarse al conjunto de la cadena alimentaria animal y humana y apoyarse en una Autoridad Alimentaria Europea que complete la acción de vigilancia preventiva de las autoridades nacionales. (...) El Consejo ha recogido en sus conclusiones la decisión de estudiar, sin tardanza, las propuestas de la Comisión destinadas a aplicar el Libro Blanco con vistas a poder contar, de aquí a 2002, con una legislación alimentaria que responda a los criterios más exigentes de salud pública” (Gilmartin 2000).

⁹⁰ A EDF julga primordial esta última recomendação já que permitiria a introdução de medidas diferenciadas e específicas para cada país, concordando então plenamente com a ideia da União (EDF 2000:5).

Porém, a UE quando estourou o caso da doença “vacas loucas”, não atuou, nem pôde pelo veto britânico, nem quis, segundo os documentos que começam a aparecer. Agora vários anos depois, animais doentes têm sido detectados, além de na Grã Bretanha, em toda a Europa Ocidental exceto na Suíça. Os efeitos nas pessoas podem demorar até seis anos em se mostrarem, com o que os problemas provocados pela passividade dos governos e da União e a preeminência, *sobretudo*, das questões econômicas, ainda não são conhecidos. A febre aftosa tem se somado mais recentemente ao cúmulo de despropósitos sanitários. O que aconteça nos próximos anos ninguém pode dizê-lo com clareza, mas as conseqüências com certeza serão graves, tanto no âmbito humano quanto no político. A UE tenta, na atualidade, arrumar uma situação muito grave com o aumento extraordinário dos fundos de coesão com destino para os proprietários de gado.

Controle da Competência

Outro aspecto das políticas sobre o consumo é o chamado controle sobre a competência. O Comissário europeu, Mário Monti, tem tido especial cuidado em impedir a concentração empresarial em setores chave como os da “nova economia”. Assim, cinco grandes fusões foram detidas por Bruxelas durante o 2000:

“Monti ha demostrado tener pocas contemplaciones incluso cuando se trata de investigar a macroempresas con mercados en todo el mundo, de forma que, con las reglas de la competencia en la mano, no ha dudado en actuar cuando ha detectado que alguna operación puede tener efectos negativos sobre el espacio económico europeo.

Especialmente las concentraciones en el sector de las telecomunicaciones y las ligadas a la nueva economía están bajo la atenta vigilancia de la Comisión Europea, siempre en estrecha colaboración con Washington. Pero la autoridad de la competencia europea no deja de lado el control en otros sectores, también en Europa. El pasado mes de marzo, el comisario Monti vetó la adquisición por parte de Volvo de su rival sueca Scania.”(Pozzi 2000b).

Fumo

Sobre o fumo, em julho de 2000 o Parlamento Europeu enrijeceu as condições para a fabricação e venda de fumo na EU:

- Endurecimento das mensagens informativas que acompanham os pacotes, por exemplo: fumar é um suicídio.
- Redução do nível de nicotina e alcatrão.
- Aumentar o espaço destinado às advertências sanitárias.

- Eliminação do termo *light*.
- As empresas terão que declarar que produtos que não sejam fumo são utilizados, especialmente os aditivos.
- A Eurocâmara quer que seja proibido o uso de amoníaco a partir do 31 de dezembro do ano 2003, porque tem se demonstrado que gera maior dependência ao consumidor.

Estas medidas aplicar-se-ão, finalizada a tramitação desta norma, em 2004. O parlamento propôs que a normativa se aplicasse também às exportações de fumo europeu, mas não às importações:

“La Comisión Europea, el Consejo de Ministros y el Parlamento Europeo quieren ofrecer con esta directiva a los ciudadanos europeos la protección suficiente frente a los efectos perjudiciales del consumo de tabaco y garantizar que en la UE existen los mismos niveles máximos permitidos para los componentes nocivos del humo de tabaco.”(Pozzi 2000a).

Analise

Falar de política europeia no consumo depois de observar as graves deficiências neste caso,- ou em outros como o da dioxina na Coca-cola belga -, torna-se difícil. Mesmo assim, a UE é vanguarda dos países que se opõem ao uso de transgênicos e, paradoxalmente, é a cadeia alimentar mais segura do mundo:

“La batería legislativa comunitaria es probablemente una de las más exhaustivas del planeta, lo que no ha evitado que por ella se haya colado un fraude tras otro. El último, y cuyas consecuencias económicas aún son difíciles de calcular, tiene que ver con las harinas animales” (Argos 2001).

Muito embora a situação não é admissível, e reforça a idéia da fraca influência dos movimentos de consumidores, e daqueles outros que entre as suas reivindicações colocam a questão da saúde alimentar, e dos direitos dos compradores. Unicamente quando o problema é um fato e os média recolhem nas suas manchetes os erros pavorosos das administrações públicas ou do setor privado, os governos decidem-se a tomar decisões tardias e hipócritas, preocupados pelos efeitos políticos de tais crises.

SE bem, observam-se aspectos positivos na regulamentação das diversas áreas do consumo, não pode-se esquecer a limitação e demora de estas normativas.

5.8 CONCLUSÕES

Devemos destacar a imensidade legislativa europeia, a sua ação em todos os âmbitos. Deve-se sublinhar, porém, a diferença entre a força legal e prática das diferentes políticas. Algumas são aplicadas maciçamente existindo consenso sobre elas. Assim, a perspectiva de um alargamento ao leste e assumida por todos os governos. A introdução da nova economia como catecismo econômico e social para o nosso recém estreado século, também é assumida com a exceção relativa da França, que realiza uma política diferente. A nova economia, espalha-se por todas as políticas, desde as econômicas às sociais. No âmbito empresarial, produtivo, do trabalho e da assistência social, os ditados do neoliberalismo, suavizados pela terceira via, têm saído vitoriosos de uma luta sem vítimas, e governo trás governo tem adotado o evangelho anglo-saxão.

Fora do econômico, existe uma ação limitada, incompleta, apenas opcional, onde as divergências entre os governos,- chave para que uma política seja aplicada ou não -, têm barrado propostas interessantes dos órgãos comunitários. Estes, sem o apoio do Conselho de Primeiros Ministros, apenas têm capacidade para propor políticas. Assim, meio ambiente, direitos sexuais, consumo e terceiro setor, junto a camponeses e trabalhadores, só recebem declarações vazias ou pequenas vitórias em espaços, que como a UE deixou claro, não atinjam a competitividade da economia europeia. As vitórias verdadeiras só chegam depois de brigas e lutas reais quando, como no caso dos motoristas europeus, paralisam-se os países. Mas para não ficar em espúrias decisões corporativas, a coordenação dos trabalhadores deveria ser imensamente maior.

Aquilo que aconteça no futuro dependerá fundamentalmente das pessoas, dos indivíduos unidos coletivamente. Mas, talvez, nem oportunidades tenhamos se não mudamos de pensamento (o grifo é nosso):

“A educação para o espírito empresarial é outro elemento constitutivo de uma cultura empresarial mais dinâmica. É indispensável que o ensino dos conhecimentos gerais em matéria de empresa e espírito empresarial tenha início na escola primária e se prolongue pelo ensino secundário ou superior. A política empresarial velará para que os módulos e programas de ensino especificamente relacionados com a empresa e o mundo empresarial sejam uma componente essencial do ensino secundário e superior. Para um cientista ou um engenheiro deveria ser tão natural elaborar um plano empresarial como proceder a uma experiência científica ou redigir um artigo teórico. A educação para o espírito empresarial deveria ainda incluir o desenvolvimento de uma cultura de serviços orientada para o cliente” (Comissão Europeia 2000:3).

CAPÍTULO VI

POLÍTICAS NO MERCOSUL: UNI-VOS PARA SERDES MAIS UNÍVEIS DEPOIS

Para analisarmos com a necessária historicidade as diferenças entre as atitudes e ações políticas dos dois blocos que estudamos, é preciso saber as limitações e os objetivos imediatos deles. A história e o sucesso da União Européia têm sido maiores, o que eliminou grande parte dos problemas imediatistas que hoje possui o Mercosul. Outros fatos como a evidente independência econômica e política da Europa, possibilitaram tal sucesso. Mesmo assim, ambas saídas apresentam-se como evidentes caminhos cooperativos no lugar de lutas fratricidas, custosas, tanto em vidas humanas quanto em valores materiais.

Porém, o menor grau de desenvolvimento do Mercosul, quer dizer dos países que o compõem, ou seja do Brasil e da Argentina, não deveria inviabilizar *todas* as decisões e políticas que estão fora da órbita econômica. Na Europa, mesmo com o economicismo triunfante, existiam outras políticas. A importância maciça das decisões econômicas sobre o total é observada no **QUADRO 8**. Mais de 70% das decisões tomadas referem-se ao âmbito comercial e empresarial, e apenas um minúsculo 2,3% pertencem às áreas do trabalho, a educação e o ambiente. O resto da sociedade civil restrita não tem nenhuma disposição.

Este foco somente econômico, não obstante, não é explicado como uma determinação ontologicamente necessária. O que queremos salientar já desde o começo é o fato de existirem outras possibilidades, variáveis e saídas, mais além do que os dados possam aparentemente concluir. Se o economicismo prima dentro do Mercosul, é produto de uma escolha, aliás, de uma teimosa opção, e não uma inabalável e determinada obrigação.

As assimetrias entre a economia brasileira e o resto do bloco e os efeitos da crise cambial do país (1999), junto à dolarização do peso argentino, são fatos que falam sozinhos dos problemas, tanto econômicos quanto organizativos e cooperativos, do MERCOSUL. As dificuldades constantes fazem com que seja muito difícil chegar a acordos estáveis como na Europa. Se Alemanha e França ultrapassaram os seus atávicos enfrentamentos, e fizeram do acordo a sua melhor arma para o desenvolvimento, não pode-se dizer isso da Argentina e o Brasil, que semelham, sobre todo a primeira, mais as posições dos britânicos com respeito

ao continente.

Argentina encontra-se no que diz respeito às exportações, muito ligada⁹¹ à relação com Brasil, enquanto o Brasil apenas destina 13,39% do que exporta a Argentina. O crescimento do comércio argentino foi desenvolvido em uma estreita dependência com o Brasil desde os primeiros 90.

QUADRO 8

Quadro 02: Quadro quantitativo das Decisões, Resoluções e Diretrizes aprovadas no âmbito do Mercosul⁹²

Temas	Quantidade	%
Resoluções do mundo dos negócios/comércio	331	71,6
Resoluções de âmbito institucional do Mercosul	064	14,0
Outros	056	12,1
Resoluções do mundo do trabalho	004	0,8
Resoluções da área da educação	004	0,8
Resoluções da área do meio ambiente	003	0,7
Total	462	100%

Fonte: Boletim de integração latino-americana, nº 18, jan/jun/1996, p. 185.

A desvalorização do real ameaçou com modificar o superávit argentino com a única zona (Mercosul) onde o tinha. Na verdade, isto têm a ver com o fato de o Brasil responder por 70% do PIB do bloco. Portanto, qualquer mudança na política econômica deste país repercute nas demais economias do Mercosul. Paralelamente, o governo Menem, unilateralmente tentou introduzir o dólar como moeda local⁹², - como recentemente aconteceu no Equador (Setembro de 2000) -, ainda que só chegasse a uma dolarização do peso. Este tipo de decisões mostra a distância que existe entre a EU,- onde as políticas macroeconômicas consensuais são o seu melhor sucesso -, e o Mercosul.

⁹¹ Argentina exportava para o Brasil a terça parte de tudo o que vendia no exterior durante os 90: quase todo o arroz; 90% e dos automóveis e autopeças; 86% do leite e metade do algodão.

⁹² A abertura financeira constituiu o ponto central da política menemista de estabilização monetária. A estabilidade aplacava a inflação e fazia ao país possível alvo dos investimentos externos (Freitas & Prates 1998:173-74). O seu sucesso foi quase total no que diz respeito aos valores macro, não em vão. Menem gabava-se da Argentina ser o único país que cumpria os critérios de Maastrich para entrar no euro.

Este tipo de decisões, é claro, acabam afetando aos “parceiros”, assim, a desvalorização brasileira cortou o crescimento econômico argentino, semeou a desconfiança dentro do bloco e influenciou de maneira negativa na quantidade de investimentos que chegava à região. Segundo Ponte et alii, “*Neste aspecto, se prejudicou mais justamente o país que mais se beneficiava do bloco, no caso, a Argentina*” (2000:174).

6.1 O BLOCO SUL AMERICANO

No primeiro de janeiro de 1995 foi estabelecida a União Aduaneira entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, primeira ação direta do bloco conformado em 1991 pelo Tratado de Assunção. O Mercado Comum do Sul reúne cerca de 200 milhões de habitantes e um PIB estimado em torno de 800 bilhões de dólares (ou seja, cerca de metade do PIB da América Latina).

1. Tratado de Assunção para a Constituição do Mercosul (TA)

O tratado é o instrumento jurídico central do Mercosul, mas não cria o mercado comum, apenas define os seus objetivos e os meios para alcançá-los. Enxerga uma integração econômica, cuja primeira etapa seria a formação de uma União Aduaneira através do:

- Estabelecimento de um programa de liberalização comercial por meio da eliminação de barreiras alfandegárias e não-alfandegárias;
- a coordenação de políticas macroeconômicas;
- a criação de uma tarifa externa comum para elevar a competitividade internacional do bloco e promover economias de escalas eficientes

Protocolo de Ouro Preto Sobre Aspectos Institucionais

O protocolo, assinado em dezembro de 1994, estabelece a estrutura institucional do Mercosul, os seus órgãos decisórios e as suas atribuições. Também, cria um mecanismo consensual para a solução dos conflitos entre os países membros, o Tribunal de

Controversas⁹³, o qual não tem sido muito utilizado, preferindo-se apelar a instituições extra bloco como a OMC.

Os órgãos decisórios são:

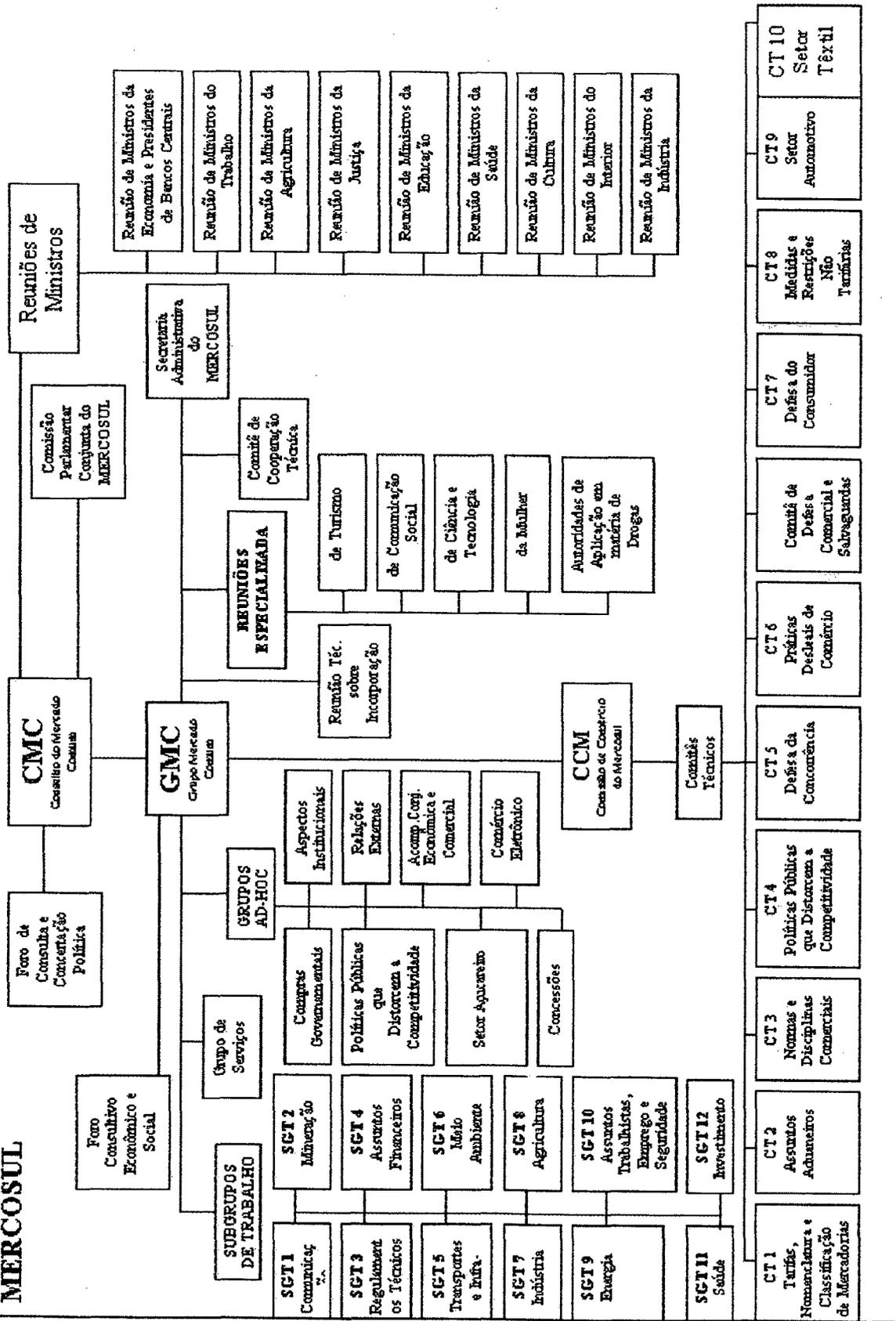
- Conselho do Mercado Comum (com as atribuições definidas pelo Tratado de Assunção, TA);
- Grupo do Mercado Comum (com as atribuições definidas pelo TA);
- Comissão de Comércio, que visa acompanhar a implementação da União Aduaneira e revisar os temas relacionados às políticas comerciais comuns.
- Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), órgão de representação dos Parlamentos Nacionais, cuja função é coadjuvante. Suas recomendações são encaminhadas ao Conselho do Mercado Comum através do Grupo Mercado Comum;
- Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), órgão de representação dos setores econômicos e sociais dos países integrantes, com função meramente consultiva. Suas recomendações são encaminhadas ao Grupo Mercado Comum.
- *Secretaria Administrativa* (Mello 2000).

Mesmo com este complexo quadro (Quadro 9, Fonte Ministério das Relações Exteriores <http://www.mre.gov.br/sitemercosul/textos/default.asp?Key=99>), não se pode falar de instituições do bloco nem de amplo desenvolvimento regional, já que os acordos reais alcançados até agora não chegam sequer ao patamar de uma união alfandegária, falando-se, portanto, de União aduaneira incompleta (Ponte et alli 2000).

⁹³ Sobre o seu funcionamento e atividades, ver o interessante trabalho de Almeida (2000).



MERCOSUL



6.2 AS POLITICAS CONCRETAS

Observando a imensidade das políticas da União Européia, a atuação do Mercosul aparece como pequena. A questão da coordenação macroeconômica dentro do bloco ainda é um futurível, de fato, os elementos clássicos e fundamentais das políticas macro (déficit, dívida, juros, câmbio, inflação) apenas são considerados em relação aos objetivos marcados por organismos como o FMI ou o BM. Aliás, são tais organismos os que marcam e desenham de maneira indiretamente direta as metas econômicas. Porém, sempre sob uma mesma matriz: privatizar, abrir a economia, promover recortes nos custos trabalhistas e favorecer a oferta e não a demanda.

Desde 1999, os problemas não resolvidos até agora, continuam a ser aqueles necessários para uma integração comercial: consolidar-se como zona de livre comércio e união aduaneira; criar uma base jurídica que fundamentasse o sistema de solução de controvérsias (Almeida 2000:86); negociar acordos sobre serviços e compras governamentais; continuar a discussão sobre temas como defesa do consumidor e de concorrência e coordenar as posições nas negociações para a formação da ALCA e para a liberalização comercial com a União Européia (Ponte et alii 2000: 175).

6.2.1 CALENDARIO 2000

Em dezembro de 1999, foi aprovado em Montevideo o Calendário 2000, documento que marcava as pautas para os seguintes anos nas políticas do bloco. Reconhecia-se o fracasso das reuniões dos grupos de trabalho, ao mesmo tempo em que tentava-se recuperar aspectos positivos, no que diz respeito à unificação das políticas para negociar como bloco com a União Européia e a ALCA. Porém, o grande desafio continua a ser a coordenação das políticas macroeconômicas, sempre subordinadas às prioridades das políticas econômicas nacionais que procuram a estabilização.

Neste sentido, apresenta-se como inevitável a vontade política de se coordenar, o que necessariamente implica uma perda de soberania, coisa até agora não presente nas “disponibilidades” negociadoras dos governos:

“Já na UE, como vimos, pelo fato de ser um bloco regional, a coordenação macroeconômica é institucionalizadora de regras para lidar com a diversidade de variáveis. Na última situação, que é o caso também do Mercosul, obter acordos cooperativos exige uma possível perda de autonomia de decisão. Quer dizer, devem estar dispostos, os governos, a modificar

valores e instrumentos em respeito aos compromissos e, por outro lado, isso supõe que os mesmos exerçam um domínio efetivo sobre seus instrumentos. Torna-se importante assim a legitimidade dos governos como coalizões representativas e estáveis, mesmo em regimes presidencialistas e não plebiscitários. Sem o que a distribuição de custos e benefícios não tem sustentação. É de ordem prática, assim, a exigência de democratizar o processo decisório, pois, do contrário, seu caráter excludente ressalta a expressão da intransparência e de insustentável desconfiança. Especialmente nos períodos de crise, o modelo da intransparência guarda associação com formas autoritárias de novo tipo, o autoritarismo de articulação regional e não apenas local” (Ponte 2000:48-49).

6.2.2 POLITICA TRABALHISTA DOS GOVERNOS DE MERCOSUL

As questões referentes ao mundo do trabalho somente foram incluídas nas discussões do Mercosul após a reivindicação da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS). Ela pressionou para que se criasse um foro trabalhista de discussão. O subgrupo 11 representa às centrais sindicais, entidades empresariais e outros setores sociais. No entanto, os trabalhadores apenas possuem este canal público, embora de caráter consultivo, enquanto o empresariado, - como analisamos -, detenta outros mecanismos que, por serem privados, não deixam de ter muita mais influência nas decisões do bloco.

A atuação política dos governos tem se caracterizado pela procura de soluções de compromisso entre capital e trabalho⁹⁴, salientando a teórica similitude entre os seus interesses e os benefícios decorrentes das novas políticas liberalizadoras e privatizadoras⁹⁵. Se na Europa social-democrata foi possível um crescimento com integração e *pax* interclasses, na nossa América “liberalizada” defender modelos de cooperação parece uma brincadeira grosseria.

Mesmo assim, os governos do MERCOSUL apenas concordaram em medidas pequenas e não obrigatórias:

- Unicamente discute-se sobre a forma de harmonização das legislações trabalhistas dos quatro países. Apenas pautaram a ratificação de cláusulas sociais da OIT.
- Além das cláusulas sociais fundamentais da OIT, no Mercosul também tem se considerado essencial a ratificação de convenções que tratam dos limites das jornadas de trabalho, do salário mínimo, descanso e férias, das regras da seguridade social e da

⁹⁴ O Governo brasileiro, por boca do ministro do trabalho brasileiro, Walter Borelli, em 1993, defendia o diálogo entre capital e trabalho, o qual deveria “convergir para um projeto nacional onde a autocomposição das partes e a parceria sejam [fossem] os traços fundamentais” (Fórum Nacional sobre Contrato Coletivo 1994:11).

⁹⁵ Para compreender melhor este tipo de experiências no Brasil e no nível local, ver a dissertação de Luiz Carlos Chaves (2000)

segurança e saúde no trabalho. O processo de harmonização que mais avançou referiu-se às regras da seguridade social, com a assinatura de um Acordo Multilateral de Seguridade Social no Mercosul. Este acordo estabelece a igualdade de tratamento na reparação de acidentes de trabalho e de seguridade social de nacionais e estrangeiros dentro do bloco (Ferreira e Olivera 1994; Ponte et alii 2000:123-24).

- A ratificação das convenções da OIT não tem sido homogênea, Uruguai é o país que mais normas aprovou, mas isto não garante necessariamente a sua aplicação (Ponte 2000:124).
- Com respeito aos direitos sócio-laborais, a Declaração Sócio-laboral apenas é um documento de natureza declaratória depois de uma luta entre empresários e sindicatos na que: *“Venceu a proposta dos empresários, ou seja, a Declaração não estabelece regras claras de proteção dos direitos laborais”* (Mello 2000).

BRASIL

Tanto os governos quanto o Mercosul não pouparam reformas afins às exigências empresárias. No Brasil têm sido introduzidas várias medidas no sentido de alterar a legislação trabalhista, e outras encontram-se em discussão no Parlamento. Dentre as reformas já aprovadas podem-se citar: a regulamentação do contrato de trabalho temporário, os planos de demissão incentivada, a redução da jornada de trabalho com redução salarial e o fim da estabilidade dos funcionários públicos. Na assistência social a reforma da previdência prevê o aumento da idade para aposentadoria, o fim das aposentadorias por tempo de serviço, proporcionais e especiais, e o incentivo ao investimento em fundos de pensão privados, entre outras medidas (Ponte 2000:124).

Algumas atuações situaram-se fora da lei, como no caso da demissão imotivada e a intervenção e imposição de multas ao sindicato dos petroleiros em 1997, o que constituiu um ataque à liberdade sindical, por parte do governo brasileiro:

“ (...) uma disposição que permite que uma das partes do conflito possa, unilateralmente, solicitar uma intervenção de autoridade do trabalho para a solução do mesmo representa risco ao direito dos trabalhadores de declarar greve e contraria o fomento da negociação coletiva. (...) O governo desrespeitou o direito de greve ao punir os grevistas com demissão (Folha de São Paulo 1997:2-12).

O contrato temporário regulamentado pelo governo, por sua vez, prevê a possibilidade de qualquer empresa contratar por prazo determinado, valendo o contrato por apenas um

ano. A empresa que adotar esse sistema também poderá reduzir 50% de sua contribuição ao sistema "S" (SESI, SENAI, SEBRAE, SESC, SENAC, SENAR e SENAT), INCRA, salário-educação e seguro de acidentes do trabalho e também a alíquota do FGTS de 8% para 2%. O contrato temporário estabelecido também passou a permitir a jornada de trabalho de até 60 horas semanais (Ponte et alli 2000:125).

O governo brasileiro também elaborou um anteprojeto de lei complementar que prevê o barateamento das demissões de empregados do setor privado. Em recomendações para a Reforma do Judiciário, o governo propõe uma resolução para tornar definitivas as homologações feitas em sindicatos ou nas delegacias do trabalho, proibindo reclamações judiciais posteriores, demonstrando intenção de acabar com a imprescritibilidade do direito de reclamar direitos violados, por parte dos trabalhadores rurais (Ponte et alli 2000:125). Em resumo, as mudanças das leis trabalhistas brasileiras caminham para responderem às reivindicações empresariais, facilitando a redução dos custos do trabalho.

ARGENTINA

No outro grande parceiro do Mercosul a situação não é diferente. Foi adotado também o contrato temporário, o que está relacionado com o maciço crescimento do desemprego, que passou de 6,8%, para 17% no ano 95⁹⁶. Do mesmo modo que no Brasil as alterações nas leis trabalhistas realizadas pelos governos de Menem, permitiam demissões e mudanças nos contratos de trabalho dos empregados públicos. Na Argentina, a mudança mais importante nas práticas trabalhistas teria sido, segundo os empresários, a "*(...) possibilidade de negociar contratos de trabalho com mais liberdade e, assim, reduzir a força de trabalho*"⁹⁷ (...) *Em um ano e meio, 50 mil empregados públicos temporários foram retirados da folha de pagamentos por meio de demissão ou de algum incentivo*" (Palomino, 1991:221); *"Em 1990, o governo Menem decretou o fim das greves nos 'serviços essenciais"* (Ponte et alli 2000:126).

⁹⁶ Uma pesquisa do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina, conclui que a presidência de Carlos Menem (1989-2000) supôs uma alça do desemprego desde o 7% para 17,3%, alcançando 18,4% em 1995 (Boletim do DIAP 1997:2).

⁹⁷ Lembremos que está era uma das principais petições do empresariado europeu e também aparecia em alguns documentos da UE.

Análise

O Mercosul, seja desde uma perspectiva de bloco, ou seja desde as políticas nacionais está chegando a uma harmonização no âmbito trabalhista, mas de uma maneira obscena. Igualam-se no patamar mais baixo, nas piores condições para a maioria dos seus cidadãos, quer dizer, os trabalhadores.

As medidas dos governos parecem coincidir com o interesse empresarial em reduzir custos. A preocupação maior dos governos quando defendem a harmonização das legislações parece ser impedir que algum país do bloco se beneficie pelo fato de ter uma legislação social mais "flexível"⁹⁸, o que significa uma legislação com menos proteções sociais. O tratamento dado às questões relacionadas ao trabalho no Mercosul revela uma tendência de rebaixamento dos níveis de direitos sociais regulamentados pelas legislações de cada país e de fragmentação das negociações coletivas. Assim, percebe-se, inclusive, uma disputa entre os países para ver qual deles regulamentará menos direitos: *"Se teme que ciertos países o ciertas regiones mantengan adrede un bajo nivel social o salarial, y no se encuentren dispuestos a revisarlos hacia arriba para así atraer a inversores"* (Ferreira e Olivera, 1994:62).

Tal perspectiva apresenta-se como alternativa frente ao aumento da concorrência no mercado mundial. O principal argumento para a redução dos chamados "custos trabalhistas" é a melhoria da competitividade das empresas. A análise das políticas dos governos do MERCOSUL no que diz respeito às questões trabalhistas desenha uma procura da homogeneidade e harmonização interbloco, mas sempre fazendo-a nos níveis mais baixos, com o intuito de reduzirem ao máximo tais direitos:

"O tratamento dado às questões sociais e trabalhistas no âmbito do Mercosul, indica uma prioridade dada pelos governos dos países membros na desregulamentação das legislações nacionais com vistas a reduzir direitos. Assim, percebe-se uma ênfase em garantir a harmonização das legislações trabalhistas no bloco de acordo com os mais baixos níveis de proteção social.

Tal política dos governos do Mercosul encontra grande conexão com os interesses dos empresários da região em reduzirem os custos trabalhistas para aumentarem a capacidade competitiva de suas empresas, demonstrando uma orientação comum por parte dos Estados e do empresariado" (Ponte et alii 2000:147).

⁹⁸A flexibilização ou legislação flexível, conforme vem se falando atualmente, significa legalizar a negociação direta entre empresa e trabalhadores, sem que determinadas regras ou garantias possam ter o caráter de obrigatoriedade. Assim, determinados direitos sociais e trabalhistas estabelecidos constitucionalmente, por exemplo, perderiam o caráter de lei, passando a estar sujeitos a negociações ou concessões por parte do governo ou dos empregadores.

Conseqüências

A situação e a cobertura jurídica e social é bem diferente na Europa e na América do Sul, portanto, estas políticas trazem conseqüências terríveis para países cujas condições de trabalho já são bastante escassas: aumento do desemprego, da precariedade e informalidade do mercado de trabalho⁹⁹ e aumento do trabalho escravo. Da mesma maneira o nível salarial daqueles que ainda trabalham seria, também, insuficiente para atingir as necessidades básicas¹⁰⁰. Embora, estes resultados sejam contraditórios com o espírito do Tratado de Asunción¹⁰¹, não há cuidado em justificar as políticas que os provocam, ao avesso, prega-se e apresenta-se como única solução a mudança no sistema de previdência social do Mercosul (Ponte et alii 2000:128-136).

6.2.3 POLÍTICAS ECONÔMICAS

A política econômica, fundamental dentro do bloco, diz respeito às sucessivas tentativas para fixar uma tarifa alfandegária comum dos países com respeito ao exterior. Os problemas derivados da concorrência entre o Brasil e a Argentina atrapalharam constantemente a tomada de essas decisões. De fato, a União alfandegária ainda é incompleta. Produtos concretos, as suas taxas e as cotas de exportação e importação, paralisaram e acirram as disputas, no setor automotivo, aço, frango, e agora no leite.

As tentativas para chegar a acordos macro têm sido tão numerosas quanto falidas. Em julho de 2000 os presidentes do Mercosul assinaram uma declaração na que afirmam o seguinte:

- A importância de assegurar a livre circulação de bens entre os países membros, não adotando nenhuma medida que restrinja o comércio recíproco.

⁹⁹ Segundo Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de trabalhadores com carteira assinada diminuiu no Brasil de 52,9% em 1991 para 46,7% em 1996. A taxa dos sem carteira, por sua vez, aumentou de 22,3% em 1991 para 25,7% em 1996 e os trabalhadores “por conta própria” de 19,7% em 1991 passaram para 22,8% em 1996 (Ponte et alii 2000:126-27).

¹⁰⁰ Segundo o Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos brasileiro (DIEESE), o salário mínimo deveria ser de R\$ 764, para suprir as necessidades de uma família de quatro pessoas. O salário mínimo no Brasil é de R\$ 120, no Paraguai de US\$ 145, na Argentina de US\$ 200 e no Uruguai de US\$ 160. Assim, percebe-se que o Brasil paga o menor salário mínimo dos países do Mercosul. Em condições piores em toda a América Latina, somente o Peru e a Bolívia com salário mínimo de US\$ 70 e US\$ 80, respectivamente. (O Estado de São Paulo 1996).

¹⁰¹ Na fundação do Mercosul, afirma-se que o objetivo do bloco seria “(...) mejorar las condiciones laborales de los trabajadores y las condiciones generales de vida de la población de la región” e “no (...) sólo aumentar los mercados y posibilidades de venta” (Ferreira e Olivera 1994:16-17)

- Destacaram o rol central da convergência e coordenação macroeconômica desenvolvida pelos ministros de Economia de cada país e os presidentes dos bancos centrais.

Na Cimeira de Florianópolis (Brasil) em dezembro de 2000, no que refere-se à coordenação macroeconômica, os membros, junto ao Chile e Bolívia, anunciaram a intenção de perseguir os mesmos objetivos para inflação, dívida e déficit público. Pelo acordo, os países terão inflação máxima de 5% ao ano a partir de 2002 (Brasil 5,5% em 2002). No que diz respeito ao déficit público a partir de 2002, cada país só poderá ter déficit equivalente a 3% do PIB (Brasil 3,5% em 2002 e 2003). Na dívida pública, cada país só poderá chegar a, no máximo, 40% do PIB, a partir do ano 2010 (Mercosul 2000b).

Na mesma reunião foi assinado um acordo automotivo que regulava o comércio de peças e automóveis entre os quatro países do bloco. O texto do acordo reproduzia o pacto feito entre os dois grandes do Mercosul junto algumas disposições para Uruguai, e era o produto de seis anos de conversações e disputas (Grinbaum 2000a).

6.3 OUTRAS POLITICAS?

As resoluções referentes ao âmbito trabalhista até 1995 foram quatro. Para a esfera ambiental três; relativas aos direitos sexuais (fora dos trabalhistas), consumidores e voluntariado, não houve nenhuma (Quadro 8, página 185). O panorama é bem distinto ao da UE, onde existem dezenas ou centenas de disposições no âmbito trabalhista, condições de no centro de trabalho, para a igualdade dos sexos, a não discriminação, a ecologia. Neste sentido as críticas vertidas pelas organizações ambientalistas, feministas e ONGs, estão certas já que até agora o Mercosul não se ocupou quase nada delas.

6.3.1 A CARTA DE BUENOS AIRES

No âmbito social a única medida recente foi a declaração de intenções de Buenos Aires, cristalizada na criação de uma comissão permanente para a luta contra a pobreza em setembro de 2000. A carta de Buenos Aires, cheia de boas intenções e desejos, estabelece que os países membros: “(...) *reconhecem a responsabilidade primordial do Estado na formulação de políticas destinadas a combater a pobreza e outros flagelos sociais*” (Mercosul 2000a). E declara:

“*CONVENCIDOS de que el desarrollo económico y la plena integración regional sólo*

pueden lograrse en un marco de justicia y de equidad social;

CONVENCIDOS de que el crecimiento económico es una condición necesaria pero no suficiente para alcanzar una mejor calidad de vida, erradicar la pobreza y eliminar la discriminación y la exclusión social;

RATIFICANDO su propósito de contribuir unidos a lograr un mayor bienestar e igualdad social a través de un desarrollo económico equilibrado y justo;

CONSIDERANDO que resulta prioritario profundizar la dimensión social del Mercosur y teniendo en cuenta que todos los aspectos del proceso de integración deberán avanzar en forma conjunta”(Mercosul 2000a).

Em decorrência, fala-se de intensificar os esforços para reduzir a pobreza, proteger aos grupos carentes, nomeadamente, crianças, mulheres, idosos, indígenas, migrantes e deficientes. Este é um dos poucos documentos onde recolhem-se outras áreas da sociedade civil diferentes à empresarial.

Medidas e valor da Carta

O valor da carta como já foi dito não passa de uma declaração de intenções. As medidas práticas, não existem:

“Instruir a las respectivas autoridades nacionales competentes a fortalecer el trabajo conjunto entre los seis países, así como el intercambio de experiencias e informaciones a fin de contribuir a la superación de los problemas sociales más agudos que los afectan y a la definición de los temas o áreas donde sea viable una acción coordinada o complementaria tendiente a su solución.

Acordar que el Foro de Consulta y Concertación Política del Mercosur, Bolivia y Chile efectúe el seguimiento de las orientaciones y líneas de acción contenidas en la presente Carta, promoviendo la institucionalización de una reunión de las autoridades responsables en materia de desarrollo social” (Mercosul 2000a).

Também, a Carta, não conta com nenhuma medida concreta para reforçar a proteção dos trabalhadores. Ao mesmo tempo em que a internacionalização da produção reduziu as possibilidades de negociações coletivas, multiplicam-se as violações do direito ao trabalho (Habel 2000).

Mulher e Homossexuais

Sobre este ponto foi difícil encontrar alguma disposição ou declaração. A Carta de Buenos Aires apenas declara:

“Velar por el estricto cumplimiento de las respectivas normas legales que prohíben la discriminación y resguardan la efectiva igualdad de derechos, trato y oportunidades para todos, sin distinción o exclusión de ningún tipo.

Promover el crecimiento de sus sociedades fundado en la igualdad entre mujeres y varones en la vida social, política, económica y cultural, conforme a una concepción de la

ciudadanía que amplíe los derechos de las mujeres y afirme la responsabilidad compartida entre ambos”.

Desarrollar políticas que promuevan un tipo de sociedad no excluyente, que prepare a las personas para enfrentar los desafíos planteados por la nueva comunidad del conocimiento” (Mercosul 2000a).

Além do mais, a declaração é morna demais, já que não garante nada, apenas declara intenções que nem sequer são especificadas como no caso dos gays e lésbicas.

Na reunião de Florianópolis de dezembro de 2000, depois de destacar o relançamento da agenda econômica, a declaração do Mercosul lembra dois pequenos aspectos para a mulher obtidos até Florianópolis. A resolução GMC No. 79/00 "*Plano de Igualdade de Oportunidades-Legislação sobre Violência Intra-Familiar*"; e No. 84/00 "*Incorporação da Perspectiva de Gênero no âmbito do MERCOSUL*" (Mercosul 2000b).

ONGs Terceiro Setor

Neste âmbito encontramos semelhanças com a Europa, já que apela-se à participação da sociedade civil, no nome do aproveitamento das suas capacidades e conhecimentos, da mesma maneira que apela-se à descentralização, a qual se bem pode ter aspectos positivos, também alivia o orçamento dos Estados:

“Fomentar la cooperación con las organizaciones comunitarias y solidarias de sus respectivos países y a nivel regional o internacional, que permitan el aprovechamiento racional y equitativo de los recursos públicos y privados en las acciones encaminadas a superar los desequilibrios sociales en la región.

Incentivar las investigaciones y estudios conjuntos sobre vulnerabilidad y exclusión social, descentralización y participación, orientados a mejorar el proceso de toma de decisiones en política social y en la asignación de recursos” (Mercosul 2000a).

Consumo

Um dos acordos aprovados em Florianópolis foi a Declaração de Direitos Fundamentais dos Consumidores do MERCOSUL que, segundo os presidentes do Mercosul:

“(...)consagra a defesa do consumidor como elemento indissociável e essencial do desenvolvimento equilibrado e sustentável do MERCOSUL e marca um fundamento importante em área que até aqui enfrentou dificuldades importantes” (MERCOSUL 2000b).

No entanto, não existem acordos fitosanitários conjuntos nem políticas comuns no caso dos transgênicos ou para a prevenção de doenças como a das “vacas loucas”. Ao avesso, Argentina e Brasil têm posturas opostas nesses âmbitos.

6.4 CONCLUSÕES. A UNIÃO VAI-NOS PERMITIR UNIRMOS MELHOR

A principal conclusão que podemos apresentar sobre o futuro do Mercosul, deriva das políticas desempenhadas pelos governos da região e aponta o aprimoramento e desenvolvimento da própria união econômica. Apesar disso, dita união não teria como intuito principal a organização do bloco em si para os países membros, mas o objetivo de terem maior capacidade de barganha na discussão junto a outros blocos, nomeadamente, a União Européia e, sobretudo na possível integração em blocos maiores, no caso da ALCA.

Segundo alguns autores (Mello 2000), o processo de construção do Mercosul estaria caracterizado pelo gradualismo na hora de abrir os seus mercados, para controlar os riscos da própria abertura, diferentemente da ALCA:

“Esta perspectiva gradualista se contrapõe claramente ao processo de constituição da ALCA, cujo ritmo das negociações vem sendo marcado pela tentativa dos EUA em acelerar a consolidação do acordo, sob o formato de single undertaking, ou seja, o princípio de que nada estará acordado até que tudo esteja acordado” (Mello 2000).

A autora pensa que o Mercosul ainda tinha uma certa ênfase desenvolvimentista e cooperativa:

“Embora ambos sejam baseados no incentivo à abertura econômica e desregulamentação, em seus antecedentes o Mercosul visava construir um processo de integração que estimulasse a complementariedade entre as economias dos países integrantes, de forma que pudessem juntos alcançar melhores condições de competitividade no mercado internacional. Infelizmente, porém, a forma como os governos têm conduzido a formação do Mercosul tem orientado as relações comerciais muito mais no sentido da competição entre os países integrantes do bloco do que da complementariedade” (Mello 2000).

Nada disso existiria na ALCA, mero acordo alfandegário, onde o interesse norte-americano é claro. Alguns autores caracterizam esta aposta como uma “*Nova doutrina Monroe*” (Bulmer-Thomas & Page 1999:2). As exportações para a América Latina triplicaram-se entre 1990 e 1995, sendo em 1996 duas vezes mais do que o resto do comércio norte-americano, sendo a área, mais importante do que a União Européia:

“Compreende-se que o objetivo norte-americano seja o de liberalizar ainda mais as economias continentais, cujos mercados ainda são muito protegidos” (Habel 2000).

"O sucesso das negociações (...) reforçaria indiscutivelmente os laços econômicos e políticos entre os países da América Latina e os Estados Unidos, enfraquecendo os acordos comerciais com a União Européia"¹⁰² (Bulmer-Thomas & Page 1999:2).

Estados Unidos procura uma nova ordem baseada em dois princípios: "(...) *o princípio jurídico da igualdade de tratamento e o princípio econômico da livre concorrência*" (Deblock & Brunelle 2000). Esta procura, está baseada como não podia ser de outra maneira na sociedade civil:

"Quaisquer que sejam as desigualdades iniciais, os direitos privados do indivíduo antecedem os direitos sociais: é o consenso da "sociedade civil" (quase sempre restrita à presença dos meios financeiros nas negociações) que deve ser o fundamento da lei, e não o Estado, agora destituído de suas prerrogativas tradicionais. Mais facilmente ainda, pelo fato de este ter perdido sua legitimidade, fazendo com que o mundo do trabalho passe a suportar o peso do ajuste estrutural, tendo como pano de fundo a luta contra a corrupção das "elites" (Habel 2000).

A semelhança entre o discurso empresarial e as políticas do Mercosul é terrível. Se o fortalecimento do Mercosul era reclamado pelo empresariado para acometer com maior capacidade os desafios da ALCA (Cap. IV), os governantes acabaram também concordando. Assim, em Florianópolis, o presidente brasileiro Fernando H. Cardoso justificou a negociação em conjunto do Mercosul junto aos Estados Unidos sobre a ALCA: *"Primeiro, porque os países aprendem a conviver e manter entendimento que interessem a todos e, segundo, porque ganham poder de barganha"* (Folha on-line 2000).

Causas econômicas fizeram com que o governo brasileiro quisesse fortalecer o Mercosul, dado que outros países não tinham liberalizado o seu comércio (Ver a UE, com a PAC, no capítulo V). A liberalização (menor no Brasil) do Mercosul, facilitou que as empresas multinacionais que comprarem os grandes monopólios públicos da Argentina e o Brasil ou investirem nos seus cada vez mais abertos mercados financeiros, ganharem mercados e lucros. Também não devemos esquecer os subsídios com que os governos receptores dos "investimentos" lhes presenteiam, e todo feito sem os países hegemônicos abrirem os seus próprios mercados protegidos. O fato de fracassar a mundialização fez com que a liberalização se fizesse em âmbitos regionais:

¹⁰²A Ministra dos Assuntos Estrangeiros norte-americana, Madeleine Albright, pregou durante a sua viagem à Argentina em agosto de 1999 uma rápida desregulamentação da área das telecomunicações, visando acabar com o monopólio da empresa espanhola Telefónica e da franco-italiana Telecom, para beneficiar as grandes firmas norte-americanas. Medidas paralelas no âmbito das companhias aéreas terminariam liquidando a empresa Aerolineas Argentinas, controlada também por capital espanhol, para abrir o mercado aéreo às empresas United Airlines e American Airlines.

“(...) aos líderes empresariais dos países do Mercosul, que tentam tirar da fragmentação a integração, procurando evitar a desintegração, que é o resultado prático de estar sob uma ordem econômica administrada por países centrais, bem mais poderosos e sábios no uso da dependência da América Latina” (Ponte et alii 2000:156-57).

As preocupações do empresariado, relatadas no capítulo IV, fizeram-lhes pressionarem os governos para reativarem o aprofundamento do bloco, quando menos a sua agenda. Políticos e empresários são cômicos de que a estagnação apenas será ultrapassada com uma coordenação macroeconômica (Ponte et alii 2000:150). Ato seguido, os governos já começam a tentar coordenar essa política e mesmo recuperam a idéia de uma moeda única, embora as datas sejam colocadas tão longe que bem pode acontecer antes, a morte do Mercosul e integração na ALCA:

“O presidente Fernando Henrique Cardoso ressuscitou ontem a tese de uma moeda comum para os países do Mercosul, ainda que, naturalmente, colocando-a em um horizonte de longo prazo. FHC elogiou, como era previsível, o acordo alcançado na quarta-feira entre os países do Mercosul, mais os associados Chile e Bolívia, para fixar metas de déficit público, dívida pública e inflação para o curto, médio e até longo prazo. “Nós estamos criando os fundamentos para que mais tarde possamos sonhar com formas ainda mais sofisticadas e complexas de integração”, disse FHC. A forma “mais sofisticada” é inequivocamente “uma moeda comum”, afirmou o presidente, ainda que tenha feito a ressalva: “Não sei se será possível ou necessário chegar a tanto, mas indica uma vontade política muito forte” (Rossi 2000a).

Do mesmo modo, em outros âmbitos a política no Mercosul tem se encaminhado para o objetivo de reduzir os custos trabalhistas dos seus respectivos países. As petições empresariais são aplicadas pelos governos. Aceita-se a subordinação marcante das economias latino-americanas, com o que a única saída para a lucratividade consiste em reduzir os custos do trabalho. A proposta: *“uma perspectiva latino-americana para o trabalho”* (Estado de São Paulo 1999:7) é manter controlado e baixar seus custos fixos, incluindo a diminuição do *“emprego estável tradicional”* na proporção inversa do aumento do trabalho informal, temporário e terceirizado. Empresas como a Volkswagen do Brasil, pregam uma modernização da força do trabalho na tentativa de flexibilizar as relações trabalhistas: *“Assim, a prioridade dos governos dos países integrantes do Mercosul, parece ser a alteração das legislações trabalhistas em seus países na perspectiva de reduzir direitos”* (Ponte et alii 2000:124).

A relação entre o domínio das preocupações econômicas e a fraqueza de outros posicionamentos sobre o Mercosul poder-se-ia relacionar com a fraqueza dos mecanismos democráticos, mesmo os mais formais e à ausência de um papel social nos Estados:

“Parece que, sob o exame mais amplo do que ocorre como processo decisório, a democracia se debilita na América Latina. A normalidade institucional que parecia se exercer com força desde o início da década tem no Brasil, Paraguai, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, e outros países, situações que não asseguram sua estabilidade com efetividade democrática se considerarmos a coesão social e a participação política nas decisões fundamentais. Não se pode supor, nesse quadro, que o jogo político eleitoral em curso tenha uma cultura político-democrática consolidada, se a própria legitimidade das instituições e a participação política não cresce. Outra noção clássica, a do monopólio do poder organizado de matar como sendo a principal característica do Estado, conhecida pela história, é ampla e organizadamente desrespeitada” (Ponte et alli: 2000:183).

O sindicalismo, ao despeito disso, tenta re-orientar o papel do Estado, o que não constitui um processo simples. A dificuldade dos sindicatos se unirem nacionalmente amplia-se no cenário internacional, facilitando ainda mais a tomada de decisões em âmbitos restritos e privados. O resto da sociedade civil permanece à margem, ou marginalizada.

O Brasil tenta ganhar tempo; o Mercosul apenas é mais do que uma estratégia para enfrentar com maior capacidade de barganha as negociações que agora prevêm-se mais duras, - administração Bush Jr -. Entretanto o discurso oficial, sobretudo o brasileiro, tenta não esquecer outros acordos, como o que foi assinado com a África do Sul em dezembro, e manter as discussões com a União Européia e a Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte que inclui os Estados Unidos, Canadá e o México).

Isto faz com que o governo brasileiro não aposte pela dolarização, e sim pela moeda única e a criação de um parlamento no Cone Sul. O discurso contraditório do Brasil manifesta-se, por uma parte, na citada defesa do Mercosul e na oposição mais o menos manifesta à hegemonia norte-americana:

“FHC aproveitou todas as suas intervenções no encerramento da reunião de cúpula do Mercosul para um novo e mais agressivo discurso em relação à posição do Brasil nas negociações comerciais globais. “O Brasil está disposto a sentar-se à mesa a qualquer momento para discutir as questões que são substantivas”, afirmou o presidente. Para ele, tal como já havia dito na véspera, “questões substantivas” são o acesso ao mercado norte-americano para produtos como aço, têxteis, suco de laranja e calçados produzidos no Brasil. Esse acesso é bloqueado pelo arsenal protecionista dos EUA(...) Em outra evidência da nova disposição mais afirmativa da diplomacia brasileira, o presidente afirmou que pretende que o Mercosul entre na negociação “de cabeça erguida, mas não com arrogância, porque não temos força para sermos arrogantes, e ser arrogante sem ter força é bobo, faz um triste papel” (Rossi 2000b).

Embora pareça evidente que o acordo com a UE seja motivado pela disputa hegemônica entre EUA e UE em torno dos mercados no Cone Sul, o negociador europeu Pascal Lamy enfatizou, em visita recente ao Brasil, durante reunião com ONGs brasileiras, que no acordo Mercosul-UE há:

"(...) componentes inexistentes no caso da ALCA. Enquanto esta restringe-se à criação de uma área de livre comércio, o acordo Mercosul-UE estaria assentado em três pilares: comércio, relações políticas e desenvolvimento, e que a UE não teria se engajado neste acordo se não existissem estes pilares, embora reconheça que, do lado dos governos do Mercosul, o interesse maior está concentrado nas relações comerciais. Lamy afirmou que a UE está interessada em ampliar a participação da sociedade civil no âmbito do acordo, e comprometeu-se a examinar junto aos governos do Mercosul as possibilidades neste sentido" (Mello 2000).

Mas, por outro lado, ao mesmo tempo, o Brasil assume já publicamente que o Mercosul não é mais do que um passo estratégico antes de ingressar na ALCA, fato visto como inevitável¹⁰³. O discurso empresarial apresentado há vários anos aparece já explicitamente na política mostrando a sua forte influência, nem rastro da "sociedade civil".

O espírito incoerente do bloco e a sua grande diferença com a UE encontram-se na prática do público, dos governos respectivos. No Mercosul, a *res publica* não tem nenhum problema, nem moral, nem prático (não encontra oposição), na hora de aplicar medidas neoliberais que favorecem nitidamente aos empresários e o capital internacional, porém, nega-se, aliás, nem pensa sequer agir em outras áreas. Pode-se restringir os direitos trabalhistas e flexibilizar a mão de obra, mas nunca ampliar os pequenos Estados previdência:

"Dans cette construction, les Etats jouent un rôle double et contradictoire. D'une part, en tant qu'acteurs uniques, ils mettent en place les mécanismes institutionnels et fixent leurs contours. Certes est prévue une commission du commerce, accueillant également les syndicats patronaux, mais ses décisions peuvent faire l'objet du veto de l'un quelconque des gouvernements. Le Forum économique et social, où se trouvent les représentants des consommateurs, de la société civile et des syndicats des travailleurs, ne peut, lui, émettre que des recommandations.

D'autre part, et plus important : dans l'architecture strictement libérale qu'est le Mercosur, toute intervention publique est exclue, contrairement à l'expérience de la Communauté économique européenne (CEE) et de l'Union. Les politiques communautaires de soutien aux régions en retard de développement ou aux secteurs industriels en difficulté - grâce aux fonds structurels -, de même que les aides nationales, sont impensables dans ce nouveau bloc commercial. Sont aussi par avance proscrits des programmes de reconversion industrielle, de recherche technologique ou de développement régional du type de ceux en vigueur chez les Quinze. C'est le marché, et lui seul, qui doit désigner les vainqueurs et vaincus au sein du marché commun" (Seitenfus 1998).

Contudo, ainda não ficou esclarecido totalmente se os governos querem fortalecer o Mercosul, mesmo para se integrar depois na ALCA, ou querem acabar rapidamente com a

¹⁰³ "Na realidade, o Brasil pretende dirigir a integração econômica e negociar com os Estados Unidos, após ter consolidado um bloco sul-americano" (Habel 2000).

experiência regional. O Brasil, parece defender a primeira opção, mas sem clareza¹⁰⁴, e a Argentina, primeiro diz uma coisa, depois a contrária¹⁰⁵. A crise que atinge ao país platino e a recente nomeação (março 2001) do ex-ministro ultraliberal Domingo Cavallo, como todo-poderoso ministro da fazenda no governo de De la Rúa, quem ganhou as eleições opondo-se precisamente as políticas daquele, mostram por uma parte as dificuldades dos governos obrigados a realizar políticas sem senso, e por outra a falta de respeito de tais governos pelas decisões soberanas dos cidadãos. A mentira mais uma vez aparece legitimada e banalizada, hoje é possível prometer uma coisa e depois, alegremente, fazer a contrária. As facilidades existentes, deveriam apavorar-nos, porem, apenas incomodam alguns “extremistas” que ainda vivem ancorados em modelos acabados. Talvez, os pós-modernos tenham razão, talvez, a honestidade e a justiça sejam valores irrealis, relativos, mas então seria preferível que as cartas fossem mostradas no começo do jogo, para que aqueles “extremistas” não se iludam com a possibilidade da mudança.

Só pode-se concluir, então, que a orientação das políticas dos governos tem mais a ver com a concorrência entre eles e a procura de espaços no grande mercado norte-americano, do que com um reforço da opção Mercosul¹⁰⁶.

¹⁰⁴“Adicionalmente, os diplomatas brasileiros afirmam que ao Brasil interessa adiar ao máximo a conclusão das negociações, de forma que o setor industrial nacional possa buscar reduzir as assimetrias que poderiam levar ao seu desaparecimento em um contexto de tarifa zero frente à indústria norte-americana. Por outro lado, porém, o peso dos interesses empresariais no acesso ao mercado norte-americano pressiona a diplomacia no sentido do avanço das negociações” (Mello 2000).

¹⁰⁵ “O presidente da Argentina, Fernando De la Rúa, indicou ontem que o país pode não brigar por um adiamento da Alca. Se for confirmada, essa posição significa uma nova mudança de discurso do governo argentino. Há uma semana, o chanceler Adalberto Rodríguez Giavarani, havia sugerido a antecipação do fechamento do acordo em um ano. Ontem, De la Rúa preferiu tratar a questão sem considerar a sugestão de seu chanceler. “Isso (a agenda para implantação da Alca) já está estabelecido nos documentos do Mercosul, que firmamos em Buenos Aires, em junho do ano passado.” Segundo De la Rúa, o documento de Buenos Aires definiu como data final para conclusão da Alca o ano de 2005. Na semana passada, o chanceler Giavarani sugeriu que as negociações poderiam terminar em 2004, um ano antes do previsto no acordo. Um assessor do chanceler Giavarani garante que não houve mudança de posição do governo argentino. Na intrincada linguagem diplomática argentina, o chanceler sequer teria sugerido a antecipação da Alca, mas apenas dito que haviam condições “técnicas” para a mudança de prazo” (Grinbaum 2000b).

¹⁰⁶“Para enfrentar a concorrência dos produtos brasileiros, após a desvalorização, e compensar a falta de competitividade da Argentina, o governo de De la Rúa decidiu abaixar os custos de produção, adotando medidas que visam a uma maior flexibilidade do trabalho. Outras reformas são anunciadas, principalmente a desregulamentação do sistema de previdência social - e isso, num país em que 40% da população ativa tem empregos “informais”, sem nenhuma cobertura social e sem direito a aposentadoria. No Brasil, a abertura econômica levou à precarização do emprego; as indústrias demitiram e o mercado “informal” explodiu - a ponto de ser menor o número de trabalhadores empregados, tanto do setor privado quanto do público, que os que estão no mercado “informal” (Habel 2000).

PARTE QUARTA: CONCLUSÕES

As conclusões desta dissertação devem começar salientando as diferenças dos blocos estudados e das suas respectivas sociedades civis. Na Europa, ambos elementos estariam muito mais desenvolvidos, o que produz uma maior quantidade de atuações, tanto no âmbito Estatal quanto no supranacional. Na União Européia, o grau institucional mais desenvolvido comporta a existência de entidades mais organizadas e mais interessadas na reclamação e participação ante os foros regionais, embora isto não garanta uma maior influência.

Panoramicamente, a diversidade de forças e influências na Europa parece muito maior do que no Mercosul. Porém, o fato mais importante não é a distância existente entre os blocos, mas sim a possibilidade de comparar as influências dos diversos grupos de cada sociedade civil, sempre pensadas como espaços amplos, contraditórios, diversos e não necessariamente positivos nem negativos. O intuito do trabalho foi precisamente esse, mostrar a sociedade civil não como um bloco preocupado na busca do bem comum, mas sim como um espaço onde alguns grupos e organizações sociais procuram isso (e não necessariamente com as ações adequadas) e outras que apenas tentam defender o seu interesse corporativo ou particular, considerando-se a todos eles Sociedade Civil. É por isto que devem-se esquecer as óbvias distâncias entre a UE e o Mercosul; deve-se então observar quais foram os grupos que mais influíram, quer direta quer indiretamente, nas políticas dos blocos. Será nesse aspecto que podem ser comparadas às ações dos grupos que conformam a sociedade civil, mesmo encontrando-se em patamares diferentes de desenvolvimento institucional diferente.

Realizando tal análise, encontramos semelhanças, encontramos um empresariado dominador nos órgãos de decisão, certamente mais no Mercosul, dada a sua nula, ou quase nula, atuação em âmbitos não econômicos. Na Europa, apesar de encontrarmos muitas políticas que se ocupam da maioria dos âmbitos sociais, o poder da nova economia e a ênfase no espírito empresarial apaga qualquer outra política. Deve-se salientar o fato do empresariado se auto-nomear de sociedade civil, mesmo, e sobretudo, quando os novos teóricos coloquem-no fora dela. Mesmo assim, a clareza e consciência de classe que possui não aparece em nenhum outro setor da sociedade civil atual.

A hegemonia, nos dois casos, seria a mesma, a dos empresários, mas muda a sua fortaleza e abrangência e o modo com que essa hegemonia desloca-se até as políticas práticas. Na UE, observa-se uma orientação, bastante forte desde Maastrich e acelerada pelos novos governos da *nova esquerda*, na direção de um desenvolvimento econômico ancorado em pautas liberais. Isto também acontece no Mercosul, mas feito com maior força e menores cuidados, geralmente com base nos planos de ajuste. No entanto, uma diferença encontra-se no grau de resistência dos direitos trabalhistas e do Estado previdência. Na Europa além de se partir de patamares sociais muito mais altos, a flexibilização foi menor, e os direitos trabalhistas, de assistência etc, não foram totalmente removidos.

Contudo, estas medidas serão implantadas mediante os apelos à “sociedade do conhecimento” e, paradoxalmente, à “participação da sociedade civil”. É comum a adoção, tanto pelos governos quanto pela maioria da sociedade civil, dos discursos desenvolvimentistas baseados na nova economia, as mudanças no processo produtivo e assim por diante. Unicamente a França com a sua vigorosa, e por enquanto, sucedida política social-democrata clássica, e certos movimentos sociais, têm optado por outro caminho, diferente à flexibilização, precarização, privatização total e incondicional.

Se, entre a legislação europeia tem-se dificuldades para enxergar uma hegemonia maciça do econômico, este problema não acontece no Mercosul, onde o empresariado parece dirigir com mão de ferro ao bloco, mesmo sendo ele muito vulnerável às decisões de outros países, ou das multinacionais, e mesmo sendo a sua influência mediatizada pelo poder executivo dos Estados. No Mercosul nenhum outro grupo influencia, e a maioria deles parece nem participar. O empresariado e os governos tentam desenvolver a economia do Mercosul, mediante o aproveitamento das vantagens comparativas. Consistindo estas na redução dos custos trabalhistas para atraírem a inversão estrangeira e fazerem os seus produtos exportáveis. Contudo, enxergam como meta final uma possível integração na ALCA.

Nos quadros 10 e 11, foram resumidas as reivindicações dos grupos estudados da sociedade civil e as ações dos blocos. São um pequeno resumo clarificador que pode fazer mais fácil enxergar as influências.

QUADRO 10 PROPOSTAS E REIVINDICAÇÕES DAS ESFERAS DA SOCIEDADE CIVIL NA UE E NO MERCOSUL

PROPOSTAS	MERCOSUL
<p>ESFERA ECONÔMICO - PRODUTIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> • UNICE Reforma dos fundos estruturais. Menor gasto público. Alargamento da UE e Reforma Financeira Crescimento econômico e emprego. Baseado no conhecimento e as novas tecnologias; "nova economia" Maior flexibilização e desregulamentação do trabalho, menores impostos. Mais privatizações e Liberalização total das telecomunicações, energia e transportes. Maior investimento público em I+D Oposição a enrijecer as normas ambientais • CES Da Europa do euro para uma Europa social dos cidadãos Mudança nas políticas Macro. Política de emprego séria, financiada, de qualidade e não discriminante. Carta de Direitos. Desenvolvimento sustentável e geograficamente compensado. Abolição de todas as discriminações. • CPE Reforma da PAC, mas rejeitando o modelo produtivista proposto. Modelo agrário positivo para os camponeses, sustentável e ambientalmente respeitoso. Maior cuidado nas questões fitossanitárias. Rejeição aos OGM. 	<p>MERCOSUL</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMPRESARIADO Papel privilegiado do empresário na tomada de decisões e participação direta nas negociações Fortalecimento do Mercosul para agir com maior capacidade de barganha nas negociações da ALCA. Coordenação entre as economias do bloco. Estabilidade macroeconômica Flexibilização da mão de obra. Redução dos custos trabalhistas, os impostos ao capital e gasto público. • CCSCS Fortalecimento da parte social do Mercosul Rejeição das políticas neoliberais. Maior coordenação entre os trabalhadores do bloco. • MST Crítica ao modelo de desenvolvimento baseado em políticas neoliberais Crítica à dependência provocada pelos transgênicos
<p>ESFERA AMBIENTAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • EEB Redução das emissões de gases poluentes. Controle das indústrias poluentes. Inclusão na Carta de Direitos de cláusulas ambientais. Capacidade das ONGs para irem a juízo contra a UE. • WWF Aplicação de diretivas e normas já aprovadas pela UE. Reforma da PAC, inserindo um novo modelo de desenvolvimento no mercantil e respeitoso com o meio ambiente. Controle das emissões de gases, da poluição no água. Inserção das cláusulas ambientais nas negociações interbloco. • GREENPEACE Rejeição dos transgênicos. 	<ul style="list-style-type: none"> • GREENPEACE Defesa da Floresta amazônica Rejeição e controle do transgênicos • WWF Mudança na consciência ecológica nos países. Rejeição aos transgênicos.

Controle das indústrias poluentes.
Abandono da energia nuclear

ESFERA DIREITOS SEXUAIS

- **EWL**
Igualdade salarial.
- **ILGA**
Igualdade de oportunidades para homens e mulheres.
Integração da mulher no mercado de trabalho
Aumento da participação da mulher na tomada de decisões.
Medidas de proteção social para a mulher.
Inclusão da perspectiva de gênero em todas as políticas da UE.
Carta de Direitos com perspectiva de gênero.

• **EDF**
Proibição da discriminação por causa da orientação sexual
Combate a discriminação em todas as áreas sociais, direito ao matrimônio e adoção.
Carta de Direitos incluindo os direitos dos homossexuais.

ESFERA VOLUNTARIA DO, TERCEIRO SETOR

- **PESN**
Maior participação da Sociedade civil, nomeadamente as ONGs.
Apoiam o plano económico baseado na Nova economia, desde que integre aos deficientes.
Eliminação das discriminações para deficientes, mediante o desenvolvimento de programas de integração.
Carta de direitos vinculante e abrangente.

• **EBU**
Dialogo com as instituições europeias.
A Carta de Direitos vinculante e abrangente.
Políticas antidiscriminatórias da União.
Reforço dos sistemas de previdência social e políticas em face a pobreza e a favor da inclusão social.
Maior financiamento da União destinado às ONGs e maior participação da sociedade civil.

• **BEUC**
Políticas de integração dos cegos.
Carta de direitos vinculante e abrangente.

ESFERA ASSOCIAÇÃO S DE CONSUMIDOR ES

- **EBU**
Políticas de integração dos cegos.
Carta de direitos vinculante e abrangente.
- **BEUC**
Legislação Alimentar Europeia, séria, rígida e confiável, capaz de evitar e prevenir crises como a das vacas loucas e da dioxina.
Controles na hora de introduzir a moeda única com o intuito de evitar a fraude.
- **IDEC**
Maior controle e informação aos cidadãos sobre os alimentos geneticamente modificados.
Etiquetagem adequada destes produtos.
Controle das companhias de telefonia celular e fixa.

• MULHER e HOMOSSEXUAIS.

Igualdade de direitos e não discriminação.

• REBRIP

Fortalecer a influência da ASC e da sociedade civil em geral nos processos decisórios.

Fazer com que a sociedade civil tenha voz e voto

Incluir outros elementos além do económico na pauta do Mercosul.

QUADRO 11 POLÍTICAS DOS BLOCOS REGIONAIS UE - MERCOSUL

	UNIÃO EUROPÉIA	MERCOSUL
POLÍTICAS		
ESFERA		
ECONÔMICO – PRODUTIVA	AGENDA 2000 Reforma da PAC. Conseguir uma maior produtividade e exportação com menores custos, ecologicamente sustentável e de qualidade Reforma dos fundos estruturais. Maior grão de coesão e menor gasto. Alargamento da UE e Reforma Financeira. Crescimento econômico e emprego. Baseado no conhecimento e as novas tecnologias: “nova economia”. Ser mais competitivos do que os EUA. Liberalização total das telecomunicações, energia e transportes Carta de Direitos. Mudança nas estrutura das Políticas ambientais. Passa de ser uma política particular a se inserir de dentro de cada política setorial Desenvolvimento sustentável. Embora, vinculando a intervenção ambiental com a competitividade da economia. Reforma da PAC. Em base a critérios ecológicos. Maior participação da Sociedade civil, nomeadamente as ONGs. Igualdade salarial. Igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Integração da mulher no mercado de trabalho Aumento da participação da mulher na tomada de decisões. Medidas de proteção social para a mulher. Proibição da discriminação por causa da orientação sexual Maior participação da Sociedade civil, nomeadamente as ONGs. Eliminação das discriminações para deficientes, mediante o desenvolvimento de programas de integração	Acordo de Junho de 2000. Assegurar a livre circulação de bens Rol central da convergência e coordenação macro. desenvolvidas pelos ministros de Economia e os presidentes dos bancos centrais. "Carta de Buenos Aires" sobre compromisso social. Apenas reconhece-se a responsabilidade primordial do Estado na formulação de políticas destinadas a combater a pobreza e outros flagelos sociais" Relançamento do Mercosul, 12-00 Estabelecimento de metas comuns a longo prazo para a coordenação macroeconómica. Acordo Automotivo, 12-00 Declarações politicamente corretas sobre o ambiente. Pequenas declarações de intenções, sobre a procura de igualdade, e inserção das mulheres na nova sociedade do conhecimento. Apenas declarações sobre a conveniência da participação da Sociedade Civil
ESFERA		
AMBIENTAL		
ESFERA		
DIREITOS		
SEXUAIS		
ESFERA		
TERCEIRO		
SETOR		

7.1 INFLUÊNCIAS COMPARADAS

Pensamos que o mais interessante era comparar as reivindicações por setores e blocos, para apreciar de maneira mais adequada a importância de cada esfera. Começamos pelas que menos poder possuem:

Ambientalismo

Os grupos ecologistas caracterizam-se por uma relativa força social, sobretudo na Europa, com capacidade crítica e repercussão nos meios de comunicação. Grupos como Greenpeace e WWF existem no nível mundial e são capazes de realizar ações espetaculares. As suas reivindicações atingem um amplo leque de temas, defesa das florestas, da fauna animal, os transgênicos, poluição, etc. Na Europa, onde a sua força é considerável, a sua influência fica restrita a normativas de seguridade ambiental, mas sempre vinculadas à compatibilidade com a concorrência dos produtos europeus. Também possuem alguma força de mobilização social, sobretudo, em temáticas vinculadas a certos animais (pesca da baleia, etc.), a problemas ecológicos globais ou ao consumo. Nestes casos, têm sido capazes de mobilizar a população, principalmente pela via do consumo e barrar ou obstaculizar algumas propostas. Além do mais, a sua influência é limitada.

No Mercosul, a situação difere da europeia. No bloco não têm nenhuma representatividade, nem sequer consultiva. Os governos não apresentam nenhuma vontade para receber conselhos no que diz respeito às normas ambientais, e têm menores problemas na hora de diferenciar as suas falas politicamente corretas das suas ações, do que na UE. A influência das organizações ambientalistas é muito pequena.

Mulher

As associações de mulheres não ficam restritas ao âmbito do terceiro setor, das ONGs; elas também existem dentro do empresariado. Proliferam associações nacionais, regionais e mundiais de mulheres empresárias que procuram que o sexo não seja uma fronteira para possuir capital¹⁰⁷. A influência destas inclui-se no empresariado.

¹⁰⁷ A presidenta da Associação Mundial de Empresárias, Christine Chauvet, em uma entrevista concedida o jornal *El País*, falava sobre o papel da mulher na nova economia:

Além deste feminismo de empresa, que não deixa de ser feminismo, as outras organizações encontram-se diante de problemas parecidos aos dos ambientalistas, com a diferença de terem ainda menor poder de mobilização e apoio social. Na Europa bastantes programas que visam a integração da mulher têm sido aplicados e ligados ao impulso da nova economia, e outros virão a sê-lo. A legislação em face à discriminação já é muito grande, porém, a sua aplicação não é completa. Como bem lembravam as suas reivindicações, as diferenças nacionais são amplas. Destacam-se os países nórdicos, paradigma do igualitarismo, enquanto em outros, com menores sistemas de proteção social, as mulheres desempregadas, por exemplo, sofrem duplamente, por mulheres e por desempregadas. A influência é limitada.

No Mercosul, as associações são minúsculas, pouco articuladas e afrontam graves problemas de financiamento. Além do mais, existe muita menor receptividade dos governos. Por outra parte, a legislação é incomparavelmente menor. No Mercosul, estas organizações não influem quase nada.

Gays e Lésbicas

Dado que durante séculos os homossexuais têm sido perseguidos e assassinados, as suas organizações ainda mantêm um certo grau de marginalidade, tanto na sua atuação quanto na relação com o resto da sociedade. Na Europa, foi reduzida a rejeição social às pessoas não heterossexuais, tanto na legislação quanto na vida comum, embora grupos neonazistas costumem escolher entre as suas vítimas a gays e lésbicas. Foram aplicados programas de prevenção de doenças, sobretudo, contra o SIDA. As reclamações em relação à discriminação ainda existem; e quanto à legalização do matrimônio e à doação de filhos, apenas têm sido regulamentadas por alguns países como a Dinamarca. A sua influência é muito pequena.

“Antiguamente los músculos eran más necesarios. La nueva economía requiere más sensibilidad, una inteligencia más adaptada a los valores de la comunicación, lo que nos favorece, ya que, mientras los hombres tienen una visión más a largo plazo y con grandes ambiciones, las mujeres nos ajustamos a la realidad cambiante con facilidad y somos más rápidas en tomar decisiones sin importarnos el futuro” (Fuertes 2000). Sendo perguntada sobre a sua opinião com respeito à discriminação positiva e a paridade disse:

“La paridad en política puede ser necesaria, pero en la empresa no. Yo que trabajo en el sector del petróleo le puedo decir que las leyes norteamericanas que defienden el derecho a las minorías sólo han logrado que los millonarios del petróleo pongan a sus hijas, mujeres o amantes al frente de empresas sólo para cumplir la ley. Es decir, la mentalidad de las feministas norteamericanas es defender a las mujeres antes que a las empresas. Nuestra organización hace justo lo contrario” (Fuertes 2000).

No Mercosul não existem organizações de nível de bloco e nas suas políticas nada parece lembrar as necessidades destes grupos. Não influenciam nada.

Terceiro Setor – ONGs Sociais

Setor de grandíssimo crescimento, sendo um dos novos elementos de criação de emprego, sobretudo na Europa. Mistura organizações de voluntários que não recebem retribuição monetária pelos seus serviços, nem cobram pela sua atividade, e muitas micro e pequenas empresas de desenvolvimento regional e serviços, onde universitários sem outra opção podem encontrar um lugar para exercerem as suas atividades e depois passarem à empresa privada. A sua influência é limitada já que, em geral, dependem do financiamento público. Aquelas organizações de grande tamanho têm acabado se convertendo em empresas ou em entidades de caridade. As empresas, como a ONCE espanhola, obtêm os seus ingressos da venda de lotaria e outras concessões públicas, financiando assim os seus programas de formação para cegos. E outras como a Cruz Vermelha, que poderíamos categorizar como de “caridade”, estão absolutamente atreladas ao financiamento que possam receber ou não dos governos. A influência maior encontra-se no uso dos média, o que às vezes acontece com organizações de voluntariado, tipo Médicos Sem Fronteiras; mas o seu campo de atuação costuma ser o terceiro mundo ou a ajuda nas catástrofes. Com respeito aos blocos regionais, não mostram demasiado interesse, apenas no financiamento.

No Mercosul a situação é a mesma só que em menor medida.

Consumidores

Na EU, as associações de consumidores têm mostrado certa força, certa capacidade para influírem na opinião pública. Atualmente o fato de se publicitarem constantemente as incertezas dos transgênicos e a incompetência da Comunidade Européia na hora de lidar com a doença das “vacas loucas”, ou a febre “aftosa”, fez com que os produtos transgênicos sejam rejeitados na Europa e que o consumo de carne bovina tenha-se reduzido a quase 40%. As associações dos consumidores são das mais visíveis, aparecendo continuamente nos meios de comunicação. Os direitos do consumidor começam a ser dos poucos verdadeiramente salvaguardados pela legislação, embora “fenômenos” como o das “vacas loucas” pareçam negá-lo.

A influência destas organizações explica-se devido a que não são totalmente conflitantes com o sistema. As suas reivindicações apenas reclamam qualidade e correção no tratamento das empresas aos clientes. Isto não é inerente ao espírito empresarial que não se importa de usar a falcatrua, a fraude e o engano para valorizar o seu capital, mas os pedidos não atacam diretamente ao sistema de produção. Outro elemento que explica a força do movimento na Europa e o apoio social a estas reclamações, é o fato de existir na UE uma ampla classe média, com capacidade de consumo e possibilidade de eleição. Quer dizer, a rejeição aos produtos transgênicos pode existir quando está-se disposto a gastar mais dinheiro na hora de realizar a compra no supermercado. As classes mais pauperizadas não podem fazer esta escolha já que a rejeição dos produtos transgênicos implica um acréscimo no custo da cesta básica.

As organizações de consumidores, sendo necessárias e úteis, não deixam de serem “pós-modernas”, organizações que recebem os seus apoios da classe média, bem provida de coisas materiais.

No Mercosul, mesmo com uma classe média muito pequena, estas organizações também têm certa repercussão. Aqui, na nossa opinião, com a conviência dos governos que preferem que as pessoas sejam bombardeadas com ideais sobre a qualidade dos produtos e a saúde, no lugar de receberem consignas políticas, trabalhistas ou camponesas. A classe média do Mercosul imita, então, ao “primeiro mundo” assumindo-se como pós-moderna de maneira mais ridícula do que na Europa.

Sindicatos

Os sindicatos não se encontram precisamente no seu melhor momento. Perdendo o seu apoio social em uma conjuntura na qual as relações de produção não favorecem ao sindicalismo clássico e o individualismo torna-se ideologia dominante. O sindicalismo encontra-se em toda parte à defensiva. Esta avaliação comum difere apenas na organização.

Na Europa, uma maior coordenação, sem ser muito grande, e uma maior receptividade por parte dos governos faz com que a sua influência seja maior do que no Mercosul. Porém, recentemente todo o empenho posto pelo sindicalismo e outras organizações ambientalistas, ONGs etc., não conseguiu mudar a idéia majoritária na UE sobre a Carta de Direitos. O resultado: um documento vazio e não vinculante.

Ante uma conjuntura negativa a política defensiva parece a única saída, mas os

sindicatos estão abrindo mão de elementos conseguidos após décadas de luta social. Os sindicatos talvez poderiam realizar outra política, mas não a tentam, entretanto, milhões de desempregados potencialmente mobilizáveis caem nas garras do nacionalismo, do fascismo e do neonazismo, ou na direita clássica, votando programas políticos contrários aos seus próprios interesses. O desafio dos sindicatos é assustador porque se não for ultrapassado, o sindicalismo de classe pode morrer.

No Mercosul a situação é pior ainda, já que encontramos sindicatos *amarelos, pelegos*. Isto obriga a que a primeira clivagem deva ser feita entre os sindicatos que defendem os trabalhadores e os que defendem os interesses da empresa¹⁰⁸. Na América, o sindicalismo, também, acompanha as mudanças provocadas pelo empresariado tentando atenuá-las e reduzi-las, levando em conta que parte de patamares de direitos sindicais e de previdência menores. A influência na Europa é relativa, mas não marcante; no Mercosul muito pequena.

Camponeses

Na UE, o campesinato supõe uma parte minúscula da população, mesmo assim, encontramos este grupo um dos mais influentes, além do empresariado. Isto deve-se a varias causas. A primeira é a importância da PAC na UE, que leva a maioria do orçamento comunitário, que foi e continua a ser um pilar da construção europeia. O setor foi mantido artificialmente por razões de Estado. Agora tenta-se reduzir a sua importância, sobretudo levando em conta a integração dos países do leste europeu, onde a agricultura é uma parte considerável das economias.

Um outro fator que explica a influência dos camponeses europeus, é a pressão e o apoio que a França, um dos parceiros principais, sempre deu ao setor. Outro elemento é a mobilização dos próprios camponeses, um setor tradicionalmente conservador, talvez exceto na França, mas que sempre reagiu com força e com violência ante qualquer ataque ao seu *status quo*. Não é a toa que mesmo depois de a UE fracassar nas medidas preventivas, o setor do gado vaia receber muitos milhões de euros para paliar os efeitos das “vacas loucas”. A influência na Europa é grande.

No Mercosul os camponeses não têm tanta influência, em parte por lutarem muitas vezes, simplesmente, pelo direito à propriedade. Essa luta já é difícil, como por exemplo no

¹⁰⁸ Embora, isto faça-se em defesa do emprego, justificando outras perdas em nome da crise que atinge alguns setores ou empresas.

Brasil onde dezenas de milhares de pessoas aspiram a possuírem um pedaço de terra para trabalhar. Isto é bem diferente da situação europeia, com pequenos e meios proprietários, cooperativas e associações de camponeses preocupados na saída ao mercado da sua produção. O problema da propriedade com os latifúndios e os seus donos, sejam fazendeiros latifundiários ou grandes empresas, é de outro nível. O uso do campesinato como mão de obra praticamente escrava, a repressão e o assassinato, constituem uma outra dimensão de luta e protesto. Muito embora, o MST brasileiro, seja um dos movimentos sociais mais ativos do continente, com ampla repercussão e mesmo apoio em setores da mídia e na opinião pública, - mais na Europa do que na própria América, onde às vezes são tratados de terroristas -, sua influência apenas é relevante nos Estados brasileiros onde o PT governa; no resto apesar da sua teimosia pouco têm conseguido.

Empresários

A influência patronal é marcante em ambos blocos; apenas muda a sua transparência e o modo com é aplicada. As petições de flexibilização do trabalho, de desregulação das leis sociais e previdenciárias e da redução do gasto público em setores não empresariais, são semanas ou meses depois adotadas nos programas dos partidos, nas políticas dos governos sob rimbombantes títulos que anunciam, como as trompetes do juízo final, a chegada do Deus capital, panacéia, razão e solução aos problemas da humanidade.

Na Europa tudo é mais sutil, recoberto de um verniz às vezes real, de outras políticas sociais, de desenvolvimento, educação, etc. Na América, o empresariado diretamente diz que quer ser partícipe das negociações, como parte esclarecida da sociedade (civil). Na Europa, a rejeição do empresariado deteve a possibilidade de uma Carta de direitos vinculante, e agora ameaça o agro com uma reforma que destruirá ao campesinato europeu. As idéias neoliberais de flexibilidade, adaptação, redução de custos trabalhista e espírito empreendedor são pontos chave dos programas europeus, de empresa, de educação, etc. No Mercosul, o empresariado quer reduzir ainda mais os salários e o custo do trabalho para concorrer com o resto da América pelo mercado norte-americano - pelo pouco que os próprios norte-americanos deixem livre. Sociedades cada vez mais economicistas produzem, portanto, políticas cada vez mais economicistas e injustas.

Mesmo salientando a preeminência do empresariado, gostaríamos destacar a certa independência que tanto os governos nacionais quanto às instituições dos blocos, as

européias no caso, possuem. A ligação entre as necessidades, petições e exigências dos empresários não são automaticamente aplicadas pelos governos ou pelo bloco. Os governos têm suficiente poder como para atenuar, modificar e mesmo deter algumas petições. As pressões de outros grupos, como trabalhadores, camponeses, ambientalistas etc., são capazes de oferecer resistência; os próprios pensamentos dos partidos e da burocracia, às vezes, opõem-se as exigências patronais. Não é a toa que o empresariado do Mercosul critique o “*despreparo das chancelarias*”.

Estes elementos explicam a aparição de políticas que o empresariado rejeita, sobretudo na Europa, e mostram a possibilidade de outras saídas diferentes às atuais. Como já foi dito, o que é não tem necessariamente que ser, não é determinante. Outros partidos políticos, outras idéias junto a uma pressão dos movimentos sociais opostos ao *status quo* poderia modificá-lo.

Finalmente queremos salientar, que as esferas estudadas não devem ser entendidas como estancas, unitárias ou monolíticas, já que dentro delas existe também o conflito, a diferencia de interesses e de práticas. Nem todos os sindicatos defendem os trabalhadores, nem todas as organizações feministas as mulheres, e alguns o fazem de maneira errada. O fato de pertencer a uma esfera concreta não quer dizer que as organizações necessariamente façam o que esperar-se-ia delas segunda a concepção moralista e normativista de sociedade civil. Talvez, o bloco mais unitário seja o empresariado, mas isto não nega a diferença de intenções, a existência de um empresariado internacionalizado, de outro local, etc. Porém o objetivo do trabalho foi marcar umas pautas gerais, e estas dizem que é o empresariado a parte mais influente da sociedade civil “ampla”.

7.2 A SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil, encarnada nas ONGs, e a sua participação política, é reclamada por todos os governos. Isto já constitui um elemento de suspeita, pois nunca governos de direita, - e os da terceira via o são -, quiseram apoiar movimentos contrários aos seus projetos políticos e econômicos. Parece-nos, mais bem, que este apelo esconde um forte elemento de desagregação dos opositores ao sistema e, portanto, de controle social. Há controle quando deixa-se influir em alguns aspectos, dando a impressão de que a sociedade civil tem poder, e impede-se a influencia em outros. Porque, de fato, influi-se; pode-se

constatar a relativa influência de outros grupos e movimentos - além dos empresários - como os sindicatos, as ONGs, os consumidores, ou os ecologistas. Porém, esta influência atingiria espaços não conflitantes com o rumo fixado para o futuro econômico. Lá onde fosse conflitante, encontramos as declarações de intenções que depois não serão cumpridas e o uso de argumentos das ONGs para legitimar o ataque aos trabalhadores. No caso da agricultura, as instituições européias estão utilizando argumentos ambientalistas para desmontar a PAC e introduzir a concorrência destruindo o setor agrário. A ecologia como alibi da liberalização.

Começamos a dissertação rejeitando o conceito estreito de sociedade civil por não achá-lo representativo da variedade social. Depois da análise parece acontecer que precisamente a parte que ficava de fora do conceito estreito seria a mais influente nos blocos regionais e nos países que os compõem. Se se confirmar a idéia, teríamos que perguntar qual é a causa, então, da aparência de liberdade, autonomia, decisão pessoal e influência social que desprende-se do pensamento restrito de sociedade civil.

Nem na Europa, com a sua suposta sociedade civil desenvolvida e ampla, nem na América, que não chegou a graus de autonomia e descentralização tão altos, dita sociedade civil consegue mais do que, às vezes, limitar o poder do economicismo e o neoliberalismo. Ao contrário do esperado, a sociedade civil restrita não tem nenhum poder nos âmbitos mais decisórios da sociedade, nem no econômico nem no Estatal. Nem as reivindicações dos ambientalistas, nem as dos homossexuais, nem as das mulheres (aquelas diferentes do direito a serem exploradas tanto quanto os homens), nem as dos consumidores (exceto aquelas coniventes com o sistema econômico), são capazes de mudar os rumos da nova economia, da flexibilização do trabalho. Más também não serão capazes de modificar a continua destruição dos ecossistemas, para isso precisariam mudar a economia, quer dizer, o modo de produção. A discriminação, espalhada no mundo do trabalho, também não acabará enquanto não seja controlado o lucro econômico que a gera, ou o Estado que possui os meios para apagar as desigualdades.

Os movimentos sociais que compõem a sociedade civil restrita nunca conseguirão modificar o *status quo*, apenas pequenos elementos não conflitantes com o eixo do capitalismo. E o mais provável é que acabem como parceiros privilegiados do capital, que usar-se-á deles para destruir o Estado de previdência social, e pagar-lhes-á com minúcias.

A crítica não esquece o sindicalismo, elemento chave na luta contra o economicismo

do mercado e, atualmente, incapaz de reagir contra ele, cuja política reduz-se a uma defesa contínua, o que pode levá-lo à extinção. O mesmo pode-se dizer dos partidos de esquerda, não analisados no trabalho mas freqüentemente lembrados, os quais parecem querer dar a razão aos anarquistas, procurando apenas o poder pelo poder. O empresariado não pode ser criticado, é coerente com o seu intuito e não o esconde nas suas declarações.

Os blocos, suporiam de alguma maneira uma aposta para o universalismo, aquele sempre almejado pela esquerda, pulando o incômodo e cada vez mais incômodo espaço nacional. Poderiam possibilitar âmbitos de ação política e social maiores, sempre que fossem utilizados para isso e não para alargar mercados. A política da esquerda, no fundo nossa referência e objetivo, tem que se utilizar disso, mas sem cair na armadilha pós-moderna da política da identidade, ponto de ancoragem do conceito restrito. O nosso mestre, Eric Hobsbawm, define com clareza os problemas da sociedade civil restrita e o caminho para uma política de esquerda:

“Portanto, o que tem a ver a política da identidade com a esquerda? Permitam-me dizer com firmeza aquilo que não deveria ser preciso repetir. O projeto político da esquerda é universalista: dirige-se a todos os seres humanos. Como queira que nós interpretemos as palavras. Não se trata de liberdade para os acionistas ou para os negros. Não se trata de igualdade para os membros do Clube Garrick ou para os deficientes, mas para qualquer um. Não se trata de fraternidade unicamente para os ex-alunos do Eton College ou para os gays, mas para todos os seres humanos. E, basicamente, a política da identidade não se dirige a todo o mundo senão apenas aos membros de um grupo específico. Algo perfeitamente evidente no caso dos movimentos étnicos e nacionalistas. O nacionalismo sionista judeu, simpatizemos ou não com ele, centra-se nos judeus, e enforca, ou mais bem bombardeia ao resto. Todos os nacionalismos são exclusivistas. A afirmação nacionalista que sustenta, que aquilo que defende-se é o direito de autodeterminação para todo o mundo é enganosa. Por tal razão, a esquerda não pode basear-se na política da identidade. Os temas que ocupam-na são mais amplos. Para a esquerda, Irlanda tem sido, historicamente, um, mas apenas um, entre os numerosos grupos de seres humanos explorados, oprimidos e castigados pelos que tem lutado. Para um nacionalismo como o do IRA, a esquerda apenas tem sido, e continua a ser, um possível aliado na luta por alcançar os seus objetivos em situações determinadas. Em outras, esteve disposto a oferecer o seu apoio ao Hitler, como de fato fizeram alguns dos seus líderes durante a II G M. E isto é válido para qualquer grupo que faça da política da identidade, étnica ou de outro tipo, o seu fundamento.” (Hobsbawm 2000:120-21).

Como lembra o próprio autor, esta necessária afirmação, não impede à aliança também necessária entre a esquerda e determinados grupos de identidade, ou a assunção de parte das suas reivindicações. A defesa do direito das mulheres receberem igual salário aos homens, ou do direito dos muçulmanos a praticarem a sua religião, ou o direito das lésbicas agirem com total liberdade nas nossas sociedades, encontram-se dentro dos objetivos gerais

e amplos da esquerda que, porém, não se esgotam na consecução de cada um deles particularmente. A esquerda é tudo isso, mas não um conjunto de grupos ou interesses minoritários.

Os grupos de identidade, fundamento dos novos movimentos sociais e em decorrência da sociedade civil restrita, apenas tratam de si próprios e para si próprios. Se as coalizões não residirem em um conjunto de valores comuns, a aliança será somente estratégica e interessada. Por outra parte, estas políticas são incapazes de mobilizar a maiorias. Do mesmo modo o apelo a uma identidade só, obriga escolher, criando e isolando minorias. O enfraquecimento da ação da esquerda no mundo deve-se, além dos seus próprios erros, ao surgimento dessa miriade de novas identidade e grupos atomizados.

Rejeitando o âmbito supranacional dos blocos, permitindo que seja ocupado apenas pelo empresariado triunfante, abandonando o Estado como elemento de mudança social, a esquerda ficará reduzida a uma lembrança do passado. Agora mais do que nunca precisa-se de uma esquerda ampla e ativa, na qual estarão partidos políticos, sindicatos e grupos da sociedade civil que apóiem, por cima do seu intuito local e específico, a idéia de uma sociedade justa em todos os aspectos. Se a crítica cai sobre todos, todos eles devem colaborar para conseguir os seus fins; os sindicatos se enfrentando os patrões e apoiando a partidos políticos que defendam programas de justiça social e que os ponham em prática. Os partidos lutando pelo poder com programas de esquerda em coalizões de esquerda, e apoiando e apoiando-se em sindicatos e outros grupos e movimentos. E assim chegarem ao poder aplicando os seus programas. Os grupos da sociedade civil que não forem partidos nem sindicatos deverão controlar a estes, criticá-los e inserir outros elementos que possam ficar de fora, como são elementos culturais, relativos ao sexo, etc. Más sempre como parte, parte importante, de um objetivo mais genérico, composto de todas essa partes, e só atingível no caso de se conseguirem todas elas. Essa coordenação, articulação e unidade de ação, é a única possibilidade que a esquerda tem para se enfrentar ao capital, sempre unificado, sempre organizado, sempre coordenado.

Para aqueles que se desanimarem ante tamanho desafio, temos este refrão de um anarquista: "*O presente não é mais do que a utopia do passado*".

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Jeffrey C, "Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais", RBCS, Vol. 13, n. 37, junho, 1998.
- ALMEIDA, Linoberg, O sistema de solução de controvérsias na formação do Mercosul, TCC, Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2000.
- ANDERSON, P, "Balanço do Neoliberalismo", em Sader, e (Org.), Pós-Neoliberalismo, São Paulo, Paz e Terra, São Paulo 1996, pp 9-23.
- ANTUNES, R, Adeus ao Proletariado?, Cortez-Unicamp, Campinas, 1997
- AMIN, Sami, "Spectres of Capitalism", em Monthly Review, Maio 1998, Vol. 50 num 1.
- ARGOS, Lucía, "Los secretos de las 'vacas locas'" em El País, Madrid 21 de janeiro de 2001.
- ARISTÓTELES, A Política, Universidade de Brasília, Brasília, 1985.
- ARON, R, As etapas do pensamento sociológico, Martins Fontes, 1987.
- BASTOS, Cristiana, "A política da Produção do conhecimento e os movimentos de resposta à SIDA", em ETNOGRÁFICA, Lisboa, CEAS, ISCTE, pp 15-55.
- BAUMAN, Z, Modernidade e ambivalência, Zahar, Rio de Janeiro 1995.
- BAUMAN, Z, O Mal-estar na Pós-modernidade, Zahar, Rio de Janeiro 1998.
- BECK Ulrich, Anthony GIDDENS, Scott LASH, Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna, São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.
- BECK, U, "O Ocidente brasileiro", Caderno Mais da Folha de São Paulo, 23/05/1999.
- BELAUSTEGUIGOITIA, Santiago, "Entrevista a Kiko Veneno", em El País publicado no dia 27 de Junho de 2000, Madrid.
- BILBENI, Norbert, Europa después de Sarajevo. Claves éticas y políticas de la ciudadanía europea, Barcelona, Destino, 1996.
- BOBBIO, N, O conceito de Sociedade Civil, 1982, Graal.
- BOLETIM DO DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), dezembro/96, n.º 12, p. 4.
- BOLETIM DO DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), janeiro/97, n.º , p. 2.

- BOLETIM DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICA, n 18, jan/jun 1996.
- BULMER-THOMAS, Victor & PAGE, Sheila, "Trade Relations in the Americas: Mercosur, The Free Trade Area of the Americas and the European Union", em The United States and Latin America: the new agenda, ed. Harvard University Press, Londres, 1999.
- BUREAU EUROPÉEN DES UNIONS DE CONSOMMATEURS, BEUC, Commentaires du Beuc au sujet du livre blanc de la Commission sur la securite alimentaire, Bruxelas 10 de maio de 2000.
- BUREAU EUROPÉEN DES UNIONS DE CONSOMMATEURS, BEUC, <http://www.beuc.org>.
- CALVO SANTOS, María, Considerações acerca da hegemonia financeira e a autonomia do Estado. Refletindo sobre uma realidade de bem estar social ou de bem estar privado, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- CEMBRERO, I, "La família socialista se reúne en Paris para superar rencillas", em El País, 7 de novembro de 1999, Madrid.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), Diretrizes de Atuação Internacional 1997-2000, 1997.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT), Texto Base aprovado na Direção Nacional do 7 Congresso Nacional da CUT, Serra Negra, São Paulo 15 a 19 de agosto 2000.
- CHAVES, Luiz Carlos, O Conselho Municipal de Trabalho e Emprego e a participação popular em Florianópolis, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- CHOMSKY, N, Lucha de Clases, Crítica, Barcelona 1996.
- COHEN, Jean L, & ARATO, Andrew, Civil Society and Political Theory, Cambridge, MIT Press, 1992.
- COHEN, Jean L, & ARATO, Andrew, "Sociedade Civil, e teoria social", em AVRITZER, Leonardo (ORG), Sociedade Civil e democratização, Belo Horizonte, Del Rey, 1994.
- COMISSÃO EUROPÉIA, La promoción del papel de las asociaciones y de las

fundaciones en Europa, Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1997.

- COMISSÃO EUROPEIA, Relatório da Task Force para a Simplificação do Enquadramento Empresarial, BEST — Volume 2, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias 1998.
- COMISSÃO EUROPEIA, Comunicação da comissão. Os desafios da política empresarial numa economia assente no conhecimento. Proposta de decisão do conselho relativa a um programa plurianual para a empresa e o espírito Empresarial(2001-2005), Bruxelas, 26 de abril de 2000.
- CONFEDERACIÓN ESPAÑOLA DE ORGANIZACIONES EMPRESARIALES, CEOE, La delegación permanente de la CEOE en Bruselas, Documento de trabalho em word, 28 de Março de 2000.
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE, (LA), CP, Pour une approche globale de l'agriculture Les dix principes de l'agriculture paysanne, 1996, <http://www.confederationpaysanne.fr/>
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE, (LA), CP, La charte de l'agriculture paysanne, Bagnolet, 1996.
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE, (LA), CP, Agriculture raisonnée :Une vision minimaliste et partielle de l'agriculture!, Comunicado de prensa Bagnolet, 31/05/2000a <http://www.confederationpaysanne.fr/comm/3105b2000.htm>
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE, (LA), CP, La Confédération paysanne réclame à nouveau la destruction des 4000 ha de maïs génétiquement pollués, Comunicado de prensa, Bagnolet, 7 de outubro de 2000b <http://www.confederationpaysanne.fr/comm/07082000.htm>
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE, (LA), CP, L'Union Européenne conforte le système libéral et productiviste en agriculture, Bagnolet, le 6 décembre 2000c, <http://www.confederationpaysanne.fr/>
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE, (LA), CP, Páginas web <http://www.confederationpaysanne.fr/cpe.htm>
- CONFÉDÉRATION EUROPEIA DE SINDICATOS, ETUC/CES, Constitution of the European Trade Union Confederation, approved by the IXth ETUC Congress Helsinki, 29/06 - 02/07/1999, <http://www.etuc.org/Exec/General/constitu.cfm>

- CONFÉDÉRATION EUROPÉIA DE SINDICATOS, ETUC/CES, Declaração do comitê executivo da CES para o Conselho Europeu da UE em Santa Maria da Feira, Portugal, Porto 15-16 de Junho de 2000a.
- CONFÉDÉRATION EUROPÉIA DE SINDICATOS, ETUC/CES, Plus de 25.000 salariés européens défendront la plate-forme revendicative de la CES pour le retour au plein emploi, Porto 19 de junho 2000b.
- CONFÉDÉRATION EUROPÉIA DE SINDICATOS, ETUC/CES, The role of the trade unions in the process of EU enlargement, Bruxelas 12 de Outubro de 2000c.
- CONFEDERAÇÃO EUROPÉIA DE SINDICATOS, ETUC/CES Declaration of the ETUC Executive Committee THE NICE EUROPEAN COUNCIL, 13-14 de dezembro de 2000d, <http://www.etuc.org/press/Release/PR64e-00.cfm>.
- CONFÉDÉRATION EUROPÉIA DE SINDICATOS, ETUC/CES, Páginas Web: <http://www.etuc.org/FUNDRIGHTS/EN/AIMS/DEFAULTaims.cfm>
<http://www.etuc.org/FUNDRIGHTS/EN/RESOURCE/BillfinPT.cfm>
- COORDENADORA DE CENTRAIS SINDICAIS DO CONE SUL, (CCSCS), Relançamento do Mercosul Declaração da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, Buenos Aires, 28 de junho de 2000, http://www.bancaria.com.ar/mercosur/rela_bra.htm
- COORDINATION PAYSANNE EUROPÉENNE, CPE, PAC, OMC: l'agenda 2000 est mort-né, Bruxelas 21 de março de 2000a.
- COORDINATION PAYSANNE EUROPÉENNE, CPE, Après la PAC de 1962, après celle de 1992/2000, l'Europe a besoin d'une autre PAC qui ne trompe plus les attentes des européens : l'Europe a besoin de ses paysans, Comunicado de prensa, 4 de setembro de 2000b.
- COUTINHO, C.N., Gramsci, Porto Alegre, Editora L&M, 1981.
- DEBLOCK, Christian & BRUNELLE, Dorval, "Le projet de zone de libre-échange des Amériques, un régionalisme en trois dimensions", em Amérique latine 2000, relatório do Observatoire sur l'Amérique latine, ed La Documentation française, Paris, julho de 2000.
- DEJOURS, C, A Banalização da Injustiça Social, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 1999.
- DIAMANTOPOULOU, Anna, "El empleo y la adaptabilidad en la UE", em Anuário El

País, Madrid, El País 2000, pp 447.

- DONATI, Pier Paolo, “El desarrollo de las organizaciones del tercer Sector en el proceso de Modernización y mas alla”, em Revista REIS, CIS Madrid, Junho Setembro 1997, nº79, pp 113-141.
- DOUAT, Oswaldo Moreira, “Como Salvar o Mercosul”, Folha de São Paulo, 12 de janeiro de 2000, cad. Dinheiro, p.2.
- EAGLETON, T, Ideologia, Unesp, Boi Tempo, São Paulo 1997.
- EAGLETON, T, As Ilusões do Pós-modernismo, Rio de janeiro, Zahar , 1998.
- ECONOMISTAS, El Tercer Sector, Revista del Colegio de economistas de Madrid' ano 2000, número 18.
- ECONOMIST, THE, Ajuda Humanitaria, um grande negócio, em Gazeta Mercantil, Edição fin de semana 8 e 9 de Abril de 2000, São Paulo.
- EGURBIDE, Peru, “Madrid y Londres apremian la reforma de las economias europeas”, em EL PAÍS, Madrid 28 de outubro de 2000.
- ENGELS, Friedrich, “A Contribuição à Crítica da Economia Política’ de Karl Marx”, em Marx e Engels, Obras escolhidas, Ed Vitória, Rio de Janeiro 1956, Vol I.
- ENGELS, Friedrich, “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, em Karl Marx, Fiedrich Engels Obras Escolhidas, Vol 3, São Paulo, Alfa e Omega, 198?
- ENVIRONMENTAL EUROPEAN BUREAU, EEB, Environment Campaign for a “Green EU Treaty” is making waves, Comunicado de Prensa, 22 maio de 2000a, Bruxelas em (<http://www.eeb.org/press/Treaty%20campaign%2022-5.doc>)
- ENVIRONMENTAL EUROPEAN BUREAU, EEB, On Balance: Portuguese Presidency fared barely positive, Comunicado de prensa, Bruxelas, 4 de julho de 2000b em <http://www.eeb.org/press/port.presidency040700.rtf>
- ENVIRONMENTAL EUROPEAN BUREAU, (EEB), EEB fears serious set-back for EU ozone policies, Comunicado de Prensa, 6 de outubro de 2000c, Bruxelas.
- ENVIRONMENTAL EUROPEAN BUREAU, (EEB), EEB launched report on Environmental Performance of Mining Industry and the Need to Improve EU Legislation, Comunicado de Prensa, 15 de dezembro de 2000d, Bruxelas.
- ENVIRONMENTAL EUROPEAN BUREAU, (EEB), French presidency: a mix of great disappointments and positive results, Comunicado de Prensa, 21 de dezembro de

2000e, Bruxelas.

- ENVIRONMENTAL EUROPEAN BUREAU, EEB, Páginas web:
<http://www.eeb.org>
<http://www.eeb.org/organisation/organism.htm>;
- ESTADO DE SÃO PAULO, (O), 30 de abril de 1996.
- ESTADO DE SÃO PAULO, (O), Uma perspectiva latino-americana para o Trabalho Temporário e a Terceirização, 26 de dezembro de 1999, Informe Publicitário do cad. Jornal de Serviços do cad. Classificados, p.7.
- ESTERUELAS, Bosco “La Eurocámara pide ampliar a 20 semanas la baja por maternidad”, El País, 8 de Julio de 2000.
- EUROPA PRESS, “Las ONG dan trabajo a 284.000 personas en España”, em El País, Madrid 13 de setembro de 2000.
- EUROPEAN BLIND UNION, EBU, Constitution of the European Blind Union, Adotada na assembleia fundadora, Hurdal, Noruega, 27 agosto de 1984 Revisada na Sexta assembleia geral em Praga 24-27 de novembro de 1999.
- EUROPEAN BLIND UNION, EBU, Páginas Web
<http://www.euroblind.org/fichiersGB/europe1.htm#s1>
- EUROPEAN DISABILITY FORUM, EDF, EDF contribution to the new Community Programme On Gender Equality 2001 –2005, Bruselas, Abril 2000a.
- EUROPEAN DISABILITY FORUM, EDF, EDF Position on the EU Charter of Fundamental Rights, Bruxelas, Maio de 2000b.
- EUROPEAN DISABILITY FORUM, EDF, Response on the Commission Communication Social Policy Agenda, Bruxelas 18 de setembro de 2000c.
- EUROPEAN DISABILITY FORUM, EDF, Proposal for a Council’s directive on Guidelines for Member States’ Employment Policies for the year 2001, Bruxelas, 4 Outubro 2000d.
- EUROPEAN WOMAN LOBBY, EWL, Position papersEWL position on the Charter of Fundamental Rights of the EU.htm, Bruxelas, 21 de novembro de 2000.
- EUROPEAN WOMAN LOBBY, EWL, Páginas web
<http://www.womenlobby.org/en/lef/index.html>
<http://www.womenlobby.org/en/action/projets/egalite.html>
<http://www.womenlobby.org/en/action/projets/youngwomen.html#Description>

- EYERMAN e JAMISON, Social Movements: a cognitive approach, Cambridge, Polity Press, 1991.
- FISCHLER, Franz, “1999, El gran cambio en la PAC”, em Anuário El País, Madrid, El País 2000, pp 396.
- FERRARI, Livia e REBOUÇAS, Lídia, 29 de junho de 1999, “Empresários querem participar das negociações”, Gazeta Mercantil, 29 de junho de 1999, cad. Cúpula do Rio, p. A-11.
- FERREIRA, Maria Carmen e OLIVERA, Julio Ramos (1994), Mercosur: enfoque laboral, Uruguay, Fundación de Cultura Universitária, 2ª edição.
- FERREIRA DOS SANTOS, J, O que é a Pós-modernidade, Brasiliense, 1984.
- FORUM DE LIDERES, 1 de agosto de 1999 São Paulo 1999.
- FÓRUM NACIONAL SOBRE CONTRATO COLETIVO e relações de trabalho no Brasil (1994). Rio de Janeiro, 22/09/93 a 10/12/93. Publicação: PW Gráficos e Editores Associados Ltda.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 8 de dezembro de 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 4 de maio de 1997.
- FOLHA ON-LINE, FHC defende que Mercosul negocie em conjunto com a Alca 15 de dezembro de 2000.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de & PRATES, Daniela Magalhães, “Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México” em Economia e Sociedade, Campinas, número 11 dezembro de 1998, pp 173-198.
- FUERTES, Sol, “Entrevista a Christine Chauvet, presidenta de la asociación mundial de empresarias: Las mujeres crean sus propias empresas ante la imposibilidad de ascender”, em El País 2 de julho e 2000.
- FUKUYAMA, F, El Fin de la Historia y el último hombre, Planeta, Barcelona, 1992.
- GARCÍA, Javier, “Los sindicatos europeos se movilizan en Oporto”, em El PAÍS, 19 de junho de 2000a.
- GARCÍA, Javier, “Los empresarios portugueses piden 50.000 obreros de Europa del Este. Organizaciones de inmigrantes creen que es oficializar el trabajo esclavo”, em El PAÍS, 8 de julho de 2000b.
- GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 12 de maio de 1995.

- GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 26 de janeiro de 1996, p. C-3.
- GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 27 de setembro de 1999a, p. A-2.
- GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 14 de dezembro de 1999b, p. A-8
- GAZETA MERCANTIL, “O espaço devido à sociedade civil”, em Gazeta Mercantil, São Paulo, 2 de Agosto de 2000, p, a-2.
- GIDDENS, A, As conseqüências da modernidade, UNESP, São Paulo, 1991.
- GIDDENS, A, As transformações da intimidade, Celta Editora, Lisboa, 1996
- GIDDENS, A, Para além da esquerda e da direita, Celta Editora, Lisboa, 1997.
- GIDDENS, A, “Giddens rejeita a brasilização”, Caderno Mais da Folha de São Paulo, 23/05/1999.
- GIDDENS, A, A Terceira Via, Record, Rio de Janeiro, 1999.
- GILMARTÍN, María José, “El Consejo insta a elaborar una legislación sobre seguridad alimentaria antes del 2002 con criterios de salud” em yahoo Noticia, <http://www.yahoo.es/noticias>, 20 de junho de 2000.
- GLASBERG, Davita & SKIDMORE, Dan, Corporate Welfare and the Welfare State, Nova York, Aldine de Gruyter, 1997.
- GORZ, André, Adeus ao proletariado: para além do socialismo, Forense-Universitaria, Rio de Janeiro, 1987.
- GRAMSCI, A, Os intelectuais e a organização da cultura, Rio de Janeiro 1989.
- GRAMSCI, A, Quaderni del Carcere, Edição Geterrama, V, Torino 1975.
- GRAMSCI, A, Lettere dal carcere, Einaudi, Torino, 1965.
- GRINBAUM, Ricardo, “Países do Mercosul acertam metas comuns”, em Folha de São Paulo, 14 de dezembro de 2000a, <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1412200013.htm>
- GRINBAUM, Ricardó, “De la Rúa diz que não pretende acelerar Alca”, em Folha de São Paulo, 15 de dezembro de 2000b, <http://www.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1512200013.htm>
- GRINBAUM, Ricardo, Bloco assina acordo do regime automotivo, em Folha de São Paulo On-line, 16 de dezembro de 2000c.
- GREENPEACE ARGENTINA, <http://www.greenpeace.org>.
- GREENPEACE BRASIL, <http://www.greenpeace.org>.
- GREENPEACE INTERNATIONAL, <http://www.greenpeace.org>.

- HABEL, Janette, “Uma integração pela força”, em Le Monde Diplomatique, Edição Brasileira, ano 1, número 9, Outubro de 2000, <http://www.diplo.com.br/>
- HABERMAS, Jürgen, “New Social Movements”, em Telos, Nº49, Outono, 1981, pp. 33-37.
- HABERMAS, Jürgen, Théorie de l’agir communicationnel, Fayard, Paris, vol 2, 1987.
- HARVEY, D, A Condição Pós-moderna, Edições Loyola, 1993.
- HAVEL, Václav, “La sociedad civil y sus nuevos enemigos”, em El País, Madrid, 21 de maio de 2000.
- HAYEK, F, O caminho da servidão, Ed. Globo, Porto Alegre, 1977.
- HOBBSBAWM, E.J. “Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo”, em História do Marxismo, Vol I, Hobsbawm, E.J. (Org), Paz e Terra, São Paulo 1987.
- HOBBSBAWM, E.J, La Era del Imperialismo, Labor, Madrid, 1991a.
- HOBBSBAWM, E.J Estratégia para uma esquerda racional, Paz e Terra, São Paulo 1991b.
- HOBBSBAWM, E.J Naciones y nacionalismo desde 1780, Editorial Crítica, Barcelona 1992.
- HOBBSBAWM, E.J, História del siglo XX (A Era dos Extremos), Editorial Crítica, Barcelona, 1995.
- HOBBSBAWM, E.J, Sobre a História, Companhia das Letras, 1998.
- HUNTINGTON, Samuel P, O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial, Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC), Alimentos transgênicos? NÃO ENGULA ESSA! O que são transgênicos? Riscos para a sua saúde E no Brasil? http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_folder.htm
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC), página web:
<http://www.uol.com.br/idec/consumidorsa/dez0004.htm>
<http://www.uol.com.br/idec/oque.htm>
http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_novo.htm
http://www.uol.com.br/idec/campanhas/biotecno_folder.htm
- INTERNACIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION, Páginas Web
<http://www.steff.suite.dk/action.htm#1>
- JAMESON, F, Pós-Modernismo. A lógica cultural do Capitalismo Tardio, Editora

Ática, 1997.

- KUNDERA, Milan, Los testamentos traicionados, Tusquets, Barcelona, 1993.
- KUNTZ, Rolf. "Poder de competição é tema eleitoral argentino" O Estado de São Paulo, 1 de agosto de 1999, cad. Economia, p. B-10.
- LAFONTAINE, Oskar, "El corazón late a la izquierda", Paidós, Madrid, 2000.
- LÖWY, M, Ideologia e Ciência Social, Cortez Ed, 1995.
- LUBERTINO, Maria Jose, dirigente do Instituto Social y Politico de la Mujer Buenos Aires-Argentina, Comunicação pessoal, 31 Outubro de 2000.
- MACPHERSON, C.B., The life and Times of Liberal Democracy, Londres, Oxford University Press, 1977.
- MACPHERSON, C.B., A Democracia Liberal: Origens e Evolução, 1978, Zahar, Rio de Janeiro.
- MACPHERSON, C.B., "Politica: Democracia pós-liberal?", 16-29 pp, [1964], em BLACKBURN, R (Org), Ideologia na Ciência Social, 1982, Paz e Terra.
- MARX, Karl. "Para a crítica da Economia política", em Os pensadores, Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl & ENGELS Friedrich, A Ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach, Editora Moraes, Lisboa, 1984.
- MARX, Karl & ENGELS Friedrich, "Crítica ao Programa de Gotha", Obras escolhidas, Editora Alfa e Omega, 1987.
- MARSHALL, T. H. e BOTTOMORE, Tom, Ciudadanía y clase social, Alianza, Madrid, 1998
- MELLO, Fátima Vianna, "Mercosul e ALCA: diagnóstico e indicações para atuação", em Fórum Social Mundial, Porto Alegre 2000, http://www.worldsocialforum.org/portugues/biblioteca/textos/2000111001_Fatima_Vianna_Mello.rtf
- MELUCCI, Alberto, "Social movements and the democratization of everyday", em John Keane (ed), Civil society and the state, Londres, Verso, pp 245-260, 1989.
- MERCOSUL, Carta de Buenos Aires sobre Compromiso Social en el Mercosur, Bolivia y Chile, Buenos Aires, 30 de Junho de 2000a, <http://www.bancaria.com.ar/mercosur/carta.htm>
- MERCOSUL, Relatório da Presidência Pro-Tempore Brasileira - Segundo semestre de

- 2000, Florianópolis, 14-15 de dezembro de 2000b, <http://www.mre.gov.br/sitemercosul/textos/default.asp?Key=52>
- MÉSZÁROS, Itsvan, Produção destrutiva e Estado capitalista”, Editora Ensaio, São Paulo, 1989.
 - MINISTERIO DAS RELAÇÕES ESTRANGEIRAS DO BRASIL, página web <http://www.mre.gov.br/sitemercosul/textos/default.asp?Key=99>
 - MONDE (LE), Les Quinze adoptent la Charte des droits fondamentaux des Européens, Paris 16/10/00
 - MOTA, Fabiola, “ La realidad asociativa en España”, em Subirats, Joan (Ed.), ¿Existe sociedad civil en España?, Madrid, Fundación Encuentro, 1999, pp37-64.
 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), <http://mst.org.br>
 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), Posição do MST sobre transgênicos, <http://mst.org.br/meioambiente/meioambiente2.htm>
 - NORDLUND, A “Será, o Wefare State responsável pela crise da economia sueca?”, Dados Revista de Ciências Sociais, 1996, Vol. 39. 315-331
 - OFFE, C, Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales, Ed. Sínteses 1996, Barcelona.
 - OPPENHAIMER, Walter, “Los Quince acuerdan abrir el debate sobre las dos velocidades, pese a la oposición de España”, em EL PAÍS 20 de junho de 2000.
 - OPPENHAIMER, Walter, “Francia bloquea la liberalización de la energia en la cumbre de la UE”, em EL PAÍS 24 de março de 2001.
 - PAÍS, (EL) “Consumidores piden al G-8 una moratoria de transgênicos”, em EL PAÍS 18 de julho de 2000.
 - PALOMINO, Héctor (1991). “Democratización y crisis: los dilemas del sindicalismo argentino” em VVAA, El sindicalismo latinoamericano en los 90, Santiago, Planeta, volume I.
 - PASCUAL, (de), Gloria, dirigente da Unión General de Trabajadores (UGT), comunicação pessoal, março de 2000.
 - PEDRUEZA CARRANZA, Iñigo, Pós-modernidade, superestrutura do capitalismo, artigo apresentado em sessão painel, no I Colóquio Marx e Engels, UNICAMP, 1999, atas.
 - PEDRUEZA CARRANZA, Iñigo, Políticas Públicas em Escandinávia. a trilha do

desenvolvimento e a luta contra o desemprego, trabalho da disciplina, Políticas Públicas, lecionada pelo professor Klaus Frei, realizada durante o primeiro ano do Mestrado de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2000.

- PLATAFORM OF EUROPEAN SOCIAL NGOS (THE), PESN, The funding of European social NGOs, documento oficial, Bruxelas 20 de junho de 1999.
- PLATAFORM OF EUROPEAN SOCIAL NGOS (THE), PESN,/EUROPEAN TRADE UNION CONGRESS, (PESN/CES) Response of Social Platform and ETUC to complete draft of EU Charter produced by convention, documento de trabalho, Bruxelas 1 de setembro de 2000a.
- PLATAFORM OF EUROPEAN SOCIAL NGOS (THE), PESN, Social protection: meeting the challenges of the new century social protection : meeting the challenges of the new century, Bruxelas, 6 de novembro de 2000b, <http://www.socialplatform.org>
- PLATAFORM OF EUROPEAN SOCIAL NGOS (THE), PESN, Páginas Web; <http://www.socialplatform.org/AboutUs.asp?SectionID=6>
<http://www.socialplatform.org/Document.asp?DocID=310&tod=182018>
- PONTE de SOUSA, Fernando, Brasil no Mercosul: integração regional e o processo decisório, Relatório parcial e pedido de renovação enviado ao CNPq, Florianópolis, 21 janeiro de 2000.
- POZZI, Sandro, “El Parlamento Europeo endurece las normas contra las tabacaleras”, em EL PAÍS 15 de Junho de 2000a.
- POZZI, Sandro, “La Unión Europea ha impedido cinco grandes fusiones en el último año” em El PAÍS, 6 de outubro de 2000b.
- PRADO Jr, Caio, História econômica do Brasil, Ed Brasiliense, São Paulo, 1995.
- RAMONET, I, Hacia una Geopolítica del Caos?, Ultramar, Madrid 1998.
- RED EUROPEA DE INFORMACIÓN DE LA COMUNIDAD DE MADRID (REIMAD), Guía Práctica de la Unión Europea, Vol I, Comunidad de Madrid, Madrid 2000.
- ROUSSEAU, J.J, “Do Contrato Social”, em Os Pensadores, Abril Cultural, 1978.
- SCHERER-WARREN, Ilse, Redes de movimentos sociais, São Paulo, Loyola, 1993.
- SOIR, (LE), La Charte adoptée à Nice, Bruxelas 16 de Outubro de 2000.

- SARASA, Sebastián, e OBRADOR, Guida, “El papel de la sociedad civil en los servicios sociales”, em SUBIRATS, Joan (Org), ¿Existe sociedad civil en España? pp 117-147, Fundación Encuentro, Madrid 1999.
- SUBIRATS, Joan (Ed.), ¿Existe sociedad civil en España?, Madrid, Fundación Encuentro, 1999.
- TACHINARDI, Maria H. “Enfraquecimento da OMC prejudicará o Brasil”, em Gazeta Mercantil, 16 de novembro de 1999, p. A-4.
- TOCQUEVILLE, Alexis de, La democracia en América, Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1978 Vol. I.
- TOURAINÉ, A, O Pós Socialismo, Lisboa, Apontamentos, 1981.
- TOURAINÉ, Alain, "Triumph or downfall of civil society" , em Humanities in Review. 1:218-234, 1983.
- TOURAINÉ, Alain, Qu'est que ce a démocratie?, Paris, Fayad , 1994.
- TOURAINÉ, A, “De la antigua a la nueva sociología el trabajo”, Revista Sociología del Trabajo, Num 35, Inverno 1998/99, Universidade Complutense Madrid.
- THERBORN, G, em Sader, e (Org), Pós-Neoliberalismo, São Paulo, Paz e Terra, São Paulo 1996, pp 39-50.
- TREVISOL, Joviles Vitorio, O imaginário social da democracia : uma análise sociológica a partir de algumas organizações da sociedade civil de Florianópolis. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1995.
- ROSSI, Clóvis, “Presidente ressuscita tese da moeda única”, em Folha on-line, 16 de dezembro de 2000.
- ROSSI, Clóvis, “FHC quer ver Bush para não virar “presunto””, em Folha on-line, 16 de dezembro de 2000.
- SARAMAGO, José, Ensaio sobre a cegueira, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- SIEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, (SOF).
<http://www.alternex.com.br/~sof/quem/index.htm>
- SEITENFUS, Ricardo, “Washington manoeuvre contre le Mercosur”, em Le Monde Diplomatique Paris, fevereiro de 1998, <http://www.monde-diplomatique.fr/md/1998/02/SEITENFUS/10035.html>
- UNIÃO EUROPEIA, Tratado da União Europeia, Versão compilada do tratado da União Europeia, modificada pelos tratados de Maastrich e Amsterdão, 1996

- http://www.europa.eu.int/eur-lex/en/treaties/dat/eu_cons_treaty_en.pdf
- UNIÃO EUROPEIA, CONSELHO DE MINISTROS, “Conclusiones de la Presidencia: Empleo, reforma económica e coesão social. Objetivo estratégico para a próxima década”, Lisboa 23 e 24 de março de 2000a.
 - UNIÃO EUROPEIA, Carta de Direitos, Bruxelas, 2000b.
 - UNIÃO EUROPEIA, Páginas web:
 - <http://www.europa.eu.int/abc-pt.htm>
 - http://www.europa.eu.int/comm/agenda2000/index_pt.htm
 - http://www.europa.eu.int/comm/dg05/dgv_en.htm
 - <http://europa.eu.int/comm/budget/pdf/cadrefinancier/perspfm/grphperfm200020006.pdf>
 - http://www.europa.eu.int/comm/dg10/women/index_en.htm
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/s02205.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10915.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10918.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28062.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l28100.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60002.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/lvb/l60013.htm>
 - <http://www.europa.eu.int/scadplus/leg/pt/s02205.htm>
 - UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE, UNICE, Proposal for a directive relating to ozone in ambient air, Bruxelas 22 de setembro de 2000a.
 - UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE, UNICE, Economic and Financial Affairs Department, UNICE Economic Outlook, Bruxelas, Outubro 2000b.
 - UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE, UNICE, UNICE position paper on enlargement, Bruxelas 2 de Outubro de 2000c.
 - UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE, UNICE, UNICE statement to EU summit in Biarritz: “bold objectives require bold decisions”, Bruxelas 11 de outubro de 2000d.
 - UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE, UNICE, Position de l'UNICE sur l'extension de la majorité qualifiée dans le cadre des

débats de la conférence intergouvernementale, Bruxelas 11 de Outubro 2000e.

- UNION OF INDUSTRIAL AND EMPLOYERS CONFEDERATIONS OF EUROPE, UNICE, UNICE statement to EU summit: Europe cannot afford failure in Nice, 1 de Dezembro de 2000f.
[http://www.unice.org/unice/docum.nsf/AllDocumentsSearchEng/5490213B313A39CD C12569AC005469D5/\\$File/NICE-en.pdf](http://www.unice.org/unice/docum.nsf/AllDocumentsSearchEng/5490213B313A39CD C12569AC005469D5/$File/NICE-en.pdf)
- VIDAL-BENEYTO, José, “Sombras en Lisboa”, em EL PAIS 25 de Março de 2000.
- VV.AA, Press release Nice failure for the environment, Bruxelas, 13 de dezembro de 2000).
- YÁRNOZ, Carlos, “Bruselas lanza la Carta de Derechos Fundamentales de los ciudadanos europeos”, em El País, Madrid, 13 de Setiembre de 2000.
- YARNÓZ, Carlos, Bruselas decidió hace 10 años "minimizar" las 'vacas locas' y practicar "la desinformación", em EL PAÍS, 21 de janeiro de 2001.
- WORLD BANK, (THE), Governance. The World Bank's Experience, ed. The World Bank, Washington, D.C., 1994.
- WORLD WILD FUND (WWF) EU/Mercosur negotiations: Where is the environmental agenda?, Comunicado de prensa, 6 November 2000, Bruxelas
- WORLD WILD FUND, (WWF), Página Web.
<http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/climate/index.html>;
<http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/economics/index.html>;
<http://www.panda.org/resources/inthefield/europe/regional/policy.html>;
<http://www.wwfreshwater.org/espanol.html>;
<http://www.panda.org/resources/inthefield/epo>;
http://www.panda.org/resources/inthefield/epo/epo_environ.html;
http://www.panda.org/resources/inthefield/latin_esp/latin.htm;